

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUCSP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Paula Silva Leão

**As organizações religiosas centenárias no Ipiranga - São Paulo SP: lacunas na  
relação com a política de assistência social**

Doutorado em Serviço Social

SÃO PAULO

2024

Paula Silva Leão

**As organizações religiosas centenárias no Ipiranga - São Paulo SP: lacunas na  
relação com a política de assistência social**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTORA em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz.

SÃO PAULO

2024

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -  
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Leão, Paula Silva  
As organizações religiosas centenárias no Ipiranga - São  
Paulo SP: lacunas na relação com a política de assistência  
social. / Paula Silva Leão. -- São Paulo: [s.n.], 2024.  
216p. il. ; cm.

Orientador: Rosângela Dias Oliveira da Paz.  
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de  
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço  
Social.

1. Ação Social Católica. 2. Política Nacional de Assistência  
Social . 3. Sistema Único de Assistência Social . 4.  
Organizações da Sociedade Civil. I. Paz, Rosângela Dias  
Oliveira da . II. Pontifícia Universidade Católica de São  
Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.  
III. Título.

CDD

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosangela Dias Oliveira da Paz (Orientadora)  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aldaiza de Oliveira Sposati

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alessandra Ribeiro de Souza  
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Carmelita Yazbek  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia Martinelli  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) no período de 01/08/2019 a 30/11/2019 - Processo nº 88887.373194/2019-00 e no período de 01/12/2019 a 30/06/2023 - Processo nº: 88887.469272/2019-00.

This work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel – Brazil (CAPES) and Academic Excellence Program(PROEX) in the period from 08/01/2019 to 11/30/2019 - Process nº 88887.373194/2019- 00 and in the period from 12/01/2019 to 06/30/2023 - Process nº 88887.469272/2019-00.

*Dedico esta tese a toda a classe trabalhadora.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Profª Drª Rosangela Paz pela paciência e compreensão, dedicação e afeto nas orientações.

Agradeço a Profª Drª Aldaiza Sposati pelas orientações, pela direção na pesquisa e por me despertar para a pesquisa na assistência social. De igual forma, Profª Carola Arregui, Profª Carmelita Yazbek e Profª Maria Lucia Martinelli que nos possibilitaram sonhar; suas aulas e trocas de saberes ressoaram como um processo de resistência. Grata por nos ensinar como ser, e através delas todas e todos os professores do curso de Serviço Social.

Agradeço ao Instituto Cristóvão Colombo na pessoa do Padre José Edvaldo Pereira da Silva, pelas reflexões, pelos livros que possibilitaram abrir horizontes e pensamentos sobre a atuação social da Igreja Católica, por ensinar que firmeza e ternura podem caminhar juntas e ser presença alegre e incentivadora deste trabalho.

A secretária Andreia Fazekas Canhetti pelo seu trabalho, dedicação e paciência com todos os pós-graduandos em Serviço Social da PUCSP.

Agradeço ao Padre José Oscar Beozzo pelas conversas, pela acolhida, paciência, risos e delicadeza ao dar aulas contando histórias e partilhando seu imenso conhecimento!

Agradeço aos amigos Patrícia Coutinho e Ubiratan Dias, pelas trocas, pelos risos, pela acolhida e por pensar que existe amor e solidariedade acadêmica.

Agradeço ao meu companheiro Samuel e aos meus familiares por estarem presentes, compreendendo minhas ausências.

Agradeço os amigos da UFOP que me incentivaram a buscar o doutorado!

*Este livro foi escrito  
por uma mulher  
que no tarde da Vida  
recria a poetiza sua própria  
Vida.*

*Este livro  
foi escrito por uma mulher  
que fez a escalada da  
Montanha da Vida  
removendo pedras  
e plantando flores.*

*Este livro:  
Versos... Não.  
Poesia... Não.  
Um modo diferente de contar  
velhas estórias.*

*(Ressalva - Cora Carolina)*

## RESUMO

LEÃO, Paula Silva. **As organizações religiosas centenárias no Ipiranga - São Paulo SP: lacunas na relação com a política de assistência social**

Esta tese é resultado de pesquisa que buscou investigar as organizações centenárias do território do Ipiranga na cidade de São Paulo que ofertam atenções socioassistenciais. Ela traz o histórico do território na compreensão de que esse é fruto das relações humanas e dos conflitos entre o capital e o trabalho. A tese apresenta a particularidade da ação social católica na cidade de São Paulo iniciada pelas irmandades, bem como a história dessa oferta a partir de sua constituição pelas organizações sociais católicas centenárias investigadas: o Instituto Cristóvão Colombo e a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora. Buscou compreender como se dá a relação entre as atenções sociais prestadas pelas organizações sociais com a política municipal de assistência social, identificando as lacunas existentes. Nessa reflexão aparece as especificidades das condições de trabalho existentes nas organizações da sociedade civil que expressam diversos níveis de desigualdade entre os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social e como esse trabalho atinge a qualidade dos serviços. A metodologia utilizada foi qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica, documental e seis entrevistas orais, que foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: organizações que atuam no território do Ipiranga; organizações sem termo de parceria ou fomento com o poder público, ou seja, sem financiamento provindo da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); organizações que tiveram orfanatos; orientação católica em sua atuação; organizações com mais de cem anos de fundação e permanência de atividade. Nesses critérios entrevistamos um/a dirigente, um/a coordenador/a de serviços e uma/a assistente social. Os resultados dessa tese apontam que há lacunas, tensões e disputas nas relações entre Estado e OSC's. Defende-se o estabelecimento de regras que fundamentem uma relação efetiva de parceria entre as entidades reconhecidas como de assistência social e a garantia das proteções sob responsabilidade da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), para assegurar a integralidade do atendimento dos usuários e usuárias dos serviços socioassistenciais.

**Palavras-chave:** Ação social católica. política nacional de assistência social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). organizações da sociedade civil – (OSC's)

## ABSTRACT

LEÃO, Paula Silva. **Centenary religious organizations in Ipiranga - São Paulo SP: gaps in the relationship with social assistance policy**

This thesis is the result of research that sought to investigate centuries-old organizations in the Ipiranga territory in the city of São Paulo that offer social assistance services. It brings the history of the territory with the understanding that it is the result of human relations and conflicts between capital and work. The thesis presents the particularity of Catholic social action in the city of São Paulo initiated by the brotherhoods, as well as the history of this offer from its constitution by the centuries-old Catholic social organizations investigated: the Instituto Cristóvão Colombo and the Fundação Nossa Senhora Auxiliadora. It sought to understand how the relationship between social care provided by social organizations and municipal social assistance policy occurs, identifying existing gaps. This reflection reveals the specificities of the working conditions existing in social assistance organizations that express different levels of inequality among workers in the Unified Social Assistance System and how this work affects the quality of services. The methodology used was qualitative, based on bibliographical and documentary research and six oral interviews, which were selected based on the following criteria: organizations that operate in the Ipiranga territory; organizations without a partnership or development agreement with public authorities, that is, without funding from the Municipal Secretariat for Social Assistance and Development (SMADS); organizations that had orphanages; Catholic orientation in its activities; organizations with more than a hundred years of foundation and continued activity. Based on these criteria, we interviewed a manager, a service coordinator and a social worker. The results of this thesis indicate that there are gaps, tensions and disputes in the relations between the State and CSOs. It is advocated the establishment of rules that support an effective partnership relationship between entities recognized as providing social assistance and the guarantee of protections under the responsibility of the National Social Assistance Policy (PNAS), to ensure comprehensive care for users of social assistance services.

**Keywords:** Catholic social action. social assistance policy. Unified Social Assistance System (SUAS). socio-assistance organizations – (OSCs).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Keating. Aldeia de Tibiriçá, ilustração de Caminhos da Conquista .....	34
Figura 2 - Keating. Colégio jesuíta às margens do rio Tamanduateí, ilustração de Caminhos da Conquista .....	35
Figura 3 - Obra de José Washt Rodrigues. In: Atlas Histórico Escolar, MEC-Fename, 1980. Uso amparado pela Lei 9610/98 .....	37
Figura 4 - Mapa de João Teixeira Albernaz, 1631. Domínio público, Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores .....	38
Figura 5 - Roteiro da Viagem de D. Luiz e Sespedes Xerias, ao Guairá, Via S. Paulo (Colonial).....	39
Figura 6 - Aclamação de Amador Bueno, proclamado rei de São Paulo pela população local, em 1641. Óleo sobre tela (65 x 87 cm) de Oscar Pereira da Silva, 1931. Uso amparado pela Lei 9610/98.....	41
Figura 7 - Rua do Carmo em 1700.....	42
Figura 8 - Antiga Igreja da Sé de São Paulo. Pintura de Benedito Calisto .....	43
Figura 9 - Largo do São Francisco. Faculdade de Direito e Igreja de São Francisco - 1862 .....	44
Figura 10 - Reprodução de Fotografia - Estação da São Paulo Railway - Lado Sudeste - Tirado do Seminário Episcopal - Em Direção ao Bairro de Santa Ifigênia e ao Núcleo Urbano – 1862.....	45
Figura 11 - Mercado dos Caipiras na Várzea do Carmo 1867 .....	46
Figura 12 - Escravizados urbanos coletando água no Brasil da década de 1830 .....	47
Figura 13 - Comércio em frente ao Mercado Municipal - Pastore, Vincenzo (1910 circa) .....	48
Figura 14 - As lavadeiras às margens do Tamanduateí. Em segundo plano, a Ponte do Carmo. Cartão postal de Guilherme Gaensly, entre 1900 e 1905.....	49
Figura 15 - São Paulo Railway Company: Serra do Mar. Foto de Manuel, F. (Frédéric) - 1906 .....	50
Figura 16 - Vista Geral da Hospedaria dos Imigrantes 1887.....	52
Figura 17 - Esquema da Organização da Assistência aos Imigrantes .....	53
Figura 18 - Primeiro prédio do Instituto Cristóvão Colombo .....	58
Figura 19 - Asilo de Meninas Órfãs Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga .....	59

Figura 20 - Construção dos trilhos que interligavam o bairro do Ipiranga .....	60
Figura 21 - 1900 - Grupo escolar e hotéis italianos no Largo do Brás. Operários trabalham na instalação dos trilhos das linhas de bonde. Foto de Guilherme Gaensly .....	64
Figura 22 - Estação do Ipiranga em 20.03.1906 .....	64
Figura 23 - Rua Bom Pastor em 1925.....	65
Figura 24 - Rio Tamanduateí correndo ao lado da Rua 25 de Março; ao fundo, o mosteiro de São Bento. Foto de Militão Augusto de Azevedo, em 1862.....	67
Figura 25 - Greve Geral de 1917.....	70
Figura 26 - Mapa de Vulnerabilidade e Baixa Renda do território do Ipiranga .....	73
Figura 27 - Participação de Empregos Formais no Ipiranga .....	74
Figura 28 - Taxa de Crescimento e variação de Emprego no bairro do Ipiranga .....	75
Figura 29 - Árvore na Estrada das Lágrimas.....	76
Figura 30 - Chácara da Dona Veridiana. Gaensly, Guilherme, 1843-1928 .....	116

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Ciclo de relações no território .....	30
Gráfico 2 - Distribuição de entidades privadas de Assistência Social – Brasil – 2011 .....	168
Gráfico 3 - Percentual de entidades, por forma de acesso dos usuários aos serviços, segundo porte populacional – Brasil – 2011 .....	169
Gráfico 4 - Percentual de entidades, por Serviços de Proteção Social Básica que realiza, segundo porte populacional – Brasil – 2011 .....	170
Gráfico 5 - Distribuição percentual de entidades por receita financeira total da entidade em 2010, segundo porte populacional – Brasil – 201 .....	171
Tabela 1 - Distribuição de entidades por porte populacional – Brasil – 2011 .....	167

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBAS	Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNEAS	Cadastro Nacional de Assistência Social
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNSS	Conselho Nacional da Seguridade Social
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESSSP	Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FUNSAI	Fundação Nossa Senhora Auxiliadora
IAPAS	Administração da Previdência e Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Instituto Cristóvão Colombo
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da sociedade civil
MVA	Museu Vicente de Azevedo
NOB	Norma Operacional Básica
OCC	Orphanato Cristóvão Colombo
OSC	Organização Socioassistencial
PAM	Posto de Assistência Médica
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PDMA Sp Paulo	Plano Decenal Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo
PIS	Programa de Integração Social
PL	Projeto de Lei
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROEX	Programa de Excelência Acadêmica
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SABESP	Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SMADS	Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social
SPR	São Paulo Railway
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TNSS	Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UNAS	União de Núcleos e Associações
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

Introdução .....	16
1 IPIRANGA - CIDADE DE SÃO PAULO: um olhar sobre a formação SÓCIO-HISTÓRICA.....	24
1.1 Território: aproximações conceituais .....	25
1.2 Lentes sobre a cidade de São Paulo e o Ipiranga.....	32
1.3 Ipiranga: um olhar no século XXI.....	71
2 A IGREJA CATÓLICA E AS AÇÕES CARITATIVAS NO TERRITÓRIO DO IPIRANGA.....	80
2.1 A Igreja Católica .....	80
2.2 As ações sociais na cidade de São Paulo.....	99
2.3 A Missão Scalabriniana e o Instituto Cristóvão Colombo .....	104
2.4 A Benemerência do Conde José Vicente de Azevedo e a FUNSAI .....	129
3 AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PRIVADAS PRESTADORAS DE ATENÇÕES SOCIAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO - SP .....	143
3.1 As Organizações da sociedade civil no Sistema Único de Assistência Social - SUAS.....	144
3.2 As organizações privadas sem os instrumentos jurídicos de contratualização .....	165
3.3 As relações de trabalho nas organizações da sociedade civil na Capital Paulista .....	182
CONCLUSÕES .....	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	202
APÊNDICES.....	211

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que agora se materializa nessa tese possui várias vias de sentidos. Sentidos estes que seguem desde um aprofundamento científico, teórico e prático, até a conclusão de um trabalho que poderá contribuir com a sociedade, em especial para o aprimoramento do trabalho de assistentes sociais e dos demais profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade de São Paulo e que também possa contribuir para a efetivação dos direitos sociais das cidadãs e cidadãos usuárias e usuários das políticas públicas.

O objeto de estudo dessa pesquisa foi conhecer as organizações da sociedade civil centenárias e católicas prestadoras de serviço sem vínculo SUAS no território do Ipiranga na cidade de São Paulo – SP, em particular o Instituto Cristóvão Colombo - ICC e a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora – FUNSAI, a partir das relações que se estabelecem no campo da Política de Assistência Social.

Nossos questionamentos buscaram responder se entre o Estado e as Organizações da sociedade civil, especificamente na oferta de serviços, haveria uma transferência de responsabilidade do caráter público dos serviços. Questionamo-nos se existem outras formas de prestação de serviços que não são regulamentados pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, aprovado em 31 de julho de 2014. Então, buscamos conhecer o território do Ipiranga – cidade de São Paulo-SP - sob a perspectiva histórica de desenvolvimento do bairro, vez que ele fora periferia da cidade e, por assim ser, abrigou as crianças e os excluídos da sociedade.

Procuramos investigar, historicamente, a inserção da Igreja Católica no território e a iniciativa das atenções sociais da época para compreender como surgiu essa forte relação entre Igreja e Sociedade Civil na oferta de atenção aos chamados “necessitados” e no processo de efetivação do SUAS na cidade.

A partir de então surgiu a indagação da existência de organizações centenárias católicas que ainda prestam serviços sociais no Ipiranga sem vínculo SUAS e como essas se mantêm e ofertam esses serviços. Sequencialmente, buscamos entender a relação das organizações com a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS, vez que essa é uma certificação que concede reconhecimento e concessões tributárias, mas não necessariamente determina o que é uma organização da sociedade civil sem vínculo SUAS e como deve ser ofertados suas atenções. Também, procuramos compreender a oferta de serviços sem vínculo

SUAS pela perspectiva da direção das organizações e de seus trabalhadores através das entrevistas.

Nesse contexto é importante saber que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma política pública brasileira que visa organizar e estruturar a oferta de serviços sociais, buscando garantir direitos e promover a inclusão social. Ele é composto por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que são oferecidos através da articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil.

A Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) é um instrumento que reconhece o caráter beneficente e a contribuição das entidades para a assistência social, mas é importante lembrar que sua criação é anterior a Constituição Federal de 1988, guardando contradições e tensões com a Política de Assistência Social. Essa certificação é importante para as organizações que buscam isenção de contribuições fiscais.

As Organizações Privadas de Assistência Social sem Termo de Parceria são aquelas que, mesmo não estando formalmente vinculadas por um Termo de Parceria no âmbito do SUAS, desempenham atividades relacionadas à assistência social. Essas organizações podem atuar de forma complementar ao Estado, contribuindo para a oferta de serviços e ações que promovam o bem-estar social. Estas podem, ou não, ter Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social.

A relação entre esses elementos está na interconexão entre o SUAS, a certificação das entidades beneficentes e as organizações privadas de assistência social. As entidades certificadas podem atuar como parceiras no SUAS, contribuindo para a execução de programas e ações de assistência social. Mesmo aquelas organizações que não possuam um Termo de Parceria formal podem desempenhar um papel relevante no contexto do sistema, colaborando para a promoção da cidadania e o atendimento às demandas sociais. A articulação entre esses elementos contribui para uma abordagem mais ampla na oferta de atenções e benefícios sociais.

O território pesquisado foi definido por suas particularidades históricas. Como a expansão urbana atendeu aos primeiros fluxos migratórios e à instalação do parque industrial paulistano, o Ipiranga tornou-se um bairro fabril e operário, onde as expressões da questão social surgiam e, conseqüentemente, eram objeto de atuação da "Igreja". No território deparamo-nos com as ações do Conde Vicente de Azevedo, proprietário de grande parte dos terrenos no Ipiranga e que, fundamentado nos

princípios de solidariedade cristã, agia com colaboradores notáveis, entre eles Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus - Santa Paulina - e Padre José Marchetti, em processo canônico de beatificação.

A metodologia adotada combinou a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa empírica, qualitativa, com sujeitos pré-definidos das instituições selecionadas. Compreendendo que algumas informações não podem ser obtidas por meio de pesquisa bibliográfica, documental ou de observação, propusemo-nos a fazer pesquisa qualitativa e a coletar dados através de entrevistas.

As reflexões presentes nessa pesquisa foram fundamentadas no entendimento de que o conhecimento é construído em sua dependência histórica das relações desiguais na sociedade e produzido tomando por base o que está na realidade, socialmente determinada pelo curso dos eventos históricos e das ideologias de uma época. Entende-se aqui que o conhecimento depende dos estágios do processo de produção e reprodução na sociedade em modos gerais.

Outrossim, defendemos que a ciência produz conhecimento sobre a realidade para transformá-la. Dessa forma, conhecer a realidade torna-se um meio para conduzir o processo histórico, no mundo concreto, em constante reformulação. Sabe-se, no entanto, que o conhecimento não é condição suficiente para que ocorra transformação; deve ele ser articulado ao correspondente processo prático para sair da condição de projeto idealizado.

Compreendemos, assim, que o método materialista histórico e dialético possibilita entender o objeto de estudo a partir de uma base concreta da realidade social, analisar as partes que compõem este objeto por meio de uma abstração, descobrindo suas variantes, conexões, determinantes, procedendo à síntese, ainda por meio de abstração e, por último, possibilita colocar novamente na realidade social o objeto estudado.

As entrevistas fundamentaram a pesquisa, que buscou compreender os impactos na representação de direitos ofertados aos usuários e as relações de trabalho no SUAS na Cidade de São Paulo – SP, com base em um roteiro de questões semiestruturadas, para compreender a perspectiva dos diretores e trabalhadores dessas organizações da sociedade civil anteriormente citadas. A amostra foi composta por um/a dirigente, um/a coordenador/a e um/a trabalhador/a - assistente social em cada uma das OSC.

O território do Ipiranga, segundo a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social – SMADS, publicado em fevereiro de 2023, possui 13 organizações com vínculo SUAS. Elas ofertam 33 serviços, somente o distrito do Ipiranga contempla dezoito organizações da sociedade civil, aqui abrangendo as organizações que não possuem vínculo SUAS, segundo o cadastro do Conselho Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo - COMAS. Metade delas, ou seja, nove, não possui vínculo SUAS e são consideradas entidades sem serviços vinculados com a cidade. Cinco delas são católicas ou de formação católica e duas prestam serviços há mais de cem anos, ininterruptamente.

Assim, selecionamos os critérios abaixo para direcionar nossa pesquisa:

- Organizações que atuam no território do Ipiranga;
- Organizações sem termo de parceria ou fomento com o poder público, ou seja, sem financiamento provindo da SMADS;
- Organizações que tiveram orfanatos;
- Orientação católica;
- Com mais de cem anos de fundação e permanência de atividade;

Nesses critérios, pesquisamos o Instituto Cristóvão Colombo - ICC e a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora – FUNSAI.

No que diz respeito aos entrevistados, estabelecemos que estes deveriam ser vinculados às Instituições selecionadas. As restrições de gênero, idade e tempo de atividade profissional foram consideradas irrelevantes, mas precisariam ter as seguintes características:

- a) Dirigentes com mais de três anos em exercício, pois haveria questões sobre a história da instituição;
- b) Coordenadores que gerenciassem a totalidade dos serviços e lidassem com os credenciamentos da instituição, isso porque haveria indagações sobre o entendimento do credenciamento e da oferta dos serviços;
- c) Trabalhadores diretos dos atendimentos, assistentes sociais, para compreender a dimensão política do trabalho ofertado.

O número de entrevistados foi previamente estabelecido, considerando as limitações de tempo de pesquisa e da pesquisadora.

Apresentamos no terceiro capítulo os resultados de entrevistas feitas com dois dirigentes, sendo um sacerdote formado em teologia e filosofia, o outro bacharel em direito, dois homens, ambos idosos. Sequencialmente entrevistamos dois

coordenadores de serviço, sendo um homem e uma mulher, ambos formados em serviço social e duas trabalhadoras diretas do serviço, formadas em serviço social. Cada um deles foram entrevistados individualmente tempo, portanto, trata-se de seis entrevistas. Essas pessoas foram selecionadas de acordo com certos critérios estabelecidos após a qualificação para obter as perspectivas sobre o serviço prestado em diferentes cargos e níveis de hierarquia.

Neste estudo, além de selecionar os entrevistados segundo sua ocupação na organização, foi preciso selecioná-los de acordo com sua experiência e tempo de trabalho.

Entendemos que a seleção de participantes em pesquisas qualitativas pode ser conduzida com base nos princípios de homogeneidade ou heterogeneidade. Tipicamente, busca-se manter a homogeneidade das características dos participantes, dado que esse método é frequentemente empregado para examinar o comportamento de grupos com características específicas. A homogeneidade pode ser abrangente ou fundamental. Na primeira, uma variedade de características compartilhadas pelos entrevistados é combinada, tais como faixa etária, profissão, gênero, local de residência, entre outras. Na segunda, escolhe-se uma ou poucas características em comum, como uma determinada experiência profissional ou hábito pessoal. Nesta tese, optamos por utilizar uma amostra com homogeneidade fundamental, pois consideramos mais pertinente estabelecer critérios para a seleção das instituições do que focar nas características individuais do seguimento.

Adotamos o anonimato como procedimento ético a fim de não revelar as identidades dos participantes, porém identificamos as instituições.

Após seleção dos critérios e características dos participantes, entramos em contato com os coordenadores para agendar as entrevistas, assim, fomos recepcionados pelos entrevistados nas próprias instituições, em sala reservada, sem interferências externas. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro de entrevistas semiestruturado, estipulado anteriormente, o qual continha poucas questões, que disponibilizamos nos apêndices, a proposta é que os entrevistados se sentissem à vontade para trazer outros elementos para entrevista. Outra estratégia para gerar a naturalidade almejada é não permanecer preso à ordem dos itens no roteiro. Assim, as perguntas foram feitas de acordo com o fluxo da conversa, respeitando, na medida do possível, a linha de raciocínio do entrevistado.

As perguntas foram formuladas de maneira aberta, possibilitando que os entrevistados expressassem livremente o que considerassem mais relevante. A uniformidade nos itens do roteiro foi mantida com o intuito de facilitar a análise dos depoimentos, conforme será detalhado posteriormente na seção sobre a análise do material. Escolhemos fazer entrevistas presenciais, pois os entrevistados teriam mais disponibilidade de conversar presencialmente.

As entrevistas foram gravadas com o auxílio de aparelhos eletrônicos no formato mp3 e posteriormente transcritas tomando-se o cuidado para manter as frases exatamente como foram enunciadas pelos entrevistados.

A análise dos depoimentos coletados em todas as entrevistas foi conduzida em duas fases distintas: (a) análise inter-participantes, na qual as respostas de todos os participantes foram examinadas em conjunto, e (b) análise intra-participantes, na qual os depoimentos individuais de cada participante foram analisados separadamente.

Na primeira fase, as respostas de todo o grupo foram comparadas de maneira sistemática, com o objetivo de identificar padrões recorrentes. Essa abordagem foi viabilizada pelo fato de que todos os itens do roteiro deveriam ser abordados obrigatoriamente por cada participante. Tal etapa possibilitou uma compreensão global dos depoimentos e destacou a dimensão social da questão em análise.

Durante o processo investigativo, as divergências entre as falas dos dirigentes se tornaram evidentes, revelando perspectivas e interesses nas relações com o Estado. Enquanto alguns líderes expressavam conhecer a política de assistência social, percebia-se que não se apropriavam das terminologias da política nacional da assistência social. As entrevistas desempenharam um papel crucial, fornecendo dados sobre a relação da atenção ofertada pela organização e da relação com o Centro de Referência da Assistência Social. As abordagens enriqueceram o processo investigativo, permitindo uma compreensão mais abrangente dos eventos e das dinâmicas organizacionais envolvidas. Ao analisar as falas percebemos poucas divergências de conteúdo, mas em especial, nas entrevistas com os trabalhadores do SUAS observamos uma leitura de que as OSC ofertavam um serviço tipificado.

Por fim, problematizamos as relações e disputas, aqui entendidas como lutas pelo reconhecimento nas prestações dos serviços pelas organizações privadas e as tensões devidas pelos impasses da ação que fogem do modelo de convênio estabelecido pelo edital e pelo repasse financeiro estipulado pela SMADS.

Então, essa tese está estruturada em 3 capítulos. No primeiro capítulo - O Território do Ipiranga - Cidade de São Paulo - dialogamos como as relações criam o lugar, o território e como dessas interações surgem as possibilidades reais e efetivas para se construir bases políticas e de luta por direitos e sobrevivência. O lugar torna-se o cenário onde as pessoas podem se organizar, unir-se e enfrentar as dinâmicas injustas que afetam suas vidas. É onde a resistência ganha forma e onde se busca a justiça em meio às complexas relações sociais e econômicas. O bairro do Ipiranga, na cidade de São Paulo, historicamente conhecido no país pelo chamado grito da Independência e pelo Museu do Ipiranga, passa a ser conhecido nessa tese por muitas outras particularidades, dentre elas por ter sido uma zona periférica em constantes modificações.

A importância de trazer neste primeiro capítulo a história de ocupação da região do Ipiranga da cidade de São Paulo, se justifica pela necessidade de compreender as transformações que se deram ao longo do tempo e impactaram as relações entre organizações da sociedade civil e Estado.

Nesse capítulo, apresentamos imagens que ilustram a história e instiga nossa compreensão sobre as transformações materiais e relacionais.

No segundo capítulo - A Igreja Católica e as Ações Caritativas no Território do Ipiranga - buscamos compreender as organizações centenárias católicas que nos motivaram a entender o início das obras sociais, dessa forma, chegamos nas irmandades religiosas e leigas que ofertaram as primeiras atenções sociais na cidade, diferentemente do que se pensava ou se generalizava sobre a oferta das atenções pela Igreja Católica. As primeiras atenções foram heterogêneas desde sua gênese, com as irmandades religiosas provindas diretamente da Igreja, das irmandades leigas abastadas e das irmandades da classe que vivia do trabalho, sendo essa a segunda veia de sentido dessa tese.

Pudemos, assim, chegar nas organizações motivadoras dessa pesquisa, conhecendo de forma mais aproximada o Instituto Cristóvão Colombo e a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora e a motivação dos seus fundadores, ambas imbuídas em atuar diretamente nas frações da questão social que atingiam as crianças há mais de cem anos. Os motivos da pesquisa justificam-se por conhecer a caridade cristã, que se tornou uma válvula de indignação diante das injustiças sociais.

No terceiro capítulo, as organizações da sociedade civil Prestadoras de Serviços na Construção do SUAS na Cidade de São Paulo – SP, aproximamo-nos das

organizações da sociedade civil prestadoras de serviços na cidade de São Paulo e compreendemos a forma particularizada como o SUAS foi ganhando forma e movimento na cidade de São Paulo com as ‘pernas’ da sociedade civil e a ‘cabeça’ do Estado, ou seja as ações socioassistenciais já eram desenvolvidas pelas irmandades e posteriormente pelas organizações; somente depois do marco regulatório das organizações da sociedade civil e os termos de fomento é que se ganha uma direção de política pública terceirizada.

Analisamos o “esquecimento” das organizações da sociedade civil sem termo de fomento ou colaboração pela SMADS e a perspectiva de trabalho ofertado por elas. Por fim, apresentamos a exploração e a diversidade do trabalho nas organizações da sociedade civil prestadoras de serviço na cidade, outro ponto a ser aprofundado e questionado.

Finalizamos com a síntese desse estudo, mostrando que as organizações privadas que prestam serviços socioassistenciais na cidade de São Paulo não contam com supervisão técnica e acompanhamento do Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), não correspondendo ao que orienta o Sistema Único de Assistência Social; atrelada a essa questão, as derivações da “terceirização” dos serviços geram desigualdades e precariedade no trabalho.

Os temas aqui apresentados trazem partes de indagações que caminharam conosco e não foram respondidas, lacunas que acompanham nossa trajetória profissional, de jornadas completas de pensamentos que ultrapassaram 40 horas semanais. Trajetórias que se afunilaram no doutorado, marcado por embates, lutas, sobrevivência...várias e complexas situações vividas a cada manhã, de olhos abertos: mais um dia! Somos humanos, continuamos! Lembre-se!

Trouxemos aqui condensações de estudos de resistência e experiências intensas. A pesquisa que ora se apresenta pode conter incompletudes, mas certamente não trará omissão ou mesmo falta de vinculação ética e política com o serviço social e a classe trabalhadora. Parafraseando João Cabral de Melo Neto, “desse trabalho final de algumas páginas. Em vez de juízo final a mim preocupa o sonho final”.

## 1. IPIRANGA - CIDADE DE SÃO PAULO: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA

*Somos poemas pra ninguém, tradição oral de um povo leigo  
Infernos individuais dentro de olhares meigos*  
**Marcelo Gugu<sup>1</sup>**

Iniciamos o capítulo com a premissa de conhecer a formação do Ipiranga na perspectiva de um território que passou por diversas formas de exploração: da colonização, do trabalho escravo e do trabalho dos migrantes na industrialização. O Ipiranga "abraçou" a ação social católica, através da atuação do Conde José Vicente de Azevedo e das Congregações Católicas convidadas por ele, e, assim, foi desenvolvendo suas atividades e cultura com ares "ítalo-afro-tupiniquins".

Utilizamos autores que fazem suas reflexões pela perspectiva crítica social para compreender a ocupação da cidade de São Paulo e como seus contornos históricos desenharam o bairro que hoje analisamos sob a perspectiva ampliada de conhecer o território e os significados que esta palavra carrega consigo.

Escolhemos algumas imagens para ilustrar épocas longínquas que nossa imaginação pouco alcança. Trouxemos também o imaginário ibérico de bem x mal e as influências culturais dele na ocupação do solo e nas ações desenvolvidas.

Por fim, trouxemos informações da contemporaneidade para elucidar as transformações do Ipiranga e as permanências especialmente das expressões da questão social localizadas fundamentalmente na maior favela da América Latina: Heliópolis.

---

<sup>1</sup> Marcello GuGu, nasceu em São Paulo mais precisamente no Ipiranga, no dia 28 de outubro de 1985. Começou a se interessar por música desde pequeno, tendo um pai guitarrista que sempre incentivou a pesquisa e o estudo. Sua carreira começou aos 14/15 anos, e, diferentemente da maioria que inicia no rap, Marcello Gugu não escrevia suas rimas; ele preferia fazer freestyle (modalidade de rap onde as letras são feitas de improviso, baseadas no que se vê, se sente ou se imagina, assim como fazem os repentistas nordestinos).

## 1.1 Território: aproximações conceituais

Trazemos aqui a compreensão de Harvey (2005) de que a dinâmica histórica da acumulação capitalista permite fortalecer uma determinada leitura sobre o território sócio historicamente produzido nas dinâmicas de acumulação do capital, com vistas a contribuir para intervenções dos sujeitos políticos que o ocupam, pela ótica da transformação social e da garantia de direitos. Para Harvey, a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como pelos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções (HARVEY, 1989, p. 201). Assim sendo, “todo o processo de transformação da sociedade deve apreender a complexa estrutura a transformação das concepções e práticas espaciais e temporais” (HARVEY, 1989, p. 201).

Para o autor, as transformações geográficas foram de fato estratégicas para a burguesia, como classe em ascensão, para solapar e subverter os poderes feudais restritos a territórios, continuando no poder a sua “missão revolucionária” (HARVEY, 2004, p. 41).

Entendemos conveniente trazer para a tese a ponderação sobre colonização feita por Antônio Carlos Robert Moraes, uma vez que ele destaca que, no caso brasileiro, nossa ideia de território é diferenciada, pois, como colônia que “fomos” (somos), fruto da conquista territorial das metrópoles coloniais ibéricas e posteriormente das potências econômicas anglo-saxãs, nunca pudemos pensar em uma nação e um território para si. Obtivemos uma identidade periférica que nos deixou uma condição de dependência, em diversas circunstâncias, e um território apenas como projeto ideológico, um discurso legitimador da dominação sob os dominados.

Desse modo, a “construção dos Estados periféricos faz-se a partir de heranças coloniais existentes, seja no que importa aos sistemas de produção, à estrutura político-administrativa, ou mesmo à identidade vigente entre os operadores do processo” (MORAES, 2002, p. 102). O território configura-se como unidade físico-ideológica, através de um projeto nacional voltado para o futuro, o que o autor chama de “pacto que amarrava as elites coloniais em um compromisso político comum com fundamento na reprodução do poder de mando dessas elites sobre seus espaços de dominação” (MORAES, 2002, p. 102).

Já Rodrigo Diniz e Dirce Koga (2020) afirmam que os territórios surgem como resultados da materialização da ação humana, sendo principalmente moldados pelas

interações dos indivíduos em sua interação direta com a natureza. Esse processo envolve a transformação do espaço natural em um espaço social, que é modificado de maneira humana para atender às demandas das pessoas.

Segundo referidos autores, o território emerge das interações fundamentais do ser humano, pois é durante o processo de modificação da natureza pelo trabalho que o indivíduo também passa por mudanças, influenciando diretamente o espaço e remodelando-o de acordo com suas necessidades básicas. É por essas intermediações que o espaço social é criado, evoluindo para um território que é um espaço de relações construído pela intervenção humana, uma materialização do trabalho em resposta às exigências dos indivíduos.

Dessa forma, pensar sobre o território significa problematizar as relações sociais, o processo de produção dos homens, a forma de organização da vida social. O território não está descolado das formas de existências, dos modos de produção construídos ao longo da história, ao contrário, são partes do processo de trabalho humano, sinalizam a materialidade do modo de organização produtiva de cada sociedade, são concretizações de cada estágio do processo civilizatório. (DINIZ; KOGA. 2020, p. 237)

Dessas transformações espaciais, territoriais e relacionais vão emergindo características de um país novo, com um Estado frágil; no plano externo, a divisão internacional do trabalho, a condição periférica na limitação quanto à emancipação política e a subalternidade na economia mundial capitalista.

Pensar o território e suas relações leva-nos a considerar que só se pode pensá-lo partindo de sua história e compreendendo as relações que ali se desenvolveram.

Nessa perspectiva, o conceito de território aqui compreendido é de que o território é essencialmente o resultado da atividade laboral do ser humano, que converte o espaço natural em um local habitável, onde se pode viver, trabalhar e se desenvolver como ser social, assim, os territórios são frutos das relações sociais que se estabelecem em determinados espaços ou lugares.

Nessa premissa, trazemos a afirmação de Sposati no Plano Decenal Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo (PDMSSp):

(...) o entendimento que a política social se constrói efetivamente a partir do **chão onde vivem concretamente as pessoas**. Ali se expressam singularidades, história, culturas, lutas, explorações, vitórias. É no território que as necessidades transitam de individuais para coletivas passando pela mediação, no mais das vezes, de núcleos domiciliares de convívio cotidiano. (PDMSSp, 2016, p. 12.) [grifos no original]

Outro ponto que queremos destacar é a relevância da religião no desenvolvimento da região, vez que essa relação fez-se presente na cidade de São Paulo e na região do Ipiranga. Antes de adentrar nos aspectos históricos e relacionais, destacamos o lugar dado ao sagrado em um território que foi apresentado sob a perspectiva profana.

Os principais colonizadores do Brasil (Portugal e Espanha), eminentemente católicos à época, chegando em um espaço do Novo Mundo, depararam-se com novidades, diferentes pessoas, locais onde foi preciso agregar os valores religiosos do imaginário cristão dos europeus para efetivarem a colonização em sua totalidade.

O imaginário, ou seja, o conjunto das ideias e imagens que fazia parte da mentalidade dos europeus, foi projetado sobre aquilo que eles viram de diferente durante as viagens pelo mar e ao entrarem em contato com terras desconhecidas. Dessa forma, assim que os colonizadores desceram em terra, que mais tarde apelidaram de continente americano, tudo aquilo que havia de exuberante ou de estranho foi identificado com as imagens que já lhes eram familiares. Aqui, eles associavam as imagens, os fatos de acordo com suas vivências historicamente construídas na Ibéria. Esse pensamento, habitual dos ibéricos, projetou-se sobre a realidade que estava diante deles, e essa percepção orientou os portugueses, que viram no “Novo Mundo” vários assombros e criaturas fantásticas e maravilhosas.

Tal percepção fez com que os lusitanos acreditassem ter chegado ao Éden Terrestre (lugar onde se deparava com o estado original do mundo, ou seja, onde se encontravam a falta do pecado original, a inocência e a liberdade). A beleza natural e o ar puro eram características que levavam o "Novo Mundo" a ser comparado ao paraíso do Éden, por relacionar os atributos das novas paisagens com as paradisíacas e por encontrar semelhanças entre elas. Destarte, tornava-se mais compreensível a existência dessas novas terras. É bom mencionar que, na época, a ciência não possuía tamanho acúmulo e disseminação, prevalecendo os mitos, em especial os religiosos.

Se existia a imagem paradisíaca, havia também a imagem de inferno entre os europeus contemporâneos no momento das grandes navegações. Eram indivíduos com uma religiosidade profunda, e suas mentes eram permeadas por uma constante dualidade entre o que era considerado bom e mau. Para melhor compreendermos o contexto da época, especialmente em Portugal, que vivia uma transição de escolas

literárias, o Humanismo situava-se numa fase de mudança entre a decadência dos valores feudais e o surgimento do Renascimento, motivado, inclusive, pelas navegações. Uma das principais obras do período, a peça 'Auto da Barca do Inferno', de Gil Vicente, foi representada pela primeira vez em 1517. Ela integra as famosas "Barcas", juntamente com o Auto da Barca do Purgatório (1518) e Auto da Barca da Glória (1519).

A ação do Auto da Barca do Inferno passa-se em um porto, situado em um mundo além-túmulo, no qual estão situadas duas barcas: a primeira, chefiada pelo Diabo, tem como destino o inferno; a segunda, capitaneada pelo Anjo, seguirá para o paraíso. Percebe-se um espectro de mundo cristão, fundamentado na crença de vida após a morte e na gratificação das virtudes e punições dos pecados.

Percebemos, assim, que no Novo Continente não foram identificadas apenas características paradisíacas, como a vegetação exuberante, por exemplo, mas também demoníacas, como os inúmeros insetos e animais peçonhentos, o forte calor e, principalmente, os costumes das gentes da terra, isto é, dos povos de origem dessa terra: os indígenas.

Os povos indígenas foram também relacionados a indivíduos que estavam presentes no pensamento dos ibéricos: suas qualidades assemelhavam-se às dos "homens animais" que habitavam livremente as matas, gozando de liberdade e vivendo com base em seus instintos. Todos esses atributos eram contrários ao ser humano, na concepção que os europeus tinham como modelo, saindo de um pensamento medieval, portanto, cavaleiro e cristão. As cerimônias dos povos originários, suas danças, o fato de estarem com seus corpos nus, suas relações sexuais, sua tranquilidade interpretada como preguiça, seus deuses, suas práticas religiosas, foram vistos pelos ibéricos como ações demoníacas, sobretudo o ritual antropofágico, no qual se comia a carne humana.

Contudo, deve-se compreender que esses traços atribuídos aos indígenas têm uma razão de ser, pois aqueles que escreviam sobre o modo de viver dos índios tinham uma visão centrada na religiosidade e nos padrões de vida ibéricos. Além disso, a assimilação do que havia no imaginário colonizador com a realidade colaborou para que o diverso não fosse visto realmente como era, mas sim filtrado por algo que já era conhecido e comum pelos ibéricos cristãos.

De tal modo, podemos compreender que os portugueses não visualizaram os indígenas como seres humanos com um modo de vida diferenciado, mas

identificaram-nos com os “homens selvagens”, desclassificando seus costumes e hábitos. Os lusos consideraram as práticas indígenas como demoníacas, identificando suas ações religiosas com bruxaria, feitiçaria e outros tantos rituais anticristãos que já faziam parte de sua mentalidade. Assim, eles conseguiram dar sentido a algo nunca visto, associando-o ao que já era conhecido por eles: se não fosse divino, por base dualística de bem e mal, seria monstruoso e demoníaco.

Pode-se concluir que a visão que os ibéricos tiveram do novo território e das pessoas que aqui viviam permanecia baseada no pensamento eurocêntrico, marcado pela religiosidade e pela crença em uma série de mitos e superstições. Todas as ideias que rodeavam o imaginário dos portugueses durante os sécs. XV e XVI acabaram sendo ligadas ao que era conhecido do Novo Mundo (Américas), de forma que ele pudesse ser entendido. Então, os juízos de bem e mal, de Paraíso e Inferno, dirigiram a visão que foi difundida sobre as novas terras e sobre aqueles que a habitavam. O território sagrado é o local protegido por Deus de mazelas; desse modo, o local que não contemplasse uma capela, um local com imagens sacras e que possibilitasse as cerimônias poderia vir a ser amaldiçoado.

De modo antagônico ao que acontece no ambiente profano, onde não é aceitável nenhum direcionamento da vida (perdidos – perdição), a manifestação do divino-sagrado revela o ponto “real” de referência que possibilita a orientação e direção do homem/mulher religioso/a, “pessoas de bem”.

Percebemos, pois, que os movimentos do território ocorreram eminentemente pela ocupação do espaço pela classe trabalhadora, onde foi sendo assentada a força de trabalho e construídas as periferias, ao passo que, também em movimento, foram dando espaços a outros comércios e indústrias, empurrando a classe que vive do trabalho para cada vez mais distante do centro, construindo e transformando outros espaços mais longínquos em periferias e favelas.

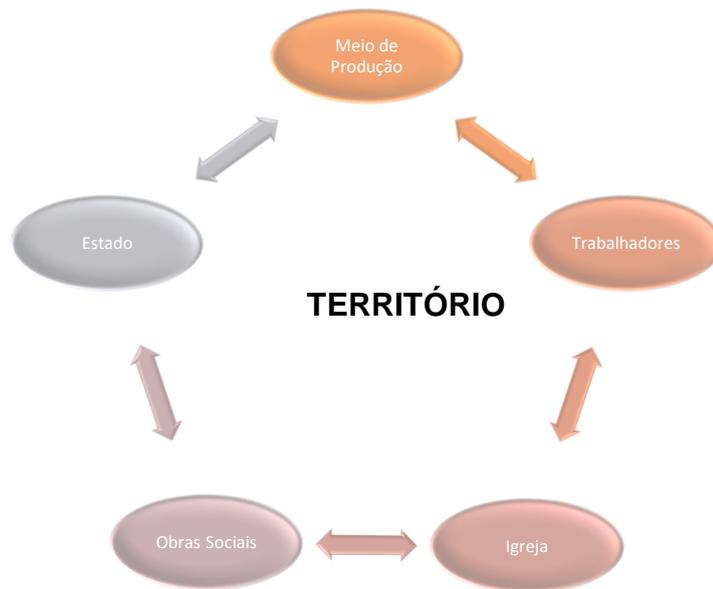
Conforme Aldaiza Sposati:

Ao que parece, o crescimento do poder das periferias ou dos locais onde se assenta, predominantemente na feição que os serviços sociais municipais adquirem ao longo do tempo. À medida que a periferia se projeta para o “centro”, em que as “vilas” ganham um peso de “bairros residenciais”, os serviços sociais municipais vão assumindo novas feições na cidade. Inicialmente, eram os “bairros” fabris ou operários que, na década de 30, receberam os parques infantis. Em 50 são as “vilas”, trazidas ao cenário por Jânio Quadros e reproduzidas pela imagem da Vila Maria, onde serão instalados postos de saúde e escolas. Isto não significa, porém, que as periferias tenham suas necessidades atendidas, pois a ascensão dos

encargos sociais nas políticas de ação municipal, em São Paulo, se deu de forma casuística, fragmentada, como medidas pontuais, setoriais e ainda fortemente mescladas pela presença de esforços e recursos comunitários. Foi assim com as escolas, os postos de saúde e as creches. Com isso, os serviços sociais municipais carregam um “imbricamento genético”, do privado para o público, dificultando sua visibilidade como responsabilidade social do governo municipal (SPOSATI, 1988, p. 234)

Essa relação de ocupação dos espaços pelos movimentos sociais também ocorre historicamente na cidade de São Paulo na implantação dos serviços sociais, como veremos adiante, com grande pertencimento religioso que motivou a ação social, *a priori* por suas irmandades e posteriormente comunitárias. Havia uma relação de poder, pertencimento e dependência que girava em um ciclo. Para melhor exemplificar, segue o gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Ciclo de relações no território



Fonte: produzido pela pesquisadora

Nessas relações acrescentamos um outro elemento que vem “salgar” a particularidade da implantação dos serviços sociais assistenciais na cidade de São Paulo, qual seja, a centralização da luta na conquista do território e dos direitos como forma de poder. Ao contrário de muitas cidades, onde a luta por direitos dava-se junto ao Estado, em São Paulo observa-se uma relação em que o “Estado ajuda quando

não atrapalha”<sup>2</sup>, atrelando esse posicionamento a quem executava e executa parte das proteções sociais.

Os movimentos sociais, no período pós-ditadura vivenciado, tiveram a forte inserção e protagonismo das organizações da sociedade civil lutando, juntos, pela Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, concordamos que

A terra não é considerada apenas como um meio de produção, o que supera uma concepção estreitamente economicista, mas ao contrário, o território é o espaço no qual se constrói coletivamente uma nova organização social, onde os novos sujeitos se instituem, instituindo seu espaço e apropriando-se dele material e simbolicamente (Zibechi, 2015, p. 204).

Vamos inicialmente examinar as ramificações dessa decisão, com foco especial naquilo que se revela de extrema importância. A terra<sup>3</sup>, enquanto um dos fatores de produção no sistema capitalista, assume uma posição crucial, já que ela é considerada propriedade privada e desempenha um papel como componente do capital, de maneira análoga às instalações, aos serviços, recursos naturais, ao conjunto de mão de obra disponível para cada empreendimento capitalista.

Podemos pensar ser inevitáveis que as relações dominantes evoluam em um espaço físico específico ao longo do tempo. As relações requerem a apropriação desse espaço para perpetuar o seu processo de produção particular. Como resultado, ocorre uma progressiva apropriação do espaço pelas relações de produção e distribuição capitalistas. Isso impõe que o próprio espaço geográfico seja moldado e influenciado pelas dinâmicas do capitalismo.

É importante observar que o espaço, no entanto, não se torna apenas propriedade do capital, mas pode também ser objeto de propriedade privada de diversos indivíduos ou organizações. Parte da mais-valia gerada pelo conjunto da força de trabalho pode ser destinada como pagamento ao proprietário de um determinado território. No entanto, o ponto central que queremos enfatizar é a tendência inerente ao capital de expandir suas fronteiras de controle, direcionando a funcionalidade e promovendo sua ampliação contínua.

Com isso, observamos que, a depender da história de exploração, das ocupações e relações da classe existente, também vão se criando culturalmente diferentes lutas em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Logo, entendemos que

---

<sup>2</sup> Fala de um entrevistado - dirigente de uma Organização Socioassistencial.

<sup>3</sup> Utilizaremos a palavra terra de forma a não reduzir espaço / território somente ao chão ocupado.

o SUAS na cidade de São Paulo foi se emoldurando conforme as condições históricas estabelecidas.

Partindo das reflexões acima, pensamos o território dessa pesquisa. Compreendemos a chegada dos colonizadores e as transformações geográficas a partir dos movimentos de povoamento até chegarmos no bairro do Ipiranga, conhecido nacionalmente como local do grito da “independência” do Brasil, e suas primeiras congregações católicas, identificando que esse bairro carrega consigo os traços do capitalismo, do trabalho e da assistência aos desvalidos por meio da caridade.

## **1.2 Lentes sobre a cidade de São Paulo e o Ipiranga**

Neste segundo item procuramos entender, por um viés abrangente, como foi a construção da cidade de São Paulo e do Ipiranga, buscando compreender, pelos registros textuais e de imagens, o território e como a ocupação desse espaço influenciou as relações sociais.

Apresentamos aqui um arco muito amplo, que abrange os primeiros quatro séculos iniciais, por entender que esses foram responsáveis por moldar a sociedade na perspectiva econômica e social atual, evocando aqui o modo de produção capitalista, concomitantemente colonial e escravista, ou melhor, que se efetivou essencialmente para a metrópole e seus interesses, fundamentado sob o regime jurídico e social da escravidão.

Para essas reflexões orientamo-nos pelas pesquisas de José Oscar Beozzo, religioso e um dos maiores autores sobre a história social da Igreja Católica sob uma perspectiva crítica, tendo feito diversos estudos sobre a construção da cidade de São Paulo. Guiamo-nos também pela coleção “História da Cidade de São Paulo”, organizada por Paula Porta, editada em três volumes e composta por mais de 50 profissionais de diferentes especializações que organizam importantes relatos sobre a metrópole. Utilizamos o livro “Ipiranga”, de Máximo Barro e Rony Bacelli, autores que se dedicaram exclusivamente a dissertar sobre a história e efetivação do território do Ipiranga; na oportunidade, também consultamos documentos históricos e dados do Guia Geográfico – SP<sup>4</sup>, disponíveis em ambiente virtual.

---

<sup>4</sup> O Estado de São Paulo – disponível em: <http://www.sp-turismo.com/index.html>. Acessado em: 17 de maio de 2022.

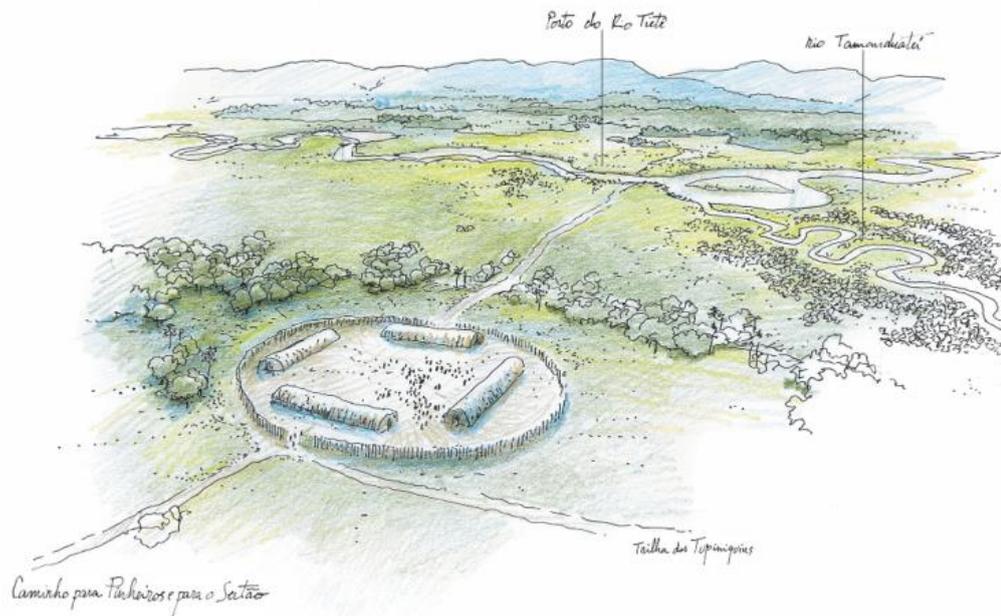
A arte também foi fonte de compreensão e análise, tendo-nos valido de algumas imagens do clássico geógrafo Aroldo de Azevedo no livro “A Cidade de São Paulo: estudos da geografia urbana”. A dissertação de Berta de Oliveira Melo, “Águas Errantes: uma narrativa sobre rio Tamanduateí, a cidade e a arte”, corrobora nossa pesquisa, juntamente com o livro “Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro”, de Vallandro Keating, que possui nos desenhos um recurso de linguagem aliado ao texto do jornalista e historiador Ricardo Maranhão.

Tivemos, assim, a intencionalidade de proporcionar uma visão do espaço e ângulos novos para antigos mapas e representações, estimulando a reflexão crítica, utilizando imagens digitalizadas disponibilizadas no Acervo do Museu Paulista – Universidade de São Paulo (USP), Instituto Moreira Salles, Museu da Imigração e no Centro de Memória da Câmara Municipal de São Paulo.

No século XVI, o Estado de São Paulo, berço dessa investigação, era um território vastamente habitado por tupiniquins, tamoios, guaianases e outros povos Indígenas. Os primeiros povos do território do Ipiranga foram os guaianases.

Um dos primeiros exploradores portugueses de que se tem notícia de chegada no bairro foi João Ramalho, cavaleiro Guarda-Mor do Rei de Portugal, que entre 1508 e 1511 (VARGAS, s/d) chegou ao Brasil. Ele foi acolhido pelos Piratiningas e levado até o sertão para se comunicar com o chefe originário do local, Tibiriçá. João Ramalho adaptou-se facilmente aos povos originários tornando-se um dos maiores responsáveis pela relação e miscigenação “indo-europeia”; casou-se com Bartira, filha de Tibiriçá, estratégia essa utilizada em várias tribos como forma de se aproximar pacificamente dos povos indígenas.

Figura 1 - Keating. Aldeia de Tibiriçá, ilustração de Caminhos da Conquista



Fonte: KEATING, V. 2008, p. 50

Em 1553, Padre Manoel da Nóbrega e outros jesuítas subiram a Serra do Mar e, no planalto de Piratininga, em 25 de janeiro de 1554, fundaram um colégio. Eles tinham por objetivo, explorar o território e catequizar os índios da terra. Um povoado formou-se ao redor do colégio; em 1560, esse povoado foi elevado à categoria de Vila de São Paulo de Piratininga.

Figura 2 - Keating. Colégio jesuíta às margens do rio Tamanduateí, ilustração de Caminhos da Conquista



Fonte: KEATING, V. 2008, p. 51

O nome Ipiranga aparece pela primeira vez em 1579 em uma carta de Anchieta, que se referia à Igreja Nossa Senhora da Luz no Ipiranga. Domingos Luís e sua esposa Ana Camacho fundaram a primeira Igreja de Nossa Senhora da Luz, em 1579, na área hoje conhecida como Bairro do Ipiranga, onde Domingos, "O Carvoeiro", possuía terras. Ele era assim chamado - Carvoeiro - por ser natural de Carvoeira, localizada na povoação de Torres Vedras, Portugal.

A mudança da Igreja para a área do Guaré (ou Guarepe), atual Bairro da Luz, foi realizada, provavelmente, por volta da década de 1580: o casal mudou sua residência para a região do atual Mosteiro da Luz. Sobre a data da mudança e construção do templo religioso, Leonardo Arroyo (1954) destaca em suas pesquisas algumas incoerências registradas por vários estudiosos sobre a história de São Paulo:

O dito Domingos Luiz e sua mulher Anna Camacho, e por elles ambos e cada um per si foi dito que os annos atraz passados, tempo, dia e mez que na verdade se achar, elles ambos fizeram uma escriptura de doação á casa de Nossa Senhora da Luz, que fiseram em Piranga', reza o início da escriptura do 'publico tabellião'. (ARROYO, 1954, p. 26.)

Por conta do linguajar guaianás e da língua portuguesa, Ipiranga já teve diversas grafias: Piranga, Ireripiranga, Hiporanga, Itipiranga, Opiranga, Ypiranga, dentre outras.

Os historiadores utilizados nessa pesquisa relatam que a invasão lusitana trouxe para o Brasil indivíduos de diversas índoles: desde que não fosse ladrão, poderia praticar diversos atos ilegais e ter a sorte resignada no país. Segundo os historiadores Barro e Bacelli (1969, p. 25-26):

Esta cominava o degredo para o Brasil tanto a feiticeiros, alcoviteiros, barregãs, falsários e vadios, como aos que arrancavam da espada em procissão ou lugar santo, resistiam a autoridade, juravam contra a verdade, roubavam no peso, davam fuga aos escravos, matavam gado alheio, levavam armas não consentidas, jogavam cartas, amavam ilicitamente ou atentavam contra o pudor, sem isentar os negociantes desonestos, ourives que engastavam pedras falsas, oficiais que cobrava acima dos regimentos, mentirosos, caluniadores, rufiões, malandrins e rapazes de vida solta.

Partindo dos seus levantamentos historiográficos, esses autores apontam que, mesmo antes da chegada de Anchieta, Manoel da Nóbrega, João Ramalho ou de outros em solo paulista, já existia o trilho serpenteado (marca no solo devido às passagens de animais) que saía das muralhas da Serra do Mar, passava pelo povoado de São Bernardo e cruzava o Ipiranga em direção ao Cambuci. Eles também apontam haver poucos dados históricos que direcionam o início da ocupação lusitana em solos brasileiros/paulistas ou até mesmo registros da sazonalidade e trânsitos dos povos originários na sua forma de conviver com a “Terra”, compreendida aqui como espaço de vivências e criadora de todas as criaturas.

Outro fator que Barros e Bacelli assinalam como marco de abuso nessa história é a violência sexual de mulheres originárias e mulheres negras que foram escravizadas: “(...). O odor da mulher negra e amarela excitava os portugueses. O encontro de índias em estado paradisíaco estimulou ainda mais a tendência sexual portuguesa” (1969, p. 27).

Os filhos dos portugueses eram criados ao lado do pai; contudo, as crianças moravam nas choupanas com as mães. Assim, a tradição e o abandono paterno também se expandiam; os natos dessas relações eram “brancos” e aí se notava a diferença de não serem portugueses legítimos. Uma das diferenças era o uso intensivo de banhos e o idioma tupi. Segundo os mesmos autores, os brancos

paulistas falavam predominantemente o tupi; o português – a língua portuguesa - só era utilizado quando estavam fora da Capitania.

Figura 3 - Obra de José Washt Rodrigues. In: Atlas Histórico Escolar, MEC-Fename, 1980. Uso amparado pela Lei 9610/98



Fonte: MULTIRIO, s/d

No século XVII, a Capitania de São Vicente abrigava caçadores de indígenas para escravizar e exploradores em busca de pedras e metais preciosos. Distante da metrópole da época, a cidade de Salvador, e do próspero Nordeste holandês, São Vicente era um porto de passagem, no caminho do Rio da Prata, onde Portugal fundou em 1680 a Colônia do Sacramento.

Figura 4 - Mapa de João Teixeira Albernaz, 1631. Domínio público, Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores



Fonte: MULTIRIO, s/d

A Vila de São Paulo, ponto de partida de várias expedições, abrigava 400 soldados e os jesuítas. O isolamento econômico, provocado pela não integração aos mercados consumidores, juntou-se com o isolamento ocasionado pelas condições geográficas. A presença da Serra do Mar dificultava o contato entre o litoral e o planalto, fazendo com que a Vila de São Paulo se tornasse refúgio de desertores, fugitivos da justiça e estrangeiros.

Diferentemente das expedições baianas, as expedições paulistas buscavam principalmente indígenas para escravizar; todavia, elas não obedeciam às leis da Coroa. Os bandeirantes que residiam nas terras paulistas assolaram as 18 missões jesuítas em terras do atual Rio Grande do Sul, fundadas entre 1626 e 1634. Foram atos de covardia, pois os índios das missões eram proibidos de guerrear pelos jesuítas, não podendo defendê-los.

No ano de 1638, Luís de Céspedes Xería atravessou a Vila de São Paulo enquanto seguia em direção ao Paraguai (naquela época, Gobernación del Guayrá), onde assumiria o cargo administrativo daquela governadoria. Era a época da União Ibérica. Xería elaborou um mapa da região, que se tornou um dos mais importantes

documentos iconográficos de São Paulo, presente em diversos documentos, capa de livro e outros.

Figura 5 - Roteiro da Viagem de D. Luiz e Sespedes Xerias, ao Guairá, Via S. Paulo (Colonial)



Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP

Em sua carta ao rei, de oito de novembro daquele ano, após chegar na *Ciudad Real del Guayrá*, Xería faz os seguintes comentários sobre a Vila de São Paulo:

Suplico a V. Magestad mire con atención desde aquí lo que le voy diciendo y oyrá desta gente de San Pablo y su jurisdición las mayores maldades, trayciones y vellaquerías que le hazen ni an hecho vasallos suyos. También oyrá desta tierra donde e llegado por su gouernador las mayores lástimas de pobresa y deznudez, poco gouierno, poco amparo en las cosas de Dios y ninguna ayuda en el vno ni en el otro. En la uilla de San Pablo reciden quatrocientos soldados; tienen sus casas en ella, su asistencia dellos, mugeres y hijos es en los campos; vienen al pueblo los días de fiesta y eso armados con escopetas, rodelas y fistolas. Públicamente consiénteno las justicias, porque no loa son más que en la aperencia y son como los demás: muertes, cuchilladas y otras ynsolencias, matándose y aguardándose en los caminos, todos los días suseden sin que aya sido castigado hombre ninguno hasta el día de oy, ni tal se saue; y para que V. Magestad remedie esto y

castigue tan malos basallos, no solamente lo son en su patria, sino también en estas prouincias, que bienen a ellas muchas vezes ducientas y trecientas leguas y se lleban los yndios reducidos a V. Magestad y los que no lo están de aquestos pueblos, y vna vez destas llegaron a vno, no estando aý el padre que dotrinaua los yndios, y se los lleuaron todos con hijos y mugeres, y las ymágenes de la yglecia, y después la quemaron y a todas las casas. Lo que hazen de todas estas almas que lleban, christianos y no christianos, es vendellos por esclauos públicamente, y no fuera tanto si se quedaran en la tierra, pero embíanlos en los nauíos a vender por todo el Estado del Vracil y a Lisboa y otras partes, y aora actualmente estando yo allí y harto temeroso que no me matasen, porque sauían el zelo con que benía a estorbarles algunas cosas, estauan en campo nobecientos hombres de aquella villa y su jurisdicción con tres mill yndios para venir haçia estas partes a saltear y rouar estas Reduciones, que así me lo dixeron ellos mesmos. V. Magestad, por quien es y por Dios nuestro señor, primeramente remedie esto y haga castigar estos traydores que av'n no lo son sólo en lo que e dicho, sino también en lo que hazen, y es que para salir en campo a hazer estas vellaquerías ellos mesmos se hazen capitanes, alférez y sargentos, y alsan vanderas y tocan caxas sin consentimiento de su gouernador, que digo mal, que lo saue y no lo remedia. [...] Para ello salí con toda priesa de aquesta mala tierra por ver si puedo remediar alguna cosa defendiendo estos pueblos de yndios de aquellos traydores ... (GRACIA, 2004-2005, p. 13).

O relato acima afirma a violência que preponderava na Vila de São Paulo, com pouca governança e obediência às orientações religiosas, onde as pessoas se espreitavam nas estradas para brigas armadas, sem punição a ninguém. Relata também o número reduzido de indígenas (muito provavelmente por conta das mortes), além de invasão a aldeias, incendiando-as e capturando os indígenas para vendê-los como escravos, não somente naquela terra como em toda jurisdição, por homens que alçam bandeiras e se autodenominam capitães sem a devida ordem real.

Em 1640, os jesuítas foram expulsos da Vila de São Paulo, por pressão dos exploradores paulistas que queriam subjugar os indígenas e eram impedidos pelos religiosos. O isolamento permitiu que os habitantes de São Paulo desenvolvessem um senso de independência, liberdade e até mesmo resistência diante das ordens vindas da metrópole. Exemplos desse tipo de comportamento aparecem no caso da proibição da captura de indígenas como também no episódio lendário da Aclamação de Amador Bueno em 1641, quando os paulistas teriam declarado sua independência, aclamando Amador Bueno como "rei de São Paulo". Somente em 1653, Fernão Dias Pais negociou o retorno dos jesuítas para o Colégio de São Paulo.

Figura 6 - Aclamação de Amador Bueno, proclamado rei de São Paulo pela população local, em 1641. Óleo sobre tela (65 x 87 cm) de Oscar Pereira da Silva, 1931. Uso amparado pela Lei 9610/98



Fonte: Museu de Arte de São Paulo

No final do século, São Paulo já havia crescido, especialmente devido ao ciclo do ouro. Em 1699, o explorador britânico William Dampier aportou na Bahia, a caminho da Austrália, e escreveu em seu livro “A Voyage To New-Holland, &c. In the Year 1699” - Vol. III (página 82) o que ele ouviu sobre São Paulo:

Of the other ports in this country none is of greater note than that of St. Paul's where they gather much gold; but the inhabitants are said to be a sort of banditti, or loose people that live under no government: but their gold brings them all sorts of commodities that they need, as clothes, arms, ammunition etc. The town is said to be large and strong. (DAMPIER, 1699, p. 82)

“Dos outros portos deste país, nenhum é mais notável do que o de São Paulo, onde eles coletam muito ouro; mas os habitantes são considerados uma espécie de bandidos, ou pessoas soltas que vivem sob nenhum governo: mas seu ouro traz todos os tipos de mercadorias de que precisam, como roupas, armas, munições etc. Diz-se que a cidade é grande e forte.” (tradução feita pela autora)

Dampier acenava, de fato, ao ouro descoberto em Minas Gerais nos últimos anos do século XVII. As minas foram descobertas pelas expedições paulistas da Serra

Acima, que buscavam indígenas para escravizar. Alguns autores acreditam que indígenas da região enfeitavam-se com o metal precioso e indicavam o caminho até as minas de ouro para não ser mais explorado.

No final do século XVII, a Vila de São Paulo já era a principal localidade da Capitania. De difícil acesso, era um local de encontro para expedições ao interior paulista, que buscavam riquezas. Até então, essa área era conhecida somente pelos habitantes locais. O mapeamento oficial do interior de São Paulo ocorreu em 1837, sob a responsabilidade de Daniel Müller. O espaço ocupado pelo atual Estado de São Paulo recebeu a sua primeira cidade apenas em 1711, quando a vila de São Paulo foi elevada a essa condição. Em 1711, a Vila foi promovida ao status de cidade, e o sucesso das expedições exploratórias levou a Coroa a desmembrar a Capitania, buscando obter controle exclusivo sobre a região das Minas.

Figura 7 - Rua do Carmo em 1700



Fonte: Acervo do Museu Paulista

Até meados do século XVIII, São Paulo continuava sendo uma região de onde saíam expedições que resultavam no extermínio de comunidades indígenas. Além disso, a cidade servia como rota para tropeiros que transportavam suas mercadorias desde a Colônia do Sacramento até Minas Gerais. Disso resultou a pobreza da província de São Paulo, naquele momento ausente de uma atividade financeira lucrativa como a do cultivo da cana-de-açúcar na região Nordeste e que durante os

três primeiros séculos de colonização, teve uma população de indígenas, negros e caboclos que superava em muito a de europeus.

O crescimento populacional, o aumento do número de vilas e bairros e as diversas demandas daí decorrentes obrigaram ao desmembramento do bispado do Rio de Janeiro, o que ocorreu em 1745. Foram, então, criados os bispados de São Paulo e de São Vicente no reinado de D. João V; pela mesma bula Papal foi fundada a Diocese de Mariana (atualmente Arquidiocese de Mariana), na Capitania de Minas Gerais. Devido à subordinação administrativa à Capitania do Rio de Janeiro desde 1748 (mantida até 1765), a criação do bispado em São Vicente representou uma forma de autonomia eclesiástica para a região.

Figura 8 - Antiga Igreja da Sé de São Paulo. Pintura de Benedito Calisto



Fonte: Museu de Arte Sacra – MAS

O Príncipe Regente D. João, em 1808, iniciou uma série de renovações, da arquitetura ao ensino superior, da civilidade urbana aos empreendimentos artísticos, adequando o país para sediar a Coroa portuguesa, renovações essas que de fato

preparariam sua independência. São Paulo também se beneficiaria dessas transformações.

Figura 9 - Largo do São Francisco. Faculdade de Direito e Igreja de São Francisco - 1862



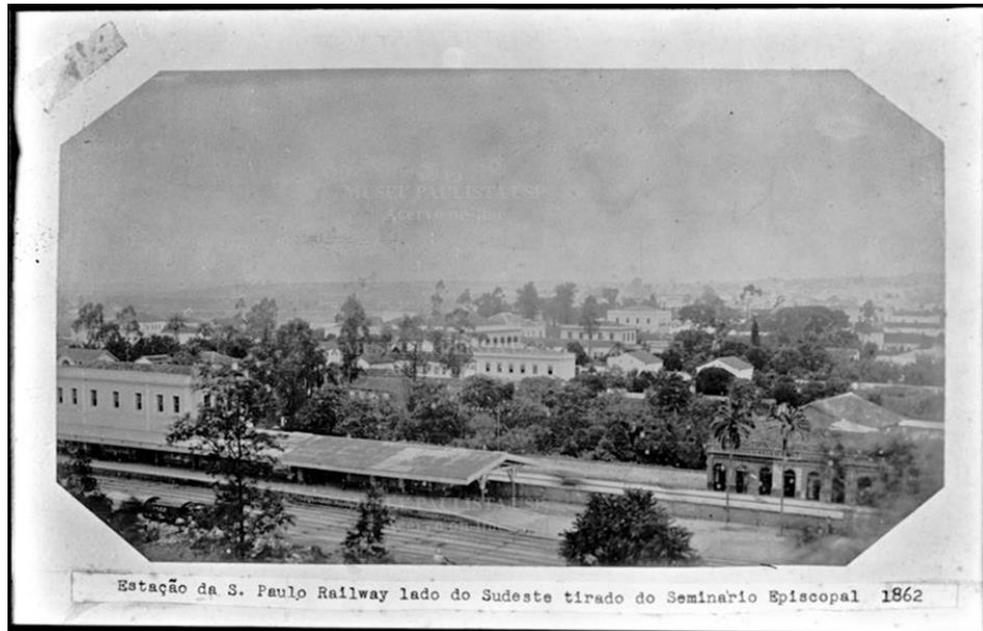
Fonte: Museu Paulista

Foi em território paulista que, mais precisamente no riacho do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, o Príncipe Dom Pedro rompeu com Portugal, lançou seu “grito da Independência” e uniu-se à Guerra, que já acontecia na Bahia.

Com a falência das Minas Gerais já no final do século XVII, a Bahia voltou a ser a capitania mais rica do Brasil. A mudança da economia em São Paulo somente aconteceu na metade do século XIX com a ferrovia e o ciclo do café.

A São Paulo Railway (SPR), ou simplesmente "Inglesa", foi a primeira estrada de ferro em terras paulistas. Construída entre 1862 por investidores ingleses e fazendeiros brasileiros, tinha inicialmente como um de seus maiores acionistas o Barão de Mauá, além de muitos outros cafeicultores ligados à anistia estatal. Ela ligava Jundiaí a Santos, transportando materiais e pessoas durante muitos anos.

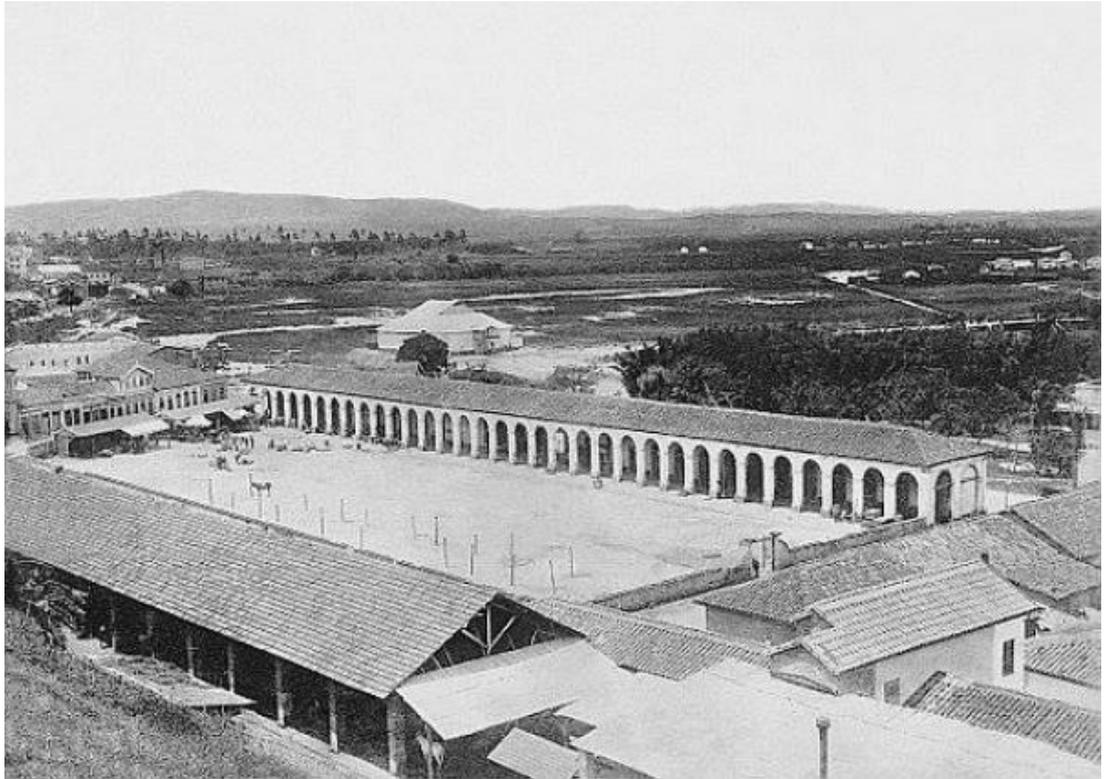
Figura 10 - Reprodução de Fotografia - Estação da São Paulo Railway - Lado Sudeste - Tirado do Seminário Episcopal - Em Direção ao Bairro de Santa Ifigênia e ao Núcleo Urbano – 1862



Fonte: Acervo do Museu Paulista

Com a renúncia de Dom Pedro I em meio à agitação política contra o domínio lusitano, seguiu-se o conturbado período da Regência que, na segunda metade do século, com a ascensão ao trono de D. Pedro II, cederia lugar a um período de inusitado desenvolvimento e prosperidade do país, sobretudo após a consolidação da agricultura cafeeira como o principal produto de exportação brasileiro.

Figura 11 - Mercado dos Caipiras na Várzea do Carmo 1867



Fonte: Acervo do Museu Paulista - USP

Logo após a Independência do Brasil, os povos escravizados representavam cerca de 25% da população, e os mulatos (filhos de pessoas com etnias diversas, geralmente branco com negro), mais de 40%. A presença dos povos originários já era diminuta nos territórios dominados pelos colonizadores, especialmente nas lavouras de açúcar, implantadas com êxito no litoral norte e na região entre Itu e Sorocaba.

Os escravizados na cidade de São Paulo acabaram por se adaptar à urbanização, ainda incipiente na Paulicéia. Lá se encontravam homens em ofícios eminentemente urbanos, como carregadores, pedreiros, barbeiros, sapateiros, alfaiates, e também presentes nas manufaturas urbanas como o chá, tendo um dos seus produtores o Marechal José Arouche de Toledo Rendon, ou o inglês John Rudge, que cultivava em suas chácaras em Santo Amaro, Tremembé, Morumbi, Penha e Brás. Algumas dessas, se não todas, valiam-se do trabalho escravizado. Segundo Maria Helena P. T. Machado (2004), citando Ernani Silva Bruno, os anúncios de jornais testemunhavam a presença dos escravizados, que se especializavam nos ofícios. No jornal “O Ipiranga” lê-se: “Compra-se preto, mestre torrador de chá”.

As ruas representavam o ambiente principal de interação social. Até meados do século XIX, praças e vias públicas eram frequentadas por indivíduos que

desempenhavam ocupações mais modestas, tais como vendedoras de alimentos, condutores de animais de carga e, durante a noite, profissionais do sexo.

Os chafarizes eram locais onde costumava se concentrar um número significativo de escravizados, pois São Paulo vivia em contante falta de água até o início da canalização das águas da Cantareira na década de 1880, que veio abastecer a cidade. Assim, os moradores, muitos deles através dos escravizados, iam buscar água em bicas, chafarizes e torneiras, para abastecer suas casas; eram águas de fontes não seguras, mas era água possível.

Figura 12 - Escravizados urbanos coletando água no Brasil da década de 1830



Fonte: Acervo BBC

Tais lugares ficaram conhecidos de forma pejorativa; diz-se que os escravizados brigavam entre si, quebravam os monumentos e que estes eram muito mal frequentados, segundo notas dos relatantes. Consideramos que eram nos momentos de busca pela água que a sociabilidade entre os escravizados era possível, uma sociabilidade menos vigiada, entre a necessidade de matar a sede e a possibilidade de convivência, e que foi findada após a canalização das águas da Cantareira.

As fontes e os chafarizes foram relevantes especialmente por conta do tropeirismo. Os escravizados, por meio do tropeirismo, organizavam suas vidas, laços amorosos e amizades, contraíam dívidas, tornavam-se mensageiros, enfim,

encontravam espaços de valorização social e independência, sobretudo porque o escravo tropeiro era sempre um escravo de confiança, que gozava o privilégio da mobilidade espacial, sem conseguir o seu senhor, ao menos ostensivamente, vigiá-lo.

Era o trabalho externo, seja tropeiro, seja buscando ou vendendo alimentos, que a população negra é visível nas fotografias de época, nesse momento de sociabilidade possível, ainda que à mercê de um trabalho escravizante.

Figura 13 - Comércio em frente ao Mercado Municipal - Pastore, Vincenzo (1910 circa)



Fonte: Brasiliana fotográfica

Outro aspecto era a integração das mulheres escravizadas na vida urbana, com a presença das quitadeiras nas áreas mais centrais da cidade, onde buscavam atrair mais clientes. De acordo com Maria Odila Leite da Silva Dias, no artigo “Mulheres sem História” (1983), esse tipo de ocupação era frequentemente escolhido por mulheres que estavam em uma situação financeira intermediária, sendo o comércio de rua a sua principal ou única fonte de renda. A localização dessas quitadeiras era alvo constante de questionamentos e mudanças por parte das autoridades municipais (SANTOS, 2020), mas, por algum tempo, suas barracas de quitandas eram montadas “nas pequenas estruturas próximas à Igreja do Rosário” (MACHADO, 2004, p.67).

Já para os escravos jornaleiros, uma ocupação comum era desempenhar várias funções nas atividades de construção. Nas obras públicas do final do século

XVIII, nota-se que a tarefa mais árdua - a extração de pedras nos arredores da cidade - era realizada exclusivamente por esses homens, embora eles também pudessem executar outras tarefas nos canteiros de obras, dependendo de suas habilidades e treinamento (SANTOS, 2015).<sup>5</sup>

Figura 14 - As lavadeiras às margens do Tamanduateí. Em segundo plano, a Ponte do Carmo. Cartão postal de Guilherme Gaensly, entre 1900 e 1905



Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles

Com a Lei Euzébio de Queiroz (1850) houve uma brusca interrupção do comércio de pessoas provindas do continente africano, que seriam trocadas, mais tarde, pela mão de obra do imigrante europeu nas lavouras cafeeiras paulistas, imigrantes esses fugitivos ou lançados de uma massiva questão social na Europa devido ao início da Revolução Industrial na Inglaterra:

---

<sup>5</sup> Fazendo uma analogia com os dias atuais, percebe-se na cidade de São Paulo a ausência de bebedouros e banheiros públicos. A situação não melhorou após os anos e mesmo durante a pandemia causada pelo coronavírus. Ao longo da história, a população que vive em situação de rua tem enfrentado um processo contínuo de marginalização, sendo frequentemente alvo de discriminação e excluída das interações sociais. Apesar de ocuparem espaços públicos, muitas vezes passam despercebidos aos olhos da sociedade. A disponibilidade de locais adequados para atender às necessidades básicas, como instalações sanitárias e acesso a água potável, não apenas confere uma sensação de respeito à pessoa, mas também contribui para uma vida mais digna e saudável, incentivando a construção da autonomia individual.

Para esta segunda expansão cafeeira, sem escravos, a figura central é o imigrante italiano que começa a comparecer nas estatísticas em 1875, para se transformar bem depressa na mais importante corrente imigratória, embalada pela grande alta de preços do café entre 1886 e 1890, quando seu valor mais do que dobrou no mercado internacional e pela expansão do crédito à lavoura nos primeiros anos da República. (BEOZZO, 2021, p. 19-20)

Foi nessa época que São Paulo passou a ostentar um caráter de evidência no panorama nacional. A expansão da cultura do café exigiu a multiplicação das estradas de ferro, iniciando-se então em Santos e São Paulo, aproximadamente em 1860, os trabalhos da construção da Ferrovia Santos-Jundiaí, a São Paulo Railway - SPR, incumbida do primeiro trem a ligar as duas cidades.

Figura 15 - São Paulo Railway Company: Serra do Mar. Foto de Manuel, F. (Frédéric) - 1906



Fonte: Brasiliana fotográfica

A SPR começou a operar em 1872, ligando, inicialmente, Campinas a Jundiaí, onde se juntava aos trilhos da São Paulo. Posteriormente, estendeu sua via à região de Rio Claro, São Carlos e Araraquara, entre outras.

As demais ferrovias paulistas também foram implantadas seguindo esse modelo, conectando-se à SPR em Jundiaí, caso da Companhia Ituana (1871), ou em São Paulo, da Estrada de Ferro Rio - São Paulo (1871) e da Estrada de Ferro Sorocabana (1872). Já a Companhia Mogiana de Vias Férreas e Fluviais (1875) ou a

Estrada de Ferro Araraquara (1895) mantiveram suas sedes, respectivamente, em, Campinas e Araraquara, porém, por conta disso, tiveram que se interconectar aos trilhos da Paulista para ter acesso a Santos.

No início do século XX, a configuração da malha ferroviária do Estado, condicionada pela existência da São Paulo Railway, estava consolidada, assumindo a forma de ramos partindo do tronco principal e ramificações secundárias partindo desses. Ao conformar o sistema ferroviário de São Paulo, a companhia inglesa se tornou a ferrovia mais rentável do país com uma das linhas mais densas em termos de tráfego, considerando-se seus exíguos cento e trinta e nove quilômetros de extensão.

Esse foi um período de grandes transformações, marcado pela crise do sistema escravocrata, que levaria à Abolição em 1888 e que foi substituído, entre outros eventos, pela vinda de grandes grupos de imigrantes europeus – em São Paulo destaca-se o grupo de italianos, principal alternativa de solução ao problema da mão de obra na lavoura cafeeira.

São Paulo prosperou muito nessa época, e a capital da província passou por uma transformação urbana, diante da demanda em modificar uma cidade bucólica, que era pouco mais que um entreposto comercial, em capital da nova elite econômica que se impunha. Em meados de 1860, a cidade de São Paulo já era bem diferente da antiga cidade colonial. Os primeiros lampiões de rua queimavam óleo de mamona ou de baleia, e a cidade já contava com um parque público, o Jardim da Luz.

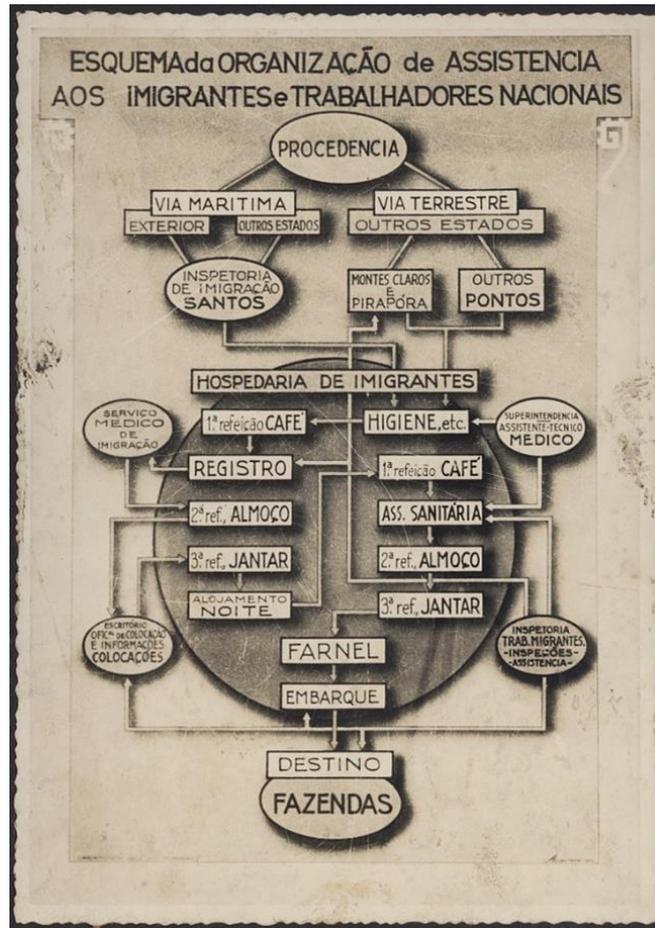
Nesse período, à medida que a cidade expandia-se em todas as direções, consolidava-se também um núcleo urbano moderno em torno de alguns marcos simbólicos, como a Estação da São Paulo Railway e o Jardim da Luz. Nos arredores, foram estabelecidos bairros residenciais de elite, conhecidos como Campos Elíseos, com suas avenidas arborizadas ao estilo parisiense, destacando-se a avenida Tiradentes. As estradas de ferro também permitiram o surgimento de novos bairros populares ao lado da Estação da São Paulo Railway, como o bairro do Bom Retiro, o Brás e o Ipiranga, cujo povoamento foi reforçado pela instalação, nas proximidades, da Hospedaria dos Imigrantes.

Figura 16 - Vista Geral da Hospedaria dos Imigrantes 1887



Fonte: Museu da Imigração

Figura 17 - Esquema da Organização da Assistência aos Imigrantes



Fonte: Museu da Imigração

Outrossim, os edifícios públicos multiplicaram-se: assembleia, câmara, fórum, escolas, quartéis, cadeias, abrigos para crianças desamparadas. Dezenas de igrejas, conventos e mosteiros ainda continuavam a se espalhar por toda parte. Na área cultural, artistas de circo, atores de teatro, poetas e cantores começaram a consolidar seu lugar na cidade, junto com o primeiro jornal periódico.

Por volta de 1870, o Porto de Santos tornou-se o maior do Brasil, superando o Porto de Salvador. Em 1879 o engenheiro baiano Teodoro Sampaio projetou reformas no Porto de Santos, que se findaram em 1892.

No dia 18 de novembro de 1889, São Paulo oficialmente aderiu à República através do Decreto n.1, expedido pelo Governo Provisório do Estado de São Paulo e assinado por Prudente J. Moraes Barros, Joaquim de Souza Mursa e Francisco Rangel Pestana. Esse ato marcou a integração de São Paulo ao novo regime republicano que havia sido proclamado no Brasil em 15 de novembro de 1889.

No limiar do século XX, a cidade de São Paulo retoma suas engrenagens com a força dos imigrantes, que resolveram o problema da mão de obra da lavoura cafeeira, permitindo maior ocupação do interior do Estado. Criaram-se as condições necessárias para que pequenas manufaturas, sucursais do café, oferecessem os passos iniciais rumo à industrialização.

Nesse ínterim, o Ipiranga foi descrito como um território violento, disputado, onde predominavam chácaras e sítios pequenos. Em sua história há diversos proprietários que possuíam legislações e atributos próprios. Os viajeros descreviam solitude e receio ao transitar pelo local, pela ausência de povoado.

O que existia nessa época eram pequenos comércios locais e pousadas à beira da estrada para dar suporte aos viajantes. Consta que foi em uma delas, em uma das paradas de Dom Pedro, voltando do Rio de Janeiro/ Santos, que ele recebeu a carta de José Bonifácio, da Imperatriz Leopoldina e de Dom João VI relatando as insurreições e a indigência, ou seja a condição econômica precária que se passava entre as pessoas, e por esses havia a necessidade de se proclamar a independência. Desta feita, ele foi ao encontro dos Dragões da Guarda, no alto da colina do riacho do Ipiranga, para comunicar os mesmos da sua decisão: “Independência ou Morte”.

Ainda que distante do centro da cidade de São Paulo, desabitado e agressivo, o território chamava a atenção da Câmara Municipal por viabilizar o trânsito entre São Paulo e Santos (importância econômica), e também por citar os “Caminhos do Padre José” que pode se tratar do Padre José Marchetti, fundador do Instituto Cristóvão Colombo, instituição filantrópica que trataremos adiante. Em carta, este relatou ao então Bispo de Piacenza (Itália), João Batista Scalabrini:

Uma noite, depois de longa caminhada de volta das fazendas, cansado e sempre rezando o terço para o bom êxito dos orfanatos, alguém se aproxima e me diz: - Pára e fica quieto! Desembolsa o dinheiro! Levantei então o crucifixo que levava comigo e encarei os assaltantes, sem timidez: - O dinheiro é para os órfãos. Se tiverem coragem, podem roubá-lo. Os facões se abaixaram e eu continuei meu caminho, rezando o terço para os meus concidadãos, para meus órfãos. (FRANCESCONI, 2011, p. 14)

Com o fim da escravatura e a chegada dos imigrantes europeus, em especial os italianos na cidade de São Paulo, tem-se um novo desenho da questão social no Estado. Houve diversas e demasiadas transformações societárias, como: a Independência, os barões do café elevados à nobreza pelo Imperador a título de

convencimento quanto à abolição da escravatura, sendo que, na verdade, não havia nenhum ânimo, nem propósito, de aplicá-la efetivamente, como tantas outras leis que contrariavam os interesses das classes dominantes, todas elas escravocratas.

A centralidade na exploração mercantil, na exploração do trabalho e de vidas humanas foram descritas por Pe. José Oscar Beozzo, que aponta como se dava a relação com os imigrantes, “livres”, porém, vendidos em busca de sobrevivência sem mediações.

Junto com o crescimento e enriquecimento da cidade, acumulavam-se todos os problemas sociais e humanos de déficit e precariedade das moradias em cortiços e favelas, que as vilas operárias não conseguiam eliminar; de exploração do trabalho, até então sem nenhuma legislação de regulamentação e proteção dos trabalhadores e sem sindicatos legalmente constituídos; de abuso do trabalho infantil e feminino, em longas jornadas e mesmo em horários noturnos nas indústrias têxteis, de panificação e outras; de falta de escolas, de saneamento básico, assistência sanitária, fazendo com que epidemias de tifo, varíola, febre amarela grassassem facilmente pela cidade, ceifando vidas, destruindo famílias e deixando muitas crianças órfãs e abandonadas. O fenômeno de meninos de rua e da prostituição infantil não são de hoje e estavam disseminados, infelizmente, também na São Paulo de fins do século passado. (BEOZZO, 2021, p 22)

Com os migrantes, chegavam também as Congregações Religiosas Católicas, que, sob inspiração da *Rerum Novarum*, tinham por objetivo amparar os desvalidos e não distanciá-los da fé cristã católica dos migrantes italianos.

Tomando por recorte as primeiras ações sociais do bairro do Ipiranga, embora jamais negando as demais ações higienistas/sociais que a antecederam na cidade, veremos que, no bairro, uma figura teve destaque no impulsionamento das obras sociais: Conde José Vicente de Azevedo. Nas bibliografias e nos documentos analisados não conseguimos levantar o momento em que o Conde tornou-se proprietário dessas terras. Os autores Barro e Bacelli escreveram:

A área pertencente ao núcleo da Glória pertencia ao Bispo D. Mateus de Abreu Pereira. Segundo o mapa elaborado por Odilon Nogueira de Matos, elas acabavam no ribeirão do Ipiranga. Além deste, sem data precisa, as terras eram propriedades do Dr. Vicente de Azevedo e dos herdeiros de Antonio de Moraes. Pela limitação dada por Raffard, uma parte das terras de Vicente de Azevedo fariam parte da Colônia. A minudência é importante, porque a partir de 1900 ele aparece como dono de quase toda a área do atual bairro do Ipiranga. Raffard, vivendo na época, pôde melhor apreender o que era para nós, com a escassez de documentos, parece volátil. Em vários momentos ele põe em dúvida a legalidade do uso e venda feita pelo governo. E com muita razão, porque além das bisbilhotices locais, os próprios jornais abordavam. (BARRO; BACELLI, 1969, p. 56)

O Conde José Vicente de Azevedo (1859-1944) foi membro do Partido Republicano Paulista e descendente da elite cafeeira da cidade de Lorena. Em São Paulo, no território do Ipiranga, foi o executor de várias obras assistenciais como escolas profissionalizantes, hospitais e centro de atendimento e acolhimento à pobreza, sob a justificativa da necessidade de exercitar e espalhar da caridade cristã. Verdadeiramente, a destreza política e social de José Vicente foi pautada pela doutrina do ultramontanismo, que, no Brasil, buscou resgatar e reafirmar a autoridade de Roma sobre a estrutura de padroado no século XIX e confirmar e centrar o domínio clerical após a divisão entre Igreja e Estado, estabelecida pela República. Tal movimento pôde ser sentido, por exemplo, pelo grande número de congregações religiosas europeias que receberam, direta ou indiretamente, auxílio de Azevedo para instalação no país, por meio de doações de verba e terras e financiamento da construção de templos e seminários.

Abaixo, uma síntese que descreve a personalidade desse “benfeitor”:

José Vicente de Azevedo (1859-1944), criado no tradicional catolicismo luso-brasileiro, conheceu a caridade cristã que se manifestava nos meios familiares e públicos, por intermédio das tradicionais irmandades, particularmente a da Misericórdia. O conde ingressou na Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé de São Paulo, da qual foi provedor por 22 anos. Nesse cargo procurou, além das obrigações ligadas diretamente ao culto eucarístico, que fazia questão de honrar dignamente, dedicar-se às questões sociais. Impregnado pelos ensinamentos cristãos, ressaltados nas encíclicas *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1878-1903), e *Quadragesimo Anno*, de Pio XI (1922-1939),<sup>19</sup> José Vicente de Azevedo desenvolveu a sua filantropia e a de seus colaboradores, que podia ser vista como um exemplo da prática assistencialista da elite católica paulista. (JUNIOR; MAZZALI; VIEGAS, 2007, p. 170)

Com o apoio de Conde José Vicente de Azevedo surgiam as primeiras obras assistenciais, educacionais e religiosas no bairro do Ipiranga.

Voltando às páginas iniciais desse capítulo, é interessante notar que o movimento do Conde é justamente trazer o sagrado para o território profano. O Conde Vicente de Azevedo faz as concessões para as irmandades católicas, transformando o território violento e periférico do Ipiranga em um ponto “real” de encontro que remete, inclusive, à arquitetura sacra italiana.

Diante da situação socioeconômica, das crianças em situação de rua e inspirado no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, o conde José Vicente de Azevedo comprometeu-se a construir o Liceu de Artes e Ofícios São José no bairro do Ipiranga.

A pedra fundamental foi lançada em 31 de março de 1891, e as obras do liceu para instalações de colégios profissionalizantes foram direcionadas ao irmão-coadjutor salesiano Dr. Domingos Delpiano<sup>6</sup>; contudo, com o falecimento de Dom Luiz Lasagna<sup>7</sup>, a 6 de novembro de 1895, Dr. Domingos determinou a paralisação das obras, pois o Bispo sucessor não manteve o acordo firmado anteriormente de manutenção da obra. O Conde José Vicente de Azevedo tinha por prática iniciar as obras e repassar para as congregações religiosas administrar. A paralisação das obras do Liceu oportunizou a solicitação de Padre José Marchetti.

Em 1885, Padre José Marchetti, recém- vinculado à Congregação dos Missionários de São Carlos, vindo da Itália como Capelão de Bordo, solicitou para a diocese um terreno no qual pudesse erguer um abrigo para crianças órfãs filhos de imigrantes italianos. A princípio foi “concedido” um terreno no Largo das Perdizes, atribuído pelo Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Duarte, Vigário-Geral da Diocese de São Paulo. No entanto, após o início da construção do orfanato, um funcionário público visitou o local e informou ao Padre José Marchetti que o terreno era de propriedade do município e não era permitida a edificação de um prédio particular.

No ano de 1895, o Liceu de Artes e Ofícios, iniciado por Conde Vicente de Azevedo, foi entregue ao padre José Marchetti, pertencente à Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu. A Congregação fundada pelo então monsenhor João Batista Scalabrini tinha por finalidade dar amparo – espiritual e material – aos imigrantes; assim, foi fundado o Orphanato Cristóvão Colombo para amparar órfãos de ambos os sexos, especialmente os filhos de imigrantes italianos que vinham para o Brasil em busca de novas oportunidades de vida, trabalho e sonhos. A instituição social existe até os dias atuais, hoje chamada de Instituto Cristóvão Colombo, com a mesma mantenedora.

---

<sup>6</sup> Domingos Delpiano foi o arquiteto salesiano responsável pelos projetos da Capela Santa Luzia e da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, ambas em São Paulo (SP).

<sup>7</sup> Dom Lasagna foi bispo italiano, fundador das obras salesianas no Brasil e no Uruguai.

Figura 18 - Primeiro prédio do Instituto Cristóvão Colombo



Fonte: acervo ICC

No ano de 1886 é inaugurada uma segunda instituição para acolhimento da chamada infância feminina desvalida: Asilo de Meninas Órfãs Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, na “Colina Histórica do Ypiranga”, propondo acolher meninas órfãs descendentes de famílias brasileiras que, em algum momento, desfrutaram de conforto financeiro, mas que não tinham condições de custear a educação. Sob a administração da Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, exerce até os dias atuais atividades filantrópicas direcionadas à infância e juventude vulnerável.

Figura 19 - Asilo de Meninas Órfãs Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga



Fonte: Acervo Funsai

Posteriormente, o Conde Vicente de Azevedo também tornou possível o surgimento das seguintes obras: Orfanato Sagrada Família – 1905, o Grupo Escolar São José – 1924, o Instituto Padre Chico (primeira instituição educacional para cegos de São Paulo) – 1928, o Seminário Maior Imaculada Conceição – 1934, e a Clínica Infantil do Ipiranga (Hospital D. Antônio Cândido Alvarenga) – 1944.

Em combinação com a atividade assistencialista, tanto o Orfanato Cristóvão Colombo quanto o Orfanato Nossa Senhora Auxiliadora promoveram a educação formal dos internos, com aulas de adereços domésticos para as meninas e de ensino profissionalizante para os meninos, além do ensino religioso juntamente com o primário sob regime de internato ou semi-internato.

Em 1900, São Paulo já contava com 239.820 habitantes. A cidade crescia em virtude da ferrovia e do avanço da economia cafeeira, tornando possível a realização de outros setores que impulsionava e fortalecia essa economia, tal como estrutura bancária, comercial e ferroviária. Desse modo, concomitantemente se estabeleceram as primeiras indústrias e o trabalho assalariado de origem europeia, em especial para os italianos.

Figura 20 - Construção dos trilhos que interligavam o bairro do Ipiranga



Fonte: Acervo Estadão

O desenvolvimento de uma estrutura creditícia/financeira facilitou o crédito e favoreceu a constituição de uma gama comercial baseada no comércio de importação e exportação. Além da diversificação do emprego urbano, tem-se a criação de uma rede de distribuição para produtos industriais.

A abolição dos escravizados e a imigração europeia foram decisivas para a formação de um mercado em especial, o da força do trabalho. Por sua vez, o estímulo à imigração provocou a transformação, em benefício da aceleração dos processos de urbanização do final do século XIX e das mudanças dos padrões de consumo. Os imigrantes trouxeram novas técnicas e novos hábitos, responsáveis pelo crescimento da cidade, reflexo do desenvolvimento de São Paulo.

A inclusão e o progresso no mercado de trabalho apresentam disparidades significativas, influenciadas por múltiplos fatores, como nível educacional, estrato social, etnia e gênero. Um exemplo evidente é a população negra, que frequentemente encontra menos representação e reconhecimento em posições de destaque e remuneração não adequada. Dados recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) revelam essa disparidade (IBGE, 2022). Em 2021, embora pretos e pardos representassem mais da metade dos trabalhadores brasileiros

(53,8%), ambos os grupos juntos ocupavam apenas 29,5% dos cargos de gerência. Adicionalmente, entre os empregados, os brancos ganham salários cerca de 74% mais elevados do que os trabalhadores pretos e 68% superiores aos autodeclarados pardos.

Conforme ressalta Emerson Ferreira Rocha (2023), professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), as desigualdades raciais no mercado de trabalho no Brasil podem ser atribuídas a dois fatores principais. "Os atributos e recursos adquiridos, incluindo a educação; e o tratamento discriminatório baseado em raça, quando competem por posições no mercado de trabalho" (ROCHA, 2023). Desafiar essas formas de discriminação, que persistem mesmo à margem das declarações públicas e das normas formais, é um dos desafios fundamentais para o futuro, de acordo com Rocha.

Além do panorama de desigualdade racial, Luiz Augusto Campos, professor de Sociologia e Ciência Política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), destaca a necessidade de uma análise mais abrangente. O mercado de trabalho pode ser considerado o principal ambiente de perpetuação das desigualdades, e sua mitigação dificilmente ocorrerá sem o compromisso das esferas pública e privada. "Em todo o mundo, políticas de ação afirmativa baseadas em critérios de classe, raça, gênero etc. são implementadas por empresas, algo que ainda é raro no Brasil", enfatiza Campos (CAMPUS *apud* ROCHA, 2023).

Todas essas discrepâncias são influenciadas por disparidades de gênero, expressões da questão social que cruza e permeia essa realidade. É intrigante observar que atualmente as mulheres possuem em média um nível educacional mais elevado do que os homens. Contudo, é comum que recebam remunerações inferiores ao desempenharem funções semelhantes. Isso não somente aponta para a discriminação deliberada por parte das empresas, mas também para a alocação das mulheres em posições subalternas dentro de uma mesma profissão. A título de exemplo, na área da medicina, os homens encontram-se predominantemente em especialidades mais lucrativas, como neurologia, enquanto as mulheres tendem a se concentrar na clínica geral.

Essas desigualdades estão tão interligadas que é simplificador separá-las em parágrafos distintos. As mulheres negras, por exemplo, enfrentam não apenas a somatória das desigualdades de gênero e raça, como também são alvo de discriminações e desigualdades específicas. Apesar do aumento do acesso a espaços

de poder político para negros e mulheres nas últimas décadas, as mulheres negras ainda estão mais sub-representadas do que esses dois grupos. Elas também permanecem em menor número em setores profissionais com condições de trabalho mais precárias, como o de trabalhadoras domésticas.

Ainda que os imigrantes tenham trazido novas técnicas e novos hábitos que foram significativos para a transformação do espaço, indústria, comércio e das relações sociais no país, segundo o Jornal da Unesp na cidade de São Paulo, nos últimos 10 anos 900 imigrantes foram resgatados de trabalhos degradantes. (VILAS BOAS; TALARICO, 2021).

Nos últimos dez anos, a zona leste da capital, pertencente à região da Grande São Paulo, emergiu como um epicentro preocupante de casos de trabalho análogo à escravidão, conforme indicam dados do Ministério da Economia, acessados pela Agência Mural por meio da Lei de Acesso à Informação. Os números revelam que as condições de trabalho análogo à escravidão não estão restritas apenas às áreas rurais do país. No total, 898 trabalhadores em situações semelhantes à escravidão foram resgatados na região metropolitana desde 2010 (VILAS BOAS; TALARICO, 2021).

Esses indivíduos, em sua maioria, eram imigrantes, predominantemente da Bolívia e do Peru que haviam migrado para a capital em busca de melhores oportunidades de vida. Fragilizados pela instabilidade financeira, foram submetidos à exploração, enfrentando desde falta de condições de higiene em seus locais de trabalho até jornadas exaustivas e riscos de acidentes.

A atividade prevalente nesses casos era a costura, com sete em cada dez empresas fiscalizadas pertencendo ao setor de confecções. Destaca-se, porém, a maior operação registrada em 2013, quando 111 trabalhadores das obras do Aeroporto de Guarulhos foram resgatados de uma construção administrada pela empresa. Na ocasião, ela negou qualquer responsabilidade pela situação.

Em decorrência do surgimento do mercado urbano, no final do século XIX apareceram as primeiras indústrias alimentares – massas, biscoitos, doces, cervejas dentre outros. Tratava-se de indústrias tipicamente regionais, que necessitavam se instalar próximas dos mercados consumidores, não produzindo em grande escala.

A industrialização abrangeu a modernização e, em consequência, as transformações econômicas, sociais e políticas. A elite paulistana buscava sua modernidade e fazia com que surgissem meios que a promovessem, tais como a Associação dos Engenheiros, o Liceu de Artes e Ofícios, com o objetivo de formar

mão de obra especializada para a indústria que se instalava. O comércio da cidade de São Paulo, geralmente comandado por europeus, tinha seu alicerce em itens luxuosos importados para responder à aristocracia cafeicultora. Assim, vão surgindo novos bairros aristocráticos, como Campos Elíseos, antigo Campo Redondo, Vila Buarque e Avenida Paulista.

Nessa lógica, os imigrantes assalariados foram habitar o outro lado do Rio Tamanduateí, próximo da Várzea do Carmo (atual Parque Dom Pedro II), compreendendo os bairros operários do Brás, da Mooca, do Belém, do Belenzinho e do Ipiranga, bairros periféricos, redundando em uma população que expressava as consequências da questão social, precisando de subsídio em todos os níveis, educativos, sanitários e outros. Assim, Barro e Bacelli definem o território: “(...). Notemos que, com a estrada de ferro, Ipiranga, São Bernardo e São Caetano tornaram-se tecnicamente subúrbios.” (BARRO; BACELLI, 1969, p. 57)

A lógica das periferias não mudou: três em cada dez estabelecimentos onde foram encontrados trabalhadores em situação análoga à escravidão, entre 2010 e 2020 estão localizados na zona leste da capital. Entre os distritos com mais casos estão Penha, Artur Alvim, Vila Jacuí, Cidade Líder, Cangaíba e Ermelino Matarazzo.

Na sequência aparece a zona norte, com as regiões da Casa Verde, Vila Medeiros e Cachoeirinha. Considerando só a cidade de São Paulo, as duas regiões somam 70% dos estabelecimentos fiscalizados. Entre os anos de 2019 e 2020 foram feitas 234 denúncias de trabalho análogo ao de escravo para a área de atuação do Ministério Público do Trabalho em São Paulo.

Após esse recorte temporal para pensarmos as relações e transformações no tempo, voltamos a meados de 1880, quando o “sítio do Ipiranga” começa a surgir, ainda periférico, mas com os primeiros sinais de povoamento.

Figura 21 - 1900 - Grupo escolar e hotéis italianos no Largo do Brás. Operários trabalham na instalação dos trilhos das linhas de bonde. Foto de Guilherme Gaensly



Fonte: Acervo Fundação Energia e Saneamento

O elo e fator fundamental de povoamento foi a ferrovia. A Estação Ferroviária do Ipiranga foi aberta ao público em 1º de abril de 1886, com o objetivo de funcionar como uma estrutura de suporte para o projeto de construção do Museu do Ipiranga, que foi erguido entre os anos de 1885 e 1890.

Figura 22 - Estação do Ipiranga em 20.03.1906



Fonte: Estações Ferroviárias

Com o passar do tempo, as cercanias da estação passaram de um arrabalde alagado pelas várzeas do Rio Tamandateí para um ponto de atendimento a dois bairros criados às margens da ferrovia na virada do século XX: Ipiranga e Vila Prudente. O distrito do Ipiranga só foi anexado ao município de São Paulo em 27 de dezembro de 1918 pela Lei Estadual n.º 1.631.

Figura 23 - Rua Bom Pastor em 1925



Fonte: Estações Ferroviárias

O rio Tamandateí é compreendido como ponto de referência, o lugar antes ocupado pelas várzeas do Tamandateí junto ao sopé da colina histórica, conhecida como várzea do Carmo ou várzea grande (próximo ao encontro com o Anhangabaú), várzea do Gasômetro e várzea do Brás.

A pesquisadora Berta Maria de Mello (2016) elaborou sua dissertação de Mestrado em Arquitetura sobre o Rio Tamandateí. Ela descreve o rio a partir das primeiras plantas, que o apresentava através dos mapas, das pinturas e fotografias retratadas ao longo dos anos. Berta descreve que os campos contavam com relva em

épocas de seca e tornavam-se inundáveis com as chuvas fortes, quando se desenvolviam poças e sinuosidades que originaram o nome desse rio.

Segundo Berta, há autores que defendem que, antes de se chamar Tamandateí, o rio era conhecido como Piratininga, sendo responsável por batizar a cidade em sua iniciação como Vila de São Paulo de Piratininga, tal a importância da relação entre rio e vila naquele momento. A pesquisadora foi além e trouxe elementos da língua de origem tupi: Piratininga significa peixe seco, fato que advinha quando as poças ou alguns meandros do rio secavam, preenchendo a várzea de pescados, que atraíam não só os indivíduos, mas também vários animais. Os peixes secos atraíam as formigas, que, por sua vez, atraíam os tamanduás, responsáveis pelo segundo batizado do rio: Tamandateí. De acordo com Berta *apud* Navarro (NAVARRO, 2013 *apud* MELO, 2016), tamandateí é um termo de origem tupi que significa “rio dos tamanduás verdadeiros”, através das junções dos termos tamandûá (tamanduá), eté (verdadeiro) e ‘y (rio), ou “rio dos tamanduás-bandeiras”.

De acordo com Berta de Oliveira Melo,

Há também a versão de que o significado de Tamandateí seja “rio de muitas voltas, cheio de meandros” apresentada por Plínio Ayrosa em *Primeiras Noções de Tupi* (1933, *apud* Macambira, 1998, 241). As variantes semânticas aqui citadas revelam toda uma riqueza de descrição sobre a geografia e as relações com o lugar. É possível perceber que os diversos significados desses nomes, à primeira vista díspares entre si, se relacionam através de uma leitura onde a multiplicidade agrega camadas de sentido. O rio do peixe seco é o mesmo do tamanduá, o fenômeno narrado é o mesmo das inundações e dos meandros, sob diferente viés, mas ainda abordando a caça. Tamandateí visto como o rio de muitas voltas alude ainda aos meandros enfatizando, no entanto, o caráter geográfico. Sob um olhar poético, esse rio que vai pra um lado depois vai pra outro repetindo o para lá e para cá – como se preferisse que suas águas bailassem ao invés de correr – alude a uma famosa lenda indígena presente entre os povos guaranis e os kaingáng, na qual é o tamanduá o responsável por ensinar os homens a dançar (MELO *apud* NAVARRO 2016, p.13).

O Caminho conhecido por “Caminho das Sete Voltas”, referente às curvas que o rio ali desenhava, foi extinto com a retificação do curso do Tamandateí em 1848. No ponto final da Ladeira do Porto Geral, localizava-se o espaço onde era costume atracarem antigamente as canoas, vindas da Fazenda de São Caetano, pertencente ao Convento de São Bento, e de outros lugares próximos à Capital, embarcações que traziam cereais, frutas, cana-de-açúcar, hortaliças, peixes, entre outros, para consumo e comércio da cidade.

Figura 24 - Rio Tamanduateí correndo ao lado da Rua 25 de Março; ao fundo, o mosteiro de São Bento. Foto de Militão Augusto de Azevedo, em 1862



Fonte: São Paulo em foco.

É bom lembrar também que a Ladeira Porto Geral foi anteriormente conhecida por “Ladeira do Tamanduateí”. O “Porto” que nomeou a atual Ladeira Porto Geral localizava-se na sétima e última volta do Rio Tamanduateí, de onde também chegavam mercadorias importadas à cidade de São Paulo de navio através do porto de Santos; subindo depois a Serra do Mar através de carroças e mais adiante por ferrovia e que alcançavam a região do Ipiranga. Da estação do Ipiranga eram levadas pelo Rio Tamanduateí até o porto por barcas, o Porto Geral, nome da conhecida – até os dias atuais - ladeira que atravessa a Rua Vinte e Cinco de Março.

Nessa época o Ipiranga era um território de passagem, beira de estradas, distante do centro e tido como periférico, muito embora na época não se utilizava essa terminologia. Ipiranga teve sua história marcada por furtos, violências, disputas, como qualquer outro território, mas algo o tornou destaque: “o grito” de Dom Pedro II. Ele ganha, igualmente, relevância por ser um território de trânsito de mercadorias, seja pela ferrovia patrocinada pela burguesia cafeeira e por incentivos estatais, seja pelo rio, seja pela Independência ou mesmo pelo Museu.

A região em análise revela demarcação de ocupação, onde a área de várzea, estendendo-se do centro de São Paulo até o Ipiranga, é considerada território baixo propenso a inundações sazonais causadas pelo rio Tamanduateí. Em contrapartida,

a terra firme abrange as porções não afetadas por essas enchentes fluviais, como é o caso do alto do Ipiranga. Essa divisão não implica isolamento, visto que há uma constante circulação de pessoas e mercadorias entre esses espaços, evidenciando disparidades, mas sem desconexão em relação ao mercado. O que os diferencia são as dinâmicas das relações sociais ali estabelecidas.

A ocupação desse espaço foi moldada por formas objetivas de existência construídas ao longo da história. As várzeas eram frequentemente habitadas pelos trabalhadores, enquanto a terra firme, não sujeita a inundações, era destinada aos detentores dos meios de produção. Nessa diferenciação, vemos a concentração de palacetes da família Jafet e o Museu do Ipiranga no alto. Essa análise não se limita a uma observação isolada, mas reflete um processo socialmente objetivo que permeia o sujeito, marcando os lugares como expressões de uma totalidade moldada pelas relações capitalistas de produção.

O território do Ipiranga é assinalado pela importância do capital, pelos conflitos entre trabalhadores e donos dos meios de produção, pelos imigrantes, pela Igreja Católica, pela forma como o Estado Imperial, e especialmente o provincial, foi moldado pelos desejos da burguesia cafeeira premiada com os títulos de nobreza, de forma que não se criava algo diferenciado, mas era influenciado e composto pelos barões do café.

O Ipiranga registra também um cenário onde a construção do espaço urbano é marcada pelos intensos movimentos populacionais do campo para as cidades e pela chegada de trabalhadores imigrantes e pelos ex-escravizados. Todo esse movimento foi propiciado pelo processo de industrialização e desenvolvimento da construção civil e rodoviária que pode ser notado desde 1890 (BONDUKI, 2004; ROLNIK, 1982).

Esses fluxos, motivados pelo surgimento de novos postos de trabalho que demandavam baixo nível de qualificação e pela possibilidade de estabelecer a família em um lugar de fácil acesso ao trabalho, são registrados como fatores responsáveis pelo aumento demográfico dos bairros operários paulistas, que ocorreu de forma desordenada.

Outro cenário que talha a história do território é a greve geral de 1917. Nesse ano as manifestações da classe operária borbulhavam por todo o mundo; no caso específico brasileiro e particularmente paulistano, o movimento foi a reação operária a um período de intensificação do horário de trabalho, de aumento repentino dos

preços e imobilidade dos salários: diminuição do poder de compra e das condições de trabalho.

Em março de 1917, diante do que estava acontecendo em outras cidades brasileiras, sobretudo na capital federal – Rio de Janeiro -, começou um movimento contra a chamada “carestia da vida”, isto é, contra a alta de preços. Em São Paulo, essa manifestação configurou-se como uma campanha contra a excessiva ampliação da jornada e do trabalho de menores de idade nas fábricas, colegiada por um grupo popular, conduzida pelo Centro Libertário e pelo grupo editor do periódico anarquista de língua italiana *Guerra Sociale*.

O evento recebeu o respaldo do Centro Socialista Internacional, do Círculo Socialista de Água Branca e Lapa, do grupo socialista alemão, dos dois grupos republicanos italianos e do Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires, entre diversas outras organizações. Iniciou-se então a realização periódica de assembleias populares e comícios de protesto nos bairros operários de São Paulo, que culminaram com um comício geral no largo da Concórdia, no Brás. Na esteira da campanha, o Dia Internacional do Trabalhador foi comemorado com grandes passeatas, precedidas por comícios nos bairros do Cambuci, Ipiranga, Mooca, Brás e Bom Retiro, que convergiram para o centro da cidade.

Ao mesmo tempo, houve um movimento de reorganização sindical (após alguns anos de quase ausência de organizações operárias) com a fundação, no início de maio de 1917, de duas ligas operárias, do Belenzinho e da Mooca. No final de maio, a Liga Operária da Mooca somava quase 400 afiliados, a maior parte mulheres do Cotonifício Crespi. Em diversas fábricas paulistas estavam ocorrendo interrupções parciais do trabalho, e já havia algum tempo que se alastrava a greve dos trabalhadores das pedreiras de Cotia e Ribeirão Pires. Porém, a primeira grande paralisação fabril em São Paulo, após vários anos, ocorreu quando cerca de 400 operários do Cotonifício Crespi<sup>8</sup> entraram em greve no dia 9 de junho de 1917, pleiteando: 1) a abolição do aumento do horário noturno ocorrido naqueles meses; 2) um aumento de 15 a 20 % no salário; 3) a abolição das contribuições para o Comitê Italiano Pró-Pátria.

A situação precipitou-se a partir do momento em que a greve iniciada na Crespi estendeu-se, no dia 29 de junho, a todos os 1.500 operários da fábrica e foi logo

---

<sup>8</sup> Indústria têxtil inaugurada e localizada na Mooca, bairro da cidade de São Paulo-SP.

seguida (em 30 de junho) pela greve na grande fábrica têxtil Ipiranga, de Nami Jafet, envolvendo mais de 1.600 operários que pleiteavam uma série de aumentos, em torno de 20% e, em caso de trabalho noturno, de 25%. Nos dias seguintes começaram também as greves nas fábricas de móveis, quase todas situadas no Brás, e finalmente, no dia 7 de julho, enquanto os marceneiros começavam a obter gradualmente os aumentos pedidos (sempre na base de 20%) e os têxteis da Ipiranga voltavam ao trabalho vitoriosos, começou a greve na fábrica de cerveja Antarctica. Na primeira semana de julho, portanto, a greve ainda não podia ser definida exatamente como geral, mas no bairro da Mooca as duas fábricas mais importantes (Crespi e Antarctica) estavam paradas. A partir desse dia a greve espalhou-se ligeiramente.

O movimento operário registra, portanto, um local de lutas em defesa dos direitos da classe trabalhadora que ali trabalha e resiste.

Figura 25 - Greve Geral de 1917



Fonte: Resumo Fotográfico

Segundo Mautner (1999, p. 253), na cidade de São Paulo, a periferia tem um significado específico, refletindo a visão dual que o senso comum atribui ao território urbano: geograficamente, constitui as franjas da cidade; para a sociologia urbana, indica o local onde moram os pobres.

Milton Santos (1979) escreve que as periferias são fruto direto do modelo rodoviário urbano implantado no Brasil, que provocou um crescimento disperso das cidades e ajudou a criar uma escassez mercantil de terras e, em consequência, gerou especulação imobiliária, déficits de residências e periferização. Segundo o autor:

Em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um polo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende essencialmente da existência de vias de transporte e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso a bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo e também, afirma, a uma situação periférica. (Santos, 1979, p. 229)

A cidade de São Paulo de Piratininga também serviu como o modelo de urbanização que se reproduziu em outras localidades, consistindo, em linhas gerais, no loteamento de áreas que ainda não eram ocupadas e na criação de novos bairros destinados à classe trabalhadora e suas famílias, mas que enfrentaram diversas dificuldades, como, por exemplo, a ineficiente gestão e controle de qualidade da água, a inexistência de esgoto sanitário e a consequente proliferação de doenças, a necessidade de criação de um sistema de transportes que desse conta de acessar os novos locais, que não contavam com ruas calçadas, e a falta de habitações de aluguel de baixo valor.

Esse processo foi determinante para a segregação social do espaço na medida em que impediu que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana, tendo garantido à elite áreas de uso. Tal fenômeno foi promovido tanto pelas empresas, ao criarem assentamentos habitacionais, instalados até os dias atuais no território, prometidos aos seus trabalhadores, como pelo mercado imobiliário, com a construção de propriedades destinadas ao mercado de locação (BONDUKI, 2004).

### **1.3 Ipiranga: um olhar no século XXI**

O Atlas Socioassistencial de São Paulo apresenta que, em 2015, a Zona Sul é maior área em extensão da cidade, abrigando realidades distintas. A região sul pode ser considerada a região de maior contraste social no que tange à desigualdade, compreendendo as subprefeituras do Ipiranga, Vila Mariana, Jabaquara, Santo Amaro, Campo Limpo, Cidade Ademar, M'Boi Mirim, Capela do Socorro e Parelheiros.

De um lado fica Moema, com os maiores índices de desenvolvimento humano; do outro, temos Marsilac e Parelheiros, com os piores IDHs da capital. É a região que possui a segunda maior população, com cerca de 3.413.675 pessoas e o maior território da cidade, com 732,8 km<sup>2</sup> de extensão territorial (dados de 2020).

O Ipiranga compreende três distritos: Ipiranga, Cursino e Sacomã. Juntos, esses três distritos totalizam 37,5 km<sup>2</sup> que são habitados por mais de 491.151 pessoas, segundo o Observa Sampa<sup>9</sup> - Painel de Indicadores da Prefeitura de São Paulo.

O Observa Sampa mostra dados como famílias em situação de extrema pobreza, Ipiranga com 2.121, Cursino com 2.095 e Sacomã com 7540 famílias (dados de 2020). Outro dado relevante é o baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (1,1)<sup>10</sup> o menor da Capital Paulista, segundo a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo.

O Atlas Socioassistencial de São Paulo, correspondente ao ano de 2015, apresenta o território com significativa concentração de domicílios com renda per capita de até ½ salário-mínimo (dados de 2010), totalizando uma população de 151.599 pessoas com baixa renda, como podemos verificar na figura em sequência.

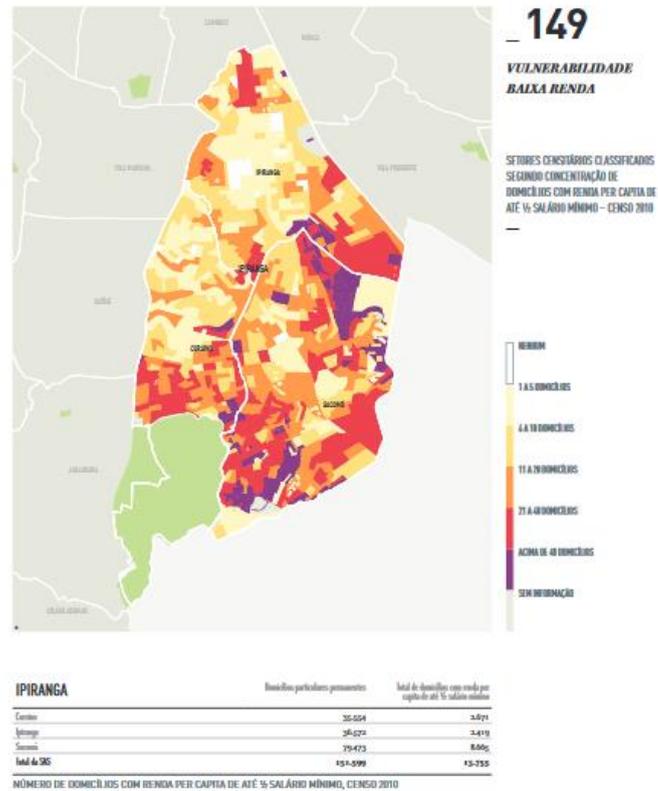
---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/>

<sup>10</sup> Disponível em:

[https://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wpcontent/uploads/sites/5/2019/06/Revista-PeS\\_v6\\_n10\\_COMPLETA.pdf](https://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wpcontent/uploads/sites/5/2019/06/Revista-PeS_v6_n10_COMPLETA.pdf)

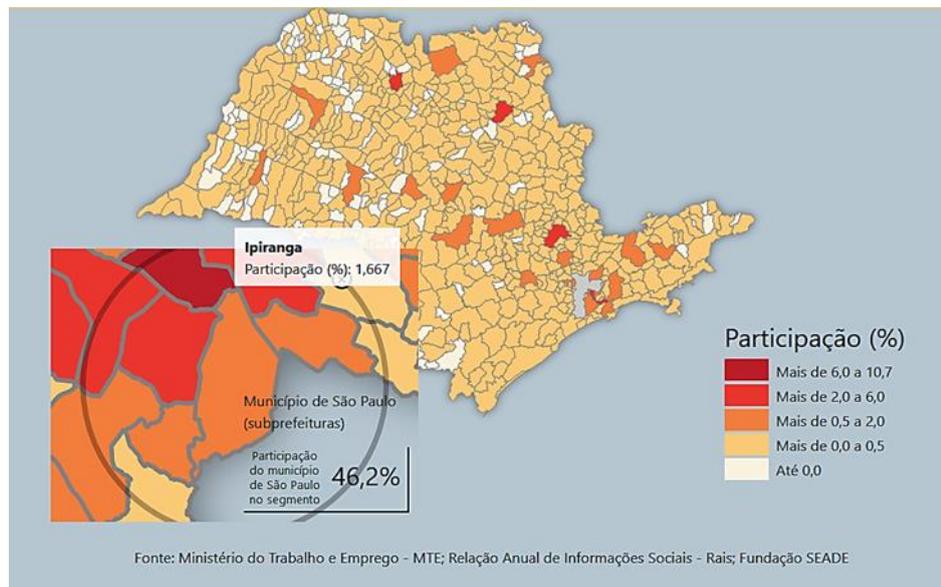
Figura 26 - Mapa de Vulnerabilidade e Baixa Renda do território do Ipiranga



Disponível em Atlas Socioassistencial – SP 2015

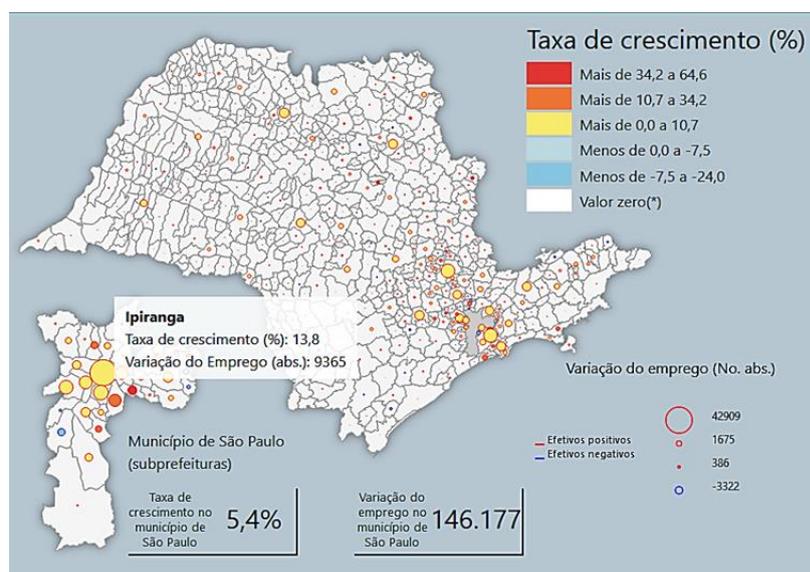
Segundo o Mapa do Emprego Paulista 2007-2017, o Ipiranga participa com 1,66% de todos os empregos formais da cidade de São Paulo, conforme se observa abaixo:

Figura 27 - Participação de Empregos Formais no Ipiranga



Em relação à taxa geométrica de crescimento anual e variação absoluta do número de empregos formais na saúde humana e serviços sociais - 2007/2017, observamos no território do Ipiranga uma taxa de crescimento de 13,8% e uma variação absoluta de 9.365 postos de trabalho. Trata-se de uma taxa de crescimento relativamente alta se comparada à totalidade da cidade, proporcionalmente aos números absolutos de vagas formais de trabalho. Se comparada ao número de habitantes, temos um diferencial significativo de trabalho informal ou desempregados.

Figura 28 - Taxa de Crescimento e variação de Emprego no bairro do Ipiranga



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Relação Anual de Informações Sociais – Raiz; Fundação Seade.

(1) O valor zero refere-se à inexistência da atividade em um dos períodos, o que impede o cálculo da taxa.

Ao convergir os índices de famílias em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade e baixa renda do Atlas Socioassistencial, verificamos que no distrito do Sacomã temos Heliópolis, considerada a segunda maior favela da América Latina e a maior da cidade de São Paulo, com aproximadamente 200 mil moradores/as, em uma área de aproximadamente um milhão de metros quadrados. O assentamento está situado entre importantes vias de acesso: A Via Anchieta, que possibilita ligação à área portuária de Santos; a Av. Almirante Delamare, que conecta São Paulo ao Município de São Caetano, e a Av. Juntas Provisórias, que faz as rotas dos caminhões de carga para a área central, servindo como rota de escoamento de outras regiões e cidades.

Entre as vias estruturais da cidade, a formação da favela relaciona-se com a Estrada das Lágrimas<sup>11</sup>, que, além de guardar um trecho da história do Brasil, referente ao ponto de encontro, partidas e despedidas rumo ao Porto de Santos, faz o limite entre o bairro do Ipiranga, a favela Heliópolis e a Cidade de São Caetano do

<sup>11</sup> A Estrada das Lágrimas possui este nome devido às famílias que se despediam e choravam sob a Figueira – Árvore suntuosa que marcava o ponto de encontro/despedita, por aqueles que iam, por meio do porto de Santos, lutar na guerra contra o Paraguai, ou mesmo na 1ª Guerra Mundial. A Figueira ainda existe no local.

Sul – SP. Na foto monocromática abaixo, podemos visualizar a figueira em 1926 e a mesma árvore em 2012.

Figura 29 - Árvore na Estrada das Lágrimas



O nome Heliópolis foi atribuído ao antigo sítio Moinho Velho, localizado no atual bairro do Ipiranga, que era de propriedade da Condessa Álvares Penteado. Em 1923, a proprietária das terras denominou parte de seu território como Vila Heliópolis, e, após lotear parte das terras, solicitou a regularização e o arruamento à Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP, 2004).

Em 1947, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) adquiriu a área com o objetivo de construir casas para seus associados. As casas não foram construídas, e a área passou para a posse do Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS).

A ocupação que posteriormente deu origem à favela do Heliópolis deu-se no final dos anos 1960. A área foi adquirida em 1942 pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Em 1966, com a unificação dos diversos Institutos de previdência no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a terra passou para o IAPAS – Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social. Em 1969, o IAPAS construiu o Hospital Heliópolis e o Posto de Assistência Médica (PAM). Parte do terreno original foi desapropriada pelo Estado para uso do Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e outra foi negociada com a Petrobras.

Entre 1971 e 1972, a Prefeitura de São Paulo removeu 153 famílias de áreas ocupadas na favela da Vila Prudente e Vergueiro, com a intenção de fazer vias públicas naquelas regiões, e as acomodou em instalações “provisórias” no terreno do IAPAS. Ao redor desses alojamentos, que se tornaram permanentes, outras famílias migrantes iniciaram a ocupação do território, bem como trabalhadores da obra do Hospital Heliópolis e do PAM, que ali construíram suas residências.

Com as crises econômicas nos anos 1980 e 1990, a população aumentou significativamente, juntamente com a luta por terra e moradia. Grileiros que atuavam na região passam a se dizer donos do território, e a população se organizou para enfrentar aquela exploração e afirmar seu direito à terra e moradia, atuação que deu origem à União de Núcleos e Associações de Heliópolis e Região (UNAS), uma das maiores organizações da sociedade civil que presta serviços na região.

Já “estabelecidas” na área que atualmente compreende o complexo de Heliópolis, as famílias que lá moravam seguiram seu processo de organização para garantir moradia, saneamento básico, saúde, educação e assistência social. Nos anos 2000, os desafios seguiram presentes, com a verticalização das moradias e necessidade de efetivação dos direitos sociais pelo acesso a políticas públicas.

A situação de alta vulnerabilidade social em Heliópolis é evidenciada por muitas habitações precárias, baixos índices de escolaridade e condições precárias no mercado de trabalho. A população local é composta fundamentalmente por trabalhadores de baixa renda, em condições de trabalho e remuneração informais ou mesmo excluídos das relações produtivas. Os baixos níveis de qualidade de vida agravam-se por questões ambientais, pela baixa cobertura de coleta de esgoto, ausência de coleta seletiva de lixo e contaminação do solo e da água, além do crescimento urbano.

Outro fator que observamos é que as condições históricas e as relações sociais e de trabalho marcaram o território, vez que o Ipiranga concentra 22% da proporção da população negra na Cidade de São Paulo, segundo o Mapa das Desigualdades 2021<sup>12</sup>; o vizinho do Ipiranga, Moema concentra a menor taxa proporcional 5,8% e a 24 quilômetros do Jardim Ângela, também na Zona Sul, que tem 60% da população negra da cidade de São Paulo. Os moradores de Moema, por exemplo, vivem em

---

<sup>12</sup> Mapa das Desigualdades 2021. Disponível em: [https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021\\_Tabelas.pdf](https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf) Acesso em: 13/08/2023

média até os 79,5 anos, segundo o mapa da desigualdade; já a idade média no Jardim Ângela é 61,2 anos.

Conforme Milton Santos (1979), o território usado constitui-se em uma categoria fundamental para preparar o futuro. A sua utilização dá-se via dinâmica dos lugares. O lugar é indicado por ele como sendo o espaço de realização mútua - coletiva. Essas redes de solidariedade estabelecem práticas e resultam em diversos tipos de valores, abrangendo aspectos culturais, antropológicos, econômicos, sociais e financeiros, apenas para mencionar alguns exemplos. Sobretudo, visualizamos a centralidade da ocupação pela via do trabalho.

E como asseveram Rodrigo Diniz e Dirce Koga (2020), é relevante ponderar que o território configura-se e se desenvolve por meio da interação complexa entre o tempo e o espaço, ou seja, abordar o conceito de território é contemplar a evolução histórica do espaço moldado pelos seres humanos em sua conexão direta com o tempo social, no contexto das forças produtivas que orientam as interações da vida em sociedade. Isso implica reconhecer que o território representa o palco ativo das interações sociais, onde a vida cotidiana é materializada e ocorre e onde as manifestações da economia, política e cultura manifestam-se de maneira mais direta e tangível.

Partindo dessa reflexão que o período, o lugar, as relações constituem uma relação indissociável, tornando o lugar como a categoria real, concreta, este é também o espaço da existência e da coexistência. O lugar é o espaço palpável, que recebe os impactos de todos. No lugar, portanto, reside a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo e da relação entre capital e trabalho, dada a possibilidade real e efetiva das relações, logo, da construção política e da luta por direitos e sobrevivência.

Assim, problematizar o território dos direitos sociais e dos bens coletivos significa pensar o tempo social em que se vive - a contemporaneidade, o estágio atual do modo de produção capitalista e suas relações com o espaço, a intrínseca relação com a vida cotidiana das classes na produção e reprodução da vida nos lugares. É necessário entender como as mediações do lucro, da exploração e da propriedade privada se manifestam diretamente no cenário ativo da vida dos sujeitos, como a reprodução da sociedade de classes compõe e constrói os territórios. É imperativo pensar de que forma ocorre a mediação do acesso ou não aos direitos, sejam civis, políticos, sociais e humanos (DINIZ; KOGA, 2020, p. 238)

O território, pensado sob a perspectiva neoliberal, também impõe outros elementos a serem considerados, que são as relações de mercado e consumo. Desse modo, o desenrolar dos espaços não é pensado à luz da cidadania, mas na lanterna do consumo das massas; os direitos passam a ser negociáveis, terceirizados, mercantilizados, como é o caso dos serviços socioassistenciais na cidade de São Paulo. Mutila-se, assim, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, subalternizando-o sob as esferas da regulação econômica do capital.

O cidadão que vive no chão, nas ruas ou nos apartamentos, cada vez menores, estão sujeitos à eterna tensão entre a luta por moradia, por alimentos - lembremos aqui da água potável não acessível, do não acesso ao trabalho ou mesmo à saúde e educação. Vemos então a não materialização da vida desse cidadão.

Fizemos aqui um percurso histórico da colonização do país, da ocupação do território da cidade de São Paulo e do território do Ipiranga, e pudemos observar a diversidade e a desigualdade que acompanham as relações e as ocupações do espaço.

No próximo capítulo discorreremos sobre as transformações sociais e as conexões via ações caritativas da Igreja Católica no território do Ipiranga e as obras centenárias que serão estudadas nessa tese.

## 2 A IGREJA CATÓLICA E AS AÇÕES CARITATIVAS NO TERRITÓRIO DO IPIRANGA

*Ótimo que a tua mão ajude o voo...  
Mas que ela jamais se atreva a tomar o lugar das asas...*  
**Dom Hélder Câmara**

A Igreja católica teve grande contribuição no desenvolvimento do Brasil. As ações caritativas foram, de certa forma, promovidas e intermediadas pela Igreja. Apresentamos aqui a grande contribuição das Irmandades como forma de assistência, mas também de resistência social. Essa ação foi fortemente desempenhada na cidade de São Paulo e contribuiu para a continuidade da prestação de serviços socioassistenciais pelas organizações.

Veremos aqui a heterogeneidade na atuação do que chamamos unicamente de Igreja, havendo uma diversidade de congregações, irmandades, associações de religiosos e de leigos, na prestação de serviços assistenciais. Nos próximos itens poderemos verificar essas ações e suas contribuições nos serviços socioassistenciais.

### 2.1 A Igreja Católica

Nesse item traremos algumas reflexões sobre a intencionalidade da Igreja Católica através das ações caritativas na cidade de São Paulo e, sequencialmente, no bairro do Ipiranga. Para isso, utilizaremos os autores José Oscar Beozzo, que aborda a história social da Igreja Católica no Brasil enquanto uma instituição que tem por propósito uma missão, Marcos Antônio de Almeida, que trará informações das Irmandades no Brasil e como essas foram desenvolvendo suas práticas caritativas, e Alfredo J. Gonçalves, que trará um panorama sobre a doutrina social da Igreja.

De início José Oscar Beozzo (2008) provoca-nos ao pensar a Igreja enquanto instituição que se apresenta portadora de uma missão em relação à sociedade. Essa reflexão é de extrema relevância para verificar que a Igreja enquanto instituição permanece viva, com seus diversos núcleos, irmandades, congregações que resistiram às mudanças sociais, religiosas, eclesiológicas, teológicas, dentre outras. Elas continuam e se diferenciam como núcleos religiosos e políticos, vez que elas têm

em sua constituição duas dimensões: agente religioso e agente político interagindo na sociedade.

O autor acrescenta dois outros pontos cruciais para compreendermos a definição do lugar da Igreja Católica Romana na sociedade brasileira: sua relação para com o poder político, o Estado, e para com o poder religioso, a Santa Sé. Nesse propósito, Beozzo (2008) faz-nos refletir que, no período oitocentista e ao mesmo tempo colonial, o que predomina na sociedade do ponto de vista econômico e social é o modo de produção, produzindo fundamentalmente para a metrópole e para seus interesses; a sociedade é escravista, baseando-se primordialmente na exploração do trabalho sob o regime jurídico e social da escravidão.

Os escravizados eram a base do sistema de produção colonial; para eles, não havia salvação nas relações “divinas coloniais”. A própria Igreja, segundo Beozzo, renuncia a esta luta, condição para sua presença na sociedade colonial, e entrega a tarefa de Evangelização e Catequese do escravo ao próprio Senhor (dono dos escravos). A religião torna-se um instrumento a mais nas mãos do senhor para o funcionamento do sistema, isto é, não houve evangelização e catequese para os escravizados. Houve, porém, resistência, através das irmandades.

É importante ressaltar que o Reino de Portugal era um dos mais fortes aliados do Papa e foi um dos primeiros a aceitar, incondicionalmente, as decisões do Concílio de Trento (1545-1563), cujo objetivo era reafirmar todos os dogmas da Igreja Católica diante da Reforma Protestante. A aliança entre a monarquia portuguesa e a Igreja de Roma chamou-se Padroado Régio. De acordo com essa aliança, o Papa concedia aos reis portugueses o poder espiritual sobre os fiéis, seus súditos, pelo qual era exercido o governo moral e religioso do reino e das colônias além-mar. Em troca, o Estado português devia reafirmar e obedecer a todos os princípios e dogmas do catolicismo regulado pelo Concílio de Trento, combatendo sem descanso a ameaça protestante e todas as outras crenças e heresias.

Na condição de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, o rei de Portugal tinha poderes para recolher os dízimos, taxas e demais tributos destinados à Igreja, controlando sua distribuição entre paróquias e dioceses. Também nomeava os bispos, regulamentava a atuação do clero e pagava os proventos de toda burocracia eclesiástica, tornando os párocos, bispos e capelães praticamente funcionários da Coroa.

Havia poucos párcos para atender os fiéis no Brasil, fazendo com que as paróquias e freguesias não tivessem bom desempenho no atendimento ao cristão, além de serem desarticuladas. Desse modo, a maioria das pessoas cristãs ficava anos sem ver um sacerdote, sem participar da liturgia oficial e sem receber os sacramentos. As grandes separações sociais e raciais faziam com que a elite branca se fechasse em seus lugares de culto, em capelas ou igrejas construídas em suas propriedades. Diversamente do que ocorria em Portugal, estabeleceu-se no Brasil uma devoção privada e classista, cuja obediência aos dogmas católicos evadia ao controle dos religiosos e permitia desvios e contestações.

Por ora vale destacar que a organização da Igreja estava dividida entre o clero regular e o clero secular em convivência nem sempre harmoniosa, contaminada por conflitos e rivalidades. O clero regular era composto pelas diversas ordens religiosas que se instalaram no Brasil desde os primórdios da colonização. Os percursos foram os jesuítas, posteriormente os franciscanos, carmelitas, beneditinos e capuchinhos. Ao clero regular, assim chamado porque era regido pelas regras de suas respectivas ordens, foi entregue a tarefa de evangelização ou catequese dos nativos, através da criação dos aldeamentos ou missões.

Já a função do clero secular era zelar pela liturgia católica nas vilas, cidades e capelas rurais. Estava diretamente submetido à hierarquia episcopal e fazia parte da folha de pagamento da Coroa portuguesa. O rei de Portugal recolhia na colônia o dízimo e a cômrua (pagamento dos religiosos), cujo objetivo era compor o fundo destinado a sustentar as “folhas eclesiásticas” ou folhas de pagamento do clero secular. Entretanto, apenas os clérigos ligados às “freguesias coladas”, paróquias de criação régia, eram amparados pela Coroa. As paróquias criadas diretamente pelos bispos (“freguesias não-coladas”) não faziam parte da folha de pagamentos eclesiásticos. Esta circunstância gerava todo tipo de descomedimento por parte do clero.

A criação de freguesias sem autorização da Coroa portuguesa (freguesias não-coladas) levou ao aparecimento de uma estrutura tributária própria, não regulamentada pelo Estado, destinada a sustentar o clero, de modo que elas tinham suas próprias taxas sobre todos os sacramentos e missas; havia até mesmo a “terceirização” da assistência espiritual, ou seja, a cessão de direitos paroquiais para terceiros, com os respectivos tributos.

Uma das mais difundidas formas de terceirização da assistência religiosa ocorreu com a implantação de Irmandades e Ordens Terceiras. A compreensão da sociedade colonial requer uma análise aprofundada das instituições que a moldaram e do papel que desempenharam, especialmente no contexto do catolicismo urbano. Essas instituições estabeleceram relações de poder peculiares, de grande relevância histórica. É essencial conhecer e entender a influência dessas instituições para obter uma visão abrangente do período colonial.

As irmandades reproduziam e eram incentivadas pela própria Coroa portuguesa a se portarem como uma instituição paradigmática de auxílio aos pobres. Em sua origem, a Misericórdia respondia a demandas espirituais bem vivas na experiência religiosa da elite portuguesa, diretamente ligadas ao movimento tardo-medieval conhecido como *devotio* moderna, que tinha em comum com o franciscanismo a alta estima pela pobreza voluntária. O primeiro compromisso da Misericórdia deixava claro a dimensão penitencial confraternal e pública, objetivada a partir das 14 obras, sete espirituais, sete corporais. Restrita aos que "receberam a água do batismo", a nova confraria incentivava o ímpeto caritativo a partir da doação de esmolas e do auxílio aos pobres doentes (SOUSA, 1996). É bom lembrar que as irmandades incentivadas pela Coroa eram formas de ter as fundações sob controle.

As Irmandades e Ordens Terceiras eram associações leigas que tinham como objetivo principal promover o culto e a devoção a um determinado santo. Essas instituições tiveram origem nas tradições medievais portuguesas, mas na metrópole, em Portugal, elas estavam organizadas em torno de ocupações profissionais ou "ofícios", o que também deu origem às corporações de ofícios.

No entanto, no contexto brasileiro da época colonial não havia uma tradição de corporações de ofícios porque a sociedade estava estruturada de forma escravista. Nessa realidade, todas as instituições sociais eram determinadas principalmente pela relação de trabalho escravo. A escravidão no Brasil não permitia o desenvolvimento de organizações voltadas para ocupações profissionais específicas ou ofícios, como acontecia em Portugal.

Assim, as Irmandades e Ordens Terceiras no Brasil assumiram uma função diferente, adaptando-se ao contexto escravista e tornando-se importantes espaços de sociabilidade e solidariedade para os escravos e libertos, além de continuarem exercendo suas funções religiosas. A escravidão, portanto, teve um profundo impacto

na organização e nas características das instituições sociais na sociedade colonial brasileira.

Na colônia, as Irmandades e Ordens Terceiras eram organizadas de acordo com critérios de raça e posição social, refletindo a estratificação social da época. Essas instituições tinham um alcance local e estavam sediadas nas vilas e cidades, desempenhando um papel importante na vida social, cultural e religiosa das comunidades em que estavam presentes.

Ao contrário das "freguesias não coladas", que não estavam sujeitas a uma regulamentação específica, as Irmandades e Ordens Terceiras eram devidamente regulamentadas pela legislação portuguesa. Essa regulamentação buscava estabelecer regras e normas para o funcionamento dessas instituições e, muitas vezes, também incluía disposições relacionadas à gestão de bens e recursos financeiros das Irmandades e Ordens Terceiras.

Além de promover a devoção religiosa, essas associações também desempenhavam funções assistenciais, culturais e sociais, apoiando seus membros em momentos de necessidade e contribuindo para a solidariedade comunitária. Contudo, é importante notar que, apesar de sua organização formal e regulamentação, as Irmandades e Ordens Terceiras também poderiam ter dinâmicas informais e relações de poder internas que nem sempre eram refletidas nas leis e regulamentos.

Consigna-se que qualquer manifestação de fé que não condissesse com o culto católico cristão era criminalizada severamente como curandeirismo e charlatanismo. Assim, muitos rituais africanos, como rezas, banhos de ervas, entre outros, foram banidos. O complexo cultural banto era o que mais se aproximava do catolicismo. A ampla utilização e reelaboração de muitas formas de devoção herdadas da religião católica em sua forma mais popular explicar-se-ia, em parte, pela sua semelhança com o culto banto dos mortos e ancestrais, no qual esses assumiam papel de intercessores entre os vivos e as potências celestes.

Maria Helena. P. T. Machado (2004) em sua obra "Sendo Cativo nas Ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo", baseando-se em outros autores, afirma que a abolição também desfez a organização comunitária entre os escravizados, deixando um espaço vazio nessa tradição que se cultuava, ainda que de forma velada. Esse vazio foi preenchido, segundo a autora, pelo catolicismo, por meio da devoção dos santos, esses também intermediários entre os homens e os deuses.

Nas ruas era possível os escravizados praticar o culto católico; nelas, as rezas e preces conduzidas por negros e negras integravam-se às rotinas religiosas dos paulistanos. Havia, na cidade de São Paulo da metade do século XIX, três oratórios públicos, pontos de referência dos transeuntes: “O de Santo Antônio, em um dos Quatro Cantos, no alto do prédio onde funcionou o Café Acadêmico, o terço era puxado por Laurindo, mulato escravo do Brigadeiro José de Vaz Carvalho” (AMARAL, 1980, p. 341).

A dinâmica comunitária dos escravos bantos estava profundamente arraigada no culto em torno de um ancestral compartilhado. A possibilidade de se reunirem em torno de um determinado santo, correspondente ao ancestral, representava uma alternativa cultural de grande relevância. O notável sucesso do culto aos santos entre os escravos no Brasil, incluindo os de São Paulo, cujo fervor impressionava os observadores, estava enraizado em uma forma mais abrangente de expressão da coesão social negra e sua interação com o catolicismo, manifestada nas irmandades de negros, presentes em todo o território brasileiro.

A liberdade de movimento em São Paulo era cada vez mais restrita à medida em que o número de negros escravizados aumentava devido às influências exercidas pelas autoridades legislativas e eclesiásticas. Embora tenham sido estabelecidas em consonância com as dinâmicas econômicas do século XVIII, é precisamente nas primeiras décadas do século XIX que as irmandades leigas católicas e as Igrejas dos Homens Pretos assumem uma relevância significativa na vida da população negra de São Paulo. Isso ocorre devido ao acolhimento que os próprios negros escravizados ofereciam aos demais iguais que também enfrentavam marginalização, à função estratégica desses espaços para a realização de encontros considerados ilícitos pela sociedade dominante branca e às oportunidades de reconhecimento social proporcionadas pelo ambiente católico, algo acessível a uma parcela da população negra que vivia em São Paulo durante o século em comento.

As irmandades constituíam associações leigas que desempenhavam um papel significativo nas colônias devido à dificuldade da igreja em atender todas as demandas nas novas terras. Além de suas atividades caritativas e assistencialistas, essas irmandades também eram a principal via para as práticas religiosas da população. Estabelecidas em igrejas, muitas vezes abrigando mais de uma irmandade, essas associações tornaram-se espaços importantes de convívio social para seus membros. Inicialmente ocupando altares laterais, algumas irmandades mais prósperas

acabaram erguendo seus próprios templos, contribuindo sobejamente para a construção de edifícios religiosos no Brasil.

Uma característica notável das confrarias, conforme observado nos domínios coloniais lusitanos, especialmente no Brasil, era sua tendência a se agruparem com base em categorias raciais e sociais em detrimento de critérios profissionais mais restritos. Esse aspecto é fundamental para compreender o papel das irmandades negras como elementos de identidade sociorracial e como instrumentos de defesa dos interesses do grupo. Na verdade, muitos negros frequentemente alegavam esse motivo ao solicitar permissão das autoridades para criar suas próprias associações.

Outra característica importante para compreender o papel das irmandades nas manifestações religiosas dos escravos no Brasil e para entender o papel dos santos nesse contexto de crenças e práticas é que cada irmandade tinha seu patrono, geralmente um santo ou uma devoção católica (por exemplo, a irmandade de São Benedito). É notável que muitos santos escolhidos para essa invocação era, segundo a hagiografia, negros ou pardos, evidenciando a conexão entre os santos católicos e os ancestrais das tradições africanas. Isso é exemplificado por São Benedito, conhecido como "advogado dos negros", assim como outros santos populares na cidade, como Santo Antônio de Categerona e Santo Onofre. Santa Ifigênia, a padroeira de uma das principais irmandades negras de São Paulo, reforça ainda mais essa ligação ancestral/santo: ela é conhecida por ter sido uma princesa Núbia convertida ao catolicismo.

Embora seja dedutível a razão por trás da preferência pelos negros, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi a associação negra mais influente em São Paulo, o que também pode ser observado em outras cidades brasileiras. A organização precoce da irmandade do Rosário em São Paulo, atestada pelo seu primeiro compromisso aprovado em 1711 e reformulado em 1778, evidencia a importância da escravidão negra na cidade no início do século XVIII. A construção da igreja, iniciada em 1725 e aparentemente concluída por volta de 1750, foi financiada por doações arrecadadas pelo ermitão da irmandade, Frei Antônio Guadelupe Domingos de Melo Tavares, que percorreu São Paulo e Minas Gerais com o objetivo de angariar fundos para a igreja.

Embora a formação destas três irmandades tenha ocorrido como resposta à introdução inicial de negros no planalto de Piratininga, a legitimidade das associações dos malungos efetivamente concretizar-se-ia com a aprovação de seus

Compromissos. Esses Compromissos eram documentos públicos que delineavam as motivações religiosas dos membros, as salvaguardas oferecidas aos afiliados e a estrutura organizacional da instituição secular na sociedade da época. Elaborados no final do século XVIII, refletiam os interesses de controle da Igreja de São Paulo sobre a comunidade negra. No entanto, sua aprovação só aconteceu no século XIX, em resposta aos desdobramentos econômicos daquela época, incluindo o aumento da população escravizada na cidade de São Paulo.

Nos registros das irmandades mais antigas do Brasil, o pesquisador João José Reis (1996) constatou que as divergências culturais ou as distâncias geográficas frequentemente resultavam em animosidade entre os africanos. Essas tensões eram manifestadas por meio de cláusulas nos estatutos que proibiam a adesão de membros de uma "nação" africana específica ou de negros nascidos no Brasil<sup>13</sup>. No entanto, essa prática não se observava nas irmandades negras de São Paulo, que desde o princípio adotaram uma abordagem inclusiva, acolhendo todos os indivíduos de ascendência africana, sejam eles escravizados ou libertos. A única taxa exigida para ingresso era uma joia de entrada, como registrado no Capítulo 1º do Compromisso da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia: "Todas as pessoas que desejarem se tornar irmãos ou irmãs desta Santa Irmandade deverão pagar uma pataca e meia...". Similarmente, o Capítulo 1º do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos estipulava: "Todas as pessoas, independentemente de sua posição social, que desejarem ser membros desta Santa Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, deverão pagar uma esmola de três patacas e meia, equivalente a mil cento e vinte réis, e serão aceitas como irmãos." No que tange ao destino dos fundos arrecadados por meio dessas taxas de entrada nas irmandades, que também eram utilizados para adquirir cartas de alforria, a pesquisa de Reis oferece mais informações esclarecedoras:

Elas [as irmandades negras] funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Seus associados contribuía com joias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos. Quando mortos porque uma das principais funções das irmandades era proporcionar aos associados funerais solenes, com acompanhamento dos irmãos vivos, sepultamento dentro das capelas e missas fúnebres. [...] A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros - em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua - construíam identidades

---

<sup>13</sup> In: "Identidade e diversidade étnica nas Irmandades Negras no tempo da escravidão". Tempo. Revista do Departamento de História da Universidade Fluminense. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 7-33, 1996

sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. (REIS, 1996, p. 04)

As decisões relacionadas aos cerimoniais fúnebres dos negros pertencentes à irmandade faziam parte das atribuições da Mesa Administrativa, um corpo composto por seus membros encarregado de gerenciar tanto os assuntos internos como externos, além de representar publicamente a irmandade negra. A seleção dos integrantes da Mesa ocorria através de um processo eleitoral, seguindo procedimentos específicos. A convocação para a eleição frequentemente era realizada por meio de um edital afixado na porta da igreja e divulgado na imprensa local, como era o costume na Irmandade do Rosário de São Paulo.

Conforme destacado na pesquisa de Antônia Quintão (2002), a reunião para eleger a Mesa do Rosário, tradicionalmente agendada para o primeiro domingo após a festividade da padroeira, transcorria da seguinte forma: os candidatos, geralmente membros que haviam se destacado no ano anterior, eram aclamados inicialmente. Posteriormente, ocorria uma votação mediante esferas depositadas em uma urna, sendo eleitos aqueles que obtivessem a maioria dos votos. A sequência para a ocupação dos cargos seguia uma hierarquia específica, começando com a eleição do Presidente da Mesa, seguida pelo Secretário, Tesoureiro, Procurador (responsável por angariar doações e preservar a harmonia entre os irmãos), Escrivão, e demais membros da Mesa, incluindo homens e mulheres.

Um aspecto notável é que esse grupo central da Mesa era formado exclusivamente por indivíduos de ascendência africana. Em algumas irmandades brasileiras organizadas por africanos observou-se inclusive uma preferência por eleger membros da mesma etnia para essas posições.

Dentro do escopo de responsabilidades do núcleo central da Mesa Administrativa estariam diversas tarefas cruciais, como convocar e conduzir reuniões, gerenciar a admissão de novos membros, angariar recursos financeiros, preservar os livros e propriedades da Irmandade, fazer visitas aos irmãos ausentes, prestar assistência aos enfermos ou necessitados, adquirir cartas de alforria, planejar celebrações e funerais. Este grupo também teria a prerrogativa de eleger outras figuras de importância para compor a Mesa, incluindo o Juiz e a Juíza, o Capelão, bem como cargos mais específicos como Protetor e Protetora, Andador e Capitão do Mastro, os quais, em São Paulo, estavam presentes somente na Irmandade de São

Benedito (CORREIO PAULISTANO, 1884). Além disso, certas posições exclusivas também eram identificadas em algumas irmandades, como o papel de Irmão Enfermeiro na Irmandade do Rosário e os cargos de Rei e Rainha, tradição presente nas irmandades negras de todo o Brasil.

Para concorrer aos cargos de Rei e Rainha, os irmãos deveriam recolher doações ou mesmo fazer doações próprias para as irmandades. O patrimônio acumulado pelos membros, inclusive entre os escravizados, servia como um meio de conquistar reconhecimento social, permitindo, assim, a integração de homens e mulheres pretas nas disputas territoriais travadas no plano urbano colonial.

De acordo com Fritz Teixeira Salles (1963, p. 18),

Cada irmandade detinha a propriedade legal, com direitos civis reconhecidos, das igrejas ou capelas que construíam, dos cemitérios onde sepultavam seus membros falecidos, montarias, imagens, utensílios e mobiliário dos respectivos templos.

Essa prática resultou em uma situação em que as irmandades católicas, apesar de serem instituições obrigatórias para todos que viviam nas cidades, adquiriram ativos móveis e imóveis para manter as distinções de classe no contexto religioso. Isso se tornou especialmente evidente ao comparar o patrimônio das irmandades poderosas, como as Ordens Terceiras frequentadas pela elite, com o patrimônio das irmandades dos "homens de cor", incluindo aquelas fundadas por indivíduos de ascendência africana.

Os Estatutos das Irmandades Negras de São Paulo não abordavam questões relacionadas à aquisição de propriedades. Em vez disso, focavam em orientações sobre a manutenção de registros contábeis, como livros para registrar despesas e receitas, além de sugerir a compra de um cofre para guardar as doações, que só seria aberto durante as reuniões da Mesa Administrativa.

A pesquisa de Beatriz Bueno (2005) revela que os registros de despesas e receitas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos não oferecem detalhes precisos sobre os bens adquiridos ao longo do século XVIII. No entanto, é possível identificar que, em 1809, a irmandade possuía nove imóveis na vila de São Paulo. O valor total desses bens era estimado em réis, uma quantia significativa que colocou essa irmandade entre os vinte maiores proprietários de patrimônio imobiliário urbano em São Paulo naquele ano. Surpreendentemente, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos estava à frente de outras irmandades frequentadas pela elite da cidade, como a Irmandade do

Santíssimo Sacramento, e até mesmo ultrapassou o patrimônio detido pela elite clerical de São Paulo.

O espírito e as práticas associativas estavam presentes em toda a colônia, como uma necessidade incontestável. Nas comunidades coloniais, o isolamento geográfico, a separação da pátria e da cultura original, bem como os desafios enfrentados na nova terra, levaram as pessoas a buscarem a formação de laços de solidariedade grupal como uma condição essencial para a sobrevivência. Esses laços proporcionavam um senso de pertencimento e proteção, permitindo que os colonos enfrentassem as adversidades juntos e se apoiassem mutuamente.

A imensidão do território colonial muitas vezes implicava dificuldades de comunicação e transporte, o que levava as comunidades a se tornarem mais autossuficientes e dependentes de si mesmas. A formação de redes de solidariedade e apoio mútuo era fundamental para enfrentar as incertezas, as ameaças da natureza, os desafios culturais e os conflitos com povos indígenas ou outros colonizadores.

Esses laços também desempenharam um papel crucial na preservação da cultura e tradições das comunidades coloniais, já que esses grupos muitas vezes buscavam manter suas identidades culturais distintas, mesmo em meio a um ambiente novo e desafiador.

Em resumo, a busca por solidariedade grupal nas comunidades coloniais era uma resposta natural às condições adversas que os colonos enfrentavam, contribuindo para sua sobrevivência e preservação cultural em meio à vastidão e isolamento do território colonial.

Diante da proliferação das associações leigas, podemos concluir que, além do espírito religioso e devocional inerentes à sociedade colonial, havia também a necessidade de proteção, que era dada por essas associações por atuarem como se fossem grandes “famílias”, cujos membros denominavam-se “irmãos”. As instituições leigas desempenhavam uma função essencial e imprescindível em todas as comunidades durante o período colonial. Para isso, eram mantidas pelas contribuições e doações de seus sócios, como bem diz Caio César Boschi (1996, p.15), “a inscrição numa Irmandade não era mera formalidade; era compromisso, envolvimento, participação ativa”. Desse modo, às necessidades do espírito acrescentam-se as do corpo, ou seja, a assistência material.

O papel político das associações leigas é inegável. Como entidades de solidariedade grupal, as irmandades desempenhavam um papel ativo como canal

para manifestações sociais, reivindicações e queixas de seus membros. Além de cumprir suas funções religiosas, essas instituições serviam como palco para debates e discussões que frequentemente ultrapassavam o âmbito religioso.

Muitas vezes, essas manifestações eram expressões políticas em seu verdadeiro sentido, representando posicionamentos e interesses que, em algumas ocasiões, eram contidos ou abafados dentro do próprio espaço institucional. As Irmandades tornaram-se uma plataforma na qual questões sociais e políticas eram discutidas e executadas, permitindo que seus membros se unissem em busca de mudanças ou melhorias em sua realidade.

Assim, essas associações leigas não se limitavam apenas a questões religiosas, mas também funcionavam como importantes atores políticos, possibilitando o desenvolvimento de uma esfera pública e contribuindo para o engajamento cívico dos membros das comunidades coloniais. Suas atividades políticas, muitas vezes sutis ou disfarçadas, representaram uma forma valiosa de expressão e organização coletiva em meio às dinâmicas da sociedade colonial.

Desse modo, podemos afirmar que, diversamente de outras cidades colonizadas tanto por Portugal como pela Espanha, em São Paulo a “assistência” e a “proteção” tiveram como força motriz e principal as ações das irmandades religiosas, especialmente as da população negra escravizada, não como ação caritativa da Igreja Católica local ou financiada por ela.

Desse modo, o associativismo permitia a manifestação e ao mesmo tempo a contenção de qualquer atividade que ameaçasse a ordem estabelecida. Daí a sua importância como instituição política. Isso é particularmente verdadeiro no caso das irmandades de negros, único tipo de associativismo permitido a este grupo social. Ao mesmo tempo em que funcionavam como agentes de solidariedade, permitia a manifestação de anseios comuns e perplexidade frente à realidade social, que, de outra forma, não haveria como ser feita dentro da legalidade. Mary Del Priori (1994, p. 23) explica:

Era à confraria que os negros e mulatos podiam recorrer quando às voltas com a doença, a miséria e o abandono, ou quando desejavam conseguir a liberdade sem ter que fugir. As Irmandades juntavam recursos financeiros para alforriar seus irmãos.

Na cidade de São Paulo, no período de 1775 a 1858, o Cemitério dos Aflitos, também conhecido como Cemitério dos Enforcados, era destino dos excluídos: negros

e negras escravizados, pessoas pobres, indigentes e condenadas à forca. O Cemitério dos Aflitos era um território disperso dos desclassificados da sociedade paulistana; já a Irmandade do Rosário, fundada em 1720, constituía-se como um território negro demarcado na cidade, onde escravos, alforriados e livres conviviam, faziam cerimônias fúnebres, festas e devoções religiosas.

Desde o século XVIII, aos territórios delimitados pela Igreja do Rosário e pelo Pátio do Rosário, em torno do qual habitavam os negros, somaram-se outros territórios mais fluidos, conectivos e fronteiriços, como as pontes, as ruas, os chafarizes e os largos da cidade de São Paulo. Conforme dissemos anteriormente, são recorrentes nas atas da Câmara Municipal as menções à presença – regularmente classificada como inadequada e imoral – de negros e negras nas imediações dos chafarizes, por serem as fontes únicas de abastecimento de água nos anos setecentos e até oitocentos, sendo essa atividade realizada majoritariamente por escravizados (SANTOS, A. e KOK, G. 2020).

As diversas ocupações e práticas mencionadas evidenciam a presença e a movimentação de homens e mulheres escravizadas em várias áreas de São Paulo. O bairro da Liberdade, onde foram encontrados vestígios do Cemitério dos Aflitos, possui uma relação peculiar com a população negra, refletida em sua própria nomenclatura atual.

A partir de 1821, o bairro foi denominado Liberdade em referência a um acontecimento marcante: o enforcamento do soldado negro Francisco José das Chagas, conhecido como Chaguinhas. Ele foi um dos líderes de uma revolta por melhores salários. Na época, os militares portugueses recebiam salários maiores do que os soldados negros. No momento do enforcamento, Chaguinhas fez pedidos de misericórdia enquanto a corda estava sendo rompida; a corda não rompeu em três tentativas, o que já estava sendo interpretado como milagre; ainda assim, Chaguinha não foi absolvido e foi morto.

Esses fatos apontam para a complexidade da história da população negra na cidade de São Paulo, evidenciando suas lutas, resistências e a presença marcante em diferentes espaços urbanos. A denominação do bairro da Liberdade, em relação a esse evento específico, também destaca a importância de se compreender e valorizar as histórias e memórias da população afrodescendente na construção da identidade da cidade.

Para além da condição de cor, outros atributos humanos foram emergindo no Império português, associando-se e complementando a reconfiguração das Américas. De pintores a ferreiros, de barbeiros a músicos, de boticários a médicos, as irmandades e confrarias tornaram-se espaços privilegiados não apenas para a prática da fé, mas, sobretudo, para o exercício de uma reorganização político-social. Esta seria uma inovação que a cristandade ibero-americana teria reinventado também na cidade de São Paulo.

As irmandades e confrarias oscilavam entre os poderes de um e de outro campo - o pontifício e o imperial - no que concerne ao controle da sociedade. Neste sentido, elas atuavam conforme suas necessidades.

Tanto as irmandades como as confrarias precisavam de ambas as proteções. Se a Igreja poderia contar com estas instituições pias que acompanhavam os avanços das cristandades católicas, o rei tinha-as como centros de apoio à expansão das conquistas. Irmandades e confrarias dariam o lastro necessário aos homens e mulheres que se aventuravam por lugares até então desconhecidos, regiões perigosas e desprovidas de proteção. Desta forma, elas atingiram indivíduos e grupos sociais carentes de um poder onisciente, transcendental ou material, que lhes assegurassem o necessário para bem-viver e bem-morrer.

A Irmandade da Misericórdia merece um destaque especial. Esta instituição avultou-se por suas atividades assistenciais, exercidas através das Santas Casas de Misericórdia que se constituíam em hospitais e orfanatos, atendendo a enfermos pobres e crianças abandonadas.

Inicialmente pensamos aqui sobre as Santas Casas de Misericórdias espalhadas em Portugal e que ganharam as Américas e nelas exerceram um papel fundamental no cuidado não apenas dos seus membros como também dos que se situavam à margem das sociedades coloniais. Enquanto as Misericórdias estavam sob o controle mais direto da Coroa portuguesa, compostas por membros da aristocracia local, as confrarias estavam sob o controle da Coroa; porém, elas usufruíam de autonomia relativa segundo os seus Estatutos e composição dos seus irmãos. (PENTEADO, 2002)

Nas palavras de Yamamoto e Carvalho:

As obras caridosas mantidas pelo clero (e leigos) possuem uma longa tradição, remontando aos primórdios do período colonial. A parca e precária infraestrutura hospitalar e assistencial existente até a fase bastante avançada

do Império se deve quase exclusivamente à ação das ordens religiosas europeias que se implantam e disseminam pelo país. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 175)

É importante considerar que as irmandades<sup>14</sup> não “morreram”. Elas resistiram às mudanças sociais, religiosas, eclesiológicas, teológicas; enfim, elas persistiram e persistem em se distinguirem como núcleos religiosos e políticos, pois elas têm em sua gênese estas duas dimensões: agente religioso e agente político interagindo na sociedade. Muitas destas irmandades continuam atuantes e em processos de renovação de seus membros. As misericórdias continuam ligadas às dioceses e arquidioceses nas quais nasceram e se desenvolveram, consolidadas nos serviços aos associados (irmãos) e aos pobres. Como no passado, elas possuem fortes laços com a igreja local. Elas continuam a sua missão religiosa e social: acolher, cuidar e salvar “corpos e almas”.

Destacamos também que, no decorrer do século XIX, a situação das crianças abandonadas passou por mudanças substanciais tanto no âmbito social quanto no institucional. As antigas entidades caritativas e as iniciativas particulares ainda respondiam amplamente pelos destinos dos menores de idade abandonados. Contudo, com o constante crescimento populacional e o desenvolvimento urbano e econômico que a cidade de São Paulo experimentou, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, a situação social dos expostos, que sempre foi muito problemática, passou por uma grande degradação. “[...] Agravado nos fins do século XVIII e início do XIX, e que antes era solucionado pela caridade particular [...] exigiu a criação de instituição especializada pela Misericórdia, para recolher esses infelizes.” (MESGRAVIS, 1976, p. 98).

Proporcionalmente ao crescimento e ao desenvolvimento, a cidade de São Paulo teve durante o século XVIII o maior número de crianças abandonadas no Brasil. Segundo Marcos Cezar de Freitas (1999), as paróquias de igrejas católicas faziam o registro das crianças abandonadas (expostas).

Até o ano de 1870, a Igreja Católica Apostólica Romana manteve pouco contato com a igreja colonial brasileira, e essa situação não se alterou após a Independência do Brasil. Somente na segunda metade do século XIX, com a chegada dos Bispos Reformadores, o Concílio Vaticano I e, por fim, a separação entre a Igreja e o Estado,

---

<sup>14</sup> Irmandades serão entendidas aqui todas as associações que agruparam pessoas pelas suas estratificações sociais.

Roma passou a desempenhar um papel fundamental na História da Igreja no Brasil, reorganizando suas estruturas no país.

Durante esse período, muitas ordens religiosas masculinas da Europa chegaram ao Brasil, além de aproximadamente uma centena de ordens femininas. Essa presença significativa de ordens religiosas contribuiu para a reestruturação da Igreja e para sua atuação em diversas áreas no país, desde a assistência social até a educação e a saúde.

A encíclica *Rerum Novarum*, conhecida entre os assistentes sociais, proclamada pelo papa Leão XIII e publicada a 15 de maio de 1891, foi o documento inaugural do que se convencionou chamar no universo católico de doutrina social da Igreja. De acordo com Alfredo J. Gonçalves, citado por Franklin Machado (GONÇALVEZ *apud* MACHADO, 2009) foi a primeira vez que um documento do magistério católico dedica-se integralmente à chamada “questão social”. No decorrer do texto, o papa propõe-se a abordar a “condição dos operários”.

Para o autor, isto não revela que os problemas sociais estivessem ausentes das publicações anteriores na história da Igreja. São inúmeras as referências à situação real e concreta dos pobres desde os primeiros séculos do cristianismo e da tradição católica. O próprio Leão XIII, na introdução da *Rerum Novarum*, refere-se à abordagem do tema em encíclicas precedentes sobre soberania política, liberdade humana e constituição cristã dos Estados, publicadas, respectivamente, nos anos de 1831, 1885 e 1888. Todavia, enquanto anteriormente essas questões apareciam de forma secundária, segregada de outros assuntos de maior relevância, agora o papa faz da condição social dos operários o tema central de sua carta.

De pronto, nota-se aqui uma mudança de enfoque ou de perspectiva: a Igreja, na pessoa do papa, deixa em segundo plano os assuntos internos e volta-se para os problemas que afligem os trabalhadores da época. O olhar da Igreja dirige-se ao mundo exterior, identificando nele os principais desafios sociais à fé cristã e buscando alternativas às contradições da sociedade em que vive.

As instituições filantrópicas desenvolveram no Brasil colonial, cada uma a seu modo, uma ampla ação religiosa e social. Considerando seus atributos (cuidar dos vivos, dos mortos, das almas, dos desvalidos, dos pretos, brancos, pardos, comerciantes, profissionais das artes etc.), podemos perceber uma sequência que, longe de terem sido induzidas apenas pelo aspecto religioso, apresenta-se associada à lógica das práticas religiosas e sociais na cristandade brasileira: da Misericórdia

(Essência de Deus) ao Santíssimo Sacramento (Visibilidade do Corpo de Deus), passando pelo Rosário dos Pretos (Devoção dos Homens Pretos à Mãe de Deus), pelo Livramento (Aspiração à Liberdade dos Homens Pardos) e pelas artes mecânicas (Ascender pela profissão e produção econômica). No fundo estamos diante da lógica da sociedade colonial: das práticas espirituais às conquistas materiais: um percurso contraditório que tem ressonância com a sociedade capitalista.

É importante mencionar que há no desenvolver da religiosidade e da sociedade colonial os modos operantes lusitanos, em benesse da direção da Coroa, que, da mesma forma em toda América Latina, seja colonizado pela Espanha, seja por Portugal, por mais que fossem aliados do papa, não representava em sua totalidade os direcionamentos da Igreja Apostólica Romana, mas sim dos seus respectivos colonizadores. Isso só vai sendo disseminado a partir do Concílio Plenário Latino-Americano.

O Concílio Plenário Latino-Americano foi uma série de encontros eclesiais que ocorreu na América Latina no século XIX e início do século XX. Esses concílios foram convocados pela Igreja Católica Romana com o objetivo de discutir e abordar questões específicas relacionadas à Igreja e à sociedade na região latino-americana.

O primeiro Concílio Plenário Latino-Americano foi realizado em 1852 no México, seguido por outros quatro concílios em diferentes países da América Latina. Os encontros ocorreram em:

1. Concílio Plenário do México (1852)
2. Concílio Plenário de Santiago, Chile (1859)
3. Concílio Plenário de Lima, Peru (1867)
4. Concílio Plenário de Buenos Aires, Argentina (1896)
5. Concílio Plenário de Rio de Janeiro, Brasil (1901)

Esses concílios abordaram diversas questões relevantes para a Igreja e para a sociedade na América Latina, incluindo a organização eclesial, a formação do clero, a evangelização dos povos indígenas e afrodescendentes, a relação entre a Igreja e o Estado, a educação católica, entre outros temas.

Os Concílios Plenários Latino-Americanos desempenharam um papel importante na busca por respostas específicas para as necessidades e desafios da Igreja na região e contribuíram para a consolidação e expansão do catolicismo no continente latino-americano. Embora não tenha tratado diretamente das migrações para a América Latina, o Concílio Plenário ocorreu no contexto de deslocamento dos

trabalhadores, especialmente italianos no Brasil, vez que sua realização ocorreu em meados do século XIX até o início do século XX, e os fluxos migratórios em grande escala para a região aconteceram principalmente a partir do final do século XIX e durante o século XX.

É importante observar que, no contexto mais amplo das migrações para a América Latina, a presença e as ações da Igreja Católica foram significativas. A Igreja desempenhou um papel importante no acolhimento e na integração dos imigrantes que chegaram ao continente em busca de oportunidades e melhores condições de vida.

Em muitos casos, a Igreja Católica ofereceu apoio social, assistência humanitária e serviços religiosos aos imigrantes recém-chegados. Além disso, a Igreja trabalhou para preservar a identidade cultural e religiosa dos grupos de imigrantes, ajudando-os a manter suas tradições e práticas religiosas.

A presença e as ações da Igreja Católica na América Latina desempenharam um papel relevante no contexto das migrações para a região, contribuindo para a integração e para a manutenção da identidade dos grupos migrantes.

Em São Paulo, o projeto de reforma eclesial iniciado por Dom Antônio continuou sob a liderança dos bispos sucessores, com destaque para a atuação significativa de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. Ele destacou-se tanto pela conjuntura social de seu episcopado quanto pela maneira peculiar como respondeu às novas demandas que surgiam em São Paulo. Nomeado bispo em 1873, Dom Lino assumiu a jurisdição eclesial de São Paulo em um período marcado pelo crescente influxo de imigrantes europeus, parte de uma política de imigração subsidiada que visava resolver os desafios enfrentados pela emergente indústria cafeeira nas terras paulistas.

Entre os diversos grupos de trabalhadores europeus trazidos para a província de São Paulo, os italianos constituíam a maioria. Esses imigrantes, frequentemente acompanhados por suas famílias de diferentes idades, trouxeram consigo uma forte herança católica. Sua presença teve um impacto substancial no cenário religioso de São Paulo no final do século XIX, influenciado principalmente pela intensa vivência religiosa que caracterizava essa comunidade.

Segundo a pesquisa realizada por Maria Aparecida Gaeta (1992), os italianos que se estabeleceram na capital da província tinham valores éticos rigorosos em relação à família, sexualidade e trabalho. Alguns desses valores eram congruentes

com a sociedade burguesa capitalista que estava emergindo no contexto paulista. Para os italianos, a presença de um padre era de extrema importância em suas vidas diárias, pois eles não viam a experiência católica como limitada apenas ao sacramento do batismo, já que também incluíam a confissão e a comunhão. Essa abordagem católica mais abrangente estava alinhada com os esforços de reforma da igreja local. Ademais, esses imigrantes já estavam familiarizados com a liturgia em rito romano, o que tornava mais vantajosa a sua integração nesse contexto.

Entretanto, a carência de sacerdotes permanecia como um desafio substancial para o bispado de São Paulo. Embora essa comunidade italiana estivesse ávida por atenção pastoral, o número insuficiente de padres disponíveis dificultava a prestação de assistência religiosa necessária para esses imigrantes.

Segundo Ney de Souza (2004), nem todos os padres italianos alinhavam-se inteiramente ao modelo clerical desejado por Dom Lino, uma vez que muitos deles chegaram ao país com a ambição de enriquecer através do comércio, violando assim as normas de disciplina eclesiástica. Além disso, alguns padres italianos exibiam comportamentos inadequados. Apesar dessas questões, o clero italiano possuía várias das características consideradas dignas pelo próprio Bispo de São Paulo para um sacerdote "reformado". Isso se dava principalmente porque esses presbíteros "honravam a Igreja e constituíam um pilar na defesa do cristianismo puro e santificado, demonstrando uma coesão de idealismo puro e santificador." (CAMARGO, 1953, p. 33)

Como parte das reformas ultramontanas, o bispo de São Paulo convidou congregações religiosas estrangeiras a estabelecerem presença no bispado paulista. Isso resultou na aceitação dos salesianos, dos Scalabrinianos, dos padres redentoristas e dos padres jesuítas, que retornaram a São Paulo em 1894. Com um clero substancial à disposição, Dom Lino começou a direcionar os párocos das igrejas paulistas a promoverem devoções mais familiares aos imigrantes católicos. Isso incluía incentivar o culto à Sagrada Família, promover devoções marianas, encorajar a recitação do terço e fomentar a adoração ao Sagrado Coração de Jesus.

No contexto nacional, o bispado de Dom Lino desempenhou um papel fundamental ao sediar a primeira Conferência do Episcopado Brasileiro em 1890. Este evento reuniu bispos de todo o Brasil com o propósito de formalizar a resposta católica ao Decreto nº 119-A, promulgado em 7 de janeiro de 1890. Referido decreto marcou o fim do padroado e estabeleceu a liberdade de culto no país. Aprovado poucos dias

após a Proclamação da República, enfatizou a natureza laica do novo regime governamental, refletindo a transformação sociopolítica que a República estava introduzindo na sociedade brasileira, apoiada em bases científicas e tecnológicas. (AQUINO, 2012)

## **2.2 As ações sociais na cidade de São Paulo**

Neste item vamos dialogar com a autora Aldaiza Sposati para compreender as ações sociais na cidade de São Paulo. Recordaremos sua publicação “Vida Urbana e Gestão da Pobreza”, de 1988, e focaremos especialmente na primeira parte, em que a autora concentra suas reflexões analisando a trajetória da gestão municipal da cidade desde 1560, recordando o formato que a gestão foi assumindo para responder às questões sociais apresentadas na cidade de São Paulo.

Não temos a pretensão de reproduzir a pesquisa já realizada, mas de trazer elementos já investigados para compreender a questão das organizações centenárias objeto dessa pesquisa. Assim, esse olhar para o passado visa detalhar lacunas que possivelmente não foram compreendidas à luz do presente, trazendo elementos que devem ser criticamente examinados.

A autora afirma que o modo de produção colonial era o próprio gerador de pobreza, de modo que a exploração do índio e do negro foram fatores cruciais para gerá-la na cidade de São Paulo e do país. A pobreza, especialmente dos homens, mulheres e crianças livres, pouco importava para a colônia portuguesa. As ordenações da Coroa quando muito se ocupavam em “formalizar” as ocupações de cura, vez que havia nessa a taxação do exercício da função.

Segundo Sposati (1988), a esmola dos ricos para os pobres era a principal forma assistencial regulada por determinação da Coroa. O rei tinha a incumbência de designar esmoleres e instituir o cofre dos órfãos para recolher as ajudas para os expostos.

Em consonância com o que afirmamos no item anterior, a autora afirma que o modelo caritativo pautado na esmola foi o que perseverou de forma mais significativa e duradoura, tendo a Irmandade de Misericórdia uma cópia do modelo português de confrarias, reproduzindo a prática de um dos seus fundadores, Frei Miguel Contreiras, recolhendo contribuições dos ricos e distribuindo-as aos pobres.

Outra característica é de que o título de “irmão de misericórdia” atribuía valores diferenciados, de modo que, quem pertencesse à irmandade, tinha status distinto. A honraria possibilitava ao paulistano desvincular-se do exercício da vereança ou de outros cargos públicos e poderia desenvolver suas atividades.

Conforme a autora, até o século XVIII não havia espaços públicos estatais direcionados para as práticas assistenciais, não havia ações em relação à pobreza ou mesmo medidas adotadas pela Câmara Municipal. As primeiras iniciativas são assistencialistas e higienistas, no hospital, quando a Irmandade da Misericórdia em 1717 instala a primeira enfermaria. Posteriormente, em torno de 1770, com subsistência de esmolas, o hospital de hansenianos, instalado em 1802.

Outra ação administrada pela Irmandade de Misericórdia foi a Santa Casa, que teve sua história sempre atrelada ao desenvolvimento de São Paulo, e foi mudando de lugar de acordo com o crescimento da cidade, tendo sedes no Largo da Misericórdia, na Chácara dos Ingleses e na Rua da Glória. Nele, a partir de 1825 tem a criação da primeira Roda dos Expostos, que, segundo Maria L. Marcilio:

Depois de muita luta, criou-se a Roda de Expostos. Após a aquisição da Chácara dos Ingleses, no largo da Rua da Glória, em 2 de setembro de 1825, ali se instalaram o Hospital de Caridade e a Roda dos Expostos. Apesar de possuir prédio próprio, suas instalações eram acanhadas e não muito satisfatórias. A Roda ficava em uma janela do andar térreo do casarão. No mesmo ano, duas instituições complementares à assistência da Roda foram criadas: o Seminário da Glória, para meninas, e o de Santana, para meninos. Eram os seminários, escolas internas destinadas aos filhos de militares pobres e aos expostos da Misericórdia, que, ao deixarem a Santa Casa, depois dos sete anos, ali permaneciam até a maioridade ou até tomar estado. As referidas escolas, sustentadas pelo governo provincial, recebiam auxílio ocasional da Misericórdia, conforme previa o seu Compromisso. (MARCÍLIO, 1998, p. 156)

Fazemos aqui a observação de que o seminário da Glória compreendia já os arredores do território do Ipiranga; posteriormente, o Seminário de fato foi transferido para o Ipiranga, conformando o atendimento aos “marginalizados”. “É notável, a essa época, a mudança dos prédios onde funcionavam tais serviços, seguramente devido à precariedade com que eram instalados e à exiguidade de seu espaço frente à desconsideração da pobreza” (SPOSATI, 1988, p. 79).

Durante o século XIX, a questão das crianças abandonadas tornou-se um grave problema social na cidade de São Paulo. Até o final do século XVIII, a vila paulista tinha poucos casos de crianças expostas, que eram acolhidas com facilidade por

ações caritativas de famílias e instituições religiosas. Entretanto, essa situação mudou no século seguinte devido ao crescimento populacional e à urbanização da cidade.

As autoridades políticas negligenciaram frequentemente esse assunto, deixando a solução para iniciativas particulares. Visitantes estrangeiros, observaram no Brasil do início do século XIX uma "grande negligência" com relação ao bem-estar das crianças (FREYRE, 2003). As taxas de abandono de crianças eram altíssimas, chegando a representar 15,9% de todos os nascimentos livres no período (MARCILIO, 1999, p.63).

Segundo Sposati (1988), os primeiros segmentos que receberam uma forma assistencial institucionalizada foram as crianças órfãs, os leprosos, alienados, doentes e inválidos, ou seja, os improdutivos perante o capital. Essa forma de assistência institucionalizada era característica de uma abordagem assistencialista e higienista que se desenvolveu em diferentes épocas históricas. Esses grupos de pessoas, por serem considerados improdutivos ou incapazes de contribuir para a sociedade devido a suas condições físicas ou mentais, eram frequentemente marginalizados e excluídos da vida social. A criação de instituições para acolher esses segmentos da população representou uma tentativa de oferecer cuidado e proteção, mas também refletia uma visão assistencialista que enfatizava a divisão entre os considerados produtivos e os improdutivos na sociedade.

Sposati (1988) ressalta o papel relevante das Conferências Vicentinas, também conhecidas como Sociedades de São Vicente de Paulo ou simplesmente vicentinos, que são uma associação de leigos católicos dedicada à caridade e à assistência aos mais necessitados. Essa organização foi fundada em 1833, em Paris, por um grupo de jovens liderados pelo beato Frederico Ozanam, em resposta à crescente pobreza e necessidade de ajuda dos mais vulneráveis na sociedade. As Conferências Vicentinas tiveram início no Brasil e em São Paulo no ano de 1874 e rapidamente se disseminaram para diversos bairros, especialmente junto à Paróquia de Santa Cecília. Em 1901, a cidade de São Paulo já contava com oito dessas Conferências.

Aliados à ação vicentina surgiram os trabalhos das associações de damas da caridade, que teve em 1887 sua primeira iniciativa. Segundo Sposati, em 1894 eram aproximadamente 300 associadas que se reuniam em núcleos paroquiais e começavam a se dedicar à educação de órfãs.

É notável a ausência do Estado na mediação das atenções. Conforme referida autora, quando muito essa ação dava-se de forma fiscalizadora e policialesca:

É de se notar que a legislação imperial, que regulou a ação das Câmaras Municipais, na Carta de Lei de 1º de outubro de 1828, estabelecia, no seu artigo 69 e dentro do sub-item “posturas policiais”, que as Câmaras deveriam cuidar de observar o estabelecimento e conservação de casas de caridade, a criação dos órfãos, a atenção aos doentes necessitados e a vacinação de todos os meninos e adultos do distrito. Nota-se a postura policial (fiscalizadora) do Estado, embora as ações fossem assumidas pela filantropia privada e não como sua responsabilidade direta. Note-se ainda que a caridade se confundia com as práticas sanitárias, o que reforça a concepção da filantropia higiênica (...) (SPOSATI, 1988, p. 81).

Outro apontamento de Sposati (1988) é sobre o Estado Brasileiro não reconhecer devidamente o trabalho realizado pelas Irmandades. Embora houvesse algum nível de reconhecimento oficial, o Estado limitava-se a conceder apenas o reconhecimento formal, sem oferecer isenções ou outras contribuições significativas. Apesar do reconhecimento, a administração dos serviços e atividades realizadas pelas Irmandades continuava sendo de total responsabilidade das próprias entidades. Isso significa que o Estado não assumia um papel ativo na gestão ou no financiamento dessas instituições, deixando para elas a responsabilidade de prover assistência e cuidado aos necessitados.

Essa falta de apoio mais efetivo do Estado pode ter sido um desafio considerável para as Irmandades, que precisavam lidar com questões financeiras e administrativas sem o suporte governamental adequado. Por outro lado, essa autonomia também lhes conferia certa liberdade para atuar de acordo com suas crenças e valores, embora também impusesse grandes responsabilidades na gestão e organização de suas atividades assistenciais. Para a própria manutenção, as irmandades recorriam a esmolas: essa, sim, foi o selo estruturante do modelo assistencial colonial, que tinha suas limitações e desafios.

Além disso, indivíduos e famílias mais abastados também desempenhavam um papel importante na caridade e na esmola, ajudando aqueles que estavam em situação de pobreza ou doença. Essas práticas eram geralmente baseadas em valores religiosos e morais, pois se acreditava que a caridade era uma virtude cristã, e ser rico era a oportunidade existencial de fazer o bem.

A dependência da caridade privada significava que nem todos os necessitados recebiam assistência adequada, e muitas vezes a ajuda estava sujeita ao humor e à boa vontade dos doadores. Fato é que a esmola não era imposta, ou seja, como a própria Sposati (1988, p.153) escreve, “não bastava o desejo da esmola”; fazia-se

necessária uma forma de recebimento, e claro, uma forma de recolhimento, que era normatizada pela Coroa na função do esmoler - função outorgada pelo rei, isentando o indivíduo da função militar, além de regular as formas e os critérios para a distribuição. Além disso, esse modelo não abordava as causas estruturais da pobreza e da desigualdade, deixando as questões sociais mais profundas e sem solução.

O poder público não assumia diretamente a responsabilidade pelos problemas sociais; em vez disso, transferia-a para as ações de benemerência, fornecendo ajuda ou subvenções a instituições de caridade e filantropia para tratar as necessidades dos mais vulneráveis na sociedade.

A assistência social privada, agraciada com benesses estatais, era a forma transfigurada com que o poder público insinuava assistir a miséria paulistana. Enquanto sustentadas pela Irmandade de Misericórdia, forma combinada do público e privado, do religioso e leigo, em uma confraria, as práticas assistenciais não diferiram, em São Paulo, do restante do Brasil. Diante da pobreza paulistana, possivelmente diferiu a quantidade de esmolas e de legados que esta recebia em comparação às demais Irmandades brasileiras. (SPOSATI, 1988, p. 85).

Dentro das formas de assistencialismo resultantes da ação das Irmandades e parca atenção do Estado, destaca-se a criação de internatos, externatos e orfanatos. Essas instituições foram estabelecidas para fornecer cuidados, educação e abrigo a crianças, jovens e órfãos. É nesse contexto que vão surgir as duas instituições, objetos dessa pesquisa, o Orfanato Cristóvão Colombo - que posteriormente foi denominado Instituto Cristóvão Colombo, obra fundada por Padre José Marchetti, da Congregação dos Missionários de São Carlos (Scalabrinianos), inaugurado em 14 de dezembro de 1895, com o objetivo de amparar as crianças órfãs e migrantes - e a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora – FUNSAI -, fundada por Conde José Vicente de Azevedo com o objetivo de ser um asilo de meninas órfãs e, posteriormente, internato em 22 de novembro de 1896. Ambas serão apresentadas nos itens seguintes.

### 2.3 A Missão Scalabriniana e o Instituto Cristóvão Colombo

Antes de aproximar-se da história do Instituto Cristóvão Colombo, é essencial abordar a interseção entre o projeto religioso e social de assistência aos imigrantes, concebido por São João Batista Scalabrini, e a imigração italiana no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo. O até então chamado Orfanato Cristóvão Colombo tornou-se uma peça fundamental nesse contexto, sendo pensado como um importante ponto de apoio e amparo para os órfãos filhos dos imigrantes italianos que chegavam à cidade.

É relevante ressaltar que a escassez de fontes historiográficas que apresentassem diferentes perspectivas levou-nos a basear nossa análise em pesquisas e produções publicadas, a maioria delas com viés religioso, conforme mencionado pelos autores ao longo do texto. Apesar dessa lacuna na historiografia, isso não nos impediu de compreender a essência de sua obra pastoral, ainda que com algum distanciamento e precaução.

Utilizamos também da dissertação de mestrado de Idileine Corrêa Lopes (2015), que fez um aprofundamento da formação da Congregação dos Missionários de São Carlos e do Instituto Cristóvão Colombo, buscando conhecer a proposta de atuação da Instituição.

A Congregação dos Missionários de São Carlos, fundada em 28 de novembro de 1887 por João Batista Scalabrini (na época Dom Scalabrini, bispo de Placência, Itália), antecede a fundação do Orfanato. São João Batista Scalabrini confiou à Congregação iniciada a proteção de São Carlos Borromeu; por esse motivo, os missionários também são conhecidos como Carlistas.

A partir da perspectiva de Dom Scalabrini, que atendeu as demandas de seu tempo, os Scalabrinianos buscaram atuar com a acolhida e proteção aos migrantes, tanto dentro quanto fora da Igreja. Ao fundar a Congregação, Scalabrini tinha em mente homens de Deus dispostos a se tornarem missionários itinerantes em todo o mundo para ajudar os italianos que eram obrigados a deixar sua pátria. Com a colaboração do Pe. José Marchetti e sua irmã Assunta Marchetti, a expressão feminina do carisma foi fundada em 1895, dando origem também à Congregação das Missionárias de São Carlos. Também, João Batista Scalabrini criou associações de leigos para complementar o trabalho de acompanhamento e defesa dos migrantes.

Atualmente presentes em 34 países, os Scalabrinianos contam com o apoio de voluntários para manter diversas obras e serviços. Entre eles estão casas de acolhimento para migrantes, centros de atenção aos migrantes, pastoral do migrante em organismos eclesiais diocesanos e nacionais, paróquias e missões, centros de estudos migratórios, seminários, centros Stella Maris, meios de comunicação social, escolas, entre outros. A atuação da congregação abrange diversas áreas e necessidades relacionadas aos migrantes, buscando amparar e apoiar aqueles que se encontram em situação de mobilidade e vulnerabilidade.

Iamamoto e Carvalho citam a obra dos Carlistas:

A tentativa de intervenção na organização e controle do proletariado também não é recente. Os Carlistas, ou Scalabrinianos, por exemplo, se implantam no Brasil logo em seguida às grandes ondas imigratórias que têm origem na Itália, para atuar junto aos seus compatriotas. Estes se constituíram no principal contingente da Força de Trabalho que veio a substituir o escravo nas grandes plantações e, posteriormente, constituir o mercado de trabalho urbano. (IMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 175)

Os primeiros missionários da Congregação Scalabriniana chegaram ao Brasil no ano de 1888, quase no fim do período imperial. Foram designados dois sacerdotes e um irmão leigo para a cidade de Santa Felicidade, próxima a Curitiba, e três sacerdotes e um irmão leigo para o Estado do Espírito Santo.

No entanto, antes mesmo da chegada oficial desses missionários, os padres Marcellino Moroni D'Agnadello (ex-capuchinho) e Pedro Colbachini já atuavam prestando serviços aos imigrantes italianos e mantinham uma correspondência constante com João Batista Scalabrini; posteriormente eles professaram seus votos perpétuos à Congregação de São Carlos Borromeu.

Como mencionado alhures, durante o período do Império no Brasil, o Estado brasileiro detinha quase total controle sobre a Igreja. De acordo com a Constituição Política do Império do Brasil de 1824, a Igreja era subordinada ao Estado, principalmente através do sistema de Padroado. Nesse sistema, o clero secular era remunerado pelo Estado, que também coletava os dízimos devidos à Igreja. Dessa forma, bispos e padres eram considerados agentes do Poder Executivo, e os assuntos relacionados à Igreja eram regulados por meio de decretos estabelecidos pelo Estado.

Essa relação de submissão da Igreja ao Estado foi explicitada pelo Padre Colbachini em uma carta enviada a João Batista Scalabrini, datada de 23 de julho de 1889. Nessa correspondência, ele destacava a influência e o controle exercidos pelo

Estado sobre as atividades e decisões da Igreja naquele período histórico: “recorri à autoridade civil, da qual é escrava aqui a autoridade eclesiástica” (COLBACHINI, 1889 *apud* AZZI, 1987, p. 148).

A vinda dos missionários da Congregação Scalabriniana para o Brasil estava estreitamente relacionada à chegada de muitos imigrantes italianos. Nesse contexto, é importante destacar os aspectos que impulsionaram o projeto de João Batista Scalabrini no âmbito religioso e, especialmente, assistencial, voltado para os imigrantes que se estabeleceram no Brasil.

Para compreender o projeto pastoral e assistencial concebido por Scalabrini, é essencial contextualizar brevemente o cenário histórico em que ele se desenvolveu. A infância de Scalabrini foi vivenciada em um cenário político e geográfico complexo na Península Itálica, caracterizado por monarquias autônomas e pela dominação da Áustria sobre a região da Lombardia e a cidade de Veneza (região do Vêneto).

Durante a primeira metade do século XIX, a Itália passou por um processo gradual de redescoberta de sua identidade nacional e de luta pela unificação, conhecido como Risorgimento. Esse movimento histórico, que teve início por volta de 1815, culminou com a criação de um reino unificado em 1861 e, posteriormente, com a completa unificação em 1870, tornando a Itália um país politicamente independente, com uma base nacional consolidada.

Enquanto a Itália vivenciava todos esses acontecimentos históricos, João Batista Scalabrini estava dedicado a seus estudos no Liceu Volta, na cidade de Como, a partir de 1852. Em 1857, ingressou no Seminário Santo Abondio, na mesma cidade, onde concluiu seus estudos filosóficos. Após dois anos, transferiu-se para o Seminário Maior, onde aprofundou seus conhecimentos em teologia, sendo, em maio de 1863, ordenado padre.

O grande desejo de Scalabrini era tornar-se missionário. Para alcançar esse objetivo, manteve contato com o Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME). Sua intenção inicial era partir para as Índias, mas o bispo de Como tinha outros planos para ele, pois afirmava que "suas Índias estavam na Itália" (GREGORI, 1934 *apud* SIGNOR, 1986, p.124). Portanto, Scalabrini foi nomeado professor no seminário onde havia estudado e, em 1868, eleito Reitor da instituição.

O período de 1870-1880 foi de ambivalência na estrutura religiosa e estatal, com a população italiana dividida entre posições patrióticas em favor da unificação italiana ou afiliação à Igreja Católica e contra essa unificação. Nesse contexto de

sentimentos conflitantes experienciados por toda a população e pelo clero, uma nova oportunidade apresentou-se para Scalabrini: ele foi nomeado vigário da Paróquia de São Bartolomeu, localizada na periferia de Como - Itália, em uma comunidade fortemente proletária, com cerca de 6.000 habitantes.

Sensibilizado diante da precária situação de sua comunidade, Scalabrini empenhou-se em encontrar soluções para aliviar os sofrimentos materiais e espirituais dos moradores. Sua primeira iniciativa foi fundar um jardim de infância e um Oratório para as crianças. Outrossim, dedicou-se à catequese, escrevendo várias publicações sobre o tema, incluindo um pequeno catecismo destinado ao jardim de infância. Ele reconhecia a importância fundamental da evangelização das crianças e sempre enfatizava que esse papel inicial deveria ser desempenhado pelos pais.

A situação de extrema miséria da população em sua paróquia era tão marcante que Scalabrini registrou-a em suas memórias, como pode ser visto em uma carta pastoral publicada em 1899:

Fui vigário de um bairro da minha querida cidade de Como. Contava entre meus paroquianos milhares de operários que se dedicavam à indústria da seda. Verifiquei pessoalmente a condição de miséria em que vegetavam os operários, causada pelas mais diversas contingências a que se vêem expostos os trabalhadores (SCALABRINI, 1899 *apud* RIZZARDO, 1974, p. 35).

Podemos deduzir que essa experiência em lidar com a difícil situação social e econômica dos trabalhadores foi uma das motivações que impulsionou João Batista Scalabrini a desenvolver seu projeto de assistência aos migrantes, como podemos perceber em outra parte da mesma correspondência:

Se o trabalho valoriza o capital, por que não buscar uma co-participação mais justa nos lucros, necessária pelo menos para assegurar ao trabalhador um sustento suficiente, digno e seguro? Se o trabalho é uma lei natural e um dever moral, por que não torná-lo também um direito legal? Se a instrução é uma obrigação, por que não proporcionar ao operário o tempo suficiente para estudar, limitando-lhe a idade e as horas de trabalho? Se a higiene é um dever social, por que permitir, sem os devidos cuidados, atividades que abreviam e envenenam a vida? Por que não assegurar a vida dos trabalhadores contra eventuais acidentes? Por que não prever de forma digna, sua velhice? Assim pensava eu... (SCALABRINI, 1899 *apud* RIZZARDO, 1974, p. 36).

Durante os anos em que exerceu suas funções na paróquia, João Batista Scalabrini deparou-se com outros problemas decorrentes do intenso confronto entre o Papa e o Estado. O Pontífice convocou o Concílio Vaticano I, que teve início em 8

de dezembro de 1869 e encerrou-se em 18 de dezembro de 1870, marcado pela entrada das tropas em Roma. No Concílio, foram abordados temas relacionados à evolução científica, social e econômica que os países estavam experimentando, a exemplo do racionalismo, liberalismo e materialismo. Como resultado, duas Constituições Dogmáticas foram promulgadas: uma sobre a Fé Católica e outra sobre a Infallibilidade Papal.

Antes mesmo de se dedicar às obras assistenciais e pastorais em favor dos migrantes, João Batista Scalabrini empreendeu outros projetos para ajudar os membros de sua diocese a enfrentarem suas necessidades. Um exemplo disso foi a distribuição diária de três mil refeições à população afetada pela seca e, posteriormente, pelas enchentes nos anos de 1879 e 1880. Ele organizou uma cozinha e um refeitório no térreo da sede da Diocese para atender a essa demanda. Outrossim, quando ocorreu um terremoto em Casamicciola, em 1883, ele prestou auxílio financeiro às vítimas. No ano seguinte, seu auxílio voltou-se para os doentes afetados pela cólera. Essas ações refletem o profundo comprometimento social de João Batista Scalabrini, mesmo antes de sua dedicação aos migrantes.

João Batista Scalabrini também se preocupou com a educação dos deficientes auditivos, percebendo que cerca de 200 pessoas nessa condição estavam sendo marginalizadas. Diante dessa realidade, ele uniu esforços com o Padre Serafim Balestra e juntos fundaram o Instituto Scalabrini das Surdas-Mudas em 1881. O instituto contava com uma organização interna que compreendia três classes de alunas: a primeira era formada por pessoas de idade mais avançada; a segunda por jovens com capacidade de receber toda a instrução necessária para se integrarem à sociedade; e a terceira por órfãs que se dedicavam ao trabalho e à oração. Essa iniciativa demonstrou o empenho de Scalabrini em promover a inclusão social e educacional das pessoas com deficiência auditiva, proporcionando-lhes oportunidades de desenvolvimento e participação na sociedade (RIZZARDO, 1974).

João Batista Scalabrini também se dedicou ao Comitê Diocesano da Obra dos Congressos, um movimento composto por jovens católicos italianos. Ele acreditava que, através dessa organização, os jovens poderiam ter um papel ativo nos eventos sociais que estavam ocorrendo em 1881. Sob sua orientação, a Diocese de Piacenza tornou-se a segunda mais importante, com muitas obras realizadas, incluindo a criação de cooperativas, conferências agrárias, associações de artesanato e uma imprensa católica. Além disso, a Diocese também estabeleceu bancos católicos e

caixas rurais para ajudar os trabalhadores do campo e da cidade em momentos de necessidade. Através dessas iniciativas, João Batista Scalabrini buscava promover o bem-estar social e econômico da comunidade e envolver os jovens católicos em questões de importância para a sociedade da época.

Em 1880, João Batista Scalabrini realizou sua primeira visita pastoral à Diocese; foi durante essa viagem que ele percebeu que a grande migração já havia começado na região, visto que cerca de 28.000 pessoas tinham deixado o país em busca de melhores condições de vida. Diante dessa situação, a primeira medida tomada por ele foi reunir líderes cristãos, tanto leigos quanto sacerdotes, em um Patronato, resultando na fundação da Sociedade São Rafael, no mesmo ano em que a Congregação de São Carlos Borromeu foi fundada, ou seja, em 1887. A Sociedade São Rafael visava oferecer apoio e assistência aos migrantes que deixavam a Itália, buscando atender suas necessidades e proporcionar-lhes uma acolhida fraterna em suas novas terras de destino.

Em 1876, enquanto ainda estava na Paróquia de São Bartolomeu, João Batista Scalabrini teve um momento impactante ao passar pela estação de trem de Milão, onde percebeu muitos migrantes aguardando para partir. Essa cena deixou uma forte impressão em sua mente, e em 1887, ele decidiu registrar esse acontecimento em um opúsculo<sup>15</sup>. Nesse escrito, ele descreveu o fato que tanto o havia surpreendido na época, oferecendo um relato detalhado sobre a realidade dos migrantes na estação de trem. Transcrevemos alguns trechos dessa obra com o intuito de compreendermos melhor os pensamentos e sentimentos de Scalabrini a respeito desse evento significativo.

Em Milão, há vários anos, assisti a uma cena que me deixou na alma um sentimento de profunda tristeza. Passando pela estação, vi o salão, os pórticos laterais e a praça vizinha tomados por trezentas ou quatrocentas pessoas mal-vestidas, divididas em diversos grupos. [...]. Eram anciãos curvados pela idade e pelas fadigas, homens na flor da idade; senhoras que arrastavam os filhinhos atrás de si, ou os carregavam ao colo; meninos e meninas. [...] Eram emigrantes. Pertenciam às várias províncias da Alta Itália, e com trepidação esperavam o trem que os levaria para as praias do Mediterrâneo, donde zarpariam para as longínquas Américas. [...] Sem remorso abandonavam a pátria, que apenas lhes era conhecida sob duas formas odiosas: o recrutamento e a cobrança dos impostos. Parti comovido. [...] Quantas ilusões, quantos novos sofrimentos lhes reserva um futuro incerto! (SCALABRINI, 1979, p. 43-44).

---

<sup>15</sup> Opúsculo é um termo que deriva do vocábulo latino *opusculum*, que é o diminutivo de opus. Tal como opus se pode traduzir por “obra”, um opúsculo é uma criação de carácter literário ou científico que tem uma extensão reduzida.

Em 1888, a Santa Sé aprovou o regulamento da Congregação de São Carlos Borromeu; em 1895, João Batista Scalabrini, com a ajuda de especialistas, elaborou as regras que compõem 14 capítulos. No primeiro capítulo, intitulado "Finalidade da Congregação e meios para alcançá-la", podemos destacar os seguintes objetivos:

- a) enviar missionários e professores onde a necessidade o requeira;
- c) [...] abrir escolas onde, com os primeiros rudimentos da fé, sejam dados aos filhos dos colonos as noções elementares da língua italiana e da local, do cálculo e da história da pátria;
- g) favorecer e promover as organizações e as obras consideradas mais adequadas para conservar, nas próprias colônias, a religião católica e a cultura italiana. (SCALABRINI, 1895 *apud* TOMASI; ROSOLI, 2010, p. 94)

No primeiro opúsculo, denominado "Projeto de uma Associação destinada ao cuidado dos interesses espirituais dos italianos emigrados nas Américas", (SCALABRINI, 1979, p. 26), o objetivo primordial da Congregação de São Carlos Borromeu era proporcionar assistência às necessidades religiosas e morais dos migrantes, conforme os princípios cristãos. Isso se devia à preocupação em conter a influência das ideias maçônicas e de outras que poderiam encontrar espaço em mentes e corações desvinculados das leis católicas nas sociedades de acolhida.

Para garantir essa atuação, os sacerdotes foram encarregados de percorrer as colônias em viagens que duravam de quinze a vinte dias. Essas visitas tinham como propósito conhecer os fiéis e incentivá-los na construção de pequenas igrejas, mantendo assim o vínculo entre o sacerdote e a comunidade. Após obter informações sobre o número de habitantes e suas condições de vida, os sacerdotes enviavam relatórios detalhados à Pia Associação, fornecendo uma visão completa da situação para orientar as ações da congregação.

O terceiro opúsculo abordou as condições sociais, culturais, religiosas e econômicas enfrentadas pelos imigrantes que vieram trabalhar no Brasil. Scalabrini embasou sua exposição nos depoimentos dos próprios italianos, publicados em jornais como o *Ferrara*, *Corriere della Sera*, *Fanfulla*, *Dirittoe Riforma*. Nesses depoimentos, os migrantes descreviam a extrema miséria de suas vidas no Brasil e relatavam como haviam sido enganados pelos intermediários, inclusive denunciando a atuação prejudicial de alguns governos provinciais. As narrativas revelavam as dificuldades enfrentadas pelos migrantes e a exploração a que eram submetidos, reforçando a urgência da atuação da Congregação de São Carlos Borromeu para acolher e assistir essa população vulnerável.

Devido às razões apresentadas anteriormente, João Batista Scalabrini era fortemente contra o projeto de lei parlamentar, considerado "o mais liberal da Europa" (SCALABRINI, 1979, p.107), pois ele não poderia atender às principais necessidades de seus compatriotas, que estavam sendo seduzidos pelos agenciadores. Ele percebia que essa legislação não ofereceria o apoio necessário para proteger os imigrantes e evitar que fossem explorados e enganados por intermediários inescrupulosos.

No sexto opúsculo, intitulado "A Itália no Exterior" (SCALABRINI, 1979, p.163), Scalabrini reafirmou sua concepção sobre a migração, como já havia feito em outro opúsculo. Ele embasou seu pensamento nos princípios da doutrina cristã, da história e da ciência. Essa combinação de conhecimentos revelava que a migração era um direito natural do ser humano, logo, não representava uma ameaça à segurança social. Era o contrário: ela permitia equilibrar a distribuição de riquezas entre os que partiram e os que permaneceram, aliviando a superpopulação e proporcionando melhores oportunidades de trabalho para os que ficaram. Ele enxergava a migração como um benefício que impulsionava o comércio, difundia conhecimentos científicos e industriais e expandia a ideia de pátria além das fronteiras nacionais, onde o mundo tornava-se a pátria do migrante.

Scalabrini desenvolveu um projeto que abrangia não apenas questões religiosas, mas também aspectos econômicos e educacionais, buscando impactar positivamente o desenvolvimento social. Suas propostas mostravam uma interconexão entre esses diferentes aspectos. Em seus estudos sobre a migração italiana, ele abordou principalmente os sistemas internos de migração, que envolviam o deslocamento para terras ainda não cultivadas. Também, identificou a colonização política como uma forma de ampliar territórios através do estabelecimento de colônias distantes. Por fim, ele mencionou a migração de colônias agrícola-comerciais, que tinham como objetivo criar núcleos populacionais em outros países dedicados ao comércio, à indústria e à agricultura. Essas diferentes categorias de migração foram abordadas em seu projeto com a intenção de promover um impacto social e econômico positivo tanto para os migrantes quanto para os locais onde se estabeleciam.

João Batista Scalabrini defendia que a Igreja desempenhasse não apenas um papel apostólico, mas também uma função social abrangente. Ele acreditava que a Igreja deveria ter uma atuação complexa, levando em conta as diferenças culturais de

cada país e a comunidade cristã. Nesse sentido, ele apresentou um projeto em que propunha que a Santa Sé, com sua autoridade universal, organizasse atividades pastorais que atendessem todas as nacionalidades.

Consoante Graziano Batistela (2023), o termo "ação católica", para João Batista Scalabrini, representava a resposta organizada dos leigos católicos diante das ameaças lançadas pelos adversários da religião católica - inicialmente liberais e depois socialistas - que minavam os alicerces da estrutura social. O objetivo central, de acordo com Scalabrini, não era se envolver em atividades políticas, mas realizar um trabalho de reconstrução moral e atender às necessidades econômicas que respondiam às aspirações legítimas, especialmente dentro da classe trabalhadora. Ele via a ação conjunta do clero e dos leigos como essencial, considerando as duas forças que compunham o corpo místico de Cristo, simbolizado pelo batismo. Logo, cada sacerdote deveria formar associações católicas e comissões paroquiais em sua paróquia.

O conceito de João Batista Scalabrini, segundo Batistela, foi mais profundamente explorado no opúsculo de 1899 intitulado "O socialismo e a ação do clero". Ele reiterou esses princípios em uma entrevista concedida ao jornal socialista de Milão, L'Alba, em 1900. Neste opúsculo, Scalabrini discutiu a necessidade de opor a ação social católica à ação do socialismo como uma maneira de remediar e reconstruir o tecido social. Ele focalizou principalmente a intervenção prática dos párocos em sua diocese, predominantemente agrícola. Scalabrini abordou questões específicas, como a criação de associações de previdência mútua, bancos católicos e caixas rurais para combater a usura, bem como a promoção de práticas agrícolas mais racionais. Ele também incentivou os párocos a influenciarem os empregadores a adotarem práticas mais éticas e morais e a desencorajar a emigração, caso ela não fosse evitável, orientando-a de forma iluminada.

O pensamento central de Scalabrini residia na ideia de que a ação católica organizada era uma resposta eficaz para enfrentar os desafios sociais e políticos da época, trabalhando para reconstituir e fortalecer a estrutura da sociedade a partir de valores cristãos e princípios morais.

João Batista Scalabrini foi canonizado em nove de outubro de 2022 por Papa Francisco, não pela comprovação de dois milagres, mas pela relevância de sua obra.

O início da história do Orfanato Cristóvão Colombo está profundamente ligado ao papel fundamental desempenhado pelo Padre José Marchetti que, juntamente com

São João Batista Scalabrini, teve um papel de destaque como incentivador e mentor intelectual da obra, dedicando-se arduamente a amparar e apoiar os migrantes. Ambos foram peças-chave na concretização do projeto que visava oferecer assistência e cuidado às crianças desamparadas e órfãs, deixando um legado de compaixão e solidariedade para com os mais vulneráveis.

Pe. José Marchetti, o fundador do Orfanato, nasceu em 3 de outubro de 1869, em Lombrici de Camaione, Itália, filho de Ângelo Marchetti e Carolina Ghilarducci Marchetti. Desde tenra idade, começou a trabalhar, colaborando com seu pai no moinho dos Mansi. Trabalhou como moleiro, o que possivelmente o possibilitou compreender a exploração do trabalho em relação aos pobres.

Após ser ordenado sacerdote em 3 de abril de 1892, celebrou sua primeira missa em Capezzano Pianore, na Província de Lucca, Itália. Embora tenha sido nomeado professor de francês e matemática no Seminário, ele tinha por objetivo tornar-se um missionário, com o desejo de servir aos necessitados do mundo.

Em 25 de abril de 1892, durante uma conferência na igreja dos Servos de Maria em Lucca, o Bispo de Piacenza, Dom João Batista Scalabrini expôs a dramática situação dos migrantes italianos. A partir desse momento, o desejo de Pe. José Marchetti de se tornar um missionário cresceu, pois ansiava dedicar sua vida como missionário. Enquanto atuava como pároco em Compignano, acompanhou os paroquianos no Porto de Gênova, protegendo-os contra os ataques dos agentes de migração, conhecidos como verdadeiros "mercadores de carne humana", que exploravam as famílias pobres prestes a partir.

Foi sugerido ao padre que ele se tornasse o Capelão de Bordo, acompanhando os migrantes que saiam de Gênova para o Brasil; ele aceitou o convite e embarcou com os migrantes. Em outubro de 1894, Padre Marchetti realizou sua primeira viagem como missionário, sendo designado capelão de bordo do navio Giulio Cesare. Nessa função, viveu intensamente seu sacerdócio, realizando atividades como catequese, celebração de missas, atendimento de confissões, regularização de matrimônios e realização de funções fúnebres, além de atuar como juiz de paz em meio a uma multidão de aproximadamente 1.500 pessoas, durante toda a viagem.

Em dezembro do mesmo ano, fez sua segunda viagem ao Brasil no Navio Maranhão. Durante o percurso, após a cerimônia fúnebre de uma mãe que veio a falecer no navio e deixou um filho pequeno aos cuidados de um pai, que, desesperado, ameaçou jogar-se ao mar, Padre José assumiu a responsabilidade pela criança órfã

e cuidou dela até chegar no Rio de Janeiro - Brasil, onde a deixou em uma casa de Misericórdia.

Esse evento despertou um forte desejo de construir um orfanato para acolher crianças desamparadas. Após sua chegada a São Paulo, Pe. Marchetti teve a oportunidade de se encontrar com o Vigário Geral da Diocese, Monsenhor Fergo O'Connor de Camargo Duarte, que mostrou simpatia por ele e concedeu a Capela das Perdizes para que pudesse exercer seu ministério sacerdotal. Ao conhecer o Largo das Perdizes, o Pe. Marchetti acreditou ter encontrado o local ideal para construir um orfanato. Para tornar esse projeto realidade, contou com a ajuda do engenheiro italiano Luís Pucci, que desenhou a planta do prédio.

O Padre Marchetti, sem realizar uma análise prévia do terreno, comprou uma grande quantidade de tijolos, conseguiu a mão de obra voluntária dos operários e deu início à construção do orfanato. No entanto, durante o processo de construção, um funcionário público municipal visitou o local e informou que o terreno pertencia ao município, tornando proibida a construção de um prédio particular ali. Isso resultou no embargo da obra. Diante dessa situação, o padre reuniu os operários e explicou o ocorrido, pedindo que fossem embora, mas retornassem no dia seguinte para serem informados sobre o novo local escolhido para a construção do orfanato.

Após o incidente, o Pe. Marchetti reuniu-se com o Conde Vicente de Azevedo, que ficou sabendo do embargo da obra e prontamente ofereceu outro terreno localizado no bairro do Ipiranga. Esse terreno, que originalmente estava destinado a abrigar o Liceu de Artes e Ofícios São José, já possuía uma capela e parte de um edifício anexo em construção. Além disso, havia uma quantidade considerável de materiais armazenados e uma nascente de água potável que já estava canalizada para uso futuro. Embora a construção no local tivesse sido interrompida, o terreno mostrou-se uma oportunidade promissora para o novo orfanato. (FRANCESCHINI, 1996).

Em fevereiro de 1895, depois de diversas solicitações e tentativas, Padre José, ao chegar em solo paulista, colocou a pedra fundamental do Orfanato Cristóvão Colombo, localizado no bairro do Ipiranga, contando com a importante ajuda do Conde José Vicente de Azevedo para tornar esse projeto uma realidade.

Enquanto o Orfanato Cristóvão Colombo estava em construção, Padre José Marchetti retornou à Itália com o objetivo de trazer irmãs missionárias para sua obra. Em outubro de 1895, as primeiras quatro irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo,

também conhecidas como Scalabrinianas, fizeram seus votos religiosos nas mãos do bispo fundador, Dom João Batista Scalabrini, juntamente com o próprio Padre José Marchetti. No dia seguinte, todos embarcaram no porto de Gênova como migrantes, acompanhando outros imigrantes que se dirigiam ao Brasil.

Em dezembro de 1895, o Orfanato Cristóvão Colombo, localizado no Bairro Ipiranga, foi oficialmente inaugurado. Nessa época, Padre José Marchetti não apenas cuidava da continuação da construção e da provisão para o orfanato, mas também já estava estabelecendo as bases para um novo orfanato na Vila Prudente. Simultaneamente, dedicava-se à formação das Irmãs Scalabrinianas.

O sacerdote também adotou outra medida ao reunir um conjunto de senhoras pertencentes às camadas mais privilegiadas da sociedade em São Paulo (sob a liderança da Consulesa Brichanteau), com o objetivo de angariar os recursos necessários para apoiar a construção do orfanato. A Igreja católica apoiava a ação dessas mulheres benevolentes, uma vez que isso servia para instilar os princípios cristãos na formação da elite paulistana. Conforme essas senhoras adquirissem e internalizassem as virtudes do catolicismo, elas se tornariam defensoras da instituição familiar e da sociedade, assumindo uma missão de solidariedade e filantropia.

Padre Marchetti em diversas ocasiões procurou entrar em contato com a Baronesa Veridiana Prado, embora não tivesse obtido uma chance de se reunir com ela. Contudo, devido à sua perseverança, eventualmente obteve uma audiência. Nesse encontro, teve a ocasião de expor o seu plano e, como consequência, a Baronesa concedeu-lhe a madeira essencial para a realização da empreitada.

Figura 30 - Chácara da Dona Veridiana. Gaensly, Guilherme, 1843-1928



Fonte: Acervo Brasileira Fotográfica

Com o propósito de estabelecer os princípios orientadores do orfanato, o Padre Marchetti concebeu antecipadamente um esquema para a organização da instituição, mesmo antes da conclusão da construção no bairro do Ipiranga. Esse programa delineava as diretrizes fundamentais a serem observadas, as quais incluíam:

Programma:

O Orphelinato será estabelecido segundo as bases e modelos de outros estabelecimentos congêneres, e na sua construção juntará a facilidade da vigilância para o trabalho e para a moral com o confortável e as precauções da hygiene. Em proporção dos recursos, começará por partes, sob a norma da planta geral, e vigorará com os seguintes estatutos:

1º Os fundos da instituição provenientes de dádivas, ofertas e auxílios de toda a espécie serão publicados mensalmente o primeiro ano, e depois anualmente em folheto para distribuição, com as parcelas distinctas das doações, etc, etc, nome dos offerentes e relação das despesas e movimento.

2º Todos os fundos da caixa sempre serão empregados para maior desenvolvimento da instituição do logar.

3º O Orphelinato será dividido em duas secções, a do sexo masculino e a do feminino; a dos meninos a se construir na Vila Prudente de Moraes, e da das meninas no Ypiranga.

4º Os Orphãos serão admitidos de qualquer idade; as creanças menores de 6 annos ficarão recolhidas em uma secção separada junta com a secção das meninas e aos cuidados das mesmas Directorias da dita secção.

5º Aos meninos será ministrado o ensino das primeiras letras e o das Artes e Offícios segundo a índole e a disposição dos educandos, se contractando para tal fim hábeis mestres e profissionaes.

6º Os meninos uma vez escolhidos não poderão ser entregues se não a parentes ou pessoas munidos de competente autorização assim querendo os orphãos. Chegados a idade competente, a Direcção envidará todos os esforços pela boa collocação dos recolhidos.

7º Os meninos que depois de dez annos de idade, tiverem nove annos de permanência no Orphelinato, receberão na sua sahida um bahú com dous ternos de roupa de casemira, três de algodão com a competente roupa branca e accessórios, caixa de ferramentas, livros do officio e 500\$000 em dinheiro, tudo complessivamente na importância de 1:500\$000 rs.

8º A secção das meninas estará entregue às Irmans e Damas de Caridade da mesma congregação, sob a direcção de uma superiora. O Director só se incumbirá dos officios religiosos e da administração exterior e temporal.

9º Às orphãs será ministrada a instrucção necessária a vida prática no fim de se formar boas artistas, boas pessoas de serviço e boas donas de casa e mães de família.

10º As diferentes direcções dos trabalhos manuaes serão contractadas com Mestras e Directoras que offerecerem maiores vantagens.

11º A collocação das meninas adultas estará exclusivamente a cargo de um Conselho de Damas de Caridade presidido pela superiora que armonizará as exigências da idade com a vontade e disposição das meninas.

12º As meninas que estiverem dos dez até os 17 annos de idade no Orphelinato receberão enxoval e dote a importância de 1:500.000 rs.

13º Não serão recusados orphãos de outras procedências assim como os que não sendo orphãos, mas largados à vagabundagem, forem remettidos pelas autoridades competentes.

14º Os edificios serão franqueados a toda hora às autoridades e aos visitantes nos dias e horas estabelecidas.

São Paulo, 10 de março de 1895

Profº Padre. José Marchetti

(MARCHETTI, 1895, carta. Acervo ICC).

Em relação às finanças, a sustentação do Orfanato seria primeiramente assegurada por contribuições monetárias provenientes dos próprios colonos italianos, da classe abastada paulistana e dos empresários que generosamente doariam mantimentos, vestuário, medicamentos e todos os recursos essenciais para o cuidado das crianças.

Além do ensino elementar, a formação tinha um enfoque prático, com instrução em diversas habilidades manuais ministradas nas oficinas de carpintaria, marcenaria, serralharia, alfaiataria, sapataria, tipografia e padaria. O Padre Marchetti reconhecia o valor da música como uma fonte enriquecedora e educativa, resultando na aquisição de quarenta e cinco instrumentos musicais vindos de Milão para estabelecer a Banda do Orfanato Cristóvão Colombo. As apresentações dessa banda destacaram-se em inúmeras ocasiões na cidade de São Paulo, incluindo a performance durante a visita do ex-presidente da República, Prudente de Moraes, ao bairro de Vila Prudente, em 21 de dezembro de 1898.

Os trabalhadores imigrantes italianos, não-anarquistas, auxiliaram na construção do prédio. Ensinavam-se os ofícios da época – marceneiro, chapeleiro, celeiro, sapateiro e alfaiate. Posteriormente, foi um dos primeiros estabelecimentos a ensinar datilografia. (FRANCESCHINI, M. A. 1996, p. 124).

Conforme mencionado previamente, as correspondências do Padre Marchetti indicavam que uma nova ala do orfanato seria edificada no bairro da Vila Prudente. Inicialmente, ele concebera essa localidade como destino da seção masculina, que seria transferida e, eventualmente, suas oficinas também seriam realocadas. No bairro do Ipiranga, a seção feminina operaria.

Para concretizar esse plano adicional do Orfanato Cristóvão Colombo, o Padre Marchetti contou com o apoio da elite da sociedade paulistana, dos empresários e dos colonos italianos, os quais, em princípio, seriam os principais beneficiários dessa expansão. Com o objetivo de despertar o interesse e o envolvimento dos colonos, o próprio padre redigiu uma "Appello" em italiano, datado de 11 de março de 1896, que foi distribuído entre os imigrantes italianos para solicitar assistência financeira.

Além de suas responsabilidades com os órfãos, Padre José também zelava pelos milhares de imigrantes italianos espalhados nas fazendas de café do Estado de São Paulo e do Paraná. Ele tinha planos de estender sua atuação para Minas Gerais e Santa Catarina. Sua vida era intensa e incansável, atendendo às necessidades dos mais necessitados, independentemente de sua origem ou situação.

O Padre Marchetti empreendeu inúmeras jornadas ao interior de São Paulo, visando angariar os recursos essenciais não apenas para a edificação das duas estruturas do Orfanato Cristóvão Colombo (OCC), mas também para sustentar os órfãos e prover às necessidades espirituais dos migrantes italianos. Nesse contexto, o missionário não se concedia descanso, superando obstáculos, incluindo a epidemia de febre amarela que assolava diversas cidades. Durante suas viagens, ele não hesitava em acolher os órfãos necessitados, encaminhando-os ao OCC no bairro do Ipiranga, que, inicialmente, abrigava meninos e meninas menores de 6 anos.

Podemos concluir que o projeto Scalabriniano tinha como objetivo primordial amparar os imigrantes em um momento de extrema vulnerabilidade, especialmente quando chegavam ao novo continente, muitos sem dominar o idioma português e sujeitos a contratos fraudulentos. O Pe. Marchetti manifestou sua indignação diante

dos fazendeiros que se aproveitavam da inexperiência dos imigrantes italianos, explorando-os e tirando proveito de sua situação precária.

A última viagem do Padre Marchetti teve como destino a cidade de Jaú, no ano de 1896, onde o tifo estava disseminado. Ele atendeu muitas pessoas contaminadas, negligenciando sua própria saúde e contraindo a doença. Por causa disso, retornou a São Paulo antes do previsto. Após os médicos diagnosticarem sua condição, foi afastado de suas funções como diretor do OCC pela necessidade de repouso. Devido a outros problemas de saúde, veio a falecer em 14 de dezembro de 1896. Sua morte precoce resultou na suspensão das atividades do OCC. O Padre Natal Pigato, que já vinha colaborando com o Padre Marchetti em várias áreas, assumiu temporariamente sua posição para evitar que as crianças e freiras ficassem desamparadas, até que um substituto fosse nomeado.

Dessa maneira, posterior a Marchetti e decorrente dele, emergiria um dos notáveis representantes do legado scalabriniano em São Paulo: o Padre Faustino Consoni, que se tornaria conhecido como "o São Vicente de Paulo de São Paulo", ou até mesmo "pai dos menos favorecidos", diante da sua ativa participação e impacto na vida dos "imigrantes, pobres e órfãos". Ele ascenderia como a figura incontestável e proeminente dos scalabrinianos no Estado de São Paulo, mantendo sua influência direta sobre os assuntos da Congregação, mesmo após ter oficialmente deixado seu cargo em 1911.

O Padre Faustino Consoni foi designado por Scalabrini para ser o sucessor do Padre Marchetti. Foi enfatizado que esta designação representava "a missão mais importante da nossa Congregação, e é necessário fazer todo o sacrifício para mantê-la" (SCALABRINI, 1897 *apud* AZZI, 1987, p. 171). A fim de apoiar o Padre Consoni em suas responsabilidades, o Padre Marcos Simoni também foi despachado para São Paulo.

Padre Consoni alcançou resultados positivos em suas incursões pelas fazendas em busca de recursos, dentre os quais se destaca uma doação de 300.000 liras feita pela Baronesa de Tatuí. Regularmente, a instituição já vinha recebendo dela uma contribuição mensal de 20 sacos de farinha de trigo, o que viabilizava a produção de pão na própria padaria (que já estava em funcionamento), garantindo o fornecimento de pães para as crianças. Além disso, a Baronesa também contribuiu com a doação de um órgão (avaliado em 1.600 liras), o qual o Padre Consoni utilizava para enriquecer as celebrações religiosas. Outro fator relevante foi que a Igreja de

Santo Antônio, na Praça do Patriarca, foi concedida aos Carlistas para que as ofertas fossem designadas para a manutenção do Orfanato Cristóvão Colombo.

Conforme destacado por Scalabrini, o Orfanato Cristóvão Colombo (OCC) representava a obra mais significativa da Congregação. Em virtude dessa importância, por volta de 1901, a comunidade Scalabriniana em São Paulo contava com sete sacerdotes, permitindo a realização de missões itinerantes nas fazendas. Essas missões visavam prover auxílio aos colonos e, como resultado, angariar doações para o orfanato.

O Orfanato Cristóvão Colombo, desde sua inauguração, assumiu o papel central da Congregação no Estado de São Paulo, tornando-se o ponto de partida para disseminar missões. Ao focar na assistência aos órfãos, principalmente de origem italiana, ele se tornou um emblema para obter apoio dos imigrantes ao projeto scalabriniano. Este projeto, carente de recursos, buscava suporte tanto entre os conterrâneos italianos quanto na elite cafeeira de São Paulo. A elite via na Igreja uma parceira para conter demandas sociais e políticas populares, interpretadas como desestabilizadoras pela classe dominante, além de se opor aos anarquistas.

O diferencial do orfanato residia em ser um ponto de ancoragem consistente para as missões, algo que faltava em outras iniciativas. Desde o início, ele proporcionava a força necessária para efetivar o projeto scalabriniano em São Paulo. Em resumo, o orfanato tornou-se o pilar central da missão de assistência aos imigrantes. A pastoral, enraizada na identidade italiana, ficou ainda mais atrativa para os conterrâneos do padre scalabriniano, unindo-os por meio da etnia, religião e assistencialismo. Isso o colocava em concorrência direta com os não-católicos e as organizações trabalhistas, especialmente os anarquistas.

O empenho de Scalabrini e seus colaboradores objetivava não apenas proporcionar assistência religiosa, mas também garantir apoio social, econômico e educacional para que os imigrantes pudessem ter uma vida digna e próspera em sua nova pátria.

O falecimento prematuro do Padre Marchetti resultou em um período de estagnação na construção do edifício da Vila Prudente. Antes de sua morte, ele havia estabelecido contato com os irmãos Falchi, empresários paulistas envolvidos em iniciativas sociais voltadas à colônia italiana, no ano de 1895. Através desse contato, os irmãos Falchi foram sensibilizados e tocados pelo projeto assistencial concebido pelo sacerdote. Juntamente com Maria do Carmo Cypariza Rodrigues, eles doaram

um terreno de 12.000 m<sup>2</sup> para a construção da seção masculina na Vila Prudente. Os trabalhos de construção tiveram início no começo de 1896. As duas construções avançavam em paralelo, mas a obra no bairro do Ipiranga progrediu de forma mais rápida devido à presença prévia de uma capela e um edifício. Diante das dificuldades financeiras enfrentadas pelo Padre Consoni ao assumir a gestão financeira do OCC, as obras na Vila Prudente foram gradualmente retomadas. Finalmente, em 5 de agosto de 1904, nove anos após o lançamento dos alicerces, o edifício foi inaugurado e abençoado pelo Beato Scalabrini, que estava realizando sua primeira visita ao Brasil.

É relevante notar que o abrigo da Vila Prudente alojou as meninas, apesar da intenção inicial do Padre Marchetti de destinar o espaço aos meninos. Essa mudança pode ter sido influenciada pela solicitação do Conde Vicente de Azevedo, doador do terreno em Ipiranga, que expressou o desejo de que a instituição em Ipiranga fosse um orfanato para meninas. Além disso, as oficinas, tipografia, padaria, galinheiro, horta e estábulo já estavam estabelecidos no local do Ipiranga, a transferência de todo esse equipamento poderia gerar um custo desnecessário. Vê-se também a preocupação com a divisão sexual das crianças e/ou adolescentes.

Uma suposição é que essa consideração prática tenha sido um dos fatores que levaram à decisão de alocar as órfãs e crianças menores de 6 anos no edifício da Vila Prudente. Portanto, a logística existente e os recursos já implementados no local do Ipiranga possivelmente influenciaram essa mudança.

A importância das duas seções do Orfanato Cristóvão Colombo (OCC) para a cidade de São Paulo é indiscutível, não apenas no âmbito do projeto de auxílio às crianças necessitadas (a maioria das quais de origem italiana), mas também em outro aspecto que merece ser explorado: a interação do próprio Orfanato Cristóvão Colombo com a vida cotidiana da cidade.

O cenário derivado da Primeira Guerra Mundial também atinge a manutenção do Orfanato, que resultou em uma redução nas vendas dos itens manufaturados pelos residentes nas oficinas da seção masculina, tais como calçados, produtos de marcenaria, ferraria e outros. Os dois principais destinos dos produtos fabricados nas oficinas do orfanato eram os comerciantes da cidade de São Paulo e os colonos italianos. Entretanto, devido à crise econômica provocada pela guerra, esses compradores gradualmente diminuíram sua aquisição de mercadorias, conforme mencionado pelo Padre Consoni: “com a guerra diminuiu substancialmente os pedidos

das oficinas, o que de fato acarreta [acarretou] na subtração de nossos rendimentos financeiros” (CONSONI, 1916 *apud* FRANCESCONI, 2008, p. 80).

Outro fator considerável na história do Orfanato foi a gripe espanhola. A alta taxa de mortalidade resultou em um considerável contingente de "órfãos da epidemia", os quais acabaram sob os cuidados de instituições afiliadas à Igreja Católica, incluindo o Orfanato Cristóvão Colombo, sob a liderança do Padre Consoni (FRANCESCONI, 2008). Em um período de apenas três dias, o arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, encaminhou 101 crianças para o orfanato. Essas crianças haviam perdido seus pais de maneira abrupta diante da morte causada pela gripe espanhola.

Além das crianças que foram encaminhadas pelo arcebispo ao OCC, em 1918, houve um significativo aumento no número de admissões: na seção masculina, foram registradas 248 entradas, enquanto na seção feminina (em Vila Prudente) foram admitidas 164 meninas. O ano de 1919 também testemunhou um grande acolhimento, com a admissão de 315 meninos e 163 meninas. Portanto, durante esse período em que a cidade de São Paulo foi atingida pela epidemia, o OCC desempenhou um papel crucial ao oferecer apoio às crianças afetadas por essa tragédia endêmica.

Pela necessidade premente de acolher os "órfãos da epidemia", o Padre Consoni viu-se compelido a solicitar ajuda financeira do Estado. Assim, em setembro de 1919, ele enviou um ofício ao Congresso do Estado de São Paulo expondo a situação do Orfanato Cristóvão Colombo:

[...] Entre os 320 abrigados, mais de 150 órfãos vivem atualmente nas duas seções do orfanato por conta do Exmo. Governo do Estado. Os auxílios concedidos e recebidos nesta ocasião serviram apenas para as primeiras despesas de vestuário, cama, etc. Não estando preparado o edifício da seção masculina do Ipiranga para dar abrigo a 210 meninos (sua capacidade máxima é de 140 alunos), o subscrito providenciou para que em breve possa funcionar em Vila Prudente uma nova seção, instalada num edifício alugado, que deverá acolher o excedente dos órfãos, menores de 8 anos, que estão no retiro do Ipiranga (CONSONI, 1919 *apud* AZZI, 1988, p. 151).

O Orfanato passou seu pior presságio com o escândalo do sumiço de Idalina: uma criança interna desapareceu, e os Padres foram acusados de violentá-la e matá-la e mesmo de esconderem o corpo da criança. Tinham como sua acusadora a classe operária anarquista e anticlerical. Fato é que não encontraram provas sobre; muitos anos depois, uma garota aparece, dizendo ser a Idalina. Nada foi comprovado, e muitas notícias acabaram por mudar os rumos da sede da congregação em São Paulo, como a suspensão das doações e a troca de direção.

Podemos notar que a atuação do Orfanato reside na interligação entre iniciativas educativas e os propósitos de assistência e controle social de uma população que, à medida que a cidade de São Paulo crescia e se reorganizava, reivindicava uma atuação estatal, ainda que fosse através de parques subsídios, enquanto a criança pobre e órfã é cada vez mais retratada como uma ameaça. A abrangente categoria legal dos indivíduos menores de idade (provenientes das classes menos privilegiadas) adquire, a partir da segunda metade do século XIX, um caráter predominantemente ligado a aspectos sociais e políticos. Os menores tornam-se alvo específico da intervenção enviesada do Estado e fortemente das demais esferas da sociedade, tais como instituições religiosas e organizações filantrópicas, com a intenção de moldar e reformar.

O Orfanato Cristóvão Colombo inseria-se na tradição de amparo aos desvalidos e órfãos que necessitavam de uma formação técnico-profissional, mas restrita a atividades manuais. Indiretamente, havia repulsa ao trabalho manual, tido como algo pejorativo, embora revalorizado, ou seja, o trabalho intelectual permanecia na dicotomia das profissões como o altamente valorizado e ligado às classes sociais mais abastadas ou médias em ascensão, ao passo que as manuais ou técnicas estavam no campo da marginalidade profissional, sobretudo a primeira, como reflexo da mentalidade escravocrata e aristocrática.

Ao alinhar-se com as disposições legais federais instituídas em 10 de setembro de 1893, por meio da Lei n.11.173, o Orfanato Cristóvão Colombo foi qualificado como um estabelecimento de "Artes e Ofícios". Essa designação possibilitou a admissão de crianças de todas as faixas etárias, com um currículo que incluía o ensino dos princípios fundamentais de leitura e escrita, bem como a instrução em diversas habilidades práticas para os meninos. Para as meninas, a ênfase era na instrução necessária para a vida prática, visando capacitá-las a se tornarem hábeis artistas, prestadoras de serviços competentes, administradoras eficientes de seus lares e mães exemplares. Essa abordagem educacional assemelhava-se àquela praticada pelas irmãs de São José para as jovens menos privilegiadas, incluindo atividades como bordado, tricô, serviços domésticos e, além disso, o ensino básico de alfabetização, conforme documentado na pesquisa realizada por Ivan Aparecido Manoel em 1988.

A manutenção contínua do orfanato e da pastoral do imigrante, juntamente com o fortalecimento dos laços com os benfeitores, resultava em deslocamentos

frequentes do Padre Consoni para diversas fazendas de café. Em outras palavras, a estratégia da pastoral do imigrante, fundamentada nessa dedicação, teve início com Faustino Consoni e evoluiu de maneira tão sólida que poderíamos descrevê-la como um projeto de natureza assistencialista, que também estava vinculada a órfãos, à compreensão do catolicismo social. Essa abordagem acabou tomando forma e se consolidando como uma ação cooperativa, seguindo as diretrizes delineadas por Leão XIII na *Rerum novarum*.

Desse modo, emergiu uma organização operária católica a partir de seus membros associados, estabelecida pela pastoral do imigrante tanto nas cidades quanto nas fazendas. Essa organização atuaria diretamente em contraposição aos anarquistas. Ela tomou forma institucional em São Sebastião do Ribeirão Preto, por meio das pressões diretas e autoritárias dos bispos de São Paulo, com o respaldo do arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva. A implementação deste plano foi conduzida por Dom Alberto José Gonçalves em Ribeirão Preto, um bispo com livre acesso à Câmara dos Deputados e um dos favoritos de Dom Duarte, devido à sua dedicação, obediência e trabalho em prol dos interesses da igreja. A aprovação do arcebispo levou essa iniciativa a ser executada. No ano de 1919, após a polêmica do “Caso Idalina”, os scalabrinianos fecharam as portas de sua instituição em Ribeirão Preto, e a sede da congregação foi realocada para o Orfanato de Artes e Ofícios Cristóvão Colombo, localizado no Ipiranga, em São Paulo.

O estilo de vida nos recolhimentos era totalmente conventual, expresso nas práticas religiosas, na simplicidade do vestir e no controle dos contatos com o mundo exterior. Apesar das variadas aplicações, a expansão do sistema de acolhimento institucional teve seu embasamento na inadequação das famílias de baixa renda em relação às normas de convívio promovidas pelas políticas higienistas que ganhavam crescente influência no século XIX. A retórica médica, oriunda das classes dominantes, reprovava de maneira autoritária quase todas as formas populares de cuidado infantil (MARCÍLIO, 1998), associando a condição de pobreza a estruturas familiares desequilibradas e comportamentos moralmente decadentes.

Mães que exerciam atividades remuneradas fora de casa, ficando ausentes por longos períodos; mães que não amamentavam seus próprios filhos (talvez para alimentar crianças de outras famílias); crianças circulando sem supervisão pelas ruas urbanas; moradias precárias e superlotadas, compartilhadas com numerosos residentes; abuso de substâncias alcoólicas; atividades criminosas; condições

insalubres; e pais ausentes, constituíam aspectos corriqueiros na vida da população de baixa renda, considerados prejudiciais não apenas aos menos privilegiados, mas à sociedade como um todo. Isso porque crescer e se desenvolver em cenários assim contribuía para a propagação e proliferação dessas práticas indesejáveis.

Nesse contexto, instituições que segregassem as crianças de ambientes adversos não apenas protegiam da exposição a influências degradantes como também impediriam a perpetuação desses comportamentos na sociedade. Isso ocorreria à medida em que valores e condutas socialmente aceitos fossem instilados nas mentes jovens. A confluência das abordagens correcional e de cuidados médicos deu origem a esse modelo de ação caridosa. Ele surgiu do entendimento de que esses jovens estavam influenciados por ambientes nocivos, os quais prejudicavam não apenas sua saúde física, mas também o bem-estar espiritual.

O reconhecimento de que a infância tinha o potencial de disseminar agentes patogênicos e padrões comportamentais estabeleceu as bases para a interligação de empreendimentos educacionais com estratégias relacionadas à assistência e à supervisão social. Isso resultou na valorização das crianças como alvos cruciais para intervenções que visavam moldar ou reformar suas perspectivas sob a égide do Estado, em colaboração com diversos segmentos da sociedade, incluindo instituições religiosas de natureza filantrópica. (RIZZINI, 2004)

Todavia, é inegável o valor singular do projeto Scalabriniano, especialmente no que se refere ao amparo às crianças migrantes, ainda que não contasse com apoio adequado por parte do governo. O próprio Estado não tinha capacidade para suprir a demanda e abarcar o considerável contingente de crianças que tinham o direito de receber educação, inclusive de natureza profissionalizante. O que o Estado fez foi estabelecer outras medidas: um total de 163 instituições surgiram para abrigar os desfavorecidos, que haviam se tornado um desafio social. A concepção da criança como desamparada cedeu lugar à ideia de "menor", tornando-se sinônimo de infrator. É importante destacar que esses indivíduos, que mais tarde o Estado passou a chamar de "transgressores", foram acolhidos pelo próprio Orfanato Cristóvão Colombo (OCC), em alguns casos, a pedido do próprio governo.

O Orfanato ofertava formação religiosa, cultivava-se a catequese de Preparação para a Primeira Eucaristia e a frequência na Missa Dominical junto às crianças e àqueles que possuíam os familiares. São aproximadamente 130 anos de história e atuação ininterrupta. Durante todos esses anos o Orfanato mantinha-se com

poucos trabalhadores; a direção e a maioria das ações eram feitas por religiosos, religiosas e seminaristas. Isso até 1990, quando foi publicada a Lei nº 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Após a publicação e vigência do ECA, o Orfanato passou a se chamar Instituto Cristóvão Colombo - ICC e transmutou-se de orfanato para internato, onde as crianças, já nem todas órfãs, passavam a semana na Instituição e no final de semana iam para suas casas. A orientação religiosa deixou de ser ofertada. Em 1990 o ICC volta a abrigar meninos e meninas no mesmo prédio do Ipiranga e há uma desvinculação da direção do ICC da administração do "Orfanato da Vila Prudente", ficando essa sob responsabilidade das Missionárias de São Carlos.

Quando da publicação do ECA, e mesmo alguns anos depois, no Brasil, havia presença de estabelecimentos denominados orfanatos, reformatórios, internatos e educandários. Estas instituições caracterizavam-se por acolher muitas crianças de maneira permanente, muitas vezes até alcançarem a idade de 18 anos. As normas e rotinas vigentes eram rígidas e uniformes, pouco levando em consideração as especificidades individuais de cada criança. Os responsáveis por esses locais eram conhecidos como monitores, que eram incumbidos da administração da rotina diária e dos cuidados básicos, além de terem a responsabilidade de supervisionar e punir transgressões. Estas instituições estavam situadas afastadas das comunidades, orientadas por uma abordagem assistencialista e caritativa. As atividades educacionais, de saúde e a maior parte das ocupações aconteciam dentro das instalações, configurando-as como "entidades totais", que limitavam a interação das crianças e adolescentes com a comunidade circundante.

Essas características refletiam a mentalidade da época, a visão prevalente sobre crianças e adolescentes e, conseqüentemente, sobre famílias em situação de pobreza. A legislação então em vigor era representada pelo Código de Menores, o qual previa punições para jovens considerados infratores ou abandonados, ao invés de garantir seus direitos. Simultaneamente, prevalecia a concepção de que famílias de baixa renda não possuíam capacidade para prover cuidados adequados aos seus filhos; sendo assim, era considerado apropriado entregá-los aos cuidados das instituições. A depender da época, grande parte das crianças não era órfã, porém, encontrava-se em situações que a impossibilitava de permanecer com suas famílias. Desse modo, crianças com histórias e circunstâncias diversas eram acolhidas nessas instituições e vistas sob as lentes de periculosidade ou de piedade, sendo mantidas

com pouco contato com a comunidade e submetidas a uma reeducação por meio de rotinas e ensinamentos rigorosos.

Nesse contexto, os termos utilizados para se referir a crianças e adolescentes em condições vulneráveis e a instituição de acolhimento eram: 'orfanatos', 'crianças em carência', 'menores' e 'abandonados'.

A partir do final dos anos 80, começou a ser debatida de forma intensa a maneira de lidar com crianças e adolescentes que estavam afastados de suas famílias e necessitavam de acolhimento por parte do "Estado". Esse movimento culminou na publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, que redefiniu as diretrizes para o acolhimento desses jovens e trouxe uma nova perspectiva para a abordagem da infância e da adolescência em situação de risco. Essa nova abordagem foi baseada no cuidado e na garantia de direitos. A partir de então, passou-se a considerar crianças e adolescentes como indivíduos em uma fase específica de desenvolvimento, demandando cuidados especiais e personalizados para promover o seu melhor desenvolvimento. A ênfase foi colocada na importância de se manter esses jovens dentro de suas famílias e comunidades, com a garantia plena de direitos como vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convívio familiar e comunitário.

Nesse novo contexto histórico, as antigas instituições tornaram-se obsoletas e necessitavam passar por uma reestruturação para se alinharem aos novos princípios. O acolhimento agora é considerado uma medida de proteção excepcional e provisória, a ser aplicada somente em situações de violação dos direitos das crianças e adolescentes, e por um período mínimo. O Estatuto da Criança e do Adolescente definiu diferentes modalidades de serviços de acolhimento, incluindo casas lares (para até 10 crianças e adolescentes), abrigos institucionais (para até 20 crianças e adolescentes) e famílias acolhedoras (onde uma família previamente preparada e monitorada acolhe temporariamente esses jovens). Cada uma dessas modalidades é acompanhada por uma equipe técnica composta por assistentes sociais e psicólogos, que trabalham para reintegrar a criança ou adolescente à sua família de origem ou família extensa (prioridade máxima), ou, quando não é possível, encaminhá-los para adoção, após esgotados todos os recursos de retorno à família.

Os orfanatos mudaram seus nomes e passaram a ofertar "projetos" em contraturno escolar; os serviços de acolhimento tiveram que "driblar" as pautas assistencialistas e de caridade, tornando-se política pública, com parâmetros a serem

seguidos, propostos pelo ECA e tipificados com as políticas de saúde, assistência social ou educação.

Assim, apenas em 2010 o ICC deixou de ser internato e começou atuar em contraturno escolar. Outro fator a ser considerado é que houve muitas confusões em relação à preponderância de suas ações, se eram de educação ou de assistência social, vez que o Estado ocupou as salas do ICC desde 1960 para ofertar Ensino Fundamental I para os internos, fato que vinculava a permanência das crianças ao período escolar, após completado o 5º ano, atividades essas que eram desvinculadas da Organização.

A Organização optou por desvincular as salas de aula da responsabilidade do Estado. Mas mesmo esse ente viu dificuldades de compreender a relação histórica, não encontrando documentos que fizesse menção ao “distrato”. Assim, as salas de aulas foram se desvinculando aos poucos, sendo finalizadas no próximo ano de 2024. O ICC optou por atuar preponderantemente como organização socioassistencial, ofertando serviço de convivência e fortalecimento de vínculos a 160 crianças e assessoramento a outras duas associações da mesma Congregação, uma de Cuiabá e outra de Manaus; ambas atendem 60 crianças em seus serviços.

O ICC conta possui o “Mérito Social”, o credenciamento na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes - CMDCA, na Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo - DRADS SP, Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo e Conselho Nacional de Assistência Social. A instituição detém, assim, o Certificado das Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS, sendo esse o “benefício” que concede imunidades tributárias e patronais. Não há termos de parceria com o município, não recebe subvenções ou mesmo tem sua manutenção atrelada a doações.

A fonte dos recursos do ICC é proveniente da locação de imóveis que foram adquiridos ao longo dos anos de existência, e a renda é totalmente aplicada e revertida na oferta do serviço. Até os dias atuais os diretores são padres nomeados pelo Superior Regional da Congregação dos Missionários de São Carlos, e a administração é realizada por funcionários.

## 2.4 A Benemerência do Conde José Vicente de Azevedo e a FUNSAI

Na cidade de São Paulo, não se fala do Ipiranga sem citar o Conde José Vicente de Azevedo. O Conde nasceu em Lorena - SP em 7 de julho de 1859, reverberando a identidade de seu avô comendador (1798-1864) e de seu pai coronel (1834-1869), ambos cafeicultores conhecidos do cenário do Vale do Paraíba. A história de ambos foi tragicamente interrompida por eventos políticos que resultaram em seus assassinatos.

Em 1869, quando tinha apenas 9 anos, José Vicente de Azevedo, tornando-se órfão de pai, teve que ajudar sua mãe a sustentar as necessidades básicas da família, vez que os bens estavam imobilizados por conta do inventário.

Uma década depois, aos 19 anos, ele tomou a decisão de se mudar para São Paulo com o objetivo de estudar na Faculdade de Direito, obtendo sua graduação em 1882. Em 1883, consolidando sua trajetória, ele se casou com Cândida Bueno Lopes de Oliveira. Seguindo os passos que já haviam sido trilhados por seu avô e pai, ele ingressou no cenário político e conquistou a posição de Deputado Provincial em 1884. Durante seu tempo como deputado, José Vicente de Azevedo alcançou feitos notáveis, obtendo a aprovação de projetos cruciais. Entre eles, destacam-se as autorizações para a construção do icônico Viaduto do Chá e da nova Catedral da Sé. No ano seguinte, foi eleito para o Conselho Superior de Instrução Pública do Brasil, como deputado, ocupando o cargo até o ano de 1889. Posteriormente, foi eleito Provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral de São Paulo, adquirindo, do Governo do Estado extenso lote de terras devolutas, além de chácaras e terrenos particulares na região do Ipiranga. O seu objetivo era transformar esse território em algo grandioso: uma espécie de "cidade do Vaticano", que representasse uma "colina de caridade cristã".

A Colina Histórica seria ao mesmo tempo a colina da caridade cristã. Para isso, primeiramente, ainda ao tempo do império, adquiriu do governo ampla área de terrenos devolutos. De começo, em 23-11-1889, foram 16 hectares, objeto da transcrição imobiliária n. 3. 324 no Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Capital. Antes de efetivar a transmissão, o Governo do Estado demarcara, arruara e loteara em quarteirões a área. O adquirente, sempre metucioso, mandou colocar marcos de ferro e cimento nas quinas das quadras. (...) Nos primórdios da República, em 23-1-1890, o Dr. José Vicente efetivou do Governo nova compra, agora de 30 hectares (Reg. Sob o n. 4.020, na mesma Circunscrição Imobiliária). Conforme transcrição n.38.826, também da 1ª Circunscrição, adquiriu terras do Dr. Ismael Dias da Silva e outros e comprou ainda em 1889 uma fazendinha então denominada "Chácara Camorati", da qual separou depois importante área para doá-la aos

Padres de São Carlos Borromeu (Instituto Cristóvão Colombo). Com sua visão pioneira, José Vicente adquiriu e loteou para sua fazenda pessoal e familiar importante área na 4ª Parada, onde criou a "Vila Azevedo", adquiriu entre o Ipiranga e a Vila Mariana terrenos depois transferidos à família Klabin, e por esta loteados e um importante imóvel na principal via pública da Vila Mariana, a hoje denominada Av. Domingos de Moraes. Preço dessa compra: 200 reis o m<sup>2</sup> (FRANCESCHINI, 1996, p. 106-107).

No ano subsequente ele fez a doação do terreno (na citação acima mencionada) para a construção inicialmente do Liceu São José, onde Padre José Marchetti, missionário da Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu, fundou o Orfanato Cristóvão Colombo. Em 1894 ele foi aprovado em concurso para professor das cadeiras de Geografia e Cosmografia no Ginásio do Estado, onde lecionou durante 39 anos; em 1895 leciona Geografia no curso anexo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

O Conde destacou-se como educador, líder político, advogado e um notável benfeitor do estado de São Paulo. Seu nome ecoa nos registros do passado como pessoa ativa publicamente, extremamente católico e humanista. Doou a propriedade rural de sua família à Igreja, destinando-a à criação de uma escola agrícola. Essa instituição tinha como foco órfãos e filhos de ex-escravizados, como um gesto de "reparação" pela exploração passada do trabalho escravo.

Cumprir notar um traço curioso de sua maneira de pensar e agir: todas as propriedades que herdou, provenientes do avô materno, que no terceiro quartel do século XIX possuía uma das maiores fortunas da Província de São Paulo, reservou-as para fins de caridade ou obras pias. Qual a razão? Certamente porque aqueles cabedais provinham, em parte, do trabalho escravo, e ele sempre dizia: "O que foi ganho a custa do sofrimento alheio, não traz felicidade" (FRANCESCHINI, 1996, p.105).

A virada histórica marcada pela Proclamação da República fez com que José Vicente de Azevedo se afastasse temporariamente da esfera política, retornando ao cenário político em 1898 (pois desempenhou a função de senador estadual durante o período de 1925 a 1927).

Em 1896 é inaugurado o Asilo de Meninas Órfãs N. Sra. Auxiliadora do Ipiranga sob a orientação do Conde. Essa foi sua primeira empreitada no bairro do Ipiranga, conforme relatado por Maria Angelina Franceschini (1996). A pedra fundamental do asilo foi estabelecida no dia 26 de outubro de 1890. A intenção principal por trás dessa obra era proporcionar educação primária e instrução em habilidades domésticas e profissionais, de forma gratuita, para órfãos e para as irmãs que assumissem o cuidado dessas crianças caso viessem a falecer no asilo. O atendimento ocorria

preferencialmente àquelas que eram filhas de famílias brasileiras anteriormente prósperas e às pobres.

O projeto das instalações foi concebido por Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que escolheu o arquiteto Guilherme Krug para executá-lo, sendo que ele e seu filho finalizaram a construção. O asilo, apesar das dificuldades enfrentadas, foi oficialmente inaugurado em 22 de novembro de 1896. A sua gestão interna foi confiada às irmãs de Maria Auxiliadora, também conhecidas como salesianas. A responsabilidade pela manutenção do asilo recaiu sobre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, à qual o Dr. José Vicente de Azevedo pertencia como irmão provedor. Contudo, em 1911, a mencionada irmandade deixou de administrar a instituição, e a tarefa passou a ser responsabilidade direta do Dr. José Vicente de Azevedo, que havia recebido uma significativa doação destinada ao asilo já em 1892, feita pelo Sr. Joaquim Floriano Wanderley.

No ano de 1903, ele empreendeu uma ação notável ao trazer a Irmã Paulina (canonizada em 2002) e outras irmãs para se juntarem ao Asilo Sagrada Família. Segundo relatos de sua filha, o propósito subjacente a essa ação era auxiliar crianças negras que haviam sido exploradas após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), e os idosos, que se tornaram inválidos para o trabalho e foram marginalizados após a implementação da Lei dos Sexagenários (1885).

José Vicente de Azevedo foi devoto católico de notoriedade e reconhecimento, autor do renomado "Hino à Gloriosa Padroeira do Brasil", que ganhou popularidade sob o título "Viva a Mãe de Deus e nossa". Esse hino foi oficializado em 11 de maio de 1951 pelo Cardeal Motta, arcebispo de São Paulo.

Paralelamente à sua carreira política, José Vicente de Azevedo exerceu o papel de professor de Geografia no ginásio do Estado ao longo de toda a sua vida, demonstrando um compromisso contínuo com a educação. Mesmo com suas atividades políticas e educacionais, ele nunca deixou de se dedicar à sua atuação caritativa dentro da Igreja.

O comprometimento de José Vicente de Azevedo com questões sociais e humanitárias era evidente em suas ações, refletindo uma busca constante por criar oportunidades e proporcionar assistência a grupos vulneráveis, ao mesmo tempo em que promovia valores cristãos e princípios de solidariedade.

José Vicente de Azevedo deixou um legado marcante por suas ações de caridade, que ainda beneficia a comunidade. Além de doar uma fazenda para a

criação de uma escola agrícola, ele também contribuiu para o atendimento aos negros em Lorena, doando terrenos e materiais para a construção do Asilo e Casa dos Pobres de São José, atualmente conhecido como Lar São José.

Na cidade de São Paulo, especialmente no bairro do Ipiranga, as contribuições do Conde foram ainda mais eminentes. Ele doou terrenos e edifícios para a criação de diversas instituições, incluindo o Instituto Sagrada Família para atender escravizados velhos e doentes e seus descendentes (1903), o Instituto de Cegos Padre Chico (1928), primeira escola para cegos da cidade de São Paulo, o "Colégio Católico Japonês São Francisco Xavier" (1929), dedicado à educação de imigrantes japoneses e seus descendentes, o "Seminário Central do Ipiranga" (1934), criado para abrigar a transferência do antigo Seminário Episcopal da Luz. A partir de 1949, parte das suas instalações acolheu a recém-fundada Faculdade de Teologia, posteriormente o Hospital Dom Antônio de Alvarenga e a Clínica Infantil do Ipiranga (1938), criada para atender mulheres gestantes pobres e seus filhos e que passou a se chamar Associação Beneficente Nossa Senhora de Nazaré – ABENSENA. Por fim, contribuiu para a formação da Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga – FUNSAI, que foi uma extensão do Asilo inicialmente construído.

Seu comprometimento com a realização de obras e instituições beneficentes gerou até mesmo um certo conflito com a hierarquia eclesiástica. O bispo Dom Duarte, em 1911, limitou as atividades da Irmandade do Santíssimo Sacramento, que José Vicente de Azevedo presidia, restringindo-as às cerimônias religiosas, o que afetou diretamente a administração das instituições de caridade e obras sociais que ele havia iniciado.

Apesar dessas dificuldades, seu trabalho e impacto foram reconhecidos pelo Papa Pio XI, que o condecorou com o título de Conde Romano em 1935. Além de suas ações filantrópicas, ele também demonstrou visão empresarial ao aproveitar as oportunidades de lucro imobiliário resultantes da rápida urbanização do bairro Ipiranga, equilibrando seus negócios com suas atividades beneficentes.

O Conde Vicente de Azevedo veio a falecer no dia 03 de março de 1944, com oitenta e cinco anos. Ele despedia-se dos que iam visitá-lo com as seguintes palavras-mensagem: “até nosso encontro, na eternidade feliz” e recebeu inúmeras homenagens, dentre elas, a do Prof. Hélio Damante, no “O Estado de São Paulo, em 5-4-1944”:

Quando se escrever a galeria dos ‘Grandes Católicos’ do Brasil, a exemplo do que já se fez em diversos Países e em particular na Inglaterra, nas suas páginas caberá lugar relevante à figura do Conde Dr. José Vicente de Azevedo, cujo recente falecimento repercutiu dolorosamente na sociedade paulista e nos círculos católicos nacionais.

Homem de descortino e ação, o ilustre extinto assinalou suas múltiplas atividades, seja no jornalismo, no parlamento, no exercício da filantropia, ou no patrocínio de obras vultosas, pelo característico de fazê-las em nome da Igreja e para a glória da Igreja. Este o traço fundamental de sua personalidade, o fecundo êxito de sua existência de semeador do belo e do bom. (FRANCESCHINI, 1996, p.196)

Seu legado perdura até os dias de hoje, evidenciado pelo Museu que leva seu nome, “Vicente de Azevedo”, um espaço público instalado em um casarão projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo, no bairro do Ipiranga, onde os visitantes podem aprender mais sobre sua história e suas contribuições significativas para a cidade de São Paulo e a comunidade em geral.

Iremos agora entrar na história do Asilo de Meninas Órfãs e Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, que em parte mistura-se com a história do Conde, vez que essa era a “menina dos olhos” do benfeitor. Em uma correspondência datada de 1892, José Vicente de Azevedo dirige um apelo a Manuel Antônio de Góis Moreira, um amigo e interlocutor que reside na localidade de Lorena:

[...] tem esta [carta] por fim pedir sua benéfica intervenção para ser realizada uma obra verdadeiramente humanitária e de caridade. Existe nessa cidade, em poder do Sr. [?] casado com D. [?] uma menor órfã ex-ingênuo, de nome Benedita, a qual, segundo voz pública [...]sofre os maiores maus-tratos na casa onde se acha, sendo também explorados seus serviços pelas referidas pessoas, de uma maneira brutal e desumana. Essa menor, ao que consta, fora entregue com papel passado, no tempo em que havia escravos e existia direito aos serviços dos ingênuos até os 21 anos. Hoje como o amigo sabe, graças a Deus, e por felicidade deste país, já não mais perdura essa hedionda marcha e a lei felizmente equipara a todas essas desditosas criaturinhas, colocando-as sob a proteção e cuidados das autoridades competentes [...]. Estou tratando, nesta Capital, da fundação de um estabelecimento destinado a receber meninas órfãs e desvalidas e tendo deliberado como num caso deste, desde já, vir aceitando crianças que estejam nestas condições para, apenas aberto o estabelecimento, serem contempladas no número de admitidas. Tenho providenciado sobre sua colocação provisória em boas casas de família sob guarda de pessoas caridosas até ficar pronta a casa. [...] a fim de que ela possa ser remetida para aqui, ficando debaixo de minha particular proteção. Sobre esse pedido rogo guardar absoluta e completa reserva [...]. Se for necessário nomear tutor indico o nome do Sr. Vicente Cícero dos Santos, proprietário, residente nessa capital. Que é pessoa séria e de toda a confiança. [...] Peço para falar com o Sr. João Moreira da Silva (e pedir-lhe também absoluto sigilo) para acompanhá-la para cá, sem dizer para onde seguem viagem, nem a quem vai entrega-la, fazendo todas as despesas da viagem, para o que desde já, junto remeto uma ordem sobre o Sr. Pedrosa, a quem rogo não dizer para que fim é o dinheiro [...] (FRANCESCHINI, 1996, p.132)

Cabe destacar aqui que o acesso a esse documento não se limitou apenas à visita ao acervo do Museu Vicente de Azevedo, sendo igualmente possível por meio da obra "in memoriam" organizada pela filha Maria Angelina Azevedo Franceschini. Como enfatizado anteriormente, o objetivo desse volume, que nos orientou, era estruturar e disseminar uma vida dedicada ao "patriotismo elevado pela caridade cristã" do Conde. A decisão editorial de enfatizar a preocupação pela figura benevolente introduz uma declaração pela qual Azevedo almejava ser reconhecido: a inclusão de "desafortunadas criaturinhas" provenientes do passado de escravidão em iniciativas de amparo e ajuda à juventude carente.

Certamente, a sua proposta tem suas raízes na empatia pessoal diante da delicada situação enfrentada pelas crianças órfãs. Contudo, devido à sua posição política relevante, ele estava ciente das discussões pertinentes àquela época, bem como das soluções que seus colegas estavam formulando para lidar com a questão das crianças órfãs e abandonadas.

Dado que ele exercia influência e agia como executor no território do Ipiranga, ele reuniu em torno de si grupos sociais específicos que compartilhavam sua visão de mundo. Eles enxergaram em seus projetos uma oportunidade para construir uma sociedade equilibrada e próspera. Como o trecho anterior esclarece, essa abordagem englobava certas concepções sociais contemporâneas à virada do século: a tentativa de proteger Benedita, a órfã, dos maus-tratos e da exploração consistia em entregá-la à "boa família de pessoas caridosas".

Observa-se que em nenhum momento foi considerada a intervenção do Juízo de Órfãos ou de qualquer representante de interesses públicos. José Vicente procurou resolver a situação completamente dentro de um âmbito privado. A pessoa encarregada do resgate, o responsável pelo deslocamento para São Paulo e a família que acolheria Benedita, todos faziam parte de seu círculo de confiança. Ele orquestrou seus papéis nessa empreitada de modo a assegurar que a órfã estivesse "sob sua proteção pessoal", escapando das adversidades sofridas no interior de um ambiente doméstico marcado por violências características do período escravista. Essa atuação privatista ainda é muito comum nas organizações da sociedade civil que prestam serviços de proteção social básica.

Considerando a possibilidade de que Benedita tenha realmente sido retirada da tutela de seus exploradores, na situação mais otimista, o arranjo temporário de moradia não teria replicado os mesmos abusos. No entanto, à luz da escolha das

palavras na fonte, é plausível supor que os cuidados providenciados pela família de pessoas caridosas estivessem fundamentados em uma prática profundamente arraigada na sociedade brasileira: a incorporação de um novo membro à família, uma mulher negra, cuja subsistência e proteção seriam trocadas por serviços domésticos.

Maria Luiza Marcílio (1998) argumenta que o sistema informal de proteção domiciliar foi o mais abrangente ao longo da história do Brasil. Nesse sistema, a custódia de crianças encontradas, por exemplo, "à porta de uma casa", era solicitada por indivíduos e famílias que demonstrassem interesse em cuidar do bebê. Esse processo era mediado pelas Câmaras Municipais. Quando as Rodas dos Expostos foram estabelecidas, elas funcionavam em conjunto com esse sistema, contratando amas de leite para cuidar das crianças na primeira infância. Isso significa que, mesmo que uma criança estivesse sob a guarda de uma instituição, homens e mulheres tinham a possibilidade de cuidar dela em seus próprios lares, no âmbito privado.

A atribuição de responsabilidades a particulares permitia que esses meninos e meninas se tornassem uma fonte de renda para amas de leite e famílias, em troca de pequenos pagamentos regulares fornecidos pelo município. Incorporar um exposto a um ambiente familiar de poucos recursos também garantia mão de obra adicional para o trabalho, ligada aos tutores por laços de lealdade, carinho e reconhecimento. Isso se tornou até uma opção de força de trabalho mais viável do que a compra de um escravo. (ARIZA, 2017)

Tais situações levam-nos a assimilar a historicidade das relações através do Família Acolhedora, "projeto" que ainda é ofertado pela FUNSAI. O serviço na modalidade de famílias acolhedoras, também conhecido como guarda subsidiada, permite que famílias recebam, em suas casas, crianças e adolescentes que foram afastados do convívio de sua família biológica.

De acordo com o censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2016, o serviço de acolhimento está presente em 522 municípios brasileiros e, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), há 2,341 mil famílias cadastradas para acolher 1,837 mil crianças e adolescentes (CNJ, 2017).

As famílias acolhedoras não se comprometem a assumir a criança ou adolescente como um filho, mas a acolher e prestar cuidados durante o período de acolhimento. A família torna-se, dessa forma, parceira do serviço de acolhimento na preparação da criança para o retorno à convivência familiar ou para a adoção, se for o caso.

A criança ou o adolescente é encaminhado a um serviço de acolhimento quando se encontrava em situação de risco, teve seus direitos violados e foram esgotadas as possibilidades que permitiriam colocá-lo em segurança. Quase sempre o acolhimento ocorre quando o Conselho Tutelar entende necessário o afastamento do seu convívio familiar e comunica o fato ao Ministério Público, prestando esclarecimento sobre os motivos de tal entendimento e sobre as providências já tomadas no sentido da orientação, apoio e promoção social da família.

A constatação de que as instituições assistenciais não estavam alinhadas com as verdadeiras intenções do Estado no que se refere ao cuidado e à preparação da infância em São Paulo abre espaço para que os empreendimentos como os de José Vicente ganhem destaque nas ideias circulantes entre as elites locais. A documentação relacionada às propostas de criação do Asilo de Meninas Órfãs Desamparadas N. S. Auxiliadora do Ipiranga não enfatiza explicitamente a precariedade da situação do Seminário da Glória, mas menciona a "excelência" da nova iniciativa em comparação com a existência de apenas uma casa destinada ao acolhimento feminino até o momento de sua fundação. Ela diferencia o Asilo pela sua capacidade de oferecer muitas vagas, financiadas não pelo governo, mas por "homens e mulheres de alta linhagem" que estariam sempre vigilantes em relação às condições da instituição para garantir sua eficiência e funcionamento adequado.

Dentro desse cenário moldado e promovido por um setor específico da elite, seria possível implementar os modelos de sociedade formulados e desejados por essas mentes. Isso resulta na tentativa de segmentar a infância em instituições designadas de acordo com sua origem e cor da pele.

No que tange à alfabetização dessas crianças asiladas, tanto no Orfanato Cristóvão Colombo como no Asilo de Meninas Órfãs Desamparadas Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, o setor privado desempenhou um papel significativo, se não fundamental, na viabilização e funcionamento do sistema de educação pública ao longo de todo o período imperial e no início da República. Assim, é possível perceber novamente a tendência de envolvimento do setor privado em tarefas originalmente atribuídas ao âmbito público. Impulsionadas pelas deficiências materiais das instalações, pela informalidade das relações estabelecidas e pela autonomia dos municípios e províncias, as elites locais reconheceram a oportunidade de contribuir para a educação por meio de ações de caridade e filantropia.

Esse estreitamento das relações entre o setor público e o privado ficou evidente até mesmo na família real. Na década de 1860, Dom Pedro II ordenou o envio de cartas aos presidentes das províncias, solicitando a realização de subscrições entre particulares para angariar fundos destinados à construção de escolas adequadas (MARCÍLIO, 2016). Isso ocorreu porque, ao regressar de Exposições Internacionais realizadas na Europa, ele percebeu que o Brasil, ao contrário de seus países vizinhos na América Latina, carecia de projetos apropriados para a edificação de escolas.

Desde sua fundação em 1896 até o ano de 1924, a administração interna do estabelecimento esteve a cargo das Irmãs Salesianas, membros da Congregação Filhas de Maria Auxiliadora (MVA, 1933). Essas responsabilidades voltaram a ser assumidas por elas em 1933. Durante esse intervalo de tempo, a posição de diretora foi ocupada por Leonor de Campos Salles, filha do quarto presidente da República brasileira. A interrupção na gestão das Irmãs Salesianas parece ter ocorrido devido à limitação da autonomia das freiras na administração do internato. Essa mudança provavelmente foi motivada pela revisão do contrato ou por outros fatores relacionados ao controle da instituição.

O retorno das Irmãs Salesianas à direção do internato é documentado em uma carta datilografada, em papel timbrado da Inspeção Brasileira das Filhas de Maria Auxiliadora. Neste documento, enfatiza-se que a "receita" e a "direção do internato" ficariam sob a gestão delas. As obrigações financeiras seriam de responsabilidade do "fundador e proprietário", conforme destacado em vermelho no documento. Às salesianas caberia a seleção das internas de acordo com os seguintes critérios: meninas de 6 a 14 anos, legítimas, de ascendência branca, órfãs e provenientes de famílias respeitáveis, preferencialmente originárias do estado de São Paulo. Quando uma órfã completasse 18 anos, ela seria entregue aos parentes ou tutores, ou caso não os tivesse, ao Juiz de Órfãos. O documento também estabelece um mínimo de 50 assistidas e um máximo de 100. Além disso, pelo menos 7 Irmãs seriam responsáveis pela direção, com uma remuneração individual de 100 mil réis mensais cada uma. Essas Irmãs teriam "completa autonomia no governo da casa".<sup>16</sup>

Segundo sua filha (FRANCESCHINI, 1996), o próprio Conde, quando começou a experimentar a diminuição de sua vitalidade, acompanhada por um acentuado e eventualmente total declínio da visão, tomou medidas para institucionalizar sua

---

<sup>16</sup> Ibidem.

principal realização. Dessa forma, reconhecendo a natureza transitória das empreitadas humanas, ele assegurou a continuidade da sua obra, consolidando-a com um patrimônio substancial. Esse patrimônio foi planejado de maneira a atender às necessidades presentes e futuras da empreitada e até mesmo a expandi-las, por meio de desenvolvimentos que, atualmente, realmente a enriquecem.

Assim é que em reunião de 16 de julho de 1939, declarou JOSÉ VICENTE seu desejo como “Fundador do Asylo” de “organizar tal fundação a fim de a colocar de acordo com as leis em vigor, e no intuito de melhor cumprir os seus fins”. Assentou que a escritura de constituição do Patrimônio seria lavrada de acordo com a minuta que elaborou. Em 25 de setembro de 1939 JOSÉ VICENTE comunicou ao Conselho que a escritura fora passada no 4º Tabelionato de Notas da Capital do Estado, a fls. 59 e v. do livro nº 407. Para a representação e administração da entidade, o instituidor estabeleceu e a dedo escolheu o já referido Conselho, no qual figuravam, além de dois de seus filhos, outras pessoas gradas e o Dr. PEDRO VICENTE DE AZEVEDO JUNIOR, (...) (FRANCESCHINI, 1996, p. 198-199).

A Fundação adotou os princípios do asilo, oferecendo abrigo de forma gratuita. Além disso, ela se comprometeu a fornecer uma formação social, educacional e profissionalizante. Tudo isso foi realizado sob os alicerces da moral cristã católica. A instituição acolhia crianças e adolescentes pobres, independentemente de seu gênero, raça, cor, condição social, afiliação política ou crença religiosa. Contudo, o número de acolhidos era limitado pela capacidade financeira da Fundação, que teve seu estatuto revisto em 1993, por conta do ECA, mas continuou com seus serviços diretos e indiretos (internato e externato) até 2010.

Todas as despesas da Fundação, que passou a se chamar “Internato Nossa Senhora Auxiliadora”, eram custeadas com recursos provenientes de seu patrimônio. A instituição ainda repassava recursos e financiava projetos de outras obras até meados de 2017, utilizando dessas também para sua prestação de contas:

- Ação Social Franciscana do Brasil (São Paulo);
- Associação Maria Imaculada (São Paulo);
- Casa Dom Macário (São Paulo);
- Centro Comunitário Tabor (São Paulo);
- Creche Baronesa de Limeira (São Paulo);
- Educandário Sagrada Família (São Paulo);
- Instituto Cristóvão Colombo (São Paulo);
- Instituto Maria Imaculada (São Paulo);
- Lar Dom Orione (São Paulo);

- Recanto Nossa Senhora de Lourdes (São Paulo)
- Lar Santa Terezinha do Menino Jesus (Mairiporã);
- Preventório Imaculada Conceição (Bragança Paulista);
- Associação Santa Terezinha (Carapicuíba);
- Casa dos Meninos (São José dos Campos);
- Creche Patronato Nossa Senhora Aparecida (São José dos Campos);
- Educandário Nossa Senhora do Amparo (Amparo)
- Educandário Nossa Senhora Aparecida (Serra Negra);

É importante registrar que, por mais de 40 anos, o Internato ficou sob a administração gerencial das Irmãs da Congregação das Filhas de Nossa Senhora do Sagrado Coração. Com 126 anos de trajetória, agora sob o nome de Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga - FUNSAI -, ela tem como propósito estatutário oferecer assistência às crianças e adolescentes que se encontram em condições de vulnerabilidade biopsicossocial, proporcionando convivência, educação, formação cultural e respaldo às suas famílias. A atuação da fundação está alinhada com as orientações estabelecidas pelas Políticas de Assistência Social, Educação, Cultura e Esporte, buscando atender aos requisitos dessas áreas e garantir um ambiente adequado para o desenvolvimento e bem-estar das crianças e adolescentes em questão.

Ademais, a FUNSAI realiza atividades de cunho socioeducativo e sociocultural direcionadas a jovens, adultos e idosos da Região Ipiranga e áreas próximas. A organização detém o “Mérito Social”, ainda permanente na cidade de São Paulo, contando com diversos certificados e inscrições em órgãos reguladores e de supervisão: Certificado de Utilidade Pública em nível estadual e municipal, Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), inscrição no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), no Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), no Grande Conselho Municipal do Idoso, e no Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS).

Segundo o relatório da FUNSAI, esta tem como princípio investir no aprimoramento dos serviços e projetos de suas redes de Administração Direta. Nos serviços desenvolvidos de forma direta têm-se: Centro de Apoio à Juventude, Centro de Educação Infantil, Berçário Anjo da Guarda, Centro de Convivência VIVAVIDA,

Quixote-Espaço Comunitário, bem como nos Projetos: Família Elo e Transformação, Famílias Empreendedoras em Moda, Família e Seus Laços, Projeto Rádio Conectados, Serviço de Acolhimento Familiar - Projeto Família Acolhedora e no Programa Parceiros da FUNSAI. Ela permanece ainda com dois convênios, um com o Centro Educacional Comunitário Tabor e outro com a Associação Franciscanas Angelinas. A administração de todos os serviços é feita por uma equipe técnica, sem a intervenção de Congregação Religiosa.

A história das duas instituições, em parte, reflete as primeiras duas décadas do século XX, um significativo fluxo migratório persistiu, impulsionando um notável crescimento demográfico na cidade. Esse fenômeno desempenhou um papel crucial no estabelecimento das bases para o desenvolvimento industrial em São Paulo, com a transferência de recursos financeiros originados na atividade agrícola para as nascentes indústrias locais.

Para que a massa trabalhadora ocupasse as ofertas de trabalho, as ações das instituições foram fundamentais, vez que abrigavam e se ocupavam dos cuidados das crianças filhos dos ex-escravizados e imigrantes, em especial imigrantes que primeiramente ocupavam as vagas mais especializadas na recente industrialização.

O território do Ipiranga foi assim marcado pela industrialização e pelas instituições que davam suporte a classe trabalhadora, outra importante instituição nesse cenário, foi a creche Catarina Labouré, fundada em 1936. O surgimento da creche coincide com o início da industrialização do bairro, na década de 20 e de 30, numa iniciativa para atender às mães operárias, especialmente imigrantes italianas e sírias. Com o passar dos anos e o crescimento do bairro, a Catarina Labouré, além dos filhos das operárias italianas, passou a assistir a todos aqueles que procuravam a entidade.

Nesse capítulo foi possível compreender o processo histórico das ações da Igreja Católica através da atuação das organizações centenárias privadas na cidade de São Paulo. Os fatos e dados revelam a complexidade das relações entre Igreja e Estado, presentes na formação socio-histórica brasileira e em particular na transição do Império para a República e na passagem do modelo agro-exportador para a industrialização.

Podemos afirmar que do ponto de vista das atenções e dos serviços prestados pelas organizações católicas há uma tensão no campo da Assistência Social entre caridade e direitos sociais, filantropia, benemerência e política pública. Não é objeto

desse estudo uma discussão teórica sobre essas importantes chaves analíticas, entretanto, é necessário algumas ponderações e problematizações.

De acordo com o governo federal (2023), as entidades ou organizações privadas de assistência social compõem a Rede SUAS e “possuem fundamental importância para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por atuarem em parceria com a Administração Pública no atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social” e quando “reconhecidas pela assistência social executam serviços de caráter público”, com ou sem recursos públicos<sup>17</sup>. Há três níveis de reconhecimento de entidades no SUAS:

#### **1º NÍVEL – INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS**

O primeiro nível, a inscrição no Conselho Municipal ou Distrital de Assistência Social, é a autorização de funcionamento na política de assistência social. A inscrição também é pré-requisito para o acesso aos demais níveis de reconhecimento, como o CNEAS e o CEBAS.

#### **2º NÍVEL – CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O segundo nível de reconhecimento é obtido por meio do cadastramento no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS). Esse nível de reconhecimento permite à entidade realizar parcerias com o órgão gestor municipal, receber recursos por meio de emendas parlamentares e a torna apta para adquirir o CEBAS. Dessa forma, para sua vinculação ao SUAS, as organizações devem comprovar, cumulativamente, possuir a inscrição no Conselho Municipal ou Distrital de Assistência Social e o registro no CNEAS. O CNEAS também é uma ferramenta de gestão, que armazena informações sobre as organizações e ofertas socioassistenciais com atuação no território nacional. Aos gestores da política o Cadastro permite o conhecimento e acompanhamento das organizações que integram a rede socioassistencial.

#### **3º NÍVEL – CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADES BENEFICENTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)**

O terceiro nível de reconhecimento das OSCs no SUAS, é obtido por meio do acesso à Certificação de Entidades Beneficentes da Assistência Social (CEBAS), regulado pela Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009 e Decreto 8.242 de 23 de maio de 2014. O CEBAS possibilita à entidade a isenção de contribuições sociais.

A Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) é um importante mecanismo de parceria público-privada, para ampliar a cobertura e melhoria dos serviços socioassistenciais. Com a Certificação CEBAS, entidades que ofertam serviços de Assistência Social podem ter acesso a importantes mecanismos de financiamento de suas atividades<sup>18</sup>.

No caso do nosso estudo é possível observar lacunas no pertencimento das organizações a Rede SUAS. O chamado vínculo SUAS não foi regulamentado, apesar dos subsídios de consultorias específicas sobre o tema.

---

<sup>17</sup> Disponível em <https://blog.mds.gov.br/redesuas/rede-privada/>. Acesso em 01/12/2023.

<sup>18</sup> idem

Para as organizações que possuem Termo de Parceria, ou convênios, há normatizações e exigências contratuais para execução dos serviços. Já para as organizações que não possuem Termo de Parceria o reconhecimento como organização de assistência social dá-se pela inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social e, quando se aplicar, na obtenção do Certificação de Entidades Beneficentes da Assistência Social (CEBAS). Não há, ainda, o direcionamento de como devem ser acompanhadas, supervisionadas as entidades privadas sem termo de parceria.

Segundo Luciana Jaccoud (2012, p. 76) no contexto brasileiro, as entidades beneficentes têm a possibilidade de receber aporte de recursos públicos por meio de duas modalidades de financiamento: direto e indireto. O financiamento direto ocorre através de subvenções e convênios, sendo os Fundos Municipais de Assistência Social a principal fonte, sujeita aos processos de controle e fiscalização típicos do orçamento público. Em contrapartida, o financiamento indireto é composto pelas imunidades e isenções tributárias, sendo o orçamento da União a principal fonte, na qual o governo renuncia a parcelas significativas de impostos e contribuições sociais em benefício das instituições beneficentes.

Em que pese não ser objeto desse estudo a discussão sobre a certificação das organizações e as modalidades de financiamento público, cabe registrar que há hiatos, tensões e disputas postas a regulação do vínculo SUAS e nas relações que se estabelecem entre Estado e organizações de assistência social sem Termo de Parceria, que devem ser pauta de regulações e outros estudos.

No próximo capítulo vamos abordar a questão histórica da construção do SUAS na cidade de São Paulo no que se refere às organizações assistenciais prestadoras de serviços sociais, procurando compreender a relação distinta do SUAS na cidade de São Paulo.

### 3 AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PRIVADAS PRESTADORAS DE ATENÇÕES SOCIAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO - SP

*“(...) vi então, claramente, que ele quisera fazer ao mesmo tempo a caridade e um bom negócio; ganhar quarenta soldos e o coração de Deus;”*

**Charles Baudelaire**<sup>19</sup>

Neste capítulo veremos frações das particularidades históricas da construção da assistência social na cidade de São Paulo no que concerne à inserção das organizações da sociedade civil na oferta de atenções sociais. Não vamos nos ater à construção de todo o processo do SUAS, vez que já existe uma diversidade de pesquisas sobre a temática; contudo, buscaremos, após o decorrer da apreensão histórica que fizemos nos capítulos anteriores, atingir a compreensão das lacunas dessa relação.

Pudemos acompanhar aqui um movimento histórico do território e as ações fruto dessa trajetória. As ações sociais assumiram uma aparência benevolente ao serem conduzidas por entidades de cunho social e filantrópico, o que acabou atrasando o reconhecimento desses serviços como sendo de competência municipal. Isso é válido tanto para a estrutura burocrática da administração municipal quanto, de maneira ainda mais significativa, para a população que necessita desses serviços.

Durante a maior parte do período apresentado nessa pesquisa percebemos que as ações (ou falta delas) fizeram com que o Estado centralizasse a interação da população na oferta de serviços relacionados à educação, saúde e assistência social; em outras palavras, deixou que a sociedade civil se organizasse para atender “sua” própria demanda. Tal fez com que houvesse uma morosidade para que tanto a Prefeitura quanto suas instâncias fossem aceitas pela população como as principais interlocutoras responsáveis pela prestação de serviços sociais na cidade de São Paulo, como veremos a seguir.

As entrevistas realizadas na pesquisa aparecem neste capítulo, que ilustram instituições financeiramente consolidadas. Consequentemente possuem trabalhadores em número suficiente para os atendimentos e dirigentes que

---

<sup>19</sup> BAUDELAIRE, Charles. **Pequenos poemas em prosa**. Rio de Janeiro: Athena Editora, 1937

compreendem a pactuação ofertada. Os coordenadores fazem a mediação entre os objetivos institucionais e a oferta das atenções tipificadas com a política nacional de assistência social, os trabalhadores – assistentes sociais – compreendem a oferta sob a perspectiva de direito e consideram que deveriam ser referenciados pela Supervisão Regional de Assistência Social. As abordagens dos entrevistados enriqueceram o processo investigativo, permitindo uma compreensão mais abrangente dos eventos e das dinâmicas organizacionais envolvidas.

### **3.1 As Organizações da sociedade civil no Sistema Único de Assistência Social - SUAS**

A Constituição Federal de 1988 estabelece as políticas sociais como políticas de interesse público, o que por sua vez marca uma mudança significativa em relação ao modelo histórico. É fundamental destacar a ampliação dos direitos sociais e o reconhecimento da assistência social como uma política pública de segurança social, uma responsabilidade do Estado e um direito do cidadão que a requer.

O artigo 194 da Constituição Federal define a seguridade social como um conjunto de ações promovidas pelos órgãos públicos e pela sociedade com o objetivo de garantir a saúde, previdência e assistência social. A assistência social está definida nos artigos 203 e 204 da Carta Magna como a proteção devida a quem dela necessitar, independentemente de contribuição para o sistema de seguridade social. O artigo 203 estabelece a assistência social como direito do cidadão, garantindo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, além da promoção da integração ao mercado de trabalho. Por sua vez, o artigo 204 reafirma a importância da assistência social ao determinar que esta deva ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, destacando assim a dimensão solidária e inclusiva do Estado brasileiro na proteção e na promoção dos direitos sociais.

Os artigos acima citados são de extrema relevância na história do Brasil, representando um avanço significativo na garantia dos direitos sociais e na política social no país. Ao reconhecerem a assistência social como um direito fundamental, esses artigos marcaram uma mudança de paradigma na abordagem do Estado em

relação à proteção social, estabelecendo um compromisso legal com a promoção do bem-estar e da igualdade entre os cidadãos. Além disso, ao assegurarem que a assistência social seja prestada a todos que dela necessitem, independentemente de contribuição prévia, esses dispositivos contribuíram para a promoção da inclusão e da justiça social.

A Lei nº 8.742, mais conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), trouxe uma organização para a assistência social baseada em um sistema descentralizado e participativo. Esse sistema é composto pelos diferentes níveis de governo, pelos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações dedicadas à assistência social.

A Política Nacional de Assistência Social define as responsabilidades compartilhadas entre a União, os Estados e os Municípios. Essas diretrizes legais estão estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dessa maneira, cabe ao Estado fornecer suporte técnico às administrações municipais, contribuir financeiramente para os serviços, e supervisionar e avaliar a implementação dos serviços socioassistenciais.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é descentralizado e orientado pela participação, tem como finalidade gerenciar aspectos específicos da Assistência Social no contexto da proteção social no Brasil, conferindo autonomia e estrutura aos Estados e municípios no âmbito da Assistência Social, consolidando os direitos e garantindo o acesso da população a esses direitos.

O alcance de uma política social é determinado pelos processos sociais, históricos e políticos, e, por conseguinte, pelas diretrizes que uma sociedade estabelece em relação às necessidades de reprodução social que serão atendidas pelo setor público. Isso significa que certas necessidades, que antes eram de responsabilidade individual ou privada, são transferidas para esfera pública. É importante ressaltar que o processo de reprodução social está intimamente ligado ao processo de produção social.

Na cidade de São Paulo, a incorporação dos princípios da Lei Orgânica de Assistência Social é relativamente recente. São Paulo destacou-se como a última capital do país a implementar o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo correspondente de acordo com as regulamentações legais. Ainda assim, esse processo só se tornou possível graças à determinação e à organização da sociedade

civil, que elaborou propostas e iniciativas com o objetivo de garantir a conformidade com as leis e com a Constituição, como foi a criação do Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo (FAS) e a realização da I Conferência de Assistência em São Paulo que ocorreu nos dias 9 e 10 de outubro de 1995<sup>20</sup>. Importante destacar o papel de resistência e de defesa da política pública de assistência social pelas organizações participantes do FAS e sob a liderança da então vereadora Aldaiza Sposati.

Ao longo da história, a prestação de serviços assistenciais na cidade foi moldada pela interação entre as organizações da sociedade civil e o aparato estatal. Inicialmente, essa assistência era conduzida com recursos remanescentes do orçamento governamental, carecendo de uma dotação orçamentária substancial

Um marco importante na política municipal de assistência social ocorreu na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), com liderança da então secretária da pasta, Aldaiza Sposati. Observa-se que a política municipal de assistência social é implementada e, especificamente, no que se refere a relação com as organizações da sociedade civil, houve grandes esforços para pactuar a relação de parcerias.

A prefeita Marta Suplicy sancionou a Lei de Parcerias nos serviços de assistência social, que foi aprovada em 2001 pela Câmara Municipal de São Paulo. Foi iniciado pelos técnicos da SAS o trabalho de regulamentação dessa lei que exigia que todas as parcerias com organizações sociais para execução de serviços de assistência social seguissem o ritual democrático de precedência de editais públicos, realização de audiências públicas na comunidade para avaliação e escolha de parceiros (SPOSATI, 2005, p. 553).

Essa transformação necessitou da avaliação dos serviços e da uniformização de seus custos, implicando, conseqüentemente, em debates sobre resultados, abordagens metodológicas, unidades de custeio e métodos de avaliação de despesas.

Foi dado início a novo processo para identificação dos serviços da rede de serviços socioassistenciais, construída a nomenclatura de cada serviço, a

---

<sup>20</sup> De acordo com a publicação do Observatório dos Direitos do Cidadão (Instituto Polis/PUCSP), “No período de junho a setembro de 1993, a vereadora Aldaiza Sposati criou e implantou a Comissão de Estudos sobre a Assistência Social na Câmara Municipal, com o objetivo de debater o Projeto da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que tramitava na Câmara Federal, e também de produzir subsídios para sua redação, bem como de elaborar propostas de políticas públicas para o município de São Paulo. Os trabalhos da Comissão mobilizaram a participação das diversas organizações sociais e levaram à criação do Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo. Por iniciativa da Comissão, realizou-se, nos dias 16 e 17 de dezembro de 1993, o I Encontro Municipal de Assistência Social, que deliberou a constituição do Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo, a organização da I Conferência de Assistência em São Paulo e a realização de encontros temáticos nas várias regiões da cidade”. (PAZ, SILVA, WANDERLEY, **Fóruns e movimentos sociais na cidade de São Paulo**, Instituto Polis/PUCSP, 2006, p.56)

reconstrução de seus objetivos, suas funções e as aquisições que deveriam garantir aos usuários e, ainda, a hierarquização desses serviços sob três categorias:

- pela hierarquia — os básicos e os especializados;
- pela abrangência — os locais dos distritos e os regionais das supervisões, os inter-regionais e os municipais;
- pela finalidade — de acolhida, de convívio, de equidade, de provisão etc. (SPOSATI, 2005, p. 554).

Antes da criação da nova regulamentação, a gestão da época elaborou o conteúdo de uma norma técnica para definir a terminologia de cada serviço, seu conceito e os benefícios que deveriam ser oferecidos ao usuário, distinguindo entre aquisições materiais e socioeducativas. Por exemplo, em um abrigo, uma aquisição material poderia ser o fornecimento de banho e comida, enquanto uma socioeducativa poderia incluir capacitação para emprego, desenvolvimento de novos relacionamentos ou integração social. Todos os resultados essenciais esperados para ajudar na reconstrução da vida de um ex-morador de rua deveriam ser claramente delineados. Cada serviço de assistência social foi minuciosamente avaliado, investigado, detalhado em seu funcionamento, hierarquizado e descrito em termos de suas funções.

A assistência social, apesar de ter sido organizada nas ações de governo de (2001-2004), sofreu diversas interferências no decorrer dos anos em gestões diferentes. Em vez de reconhecer de maneira objetiva a responsabilidade pública e governamental pelas necessidades da população atendida, diversas vezes o enfoque foi mais voltado para o conjunto de esforços organizados da sociedade civil no âmbito do que é conhecido como setor "sem fins lucrativos". Isso significa que o reconhecimento e o apoio estatal estavam mais propensos a abranger as atividades promovidas por organizações não governamentais em vez de serem plenamente direcionados para abordar as necessidades como uma questão de responsabilidade pública e estatal.

O reconhecimento estatal das necessidades da população permaneceu, portanto, mediado por organizações, truncando a possibilidade da efetivação da cidadania dos segmentos fragilizados. Sob este ângulo, pode-se dizer que a assistência social se desenvolveu mediada por organizações sem fins lucrativos ou por voluntários, num obscuro campo de publicização do privado, sem delinear claramente o que nesse campo era público ou privado. (MESTRINER, 2001, p. 17).

As responsabilidades sociais são parcialmente transferidas para a sociedade. Para tanto, utiliza a estratégia de delegação, empregando instrumentos como subsídios, subvenções e isenções por meio de convênios e atribuição de certificações. Essa abordagem é apresentada como uma relação de parceria ou coprodução de serviços, com financiamento estatal.

Devido à alocação historicamente limitada de recursos financeiros por parte do Estado nesse setor, o que resultou na seleção de entidades sociais e em pagamentos per capita simbólicos, desenvolveu-se uma dinâmica em que o Estado estabeleceu uma relação ambígua e discriminatória com esse conjunto de entidades. Essa relação foi marcada pela acomodação de interesses econômicos e políticos, permeada pelo clientelismo e poderio político.

Essa observação também é notada na cidade de São Paulo, Sposati assim escreve sob o processo de gestão em relação às parcerias com as organizações:

Ele mostrou que o circuito de informações sobre as parcerias entre organizações sociais e órgão gestor necessita ser operado em outra dinâmica entre os conselhos. O CNAS precisa aprovar novo formato em relação ao reconhecimento do caráter público dos serviços de assistência social conveniados. Afinal, o município remunera os serviços socioassistenciais incluindo as taxas municipais, estaduais e federais. Portanto, ele paga para o recurso voltar aos cofres dos governos federal, estadual, o que não faz sentido com a municipalização. (SPOSATI, 2005, p. 559).

O neoliberalismo<sup>21</sup>, que engloba tanto a economia quanto a sociedade de modo geral, também deve ser considerado. Suas principais ideias incluem a supremacia do mercado, no qual este é visto como a instituição mais eficiente para alocar recursos de forma otimizada. A crença é que as forças do mercado, como oferta e demanda, podem regular a economia de maneira eficaz.

No neoliberalismo está presente o conceito de Estado mínimo, defendendo a limitação da intervenção do governo nas políticas públicas e na economia; assim, um governo menos inclusivo permitirá um ambiente mais favorável para o livre mercado e para a iniciativa privada. Essas são as principais linhas de pensamento do

---

<sup>21</sup> Compreendemos o neoliberalismo a partir das reflexões de David Harvey, onde esse pode ser compreendido como uma teoria das práticas políticas-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio, sendo o papel do Estado criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas. Fonte: **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

neoliberalismo, que influenciaram diversas áreas da política, especialmente das políticas sociais.

Apesar de ter se desenvolvido como um movimento dentro do capitalismo monopolista ao longo de um período considerável, o neoliberalismo ganhou destaque significativo no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 e do início de 1990. Esse surgimento proeminente foi uma resposta à recessão econômica, que fez com que suas ideias e princípios fossem amplamente adotados e implementados em muitas políticas econômicas e sociais em diversas partes do mundo.

O contexto da crise fiscal dos Estados, caracterizado por desafios econômicos e pressões financeiras nos governos, ofereceu um terreno fértil para as ideias neoliberais prosperarem. As respostas tradicionais do governo à crise econômica, muitas vezes envolvendo intervenção estatal significativa, foram questionadas. O neoliberalismo propôs uma abordagem diferente, enfatizando a importância de mercados livres, menos regulamentações governamentais e maior ênfase na responsabilidade individual.

As atitudes de grandes líderes mundiais tiveram uma influência marcante na difusão das ideias neoliberais nas economias globalizadas do século XX, de forma predominante. Suas propostas, que incluíam a redução dos sistemas de bem-estar social do Estado, a contenção dos gastos sociais, a privatização de ativos públicos, a limitação das atividades sindicais, a flexibilização do mercado de trabalho, a desregulamentação dos mercados e a globalização econômica, foram adotadas como estratégias principais para enfrentar a crise fiscal que atingiu o país nas décadas de 1970 a 1980. Essas estratégias reforçaram a ênfase na responsabilidade individual, estabelecendo o conceito de Estado Mínimo, em que setores como a assistência social foram diretamente afetados.

De maneira similar às empresas, o Estado também passou por um processo de reestruturação, redefinindo-se como resultado das disputas entre diferentes classes e suas frações. A desregulamentação, que envolveu a quebra de monopólios estatais em diversos setores da economia, em conjunto com a privatização de empresas públicas, teve um impacto significativo na redução da presença direta do Estado nas atividades produtivas. Esse processo fortaleceu notavelmente grupos privados nacionais e estrangeiros, contribuindo para o surgimento de oligopólios

privados. Por sua vez, esse cenário reconfigurou a dinâmica de poder entre vários grupos econômicos, enfraquecendo grupos políticos regionais tradicionais.

A desregulamentação e a privatização também tiveram implicações profundas em outras áreas. A capacidade de empresas privadas de assumirem posições de destaque enfraqueceu a influência direta do Estado em setores produtivos, levando a demissões em larga escala e resultando em um enfraquecimento dos sindicatos. O poder econômico deslocou-se de maneira significativa em direção a atores privados, alterando o equilíbrio de forças no âmbito político e social.

Em resumo, por meio da desregulamentação e da privatização, houve uma série de consequências que incluíram a redução do controle estatal nas atividades produtivas, o fortalecimento de grupos econômicos privados, o enfraquecimento de atores regionais e tradicionais e mudanças no cenário sindical e nas relações de trabalho. Esse processo moldou profundamente as dinâmicas sociais e políticas em muitos países.

A saída do Estado de setores econômicos estratégicos, combinada com sua crescente fragilidade financeira, redução da capacidade de investimento e perda de autonomia na política econômica, enfraqueceu sua habilidade de planejar, regular e influenciar o sistema econômico. O rápido aumento da dívida pública, acompanhado de encargos financeiros significativos, juntamente com a livre circulação dos fluxos de capital, desempenha um papel central na subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro.

As crises econômicas recorrentes na década de 1990, que refletiram a extrema instabilidade do modelo econômico, destacaram a importância crucial do desempenho das exportações para a lucratividade do capital financeiro. Isso conferiu uma certa estabilidade mínima e uma capacidade limitada de enfrentar crises cambiais frequentes (como as fugas de capitais) ao modelo neoliberal periférico. Esse modelo buscava minimizar a desorganização econômica resultante dessas crises.

Nesse contexto, considerando a livre mobilidade de capitais – agravada pela transnacionalização de partes do capital nacional –, ocorreram restrições significativas à autonomia das políticas econômicas dos países periféricos. Isso se agravou ainda mais com o aumento da dívida pública. E é justamente nesse momento que o Brasil passa pela efetivação da Nova Constituinte e a Seguridade Social sendo (des)estruturada no orçamento público.

Evilásio Salvador (2010) aponta que no Brasil, o sistema de financiamento da seguridade social mantém-se fragmentado, caracterizado pela segregação das fontes de recursos. Por um lado, subsiste a tradicional divisão das contribuições diretas provenientes de empregados e empregadores, destinadas a suportar os encargos da previdência social, uma configuração já existente antes da promulgação da Constituição Federal em 1988. Por outro lado, encontram-se as contribuições sociais derivadas do faturamento, do lucro e das transações financeiras, voltadas para alimentar as políticas de saúde e assistência social.

No entanto, essa estrutura de financiamento não contribui integralmente para a consolidação do conceito abrangente de seguridade social, tal como idealizado pela Constituição de 1988. A intenção original dessa Carta Magna era criar um sistema interligado que abrangesse não apenas a Previdência, mas também a Saúde e a Assistência Social. A atual conformação do financiamento, ao manter essa segregação de fontes, é insuficiente para a realização plena desse ideal.

A configuração fragmentada do financiamento da seguridade social no Brasil não está em consonância com a visão integral delineada na Constituição Federal de 1988. A separação entre contribuições diretas e aquelas vinculadas a faturamento, lucro e movimentação financeira limita o fortalecimento da seguridade social como um todo, não permitindo que ela alcance sua potencialidade máxima conforme a aspiração original da legislação.

A atual estrutura do financiamento da seguridade social ajuda a compreender a configuração do fundo público no Brasil, com participação irrisória de recursos oriundos da esfera fiscal para aplicação nas políticas de assistência social, previdência e saúde. A análise dos recursos que financiaram as políticas da seguridade social, no período de 2000 a 2007, revela a regressividade do seu custeio: quem sustenta são os trabalhadores e os mais pobres - que não faz, portanto, redistribuição de renda. Isso significa que são os próprios beneficiários das políticas de seguridade social que estão arcando com seu financiamento, seja por meio da contribuição direta para acesso aos benefícios da previdência social ou por meio do pagamento de tributos indiretos, embutidos nos preços dos bens e serviços, que são destinados apenas, em parte, às políticas de saúde e assistência social. Isso confirma que temos um Estado Social, do ponto de vista do financiamento, que não faz redistribuição de renda (SALVADOR, 2010, p. 251).

Um dos impactos mais devastadores do processo neoliberal sobre o Estado é sentido, vez que ele reflete na diminuição da capacidade de investimento e intervenção estatal, resultando na neutralização do Estado como um instrumento

eficaz para conceber e implementar políticas sociais. O papel do Estado tem sido gradualmente esvaziado, levando à perda de recursos e funções que anteriormente desempenhava. Martins (1996) bem assinala:

(...) o movimento globalizador tem duas faces: de um lado, liberdade significa liberação; de outro significa desproteção. Para liberar é preciso desproteger. É preciso derrubar as barreiras tarifárias e extratarifárias que protegem os países dos efeitos perniciosos e tantas vezes letais da concorrência internacional; é preciso privatizar o que assumido como responsabilidade estatal; é preciso desregulamentar o que estava sob amparo de normas estabelecidas; é preciso flexibilizar as relações capital-trabalho, abolindo a segurança dos direitos conquistados; é preciso terceirizar o que antes se definia como serviço público; é preciso dessocializar os indivíduos, desprendendo-os de suas raízes e abrindo-lhes a alma para aquilo que tem sido definido como o futuro da nossa cultura, que há de ser cosmopolita e litorânea, permeável às influências estrangeiras e ao ecletismo pós-moderno, pois tal é a tendência que ganha impulso com a globalização (MARTINS, 1996, p. 23).

É relevante ressaltar que, em 2011, por meio da Lei nº 12.435, houve uma atualização considerável na organização da assistência social. Referida lei trouxe a integração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema descentralizado e participativo de organização da assistência social, que foi essencial para fortalecer e unificar as diretrizes e a gestão da assistência social no país.

A LOAS estabelece uma divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, conforme disposto nos artigos 12, 13, 14 e 15, com o objetivo de alcançar os objetivos da assistência social. Em seus artigos 5º, 6º, 8º, 10, 11, 16 e 30, esta lei define normas fundamentais para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e para a disponibilização de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Especificamente, o artigo 11 da LOAS estipula que as ações socioassistenciais devem ser coordenadas e regulamentadas de forma integrada nas três esferas de governo. A coordenação geral e o estabelecimento de diretrizes gerais ficam a cargo da esfera federal, enquanto a coordenação e a execução de programas específicos, em suas respectivas esferas de competência, são de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

É importante notar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal têm a autonomia necessária para estabelecer suas próprias estruturas organizacionais, o que é evidenciado na elaboração de constituições estaduais, leis orgânicas municipais

e leis ordinárias ou complementares. Isso permite que adaptem as políticas socioassistenciais às necessidades e realidades locais.

O processo de não reconhecimento de uma responsabilidade de Estado expandido em todo território nacional faz com que, mesmo após aprovada a LOAS e o SUAS, muitos municípios optem por manter o atendimento da população que necessita da assistência social pelas organizações:

(...) Ao se defrontar com a demanda constitucional pela efetivação de direitos sociais, num movimento pela "terceira via", o Estado brasileiro busca as organizações sociocomunitárias como uma saída para as suas responsabilidades sociais nunca antes assumidas. Neste ideário, seja pelas limitações que o neoliberalismo vai lhe impor, o Estado fará avançar, com nova ênfase, os paradigmas da solidariedade, da filantropia e da benemerência (MESTRINER, 2001, p. 27).

Com base no mencionado, localmente, alguns municípios não rompem com a tradição de delegar as proteções sociais às organizações terceirizadas; historicamente, são as organizações e seus trabalhadores que prestam o serviço de atendimento à população; o Estado tão somente reconhece através da certificação, como quem concede uma medalha.

Do ponto de vista da defesa de uma seguridade social ampliada, pública, laica, de qualidade e com financiamento proporcional à sua importância, a privatização/terceirização dos serviços engendra um contexto de extrema precarização das ofertas socioassistenciais e, portanto, um caminho adverso à luta por universalidade de acesso aos direitos, contribuindo para a precarização da vida da classe trabalhadora, seja no acesso ou no trabalho desempenhado no âmbito da política social. Sobre isso, Netto (2010) afirma que conferem a essa política o caráter de não política e a conduzem para o campo da refilantropização. Dessa forma, podemos afirmar que a forma de operacionalização da política de assistência social acaba reduzindo-a a focalização de determinado público, exigindo rigor em fiscalização de contratos na utilização de recurso público pelo setor privado, o que demanda maior aplicação de recursos financeiros para garantia de transparência e publicidade da relação público-privada em detrimento das ofertas socioassistenciais, propriamente ditas. (SÃO PAULO, 2018)

O Estado brasileiro, de forma genérica, foi diretamente legitimando as organizações da sociedade civil, ao passo que deixava algumas lacunas para que essas preenchessem o espaço do não alcance estatal com as seguintes legislações:

- 1935 - Lei nº 91, que reconhecia as sociedades civis, associações e fundações constituídas no país que prestavam serviços à comunidade, sendo alterada pelo Decreto nº 60931, de 1967, e posteriormente pela Lei nº 13.204, de 2015.

- 1991 – Lei no 8.212, que institui o Conselho Nacional da Seguridade Social (CNSS) e estabelece a isenção de contribuições sociais para entidades beneficentes de assistência social.
- 1993 - Lei nº 8.742 - Lei Orgânica da Assistência Social, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011, reconhecendo entidades e organizações de assistência social, aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
- 1998 - Lei nº 9.608, alterada posteriormente pela Lei nº 13.297, de 2016, que dispõe sobre o serviço voluntário, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.
- 1998 - Lei nº 9.637, que qualifica como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, e que podem receber recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.
- 1999 - Lei nº 9.790, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências; posteriormente foi alterada pela Lei nº 13.019, de 2014.
- 2009 – Lei nº 12.101, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social – revogada pela Lei complementar 187 de 2021;
- 2015 - Lei nº 13.019, que estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público;

ficou conhecido como o Marco Regulatório das Organizações da sociedade civil (MROSC);

- 2019 - Lei nº 13.800, que autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais;

As legislações acima possibilitaram reconhecimento civil e algumas delas, a prestação de serviços “públicos”, o que fez também com que o Estado regulasse a utilização do recurso financeiro público para subsidiar ações realizadas pela sociedade civil. Foram possibilitados incentivos fiscais e subvenções financeiras diretas, sob diversas nomenclaturas, o que gerou e ainda gera uma distorção de quem opera os serviços, vez que as organizações também recebem doações do empresariado.

Na cidade de São Paulo as atenções sociais foram construídas com a participação das irmandades, organizações, com grande influência da sociedade civil. Nos movimentos que elucidamos anteriormente destacamos a passagem em que Paulo Soares Cintra menciona:

(...) ‘não, não quero que cresça, não quero que inche, não adianta ter funcionários em grande quantidade e fazer o programa porque o problema social de São Paulo é tão grande que nós podemos contratar um mil, dois mil, três mil funcionários, que nós não vamos fazer o trabalho. É preferível dar o dobro de recursos para as entidades. Desde que seja uma entidade séria e correta nada há a temer’. (Depoimento de Paulo Soares Cintra, 23-6-1986). (SPOSATI, 1988, p. 270).

Paulo Soares Cintra foi vereador da cidade de São Paulo e, a convite de Faria Lima, então prefeito da cidade, assumiu a Secretaria de Bem-Estar Social entre 1965 e 1969 (SALVADORI, 2020) Essa passagem permite-nos compreender que há muito tempo na cidade de São Paulo o órgão municipal encarregado da assistência social adotou uma cultura político-ideológica de promover a administração social dos cuidados através da intermediação de organizações sociais.

Essa abordagem também foi adotada na implantação inicial da rede de creches municipais, onde o prefeito seguiu a mesma estratégia. Diante dessa singularidade não se pode simplificar a situação afirmando que em São Paulo houve terceirização ou filantropização na gestão da assistência social. Analisar, ou mesmo afirmar essa

propositura, é correr o risco de não compreender a história e não conseguir o enfrentamento adequado na implantação do SUAS. Por conseguinte, é essencial reconhecer a abordagem adotada em São Paulo, que envolveu a colaboração com organizações sociais para mediar a prestação de cuidados e serviços sociais.

O Projeto de Lei que cria o SUAS em São Paulo está em processo de análise na Câmara Municipal de São Paulo, por meio do Projeto de Lei (PL) 90/2021, de autoria da ex-vereadora Juliana Cardoso (PT), com o respaldo do Núcleo de Ensino e Pesquisa de Seguridade e Assistência Social da PUCSP. O referido projeto tem por objetivo estabelecer a Política de Assistência Social no âmbito municipal de São Paulo e implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade de São Paulo.

O PL, se consolidado, tem como princípio aprimorar a eficiência na alocação de recursos materiais e humanos, além de garantir a entrega de serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social com maior qualidade à população.

O Pacto de Aprimoramento do SUAS, referente ao quadriênio 2014-2017 e aprovado por meio da Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), estabeleceu como prioridade para a gestão municipal a necessidade de adequação da legislação municipal ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A meta estabelecida era que todos os municípios deveriam atualizar ou instituir leis municipais que regulamentassem o SUAS em seu território.

É importante reconhecer que o Pacto de Aprimoramento do SUAS, uma vez aprovado por Resolução do CNAS, possui um caráter obrigatório e vinculante, conforme estabelecido no inciso II do artigo 18 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Isso significa que todos os entes federados, incluindo os Municípios, são obrigados a cumprir as diretrizes e metas estabelecidas no Pacto, incluindo a adequação da legislação municipal ao SUAS, como uma forma de promover a integração e fortalecimento do sistema de assistência social em todo o país.

Apesar de ter sido aprovado em primeira discussão, o Projeto de Lei (PL) 90/2021 na cidade de São Paulo ainda aguarda aprovação final. Verifica-se, então, que a identidade que orienta a condução da Política de Assistência Social não está atualmente alinhada com os princípios do SUAS. Essa circunstância abre espaço para que a administração municipal seja influenciada por diferentes gestões, forças políticas e possa modificar suas próprias diretrizes, dando outros nomes aos serviços conforme as conjunturas vigentes.

O Plano Decenal Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo - PDMA Ssp 2016-2026, apresenta que há uma diferença entre os serviços administrados diretamente pela SMADS, por exemplo: CRAS e CREAS e aqueles geridos por meio de termos de parceria, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos desempenham um papel crucial no contexto da assistência social no Brasil. Abigail Torres (2016), renomada especialista na área, destaca a importância desses serviços como instrumentos fundamentais para promover a integração social e o fortalecimento das relações interpessoais. Esses serviços, inseridos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm como objetivo principal proporcionar espaços de convivência e atividades socioeducativas, contribuindo para o desenvolvimento humano e a prevenção de situações de vulnerabilidade.

Abigail Torres (2016) ressalta que os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos são essenciais para públicos diversos, desde crianças e adolescentes até idosos, promovendo o protagonismo e a participação social. Esses espaços proporcionam um ambiente acolhedor, onde as pessoas podem compartilhar experiências, trocar conhecimentos e construir laços afetivos. Ao investir nessas práticas, a abordagem defendida por Abigail Torres destaca a capacidade desses serviços em fomentar a resiliência e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, contribuindo para uma sociedade mais coesa e inclusiva.

No Brasil, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) desempenha um papel crucial na organização e padronização das atividades voltadas ao apoio e promoção do bem-estar social. Essa tipificação é estabelecida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e visa categorizar e normatizar os diferentes serviços oferecidos no âmbito da assistência social, proporcionando maior clareza e eficiência na implementação das políticas públicas.

A tipificação abrange uma variedade de serviços socioassistenciais, incluindo aqueles direcionados à proteção social básica e especial, contemplando ações preventivas, protetivas e de promoção dos direitos sociais. Cada serviço possui características específicas, objetivos definidos e critérios de elegibilidade, proporcionando uma abordagem mais precisa e adaptada às necessidades da população atendida.

Além disso, a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais contribui para a transparência, uma vez que estabelece parâmetros para avaliação e monitoramento da eficácia das intervenções sociais. Essa abordagem sistematizada fortalece a gestão e a execução das políticas sociais, garantindo um direcionamento mais efetivo dos recursos e uma resposta mais assertiva às demandas daqueles que dependem desses serviços.

Esta lacuna entre o dever do Estado e a operação dos serviços via termo de parceria, cria tensões e a faz com que muitas organizações não ofertem o serviço em consonância com a laicidade ou mesmo de adequação a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS). Isso significa que não foram regulados de acordo com os princípios de direitos de cidadania, que deveriam ser a base para a gestão ainda que via parcerias.

A alocação de recursos orçamentários para organizações privadas seria uma medida questionável caso não se considerasse a finalidade de tais recursos: servir às necessidades dos cidadãos através dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. O repasse para as organizações da sociedade civil com termo de parceria, datado de junho<sup>22</sup> de 2023, é de R\$121.395.381,08, para atender 239.996 vagas em serviços diverso, através de 1330 termos de parcerias com 337 organizações, o que daria um média de R\$ 505,00 reais por pessoa/mês atendida por serviço. Os parâmetros utilizados pela SMADS para cálculo do valor estabelecido nos serviços não são objetivamente apresentados às OSC's ou mesmo à população.

Em novembro de 2022 os trabalhadores do SUAS e os movimentos de defesa da política de assistência social na cidade de São Paulo reuniram-se para solicitar o aumento orçamentário para a pasta da Assistência Social na cidade. Segundo a matéria publicada no site da Câmara Municipal de São Paulo, a reivindicação era de que o orçamento de 2023 fosse conforme o proposto pelo COMAS, de R\$ 2,3 bilhões, e não de R\$ 1,68 bilhão, e pelo PL do orçamento apresentado pelo prefeito.

O cenário que se apresenta é que o valor destinado para a Assistência Social não prevê o custeio mínimo que deveria haver nos próprios serviços. Vejamos a fala de um dos presentes na reivindicação:

---

<sup>22</sup>SÃO PAULO. SMADS - Rede Parceirizada. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/parcerias\\_com\\_organizacoes\\_da\\_sociedade\\_civil\\_osc/index.php](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/parcerias_com_organizacoes_da_sociedade_civil_osc/index.php). Acesso em: 31/08/2023.

Um dos representantes do FAS–SP (Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo), Geraldo Brito, destacou que a SMADS é que a pasta que mais auxilia os mais pobres, vulneráveis e mais desassistidos. “O que nós queremos, realmente, são R\$ 700 milhões a mais para a Assistência Social. Esse valor vai repor, simplesmente, perdas e prejuízos que tivemos ao longo dos últimos anos. É necessário fazer isso porque hoje temos serviços, de acordo com a tabela de custeio, que recebem R\$ 6 per capita para alimentação todos os dias. O serviço que recebe mais é de R\$ 12. Esse serviço que recebe mais, por pessoa/dia, é aquele que dá café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar, ceia, inclusive o SAICAS, o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes. Eu pergunto: o que a gente come e bebe com R\$ 12 por dia aqui perto da Câmara?”, falou (HAMADA, 2022, não paginado).

As organizações da sociedade civil na cidade de São Paulo são historicamente muito engajadas, e nesse sentido, sobrevivem com o valor repassado pelo município. Todavia, talvez sem a presenças destas na luta em defesa do SUAS, a existência da Assistência Social poderia ser ainda pior:

O COMAS faz o monitoramento da política de assistencial social permanentemente. Ele sabe exatamente quanto precisa de dinheiro para tocar a política de proteção social. O que me assusta é a secretaria desconsiderar isso. Parece que a SMADS ou a Prefeitura não sabem o que acontece nessa cidade. A secretaria reforça a ideia de que proteção social não é direito”, salientou Nazareth Cupertino.<sup>23</sup>

O que se vê na administração pública é que não há uma gestão unificada dos serviços socioassistenciais, a fim de assegurar que os princípios de igualdade de responsabilidades do Estado e direitos de cidadania sejam devidamente incorporados. Isso seria fundamental para garantir que os recursos alocados, independentemente da forma de gestão, cumpram seu propósito de atender às demandas da população.

Na cidade de São Paulo, assim como em outros municípios, os serviços socioassistenciais tipificados no SUAS também são a entrada de pessoas, crianças, jovens e idosos que buscam nos serviços uma alimentação adequada, vez que a extensão das pessoas que passam fome na cidade não é mapeada; quem verifica e quem chega nas regiões periféricas. Muito embora pudéssemos até indicar que segurança alimentar fosse uma política de saúde, é na assistência social que a população encontra alimentos:

---

<sup>23</sup> Idem

Outra representante da FAS-SP, Regina Paixão, disse que é necessário ampliar serviços também na proteção social básica nas grandes periferias. “Nós queremos garantidos na nossa pasta também um recurso para questão da fome, porque são essas pessoas que trabalham com a fome nas periferias, no centro, e a gente não está conseguindo garantir a segurança alimentar também nos serviços”, disse.<sup>24</sup>

Em relação às supervisões e formações, as organizações reclamam a ausência, vez que os recursos são escassos:

A gente não tem direito à capacitação, a gente não tem capacitação pela SMADS, a gente não pode usar nossa verba para capacitação e a gente não tem verba extra para isso”, falou a gerente do Centro de Convivência Madre Nazarena, Luciana Pazzini, que destacou que a verba vinda da SMADS é menor do que a repassada pela SME (Secretaria Municipal de Educação, 2022).<sup>25</sup>

É interessante perceber que a prática de supervisionar os serviços não foi plenamente estabelecida como princípio. Isso resultou em uma abordagem que priorizava a supervisão das organizações sociais de forma fiscalizadora em detrimento de uma compreensão mais profunda da operacionalização dos serviços socioassistenciais.

O SUAS prevê, através da Resolução nº 06, de abril de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, parâmetros para a supervisão técnica, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS, que poucos conhecem ou mesmo colocam em prática, por conta de cultura e falta de recursos.

Segundo o PDMASSp:

(...) os atores do órgão não apresentam movimento em conhecer, discutir e incorporar tal norma que confere supervisão técnica, ou dos profissionais operadores dos serviços, estatuto no interior da gestão e das relações de trabalho, portanto deve ser caracterizada enquanto capacitação e educação permanente, rejeitando de parte a parte sua constituição como ato vertical, fiscalizatório e administrativo. Nas oitivas foi caracterizado que o processo de supervisão tem se desenvolvido como um exercício maior de observação e punição, sua dimensão educativa é quase inexistente face a preponderância do papel fiscalizador de que ela tem se revestido (PDMASSp, 2016, p. 79).

---

<sup>24</sup> Idem

<sup>25</sup> Idem 48

Ainda, percebe-se uma interpretação distorcida da supervisão das OSC's com termos de parceria, visto que atualmente o que se entende nas funções de um servidor que exerce a supervisão é postura de fiscalização de termos de parcerias.

A Portaria nº 46/SMADS/2010, em seu art. 14, apresenta as atribuições do técnico do CRAS, supervisor do serviço, nos momentos em que realiza as visitas de supervisão técnica:

- Observar os prontuários individuais dos usuários, verificando sua atualização e a completude dos dados ali apontados;
- Verificar se a grade de atividades é cumprida e se esta se encontra afixada em lugar público e que possibilite a fácil leitura a todos (funcionários, usuários e familiares) dentro do espaço do serviço;
- Observar a compatibilidade da equipe técnica do serviço com a constante no plano de trabalho aprovado em audiência pública e na Portaria nº 46/2010/SMADS;
- Observar a forma como a equipe do serviço se relaciona com os usuários e familiares, visando à identificação da necessidade de cursos e/ou capacitação para a equipe técnica;
- Acompanhar os profissionais do serviço durante suas atividades para verificar o adequado cumprimento do plano de trabalho aprovado em audiência pública, bem como sugerir eventuais mudanças para a qualificação do trabalho;
- Acompanhar as reuniões entre os profissionais do serviço, contribuindo com seu saber técnico para a qualificação do trabalho;
- Acompanhar as reuniões realizadas entre o serviço e os familiares, serviço e comunidade, serviço e representantes das demais políticas públicas do território contribuindo com seu saber técnico para favorecer o bom entendimento entre as partes e com o cumprimento dos objetivos do serviço;
- Acompanhar os dados de encaminhamento de usuários para a rede socioassistencial e de demais políticas públicas da região;
- Acompanhar a resolução dos encaminhamentos realizados, bem como identificar os problemas para a adequada solução de cada um deles;
- Contribuir com a resolução dos problemas de encaminhamentos realizados pelo serviço;

- Verificar a compatibilidade das instalações e sua utilização com o plano de trabalho aprovado em audiência pública;
- Verificar a situação de higiene e limpeza das dependências do serviço;
- Verificar a compatibilidade do material utilizado para trabalho socioeducativo, alimentação e higiene com a proposta de trabalho e com os comprovantes apresentados em prestação de contas mensal.

Ele deveria, no entanto, pautar-se no que direciona a Resolução nº 6, de 2016, do CNAS:

Art. 8º A implementação das ações de Supervisão Técnica no SUAS deve estar respaldada no diagnóstico de problemas e levantamento de necessidades de capacitação e de formação identificados no Plano de Educação Permanente de cada ente federado e, ainda, terá como base um roteiro específico, do qual deverá constar:

I. diagnóstico, contendo, dentre outros:

- a) equipes de profissionais envolvidas;
- b) trabalho social desenvolvido;
- c) atribuições das equipes de profissionais;
- d) local de trabalho das equipes de profissionais;
- e) limitações, dificuldades e desafios ao trabalho das equipes de profissionais;
- f) potencialidades e habilidades que favorecem o trabalho social das equipes de profissionais.

II. meios e recursos necessários para a construção coletiva de superação e respostas aos desafios diagnosticados.

III. formas de acompanhamento da aplicação das respostas formuladas e de avaliação e monitoramento dos resultados alcançados. (BRASIL, 2016)

A ideia subjacente visa transcender a mera concepção de gestão de convênios como um cenário administrativo que simplesmente regula as organizações da sociedade civil. Em vez disso, a proposta é internalizar a noção de serviço socioassistencial como um domínio que exige um foco especial, um espaço onde se possa debater e sistematizar métodos, abordagens pedagógicas, resultados das diversas modalidades de ações e a dinâmica subjacente e os resultados alcançados.

Na fala de uma assistente social entrevistada, percebemos o trabalho burocrático realizado pelos assistentes sociais efetivos e que prestam serviço através da SMADS:

E aí ela tinha uma tabela que ela tinha que preencher com informações burocráticas e fazer aquela contabilidade. Olha, o que que a instituição está me dizendo, que ela gastou. Realmente eu fui lá e vi. Mas, em termos de trabalho com as famílias, eventualmente quando a gente precisava encaminhar, quantas famílias estavam lá e cujos filhos estavam com a gente.

Não tinha isso, não tinha nenhum tipo de conversa sobre acompanhamentos, atendimentos, nada. Era muito mais burocrático (assistente social ICC).

Com frequência, os projetos de trabalho associados aos termos de fomento ou colaboração acabam se transformando em documentos burocráticos formais, destinados a serem inseridos em processos administrativos, mesmo quando contêm elementos de natureza técnica e operacional. O objetivo deveria ir além dessa abordagem meramente burocrática, buscando enxergar os projetos como meios de promover ações efetivas e resultados tangíveis na esfera socioassistencial.

Reduzir as ações técnicas a compromissos fiscalizatórios de meios é destituir o órgão do conhecimento que o faz setorial. Inúmeros profissionais cuidam na prefeitura de prestação de contas e custos, mas, muito poucos de direitos sociais de proteção social. Esta é a finalidade do órgão que precisa tornar-se forte e visível (PDMASsp, 2016, p. 80).

Em última análise, a proposta visa a uma mudança de perspectiva, priorizando a dimensão prática e técnica dos serviços socioassistenciais, em oposição a uma abordagem estritamente burocrática. Essa orientação permitiria uma compreensão mais aprofundada das atividades, promovendo resultados mais eficazes e alinhados com as necessidades dos beneficiários.

Observa-se também que os termos utilizados são próprios e não se pautam pelo direcionamento nacional do SUAS. Notamos, ainda, a situação no Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS, que identifica as organizações como entidade, programa, projeto e serviço, quando entidades ou organizações de assistência social devem ser compreendidas como:

- I. **De Atendimento:** aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes.

As organizações de atendimento podem ofertar os serviços socioassistenciais tipificados conforme a LOAS, e, respeitadas a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, estabelecida na Resolução CNAS nº 109/2009, as

entidades que prestam atendimento podem realizar ofertas em níveis de proteção diferentes: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Podem também ofertar ações complementares, desde que sejam atividades reconhecidas pela Lei n. 12.868/2013:

- a) Habilitação e Reabilitação;
- b) Acolhimento Institucional Provisório de Pessoas e seus acompanhantes que estejam em trânsito;
- c) Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho

II. **De Assessoramento:** aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

III. **De Defesa e Garantia de Direitos:** aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Vale ressaltar que Instituições que desenvolvem ações pontuais, de caráter exclusivamente caritativo e/ou religioso, com atendimentos esporádicos e não continuados, e aquelas que exigem contraprestação de usuários e cobrança pelas ações prestadas, não se caracterizam como entidades de assistência social.

Os Parâmetros normativos e requisitos para atuação de uma Organização Socioassistencial no SUAS são:

- I. Atuar em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n. 109/2009) e demais normativas do SUAS;

- II. Executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- III. Assegurar que as ofertas sejam prestadas na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários e assegurar processos participativos;
- IV. Garantir a gratuidade e a universalidade em todas as ofertas socioassistenciais.
- V. Possuir profissionais contratados e responsáveis pela execução dos serviços socioassistenciais de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS e com as orientações técnicas de cada serviço;
- VI. Manter diálogo, trocas e reuniões contínuos com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), porta de entrada do SUAS e responsável pela coordenação das ações socioassistenciais nos territórios;
- VII. Prover informações requeridas pela gestão local para subsidiar o processo de acompanhamento, monitoramento da vigilância social e preenchimento dos sistemas de informação da Rede Suas como o Cadastro Nacional de Assistência Social (CNEAS).

### **3.2 As organizações privadas sem os instrumentos jurídicos de contratualização**

A rede socioassistencial privada é composta por organizações que desempenham funções no âmbito da assistência social, seja por meio de aportes de recursos públicos ou de fontes privadas.

Essas entidades desempenham um papel complementar no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), atuando como prestadoras complementares de serviços socioassistenciais e como co-gestoras por meio da participação ativa nos conselhos de assistência social. Sua atuação abrange a prestação de serviços, execução de programas e projetos de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos.

Dentro desse contexto, destacam-se as entidades de atendimento, que se dedicam a prestar serviços, executar programas e projetos direcionados às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, concedendo benefícios de prestação social básica ou especial.

As entidades de assessoramento, por sua vez, concentram esforços no fortalecimento dos movimentos sociais e organizações de usuários, enquanto as entidades de defesa e garantia de direitos concentram-se na promoção da cidadania, defesa dos direitos socioassistenciais e enfrentamento das desigualdades sociais. Essas ações são direcionadas ao público da política de assistência social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para compreender melhor a “parceria” público/privada, temos três instrumentos jurídicos que tornam possíveis e legais a contratação dos serviços pelo Município: termo de fomento, termo de colaboração e acordo de colaboração.

O balizamento jurídico para esses conceitos está no artigo 1º da Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece as diretrizes para as parcerias entre a administração pública e as OSCs; derivado desse, o Decreto n. 9.726/2016 estabelece conceitos importantes para a formalização de parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Abaixo, os termos jurídicos definidos por esse Decreto:

1. **Termo de Colaboração:** é o instrumento usado para formalizar parcerias entre a administração pública e OSCs com o propósito de executar projetos ou atividades de interesse público. A concepção desses planos de trabalho é de responsabilidade da administração pública federal e eles são parametrizados por essa mesma administração.
2. **Termo de Fomento:** Esse instrumento é utilizado para formalizar parcerias que almejam a execução de planos de trabalho cuja concepção é das próprias OSCs. O objetivo é incentivar projetos de interesse público desenvolvidos ou propostos por essas organizações.
3. **Acordo de Colaboração:** Este instrumento regulamenta parcerias em que não há transferência de recursos financeiros. É utilizado para a realização de atividades de interesse público em conjunto entre OSCs e a administração pública.

Essa mudança regulatória implica na substituição do uso do convênio como instrumento de parceria com entidades privadas, restringindo o uso do convênio às parcerias entre entes federados e à participação de OSCs em serviços de saúde de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido no artigo 199, §1º da Constituição Federal.

Assim, a Lei n. 13.019/2014 aplica-se a parcerias tanto com quanto sem a transferência de recursos financeiros, e o instrumento utilizado quando não há essa transferência é o "Acordo de Colaboração", como definido no inciso VIII-A do art. 2º da referida lei. Portanto, para parcerias com organizações da sociedade civil que objetivem a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mas que não envolvam a transferência de recursos financeiros, o instrumento adequado é o "Acordo de Colaboração".

Tabela 1 - Distribuição de entidades por porte populacional – Brasil - 2011

Porte Populacional	Quantidade de entidades	Entidades por porte	Quantidade de municípios	Quantidade de municípios com entidades	% municípios com entidades	Entidades por municípios
Pequeno I	1.727	18%	3.914	874	22%	0,4
Pequeno II	1.970	21%	1.043	523	50%	1,9
Médio	1.140	12%	325	210	65%	3,5
Grande	3.149	33%	266	248	93%	11,8
Metrópole	1.470	16%	17	17	100%	86,5
Brasil	9.456	100%	5.565	1.872	34%	1,7

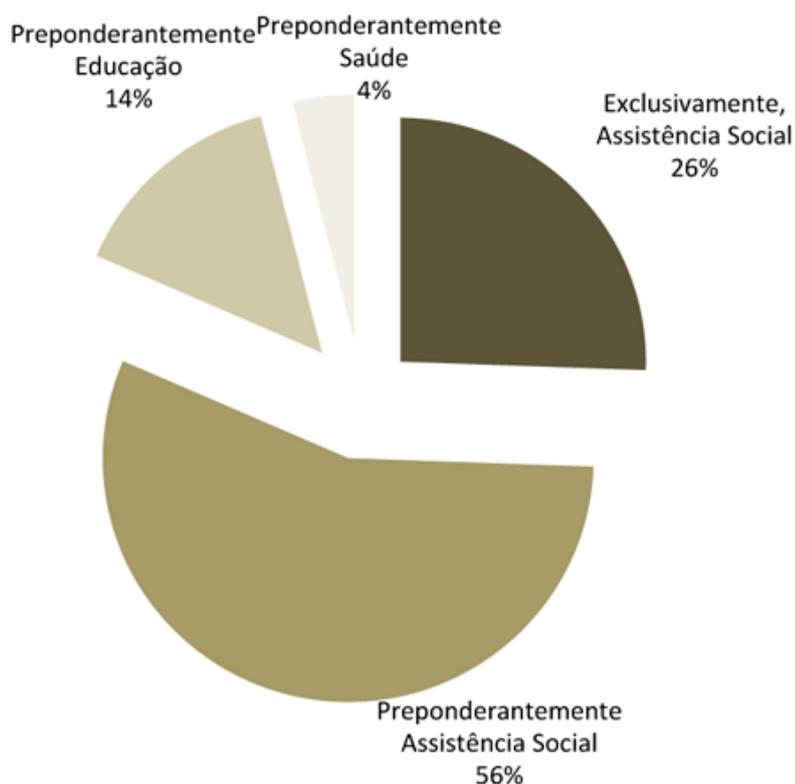
Fonte: Censo SUAS 2011 – Rede Socioassistencial Privada

Os municípios que abrigam uma população de 20 a 50 mil habitantes, categorizados como pequeno porte II, e aqueles com uma população entre 100 e 900 mil habitantes, classificados como de grande porte, destacam-se ao concentrar cerca de 54% das entidades privadas que atuam exclusivamente na área da Assistência Social ou em conjunto com outras políticas, como saúde e educação.

No entanto, é interessante observar que a média de entidades por município, e mais significativamente, a proporção de municípios com uma rede privada de assistência social aumenta à medida que a população municipal cresce. Nas localidades com até 20 mil habitantes, a média é de 0,4 entidades por município, presente em 22% das localidades. Em contraste, nas metrópoles, observamos uma universalização significativa, com uma média de 86 entidades por município, somente na cidade de São Paulo 337 entidades. Esse padrão sugere uma correlação entre o tamanho populacional e a presença e diversidade da rede privada de assistência

social, destacando a complexidade e amplitude das necessidades sociais nas áreas urbanas mais densamente povoadas.

Gráfico 2 - Distribuição de entidades privadas de Assistência Social – Brasil – 2011



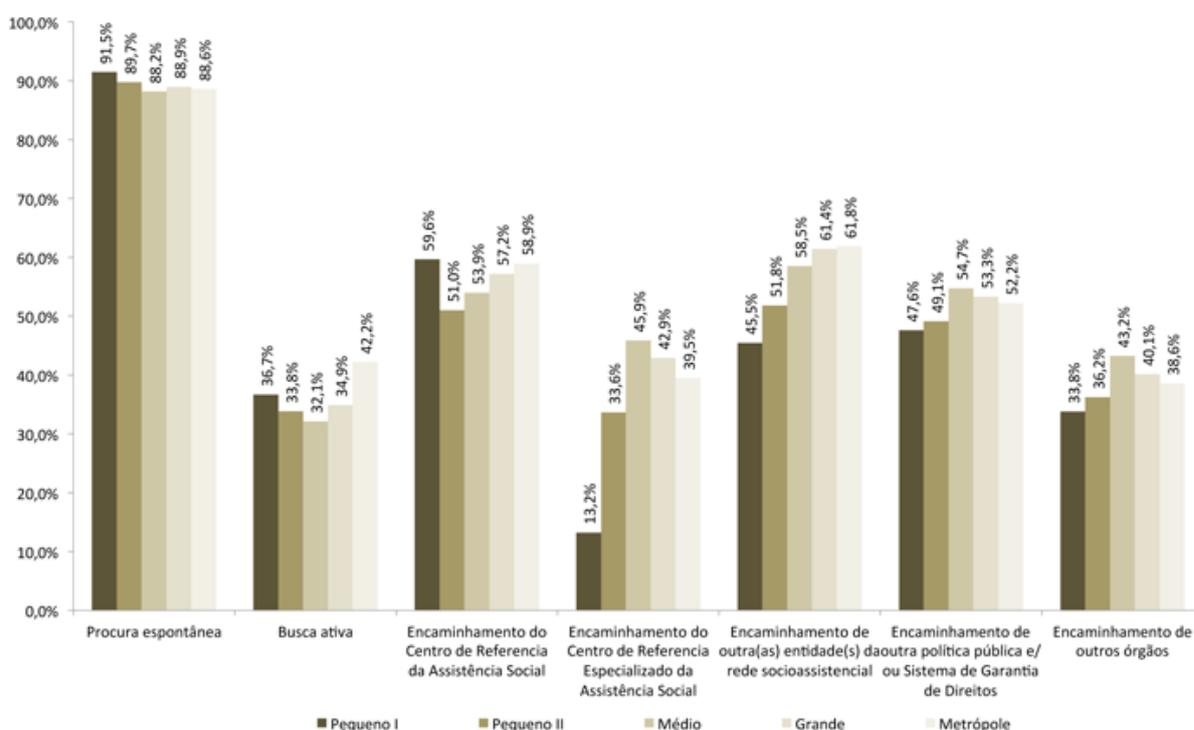
Fonte: Censo SUAS 2011 – Rede Socioassistencial Privada

A questão da gratuidade dos serviços na assistência social é uma consideração significativa, e os resultados indicam que, das entidades que prestam serviços, 67% do total, ou seja, 6.391 entidades, oferecem esses serviços de forma totalmente gratuita aos usuários.

Ao analisar a distribuição territorial da rede socioassistencial privada, destaca-se que a região Sudeste concentra o maior percentual de entidades privadas, representando 58%. No entanto, a região Sul apresenta a maior frequência relativa, correspondendo a 21% das entidades privadas para uma população que representa 14% do total brasileiro. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste apresentam as

menores concentrações relativas, com 2% e 12% das entidades privadas, respectivamente, para populações de 8% e 28% do total brasileiro nessas regiões. Esses dados ressaltam as disparidades regionais na oferta de serviços socioassistenciais privados, refletindo desafios e oportunidades distintas em diferentes partes do país.

Gráfico 3 - Percentual de entidades, por forma de acesso dos usuários aos serviços, segundo porte populacional – Brasil – 2011



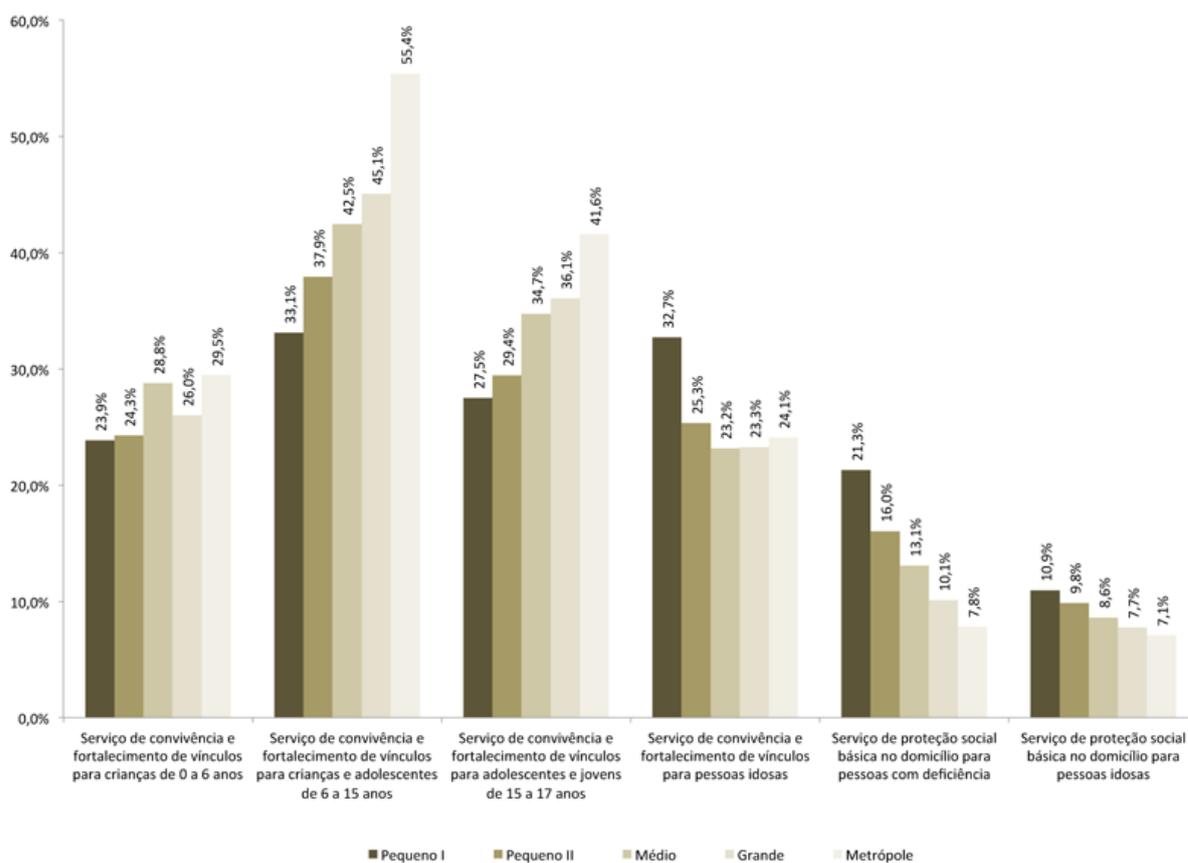
Fonte: Censo SUAS 2011 – Rede Socioassistencial Privada

A procura espontânea é a forma de acesso mais prevalente aos serviços socioassistenciais, representando 89% das iniciativas. Em seguida, encontram-se os encaminhamentos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que correspondem a 50%, seguidos pelos encaminhamentos de outras entidades da rede socioassistencial, totalizando 56%, e por encaminhamentos de outras políticas públicas e/ou sistemas de garantia de direitos, que atingem a marca de 51%.

Ao analisar a forma de acesso em relação aos diferentes portes populacionais, destaca-se que os municípios de porte pequeno I recebem usuários com maior

frequência por procura espontânea e encaminhamentos pelo CRAS, indicando uma maior demanda nessas localidades. Por outro lado, a busca ativa é mais frequentemente adotada por entidades que atuam em metrópoles, sugerindo estratégias diferenciadas de alcance e engajamento com a comunidade nessas áreas urbanas mais densas. Essas nuances na forma de acesso evidenciam a necessidade de estratégias adaptadas às características específicas de cada contexto populacional.

Gráfico 4 - Percentual de entidades, por Serviços de Proteção Social Básica que realiza, segundo porte populacional – Brasil – 2011



Fonte: Censo SUAS 2011 – Rede Socioassistencial Privada

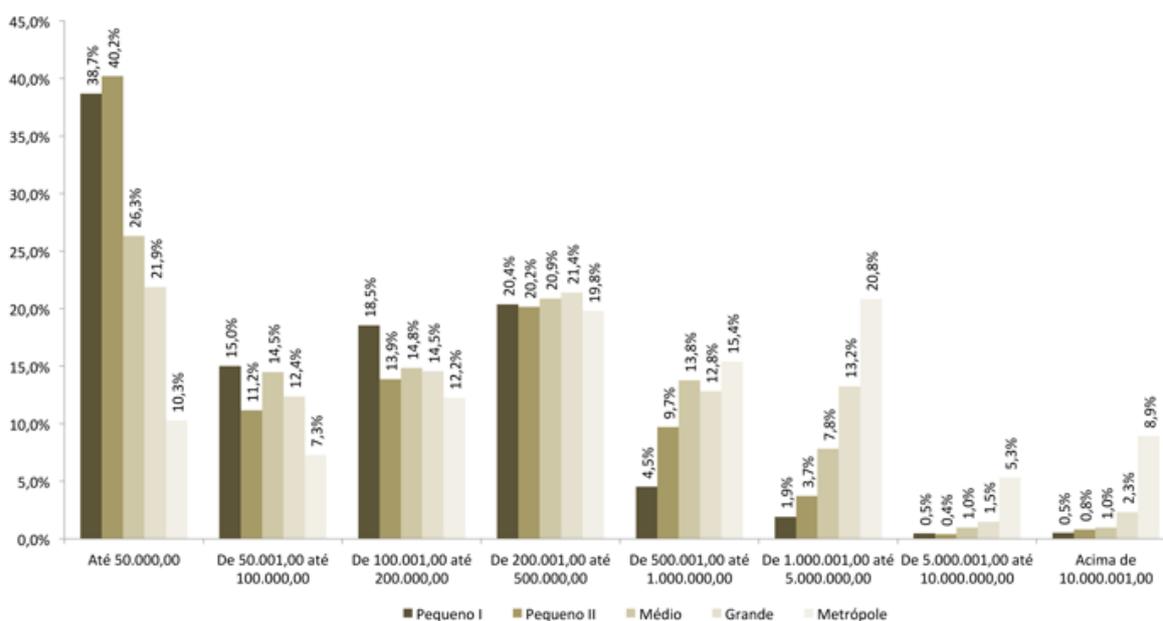
No âmbito dos serviços de proteção social básica, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos destaca-se como o mais oferecido, sendo patente a variação na oferta conforme o ciclo de vida. A maior prevalência desse serviço ocorre para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, inclusive aqueles em situação de

trabalho infantil, alcançando 43%, enquanto a oferta é menor para pessoas idosas, representando 25% da frequência.

No que diz respeito ao serviço de proteção social básica no domicílio, destinado a pessoas com deficiência e idosas, a oferta é observada em 13% das entidades privadas; 9% dessas entidades estendem esses serviços tanto para pessoas com deficiência quanto para idosos. Esses serviços têm como objetivo prevenir agravos que possam levar ao rompimento dos vínculos familiares e sociais dos usuários.

Além disso, identificam-se diferenças nas entidades conforme o porte populacional dos municípios. Nota-se um aumento na frequência de entidades que oferecem serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e jovens, conforme o porte populacional aumenta. Em contrapartida, a oferta dos serviços de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas diminui progressivamente à medida que o porte populacional do município aumenta. Essas variações destacam a necessidade de considerar as especificidades demográficas ao planejar e implementar políticas de assistência social.

Gráfico 5 - Distribuição percentual de entidades por receita financeira total da entidade em 2010, segundo porte populacional – Brasil – 2011



Fonte: Censo SUAS 2011 – Rede Socioassistencial Privada

Os recursos financeiros desempenham um papel crucial no planejamento e execução das atividades de uma entidade, assim como na manutenção e aquisição de recursos humanos. De acordo com o Censo SUAS 2011, as maiores concentrações de entidades são observadas nas faixas de receita total de até R\$50.000,00 e de R\$200.001,00 a R\$500.000,00, representando 27% e 21%, respectivamente.

Ao analisar a distribuição da receita financeira total em 2010, levando em consideração o porte populacional dos municípios onde as entidades estão localizadas, verifica-se que a concentração aumenta nas faixas superiores a R\$1.000.000,00 à medida que o porte populacional se eleva. Essa tendência sugere uma correlação entre a disponibilidade de recursos financeiros e o tamanho da população atendida.

Por outro lado, destaca-se que 56% das entidades com receita anual de até R\$50.000,00 atuam em municípios com até 50 mil habitantes. Esses resultados refletem a expectativa de que os recursos disponíveis estejam alinhados com o porte populacional, indicando uma distribuição proporcional dos recursos financeiros de acordo com as necessidades e demandas específicas de cada localidade.

Segundo Luciana Jaccoud (2012, p. 77) A concessão de isenções fiscais para entidades beneficentes foi normatizada pela Lei 8.212 de 1991. O processo de obtenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) foi, por sua vez, regulamentado pelo Decreto n. 2.536 de 1998. Segundo essa regulamentação, são consideradas entidades beneficentes de assistência social as pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos que atuam em áreas como proteção à família, maternidade, infância, adolescência, velhice, amparo a crianças e adolescentes carentes, ações de prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, promoção da integração ao mercado de trabalho, além de assistência educacional ou de saúde.

Segundo autora, o Decreto estabelece condições que as entidades devem cumprir para obter o CEBAS, incluindo a prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. Além disso, as entidades beneficiárias não podem distribuir resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio. Também é exigido que não remunerem seus dirigentes e prestem gratuitamente parte

ou a totalidade de seus serviços. Essas condições visam assegurar que as entidades beneficiadas pelo CEBAS estejam genuinamente comprometidas com atividades de cunho assistencial e que os benefícios fiscais sejam direcionados para aquelas que efetivamente atuam em prol do bem-estar social.

A pesquisa Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF<sup>26</sup> em 2021 identificou um total de 10.201 instituições filantrópicas (mantenedoras, considerando o CNPJ raiz de seu registro na Receita Federal) e 27.384 estabelecimentos relacionados (matrizes e filiais) atuantes nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social. A avaliação desta pesquisa foi direcionada para as instituições que possuem a imunidade constitucional sobre o pagamento da cota patronal, montante este que em 2020 foi na ordem de R\$ 14,1 bilhões.

Segundo pesquisa junto à Receita Federal, em 2020, o valor da imunidade tributária das entidades sem fins lucrativos alcançou R\$ 30,5 bilhões, representando 9,3% do total gasto de R\$ 330.845.201.914. O valor da imunidade previdenciária, especificamente das instituições filantrópicas, referente ao pagamento da cota patronal sobre as despesas com pessoal (folha de pagamento de funcionários) passou de R\$ 11 bilhões em 2018 para R\$ 14 bilhões em 2020, quase metade do valor total das isenções das entidades sem fins lucrativos em 2020, R\$ 30,5 bilhões.

Sobre as organizações privadas analisadas, pudemos observar que essas apontam para uma relação fiscalizadora da SMADS, pela não relação, ou mesmo “esquecimento”, quando essas não são potenciais colaboradoras no sentido da oferta formal dos serviços, da infraestrutura e mesmo dos trabalhadores.

Para os dirigentes das organizações entrevistadas, o Estado, nessa relação representado por SMADS, só atrapalha a oferta dos serviços, vez que fiscaliza e não orienta ou supervisiona o serviço como seria seu papel:

Eu tenho uma tese muito particular. Que alguém pode não gostar, mas eu defendo sempre que o Estado ajuda quando ele não atrapalha. Então, se o Estado não está implicando, ele já está ajudando. Para mim falta uma pedagogia do Estado em lidar com o social e com as instituições também. É muito fácil quem está no seu gabinete aplicar uma norma friamente, por exemplo, porque está na lei. Tudo está na lei e nem tudo está na lei, não é? E a lei precisa ser aplicada ao caso específico. Eu não posso generalizar, porque está na lei. Então aplica-se a lei. Mas a lei é aplicada em cima de pessoas de processos, não é matemática. Ela é interpretativa. Então, se ela for aplicada friamente, sem considerar o processo sem ouvir os lados, sem

---

<sup>26</sup> - Relatório de Pesquisa: a contrapartida do setor filantrópico no Brasil, FONIF: 2022.

entender, ela vai cometer injustiças. Então eu tenho essa dificuldade com o Estado, o Estado muda muito, as gestões trocam com muita frequência. E quando alguém quer mostrar serviço apela para a lei. Ao apelar para a lei friamente, não considera a situação real, que é diferente da situação a, da situação b, e cada caso é um caso. Então, o Estado, cria dificuldade nessa área e, é claro, se você é conveniado, a primeira medida é cortar o convênio. A gente corta o convênio e vocês vão ter que se virar, pronto! Então a entidade que depende do convênio fica de mãos atadas e pode falir. Na minha opinião o que falta, o que precisa do Estado é acompanhar sim, óbvio é dever do Estado acompanhar, fiscalizar, mas é dever também do Estado apontar as falhas quando houver, e oferecer condições para que elas sejam corrigidas. Isso ele não faz. Ele aponta a falha já puni a instituição, corta o convênio e deixa a Entidade falida. Então, eu tenho essa dificuldade com o Estado. Confesso, entendo, aprecio o trabalho, sei que é importante, sei que é necessária essa presença, mas precisaria ser uma presença parceira. E não uma presença adversária. Parece que quando se dá o convênio, é um favor que o Estado está fazendo, hora, não é um favor que ele está fazendo, não é ali a lei permite isso, é uma obrigação. Se ele não faz o serviço que as instituições sociais fazem. Então não, não está fazendo mais do que a sua obrigação (Dirigente ICC).

As organizações pesquisadas obtiveram patrimônio através de doações e aquisições; ambas sobrevivem com a renda da locação dos imóveis que foram adquiridos ao longo de sua história e, segundo seus dirigentes, aplicam as receitas integralmente nos serviços ofertados.

Eu acho que o Estado, quer saber. A verdade perturba. É minha visão, porque ele não colabora em nada e exige muita coisa. É um negócio chato. Nós devíamos ter uma dotação agora de R\$50.000 para comprar instrumentos para o projeto musical. Acabamos abrindo mão de tantas exigências do Estado. Então, até logo. A gente pode receber doações de donativos de entidades ou de empresas, mas quanto menos vínculo com o Estado, melhor. Porque a gente faz as coisas tudo bonitinho e tal. E eles, o Estado que eu digo a prefeitura, o Estado, a federação. Então vou te dar uma ideia. Nós temos o berçário com idade, conceito das áreas de educação, educação infantil. O caso já não é assistência social. Aí chega fiscal da Prefeitura e fala, vocês têm um serviço aí? Vocês emitem nota fiscal dos serviços prestados para essas crianças? Não, por um motivo muito simples é de graça e nenhuma paga um tostão. Não interessa. Tem que emitir nota fiscal de serviço. Vocês não cobram ISS, mas não pagam imposto. Nós somos imunes a tributação está aqui o CEBAS, que é o reconhecimento da imunidade e está aqui todo em troca de pagar imposto e que a gente faz tudo o que faz com o dinheiro que a gente consegue arrecadar e a gente arrecada do patrimônio próprio da fundação (Dirigente FUNSAI).

Aqui se faz notar o item VI: recentemente, a SMADS publica uma Nota Técnica n. 002/SMADS/2023, de 14/08/2023, para as unidades estatais (CREAS e Centro Pop) que versa sobre o papel dos respectivos centros especializados na orientação técnica da rede não parceira. A Secretaria informa que:

Desta forma, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) como responsável pela execução da política de assistência social no município de São Paulo, estabelece normas e procedimentos para sua implantação exercendo, dentro de suas atribuições, o controle, supervisão técnica e fiscalização da rede parceira e orientação técnica da rede não parceira que realiza atendimento vinculado a proteção especial do território (desde que o referido atendimento ofertado seja gratuito e componha a rede socioassistencial de atendimento). Sendo os CREAS e Centros Pop as unidades estatais destinadas para execução desta política pública no território, cabe a estas unidades realizar a supervisão técnica e fiscalização da rede parceira e orientação técnica da rede não parceira (SÃO PAULO, 2023, s/p).

Embora a referida Nota Técnica esteja direcionada ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros Pop, evidencia que não é papel dos serviços a supervisão. Destacamos, assim, a orientação técnica da rede não parceira.

Ao se tratar da rede não parceira, cabe esclarecer que a atuação dos CREAS e Centros Pop se dará através da realização de orientações técnicas, não cabendo a realização de supervisão e/ou fiscalização do serviço. É importante destacar que não é de responsabilidade das unidades estatais a fiscalização desses serviços. Em conformidade com a tipificação de cada serviço, cabe ao Ministério Público, as Varas da Infância e Juventude, a Supervisão de Vigilância em Saúde do Município de São Paulo, a supervisão técnica dos serviços prestados, a averiguação de denúncias e a responsabilização dos atores por qualquer intercorrência nesses serviços (SÃO PAULO, 2023, s/p).

Percebemos um vácuo no entendimento de quem deve acompanhar ou mesmo fiscalizar as Organizações da sociedade civil Privadas, já que a OSC pode ofertar uma atenção social de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais e receber o CEBAS, e essa demanda ser simplesmente ignorada e não monitorada.

Por fim, nestes casos, caberá a equipe das unidades estatais em destaque realizar acompanhamento e monitoramento das demandas sociais dos usuários, ao invés do olhar sob a gestão do serviço, o qual deve ser realizado pelos órgãos competentes. É por meio das ofertas socioassistenciais, executadas tanto pelas esferas estatais quanto pelas não estatais parceiras, articuladas em rede de caráter público, que a Assistência Social se fará presente no cotidiano dos usuários (SÃO PAULO, 2023, s/p).

Lembrando, ainda, que existem três níveis de reconhecimento das OSC no COMAS:

- I. Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - obrigatório;
- II. Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - obrigatório;

### III. Certificação Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS - não obrigatório

A certificação CEBAS não é obrigatória para reconhecimento de organização que presta serviços socioassistenciais. Todavia, ela constitui um dos documentos exigidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para que as entidades privadas reconhecidas usufruam das seguintes isenções de contribuições sociais:

- Parte patronal da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento (cota patronal);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS;
- Contribuição PIS/PASEP; e
- Contribuições dispensadas: as devidas a terceiros, nos termos do artigo 3º, parágrafo 5º, da Lei n. 11.457/2007.

A certificação também possibilita o parcelamento de dívidas com o Governo Federal, nos termos do artigo 4º, parágrafos 12 e 13, da Lei n. 11.345, de 14 de setembro de 2006, além de poder ser utilizada como critério de desempate em caso de entidade candidata em chamamento público.

Ou seja, a Certificação CEBAS pode trazer benefícios fiscais essencialmente às organizações que possuem recursos humanos contratados via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Portanto, é decisão da gestão da organização submeter-se aos requisitos legais da Lei n. 12.101/2009 e do Decreto n. 8.242/2014.

As organizações são consideradas de assistência social quando os atos constitutivos definirem expressamente a natureza, os objetivos, a missão e o público-alvo (Decreto n. 6.308/2007, art. 1º). Como mencionado acima, as características essenciais das entidades assistenciais, segundo o mesmo Decreto, são: realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social, garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário, e ter finalidade pública e transparência nas suas ações. Para funcionar, as entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, por força do art. 9º da LOAS. Os Conselhos Municipais de Assistência Social são os únicos responsáveis, no que tange ao SUAS,

pela fiscalização destas entidades e organizações, independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

Destacamos aqui que as organizações de assistência social devem apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho de Assistência Social plano de ação do corrente ano e relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados (Resolução CNAS 16, de 2010, art. 14).

O cenário na cidade de São Paulo assim se desenha:

(...) a Secretaria possui rede pública de assistência social composta por 1.330 serviços conveniados, com 337 Organizações da Sociedade Civil, que ofertam 239.996 vagas registrando, assim, uma das maiores redes de serviços socioassistenciais da América Latina (SMADS, Cidade de São Paulo, 2023, Rede Socioassistencial) (SÃO PAULO, 2023, s/p).

O que se apresenta é um universo que ainda não foi analisado em sua totalidade, já que temos 1881 organizações inscritas no COMAS e apenas 337 dessas ofertam serviços com termo de parceria. Disso podemos problematizar que muitas delas são de grande porte, com mais de mil funcionários, muitas são predominantes em suas regiões e algumas até na cidade, o que possibilita as predileções, as facilidades burocráticas e até mesmo as relações políticas.

É imperativo considerar que, na totalidade, estamos abordando uma rede pública no sentido da oferta. A natureza pública não decorre somente da modalidade contratual, mas também dos princípios públicos que fundamentam essa rede, da natureza republicana/cidadã do trabalho e dos direitos inerentes aos cidadãos usuários.

Analisando a fala das assistentes sociais trabalhadoras das organizações, a compreensão foi de que o serviço ofertado faz parte do SUAS, dado que o trabalho ofertado segue a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais:

A gente segue a tipificação, a gente não está tipificado municipalmente, mas a gente segue o que a política propõe em termos nacionais. Então hoje, por exemplo, para pensar o critério de desligamento de ingresso a gente vai buscar na tipificação, também para pensar as atividades. A gente vai buscar o que que a política nacional de assistência social coloca para um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. Então, eu entendo que tudo que a gente faz aqui está baseado no que foi pensado na Constituição e nas políticas públicas. Tem esse rigor técnico (Assistente Social ICC).

As vezes a gente escuta assim, que não é função da gente, a função da privada, mas ela tá dentro da política. Ela segue todas as diretrizes, então a gente compõe a rede. Nós não somos um aparte, eu não sei como seria sem a rede, a gente articula o tempo todo. Por exemplo, o CAPS tem reunião mensal com a rede para discutir os casos. Nós estamos lá também articulando. Então tem tudo CRAS, CREAS, NPJ e todos os serviços que precisam acionar os conselhos tutelares daqui da região, que é o Sacomã e o Ipiranga (sic). Em todo caso que vemos a necessidade a gente encaminha, porque mesmo que a gente tem demandas que são dentro do serviço, a gente encaminha porque é isso, só esse serviço não vai dar conta da vulnerabilidade da família. E a família tem que estar inserida em toda a rede. Por exemplo, para a família entrar aqui na creche, ela tem que estar inscrita na prefeitura e é uma regra. As famílias estão ligando. Agora a gente já fala, já realizou inscrição na prefeitura? Não, não realizou. Então você realiza e traz o protocolo. Sem protocolo a gente não faz a inscrição (Assistente Social FUNSAI).

O que se verifica é que as trabalhadoras das organizações privadas entrevistadas compreendem que o serviço ofertado é consoante com o que é solicitado pelo SUAS, ou seja, em seus trabalhos encaminham e fazem os encaminhamentos e relações com a rede, havendo um reconhecimento territorial dos serviços ofertados, uma articulação e uma busca pelo agir conforme a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.

É pertinente recordar que o conceito de proteção social é discutido no contexto da corresponsabilidade entre diversas instituições, vez que historicamente está posta. Nesse contexto, a distinção entre os serviços conveniados e os de ação direta sem termo de parceria precisa ser abordada de maneira mais profunda.

O que se pode observar nas entrevistas realizadas é que, para as organizações privadas, o caráter da oferta dos serviços é público e está pactuado no SUAS; o que há é dificuldade de reconhecimento do serviço ofertado por este não ser pactuado com o município:

Porque nós implantamos os serviços dentro da política de assistência social. Agora nós temos uma dificuldade que o governo entenda isso. Então, por mais que nós temos uma ótima relação com o CRAS, eles esquecem de nós. Como nós não somos conveniados, muitas vezes nós temos que solicitar, dizer olha, eu recebi algo, eu tenho o CEBAS, e vez ou outra chega um e-mail, ou ligação, dizendo: olha, vocês não preencheram o cadastro tal. Mas, nós não sabíamos que tínhamos que preencher, porque esse cadastro tem que ser preenchido pelo órgão público. Então nós chegamos no CRAS e dizemos que recebemos a informação que precisa desse cadastro e nós não soubemos. Então, eles dizem: nós nos esquecemos de vocês. Como vocês são privados, nós esquecemos de vocês. A gente está fazendo das entidades conveniadas. Então, essa é uma questão. O sistema SUAS ainda, não inclui, ele inclui, mas a rede, a localidade tem dificuldade de entender o que é trabalhar com uma entidade privada que não é conveniada. Então a gente está sempre solicitando, mas eu acho que tem uma ótima relação com os

assistentes sociais, com a supervisão tudo, mas eles se esquecem da gente. Então, na realidade, nós fazemos parte do sistema, está escrito na Lei. Tanto que nós seguimos todas as regulamentações e tudo o que sai nos conselhos. Nós temos que nos adequar ao Conselho Nacional, Estadual, Municipal. Nós temos que nos adequar. Nós, entregamos todas as documentações. Apesar de não termos convênio com a prefeitura, nós não deixamos de fazer o credenciamento no CRAS. Nós fazemos regularmente o credenciamento no CRAS, que nós não precisaríamos. Mas até para não esquecer da gente fazemos questão de estar dentro do sistema, mas é complexa ainda essa relação entre o sistema e as entidades privadas. Até porque o CRAS tem uma demanda muito grande. Eles não têm profissionais suficientes, então eles trabalham muito com a gente como colaboração, mesmo que eles têm dificuldades de poder acompanhar tudo. Sim, mas na nossa parte estamos totalmente integrados também (Supervisora da FUNSAI).

Essa distinção não deve se basear unicamente na forma de contratação dos serviços, trabalhadores e equiparação no trato desses, mas também na efetiva implementação dos princípios que sustentam o SUAS, considerando igualmente o caráter do dinheiro público das isenções e imunidades fiscais.

Percebemos que há uma vantagem na oferta desse serviço pelas OSC's sem termo de fomento, pois elas não se sentem 'amarradas' institucionalmente aos contratos e podem ampliar o atendimento, por conta de seus recursos próprios, e estender em outros sentidos essa oferta, tais como contratações, oferta alimentar ampla e diversa:

A gente parece que tem uma liberdade maior de receber qualquer público que precisa. Parece que a rede conveniada é mais fechada no sentido dos fluxos internos de encaminhamento de acesso de trânsito entre a rede, a gente acaba sendo essa curva fora da linha, porque a gente acessa a rede de um outro lugar. Então a gente tem recursos suficientes para dar conta dessas crianças. E a partir do momento que essas crianças precisam da oferta de outros serviços que a gente não contempla, a gente acessa essa rede a partir de um outro lugar, de já ter um trabalho realizado, de uma família já referenciada, minimamente organizada com documentação, com as demandas que elas vão apresentar e que acabam sendo desafios dos serviços conveniados, porque nos serviços conveniados existe o um fluxo de circuito ali que acaba prendendo a família, aquele trânsito e aqui parece que esse trânsito ele é mais aberto. Mas, eu não tenho dificuldades em executar meu serviço. Isso porque eu tenho uma infraestrutura, eu tenho um corpo de RH, não tem atraso de salário. Eu tenho uma boa estrutura organizacional, então eu não tenho dificuldade da execução da política. Talvez eu tenha dificuldade em lidar com as expressões da questão social, em lidar quais expressões da desigualdade social e lidar com demandas complexas dos usuários. Mas, eu acho que isso não é um dificultador da execução do serviço, isso é o serviço (Gerente do Serviço ICC).

Porque a gente não se sente engessado. Nós temos, como te falei, nós temos a nossa autonomia pedagógica, nós temos a nossa autonomia administrativa, nós temos a nossa autonomia em termos de pessoal. Nos adaptamos a NOBRH, em termos assistência social. O que nós temos a mais é aquilo que

a Fundação pode bancar, que outras entidades não podem. Então, assim, eu tenho funcionários a mais, isso sim. Isso seria uma fronteira se o governo tivesse que financiá-lo. Mas, como ele não financia, somos nós que financiamos. Nossos serviços sempre custarão muito mais do que o serviço de uma entidade que depende da verba do governo. Então, se nós entendemos que eu preciso ter um assistente social a mais, nós temos isso. Eu entendo que precisa ter um educador a mais nós temos. Se a gente entende que tem que contratar mais um psicólogo, a gente contrata, entendeu? Então, assim, eu não fico engessada em termos de contratação de pessoal para atender às nossas necessidades (Supervisora FUNSAI).

A missão religiosa foi um dos fatores que afunilaram a escolha pelas duas organizações entrevistadas. Destarte, questionamos os dirigentes se a continuidade dos serviços dava-se pelo viés religioso, posto que, ao adentrar nos espaços de ambas, era notável a presença de objetos e imagens que remetessem à fé cristã. Identificamos que isso foi e é um fator considerável na continuidade dos serviços; contudo, na fala dos dirigentes já se nota essa relação como um direcionamento, mas não a finalidade da ação.

A existência disso daqui deve a vocação cristã do fundador, porém hoje já não dá para falar: olha, é isso é uma coisa católica, apostólica, romana. Mas a gente segue os princípios do humanismo cristão. E isso vai para o novo estatuto que seguimos os princípios do humanismo cristão. Agora o conde era um religioso mesmo. Ele era fervoroso ele acreditava e acabou. Entendeu? Não tinha essa de pode ser. Então ele era fervoroso e ele devoto de Nossa Senhora Aparecida. Ele só deu o nome da FUNSAI de Auxiliadora porque ela tinha que auxiliar as meninas (Dirigente FUNSAI).

Eu diria que a continuidade dos serviços se deve a uma vocação cristã do fundador, de todos os diretores e de todas as equipes que aqui o sucederam até o presente momento. Então eu creio que isso vai continuar, eles foram aqueles que despertaram e colocaram a mão na massa. Se não fosse importante, o trabalho deles já teria morrido, 128 anos não são 128 dias, não são 128 semanas, não, é mais de um século ininterruptamente, superando as dificuldades. Nem tudo foi um mar de rosas, então, por que que as dificuldades foram superadas? Porque, primeiro eram homens de fé, depois homens de ação e de não ficar presos no escritório. Mas, sair! O Papa Francisco fala de uma igreja em saída, já naquela época era uma atividade em saída. Eles iam ao encontro, nos canaviais, nas fazendas de café, nas ruas da cidade, acolhendo aqueles que eles podiam ser acolhidos. Não é um sonho egoísta de uma pessoa ou de um grupo. É um sonho construído em mutirão. E envolve também muitas pessoas, essa dinamicidade, essa atualidade do carisma é que faz com que ele não morra, torne-se sempre atual e atrai pessoas desejosas de fazer um mundo melhor, de contribuir com a construção desse mundo mais humano, mais justo, mais digno. Socialmente falando, mais igual. É claro que no mundo tem pessoas que são mais iguais do que outras, mas ficar de braços cruzados? Importante é não perder tempo, porque o tempo passa depressa. É fundamental para minimizar uma situação uma ferida social, uma chaga social que envergonha a humanidade, mas não nos derruba, porque tem pessoas de boa vontade.

Tem pessoas que acreditam no ser humano. Então nós continuamos a acreditar no ser humano e vamos continuar acreditando (Dirigente ICC).

A presença dos direcionamentos cristãos é ainda forte; porém, não tem relação direta com os serviços, conforme a fala das trabalhadoras:

Embora a gente esteja numa instituição católica, a gente não tem essa vinculação. Inclusive teve uma situação na Páscoa acabou suscitando um pouco essa discussão teve um episódio em que acabei percebendo que uma atividade ia acontecer, num viés extremamente religioso e eu intervi. Então a gente não trabalha com isso. Embora a gente esteja numa instituição católica, não existe nenhuma prerrogativa ou atribuição institucional nesse sentido (Assistente Social ICC).

A fundação é centenária. Eu acho que a gente tem uma tradição cultural da questão do favor, da caridade cristã. As vezes a gente vê novelas que reproduzem muito essa situação (sic). Então, a gente sempre fala que estar aqui é um direito. Não é porque eu sou boazinha. Nós estamos aqui para atender a família e estar aqui é um direito dela. Então é algo que a gente sempre fala não só para a família, como para as crianças, para os adolescentes. A gente trabalha muito com eles. Essa questão dos direitos e deveres. Então, assim, estar neste espaço é direito (Assistente Social FUNSAI).

Para as OSC's entrevistadas, entendemos haver uma compreensão de que fazem parte do SUAS via acordo de colaboração, talvez não tão evidente, mas com uma relação de pertencimento que as fazem adaptar suas propostas humanistas e cristãs para a oferta dos serviços.

Diante de todo cenário analisado, entendemos que, para promover uma abordagem mais coerente e equitativa, é necessário enraizar a compreensão de todos os serviços ofertados na rede do SUAS, quais são os proponentes, qual a natureza pública da oferta e se estão orientados pelos mesmos princípios. Portanto, os direitos dos cidadãos usuários devem ser respeitados e promovidos de maneira uniforme, independentemente de quem fornece diretamente o serviço.

Trouxemos uma outra questão latente que ficou evidente na pesquisa: as relações de trabalho no SUAS na cidade de São Paulo, necessitando ser problematizada para uma compreensão ampliada das relações que envolvem a terceirização dos serviços socioassistenciais.

### **3.3 As relações de trabalho nas organizações da sociedade civil na Capital Paulista**

Neste item fizemos uma reflexão para compreendermos como a população trabalhadora foi ocupando as periferias e como foi se organizando em suas necessidades. A exploração do trabalho gerou pobreza, e a assistência privada atuou na manutenção dessa pobreza para a permanência da acumulação de capital.

Aqui fizemos o movimento de retomar a categoria trabalho para compreender as relações existentes, quando esse trabalho é uma mercadoria produzida no terceiro setor e pago pelo Estado. Esse movimento da força de trabalho pode ser denominado, conforme a terminologia de Marx, "capital variável". Por outro lado, a soma dos recursos de produção é identificada, também na perspectiva marxista, como "capital constante". Quando o conjunto dos recursos de produção é ativado pelo agrupamento da força de trabalho ocorre a transformação desses elementos em mercadorias. O valor da mercadoria, pela teoria do valor-trabalho, é determinado pela quantidade de trabalho humano abstrato socialmente necessário para fabricar essa mercadoria, representado em termos de tempo. Essa representação frequentemente assume a forma de dinheiro, que é a forma universal do valor.

A força de trabalho, quando considerada como mercadoria, também segue a lei do valor que rege todas as outras mercadorias. Nesse sentido, o valor da mercadoria "força de trabalho" está ligado ao conjunto de recursos necessários para sua manutenção, o que envolve uma quantidade de recursos suficientes para sustentar tanto o trabalhador quanto sua família. O valor da força de trabalho, por conseguinte, corresponde à quantidade de trabalho requerida para produzir os recursos de subsistência necessários para manter essa força de trabalho ativa. Esse valor é quantificado em termos de tempo.

A força de trabalho é uma mercadoria singular, pois somente ela é capaz de gerar valor novo, equivalente à quantidade de trabalho realizada, sendo que a capacidade de trabalho é uma característica exclusiva dos seres humanos, em relação a outros animais, desconsiderando a tecnologia (que foi fruto de um trabalho humano). No contexto da sociedade capitalista, a jornada de trabalho supera o tempo necessário para reproduzir a própria força de trabalho. Isso permite a geração de um

excedente de valor, conhecido como mais-valia, apropriado pelo proprietário do capital, ou seja, o capitalista, na forma de lucro.

É interessante notar que o capital consegue acumular um valor excedente ao comprar conjuntos de mercadorias pelo seu valor e vendê-las pelo mesmo valor. Isso ocorre porque a força de trabalho em conjunto é responsável por criar essa mais-valia. O valor representado pelo capital constante, que é essencialmente o trabalho passado que agora pertence ao capitalista e é ativado em um processo de autovalorização, é transferido para as mercadorias que são produzidas. Ao mesmo tempo, a força de trabalho coletiva gera novo valor: parte desse valor é destinada ao trabalho necessário, ou seja, ao salário, enquanto outra parte é referente ao trabalho excedente, que não é compensado. Uma parcela desse trabalho excedente, que não é remunerado, é redirecionada para repetir o ciclo em uma escala maior. Esse movimento cíclico de autovalorização torna-se um objetivo em si mesmo para a produção capitalista.

O avanço de todos os componentes desse processo está intrinsecamente ligado ao progresso de sua totalidade. Isso é equivalente a afirmar que o desenvolvimento dos meios de produção da força de trabalho, a geração de riqueza e, de forma resumida, a produção da vida são todos subordinados ao desenvolvimento do capital.

Conforme Mézáros, em sua obra “A Crise Estrutural do Capital” (2009), argumenta, o capital é um sistema de controle sociometabólico que demonstra uma incapacidade absoluta de impor limites a si mesmo, a despeito das consequências, mesmo que isso leve à potencial eliminação completa da humanidade. Dito de outra maneira, o capitalismo possui uma dinâmica de expansão ilimitada que pode ignorar até mesmo os impactos adversos e extremos à procura da busca incessante por acumulação e crescimento.

De fato, toda a produção dentro do sistema capitalista resume-se à criação de mercadorias. Além disso, a própria existência do capital pressupõe a difusão generalizada da forma mercadoria como a substância material da riqueza produzida. Os capitalistas, por sua vez, competem entre si, o que os leva a se sentirem compelidos a elevar a produtividade da força de trabalho com o intuito de reduzir o valor individual das mercadorias fabricadas. Esse impulso pela elevação da produtividade da força de trabalho requer o aumento proporcional do capital constante

em comparação com o capital variável. Assim, é necessário aumentar a quantidade de meios de produção em relação à quantidade de recursos humanos envolvidos no processo produtivo.

É imperativo aumentar a composição orgânica do capital, que é a proporção entre o valor investido em capital constante e o valor investido em capital variável. Para evitar o aprofundamento em todas as ramificações dessa mudança, enfatizamos duas conclusões essenciais para a nossa discussão. Primeiramente, o processo de produção capitalista é intrinsecamente expansivo, embora não de maneira linear. Isso se aplica tanto à quantidade de valor gerado quanto à expansão geográfica das relações capitalistas. Em segundo lugar, os capitalistas individuais, que possuem uma alta composição orgânica do capital, dominam o processo de produção capitalista, eliminando ou incorporando formas menos eficientes de reprodução, sempre com base na perspectiva do capital.

Nesse contexto, percebemos que a terra, como um meio de produção, não é uma escolha feita sem conflito. Pelo contrário, é uma condição intrínseca à sociabilidade capitalista. Quando movimentos buscam controlar territórios e instituir relações sociais não capitalistas, eles não estão isentos dessas determinações, por duas razões fundamentais.

Observamos que as relações capitalistas exercem influência sobre esses movimentos, uma vez que o capital tende a expandir sua influência sobre todos os aspectos da vida social. Outrossim, as próprias lutas internas nesses movimentos podem ser moldadas pela dinâmica do capital, visto que a luta por recursos e poder muitas vezes reflete as mesmas tendências competitivas encontradas no sistema capitalista. Desse modo, mesmo quando se busca estabelecer relações sociais não capitalistas em um território, as influências e as pressões capitalistas ainda estão presentes.

Assim, devido ao fato de que a produção global é baseada na produção de mercadorias, os territórios que adotam práticas não capitalistas, ao se tornarem vendedores de mercadorias, precisam competir com empresas capitalistas que imprimem uma nova forma de organização social. Então, esses territórios não rompem necessariamente com a subordinação do trabalho concreto ao trabalho abstrato, tampouco com a subordinação real do trabalho ao capital. Isso é especialmente evidente em organizações da sociedade civil.

Embora as relações em tais contextos não se restrinjam exclusivamente a relações de produção, vale notar que, entre os projetos de longo prazo elaborados por movimentos a partir de territórios conquistados, destaca-se a habilidade de criar e manter condições para a vida, simultaneamente estabelecendo alianças com outras facções dos setores populares. Torna-se evidente que são essas relações de produção e reprodução que conferem propósito aos territórios ocupados pelos movimentos sociais, uma vez que essas relações vão além das convencionais.

Observamos, assim, que a dominação e a exploração do trabalhador possuem uma dimensão espacial passível de ser compreendida pela percepção das relações de poder e, portanto, da "lente" do território. O território onde se reproduz o capital, por meio da extração de trabalho não pago, é o território da dominação e da desrealização do trabalho, cujo resultado, no limite, é a degradação do sujeito que trabalha não como exceção, mas como tendência objetiva e relacionada à determinação social do processo de oferta de um serviço socioassistencial que deveria ser ofertado pelo Estado.

Para compreender melhor essa questão recordamo-nos do livro "Capitalismo Monopolista e Serviço Social", do Prof. José Paulo Netto (NETTO, 2007), no qual o Estado, descrito pela abordagem marxiana, desempenhava o papel de representante do coletivo de capitalistas, agindo como um zeloso mantenedor das circunstâncias externas necessárias para a operação do sistema capitalista. Ele ultrapassava a função de apenas proteger a propriedade privada dos meios de produção da classe burguesa somente em situações específicas, resultando em intervenções ocasionais e pontuais. Contudo, com a chegada da era do monopólio, além de continuar preservando as condições externas da produção capitalista, a intervenção do Estado passa a influenciar a organização e a dinâmica da economia de maneira intrínseca, de forma constante e sistemática.

De fato, no contexto do capitalismo monopolista, as atividades políticas do Estado entrelaçam-se organicamente com suas funções econômicas. Isso significa que o Estado não apenas se limita a proteger os interesses dos capitalistas, mas também passa a desempenhar um papel ativo na regulamentação e no direcionamento da economia, intervindo de maneira contínua e estrutural.

Nessas circunstâncias, é apenas sob tais condições que as consequências da questão social se tornam passíveis de intervenção contínua e sistemática por parte

do Estado. É a partir da concretização das oportunidades econômico-sociais e políticas intrínsecas à ordem monopolista (concretização que varia conforme o jogo das forças políticas) que a questão social se torna o alvo de políticas sociais.

Na conjuntura do capitalismo concorrencial, por exemplo, as expressões da questão social eram geralmente gerenciadas pelo Estado somente quando resultava em um aumento na mobilização dos trabalhadores, ameaçava a ordem burguesa ou, em casos extremos, colocava em risco a oferta global de força de trabalho, elementos externos à produção capitalista. Porém, no capitalismo monopolista, devido tanto às características da nova organização econômica quanto à consolidação política do movimento operário e às necessidades de legitimação política do Estado burguês, a questão social é quase internalizada na ordem econômica-política.

Nesse cenário, não se trata somente de socializar o excedente adicional que vai para a reserva industrial de trabalho, mas também de garantir um patamar mínimo de poder aquisitivo para as categorias excluídas do consumo. Além disso, é necessário criar mecanismos para distribuir os encargos que sustentam os lucros monopolistas, uma vez que essas preocupações estão ligadas às condições externas e internas - técnicas, econômicas e sociais. Tudo isso é articulado através da interseção das funções econômicas e políticas do Estado burguês, que está capturado pelo capital monopolista. A realização dessas funções ocorre simultaneamente com o Estado mantendo sua natureza de classe, embora essa essência de classe seja camuflada.

Nessa perspectiva, compreendemos que

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social pública na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as sequelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2007, p. 30).

Aqui nota-se, que o Prof. José Paulo Netto faz referências às políticas sociais privadas, conduzidas não necessariamente ou somente por organizações religiosas, como também por organizações laicas, como formas de intervenção frequentemente

assistêmáticas e embasadas fundamentalmente por motivação ético-moral. Aqui o professor já menciona que isso acontece por muitas dessas organizações precederem o Estado burguês no capitalismo monopolista; contudo, ele comenta que, com o desenvolvimento deste, acabaram por ter, salvo meras exceções, uma consideração periférica na dinâmica social. No entanto, com a estabelecida supremacia da ordem monopolista, o que de fato ocorre é a progressiva e concreta terceirização das políticas sociais implementadas no âmbito privado às políticas sociais públicas, um processo que frequentemente se desenrola em meio a conflitos e dependência financeira dessas organizações perante o Estado.

Nesse ínterim, observamos, a partir do levantamento elaborado pelo Plano Decenal Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo 2016-2026 - PDMASSPsp (SÃO PAULO, 2016), que a disponibilização pública de serviços que abrangem assistência social e garantias civis para os habitantes da cidade de São Paulo não se limita somente a funcionários públicos. Ao contrário, é composta principalmente por profissionais contratados segundo as leis trabalhistas (CLT), os quais são recrutados por organizações provenientes da sociedade civil. Portanto, no que diz respeito à composição dos grupos de trabalhadores que atuam no SUAS na cidade de São Paulo, é perceptível a variedade presente no conjunto desses trabalhadores. Essa diversidade manifesta-se por meio de formações acadêmicas e experiências teórico-práticas variadas.

Para elaboração desse raciocínio, os consultores do PDMASSPsp (2016) respaldaram-se em duas razões fundamentais:

1. A rede de assistência socioassistencial é abordada dentro dos princípios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 como "o conjunto coordenado de ações originadas tanto do setor público quanto da sociedade civil, que fornecem e gerenciam benefícios, serviços, programas e projetos".
2. Os serviços de assistência socioassistencial têm acesso aos recursos provenientes do fundo público, conhecido como Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), e não se caracterizam como subsídios para interesses privados, mas sim como um sistema público, o SUAS. Por conseguinte, a natureza pública e contínua dos serviços confirma o caráter público tanto do trabalho executado quanto dos profissionais que compõem a equipe do SUAS.

Por conseguinte, essa perspectiva é justificada pela definição da PNAS/2004, que integra ações públicas e da sociedade na rede socioassistencial, e pelo financiamento dos serviços através de recursos públicos e sua inserção no sistema público, o que atesta o caráter público do trabalho realizado e dos indivíduos que constituem a força de trabalho no âmbito do SUAS.

O que se observa é que não há o reconhecimento da presença institucional dos trabalhadores do SUAS, vez que isso implicaria avaliar se essa presença é suficiente para oferecer a atenção necessária às demandas dos cidadãos. Essa análise depende do esforço em estabelecer parâmetros, algo que está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

É importante destacar que reconhecer as limitações dos dados disponíveis também significa reconhecer a importância de produzir informações continuamente sobre o trabalho e os trabalhadores no âmbito do SUAS. Os dados que adiante apontaremos foram especialmente coletados para o Plano de Desenvolvimento do Município de São Paulo (PDMASp), posto não termos encontrado informações detalhadas sobre a realidade dos trabalhadores do SUAS na cidade.

O total de trabalhadores que desempenham funções no âmbito do SUAS na cidade de São Paulo é de 16.869. Desses, 93,4% estão envolvidos em serviços socioassistenciais realizados através de convênios, enquanto 6,6% são servidores estatutários ocupando várias posições de gestão (PDMASp, 2016, p. 85).

Valendo-nos do PDMASp 2016-2026, observa-se que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em São Paulo mantém seus trabalhadores vinculados por quatro modalidades de emprego distintas: 93,4% são contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 1,5% são servidores ocupantes de cargos em comissão, 0,3% são admitidos e 4,7% são considerados efetivos. É patente que a gestão direta de estatutários e comissionados conta com uma proporção 14 vezes menor de trabalhadores, quando comparada aos celetistas que desempenham funções em serviços conveniados. Segundo o PSMASp, se fosse realizada uma análise mais detalhada, segmentando por tipo de serviço, essa discrepância poderia aumentar em até 30 vezes.

Os dados apresentados no PDMASp revelam que a prestação de serviços socioassistenciais é predominantemente composta por profissionais de nível médio,

representando 45% do total de trabalhadores envolvidos. Entretanto, essa distribuição difere quando se compara a gestão direta com os serviços conveniados. Na gestão direta, 75% dos trabalhadores possuem nível superior, enquanto nos serviços conveniados esse percentual cai para 37%.

A análise da escolaridade também permite identificar discrepâncias em relação a diversos aspectos:

- Discrepância na presença de profissionais de nível superior em relação à densidade populacional por conjuntos de 1.000 habitantes, em cada distrito, subprefeitura e região do município.
- Discrepância no predomínio de trabalhadores com formação de nível médio em comparação com aqueles com formação de nível superior.
- Discrepância resultante da relação entre o número total de famílias beneficiárias no município e o número de duplas de trabalhadores de nível superior atuando nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade.

Essa análise da escolaridade proporciona “insights” sobre a distribuição de profissionais de diferentes níveis de formação na oferta de serviços socioassistenciais e sua relação com fatores demográficos, proporção de famílias beneficiárias e a efetividade dos Centros de Referência de Assistência Social. Também podemos afirmar que o grau de formação torna-se relevante quando se trata de fiscalizar a gestão dos termos de parceria.

A avaliação do número de profissionais disponíveis, ou a proporção de profissionais em relação à população total do município, bem como por distrito, subprefeitura e região, possibilita a comparação das disparidades na distribuição desses profissionais entre as diversas Supervisões Regionais de Assistência Social da cidade. Essas assimetrias refletem não apenas diferenças entre os serviços, mas também oferecem uma perspectiva das desigualdades internas da cidade do ponto de vista dos cidadãos atendidos. Vale destacar que a atenção fornecida aos usuários do SUAS deveria ocorrer no âmbito de um campo não mercantil, permitindo a análise da força de trabalho, predominantemente composta por profissionais de nível médio, prontos para oferecer suporte aos cidadãos.

A observação dessas disparidades é essencial para garantir que a oferta de serviços seja equitativa e alcance todas as áreas da cidade de maneira justa. É

importante reconhecer que a atenção prestada aos cidadãos através do SUAS é intrinsecamente ligada à força de trabalho disponível, na qual profissionais com formação de nível médio desempenham um papel central para atender às necessidades da população.

Até junho de 2016, na cidade de São Paulo, foram estabelecidos 54 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 28 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e 5 Centros Pop Rua. No âmbito dos CRAS, estão envolvidos 383 profissionais, correspondendo a 34,4% do total de trabalhadores vinculados a todas as entidades da gestão municipal de assistência social. Do total de profissionais públicos, 50,6% trabalham exclusivamente nos órgãos de gestão central e regional. Adicionalmente, 14,2% dos profissionais atuam nos CREAS, e uma parcela menor, equivalente a 0,7%, está alocada para oferecer serviços no Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS).

Dito isso, podemos voltar a analisar a situação dos trabalhadores do SUAS na cidade de São Paulo, onde é essencial promover uma substancial transformação na diferenciação entre o trabalho realizado nos serviços conveniados e aqueles executados diretamente, especialmente no contexto da rede SUAS.

Em 2018 o Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo (CRESSSP) manifestou-se sobre a implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS/SP (SÃO PAULO, 2018). Nesse, o Conselho fez críticas às condições dos trabalhadores efetivos da Secretaria, no que tange, primeiramente ao retardo das publicações de instruções normativas explicitando o contexto particular ofertado pela metrópole de São Paulo, como decorrência da necessidade de ajuste de seus fluxos conforme os parâmetros delineados na legislação federal.

O CRESSSP fez um levantamento das Instruções Normativas números 03, 04 e 05/SMADS/2018, constatando que elas, para além de abordarem aspectos genéricos relacionados às colaborações, também estabelecem fronteiras e responsabilidades designadas aos denominados "gestores de parcerias" ou, adicionalmente, de acordo com a trajetória da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), aos denominados "supervisores técnicos". Este papel é predominantemente desempenhado (estima-se em cerca de 80%) por

profissionais ocupantes do posto de analistas em assistência e desenvolvimento social – especificamente assistentes sociais –, posicionados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Centros Populares de Rua (Centro Pop) da cidade de São Paulo. Isso ocorre em virtude de uma carência de profissionais de outras áreas e de restrições consideráveis na formação de equipes multidisciplinares, o que iria ao encontro das expectativas (além do que é regulamentado pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS-RH – de 2006 e suas revisões de 2011) necessárias para abraçar a complexidade das atividades no domínio da assistência social.

A manifestação do CRESSSP aponta as responsabilidades dos gestores de parcerias, conforme disposto no artigo 110 da Instrução Normativa 003/SMADS/2018 e no artigo 55 do Decreto 57.575. É pertinente salientar três elementos fundamentais que, de fato, em diferentes proporções, podem entrar em conflito com regulamentos de outros conselhos profissionais (especialmente os de Contabilidade e Nutrição) quando a função de gestão de parcerias é exercida por assistentes sociais, vez que demandam verificação financeira sobre matéria de quantidade x qualidade das ofertas nutricionais e emissão de pareceres sobre condições estruturais dos imóveis onde serão (ou já funcionam) os serviços socioassistenciais.

Destacamos aqui outro ponto relevante da manifestação do CRESSSP que reforça a incoerência da supervisão apontada anteriormente:

Sobre o formato da supervisão técnica e/ou gestão de parcerias, queremos chamar a atenção sobre a relação estabelecida por parte dos/as assistentes sociais na função de supervisores/as com os/as assistentes sociais que atuam nas equipes dos serviços das OSC's. Tal relação se mostra delicada e é uma expressão da precarização do trabalho fomentada pelas estratégias de terceirização / privatização dos serviços públicos, no entanto, é importante centrar esforços na qualificação desse diálogo para que a relação não seja de subalternidade e não incorra em abusos na relação de fiscalização que, por vezes, é empreendida, por exemplo, com solicitações para além dos dispostos nas instruções normativas que podem evidenciar violações da autonomia profissional desses sujeitos que executam o seu trabalho nos serviços socioassistenciais (Manifestação do CRESS/SP sobre a implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS/ SP. CRESSSP, 2018, s/p).

Outro apontamento relevante feito pelo CRESSSP destaca as incumbências no âmbito da administração pública direta, que devem ser estabelecidas, previstas ou

modificadas exclusivamente por meio de leis formais, formalizadas. Isso significa que as responsabilidades dos servidores públicos em níveis federal, estadual e municipal devem ser definidas por leis que passem pelo processo legislativo adequado, sendo de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo a apresentação de tais propostas.

No contexto do município de São Paulo, somente uma lei municipal de autoria do(a) Prefeito(a) pode instituir ou alterar as atribuições das funções públicas existentes. Vale ressaltar que essa prerrogativa legislativa não pode ser delegada. Em outras palavras, em teoria, atos administrativos como Portarias e Instruções Normativas não têm o poder de modificar ou acrescentar novas responsabilidades às funções públicas presentes no quadro de pessoal municipal.

Por fim, reafirmamos que a funcionalidade do Estado é imprescindível para o desenvolvimento do sistema capitalista e suas contradições, contribuindo para intensificar e ou mistificar relações sociais de exploração da força de trabalho, eliminar ou regredir direitos conquistados por meio de lutas sociais, mantendo a expansão do acúmulo de capital, fatos estes que penalizam os trabalhadores, seja com desemprego, flexibilização, terceirização, enfim, com ataque aos seus direitos. É o Estado que, tensionado pela relação capital/trabalho, regula as relações de trabalho; assim sendo, as desregulações implementadas são condições impostas por novas configurações do sistema capitalista que redundam em transformações no mundo do trabalho e na vida dos trabalhadores, resultando neste contexto num processo de precarização social com instabilidade e insegurança.

A existência social das hierarquias de dominação e subordinação transportam a contradição sujeito-objeto do plano da relação homem-natureza para o plano das relações entre os homens. Os homens, no processo de sua libertação da natureza, são dominados por outros homens; uma parte da sociedade amplia seu grau de liberdade submetendo a outra parte ao seu domínio. Constituem-se, então, determinadas relações sociais através das quais um grupo social submete outro grupo aos seus interesses. Independentemente do mecanismo – a força bruta, o poder policial, o poder político, a ideologia – pelo qual se efetiva a subordinação, a finalidade desta é, sempre, o produto do trabalho. O novo sujeito é agora um sujeito social que domina um novo objeto: outros seres humanos.

## CONCLUSÕES

As reflexões dessa investigação pautaram-se na perspectiva que compreende a sociabilidade capitalista. Assim, as primeiras considerações a fazer compreendem a produção da riqueza capitalista implicada diretamente como resultado de uma relação social, o capital. Portanto, ela não depende da quantidade de trabalho empregada, mas da relação social sob a qual ela é produzida.

Esse estudo teve por objetivo conhecer as instituições centenárias de cunho católico que oferecem serviços socioassistenciais sem uma ligação direta com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no distrito do Ipiranga, situado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O estudo buscou compreender as dinâmicas e situações vivenciadas por essas organizações em relação ao SUAS e em relação à obtenção da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Nossas indagações visaram responder à possibilidade de transferência de responsabilidade do caráter público dos serviços entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil, em particular na prestação de serviços. Questionamos a existência de modalidades alternativas de prestação de serviços que não estão sujeitas às regulamentações do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Tínhamos uma indagação sobre se haveria um tratamento diferenciado para as organizações prestadoras de serviço sem termo de parceria. A pesquisa, ainda com uma amostra pequena, e os documentos oficiais mostraram que sim, há uma postura de SMADS em não relacionar, ou mesmo esquecer, essas organizações.

Além disso, realizamos uma investigação sobre a história do bairro do Ipiranga, localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com ênfase em seu desenvolvimento ao longo do tempo. O bairro desempenhou um papel crucial no acolhimento de crianças e marginalizados da sociedade. Nesse contexto,

examinamos a inserção da Igreja Católica no território e o surgimento das iniciativas de assistência social da época. Buscamos compreender como essa relação sólida entre a Igreja e a Sociedade Civil na prestação de cuidados aos necessitados contribuiu para o estabelecimento do SUAS na cidade.

A análise histórica dessa pesquisa foi proposital. Dadas as devidas proporções, qual foi a mudança significativa nas atenções sociais da cidade de São Paulo?

A partir desse contexto histórico, levantou-se a questão sobre a existência de organizações católicas centenárias que ainda hoje prestam serviços sociais no Ipiranga sem estarem vinculadas ao SUAS e como essas organizações conseguem se manter e oferecer esses serviços. Em seguida, exploramos a relação dessas organizações com a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), uma vez que essa certificação confere reconhecimento e benefícios fiscais, embora não necessariamente defina o que constitui uma organização socioassistencial e buscamos compreender a prestação de serviços sem vínculo ao SUAS por meio das perspectivas das lideranças das organizações e de seus trabalhadores, obtidas por meio de entrevistas.

No primeiro capítulo buscamos compreender os parâmetros sobre território, este elemento que sustenta as relações sociais, entre elas a da oferta de serviços socioassistenciais pelas organizações. Foi preciso conhecer o lugar e as relações que nele se estabelecem e que forma uma ligação inseparável. Compreendemos que o território representa a categoria concreta e tangível. Ele é o espaço onde a existência e a coexistência ocorrem. O lugar é a realidade física que absorve e reflete todos os impactos. Portanto, é lugar que reside a única oportunidade de resistência contra os processos adversos que ocorrem no mundo e nas relações entre o capital e o trabalho.

Neste capítulo apresentamos que a invasão, ocupação e exploração do solo brasileiro impactou profundamente a vida dos povos indígenas e dos povos africanos escravizados ao longo dos séculos. Esse processo longo e doloroso de destruição física e cultural resultou na eliminação de numerosos grupos e etnias, especialmente devido à ruptura histórica entre os indígenas e povos africanos com suas terras ancestrais.

Abordamos o trabalho escravizado e percebemos ser indiscutível que o Brasil enfrenta uma herança traumática da escravidão que persiste mesmo após 135 anos da abolição formal da escravatura. A desigualdade racial é uma realidade preocupante

em nossa sociedade, e deve-se tomar medidas concretas, inclusive nos serviços socioassistenciais para combater essa injustiça histórica.

A população negra continua enfrentando desigualdades significativas em áreas como moradia, educação, saúde, emprego, segurança e acesso à justiça. As políticas públicas e de ações afirmativas desempenham um papel fundamental na correção dessas disparidades, promovendo a igualdade de oportunidades e reparando injustiças históricas.

Vimos também que o território do Ipiranga permanece com as ações derivadas das irmandades católicas e os traços periféricos: de um lado o que restou das indústrias, de outro, as Igrejas e organizações da sociedade civil católicas, de outro, a maior favela da América Latina, e de outro, as agressivas construções civis feitas por incorporadoras imobiliárias buscando transformar o bairro em uma nova “Klabin”<sup>27</sup>, apostando no povoamento de pessoas de classe média alta.

No segundo capítulo apresentamos a diversidade dentro da Igreja Católica, que jamais deve ser analisada sob o viés de uma única e rígida lente. Observamos que a história brasileira possibilitou uma atuação da Igreja sob o manto da monarquia Ibérica, com poucos sacerdotes e muitos conflitos nas relações, o que possibilitou a atuação social esmolar, executada especialmente na cidade de São Paulo pelas irmandades dos homens pretos (escravizados) e dos homens brancos (elite) como forma de resistência social pelo caminho religioso católico.

Pudemos conhecer duas organizações da sociedade civil centenárias, católicas, que resistiram às transformações sociais, com sólida estrutura patrimonial que as mantém ofertando os serviços socioassistenciais com acordo de cooperação. Estas iniciam suas atividades sob o viés humanista cristão e vão se adaptando às exigências legislativas e da sociedade. Dentre elas conhecemos a Congregação Scalabriniana que tem por missão o trabalho de amparo as populações que migram, e desempenha um papel fundamental ao prestar assistência aos migrantes, mesmo diante da falta de política pública adequada por parte das autoridades governamentais. A capacidade limitada do Estado em atender às necessidades e

---

<sup>27</sup> Chácara Klabin é um bairro nobre da Vila Mariana. Região com um dos melhores índices de desenvolvimento humano, o bairro se tornou altamente residencial, com uma acelerada verticalização com imóveis de médio e alto padrão.

proporcionar assistência ao considerável número de migrantes que procuram refúgio torna ainda mais evidente o valor excêntrico dessa ação.

Conhecemos também as ações benevolentes do Conde José Vicente de Azevedo, católico de destaque que fez diversas provocações sociais ao implantar instituições e transferi-las para que irmandades e congregações assumissem sua administração.

Nesse cenário, também conhecemos as protoformas da Assistência Social na cidade de São Paulo, com forte participação das organizações sociais, e as lacunas de supervisão dessas; por outro lado, observamos as ausências do Estado na oferta dos serviços, na quantidade de trabalhadores e na própria operacionalização do SUAS.

Neste sentido, ressaltamos a importante função exercida enquanto meio de organização política para com os indivíduos em seus territórios, abrangendo, assim, a totalidade da vida social ao executar formas de regulação e pactuação com o mercado. Todavia, este Estado torna-se benfeitor para assegurar o quantitativo da força de trabalho, constituindo-se atualmente como um importante mecanismo utilizado pela sociedade burguesa para enfrentar e/ou superar as crises.

O aparelho estatal atua, então, por meio de um poder político corporificado no capital, para responder aos interesses da classe detentora do poder econômico, criando condições para expansão desta por meio da subordinação da classe que detém apenas a sua força de trabalho. Aqui, o capital apropria-se do papel estratégico do Estado como instância contraditória perante a execução do atendimento ou não das reivindicações sociais e trabalhistas e, quando atende o que lhe é exigido, fá-lo para, de certa forma, suprir suas próprias necessidades, mantendo uma classe dominada pelos seus interesses e o agravamento das contradições do sistema.

Em relação ao Estado, por meio de SMADS, visualizamos situações que merecem atenção. A primeira é a não aprovação da lei que efetiva o SUAS no município; a segunda, o orçamento diante da demanda; a terceira, a cidade não disponibiliza um parâmetro evidente de custeio dos serviços; quarta, reproduz a exploração do trabalho através das ofertas de serviços; quinta, submete os trabalhadores “analistas de desenvolvimento social” a atuarem como fiscalizadores de projetos, implicando uma atuação que foge da sua competência. Todos esses fatores precarizam a oferta dos serviços socioassistenciais que deveriam ser de Proteção

Social. De acordo com o que uma representante de OSC's mesmo disse, esses espaços também são lugares onde se come, onde se ameniza a fome da população.

As observações acima nos fizeram compreender que há lacunas e tensões no que tange à diferenciação das OSC's privadas com termo de parceria e das OSC's privadas sem termo de parceria, mas que tipificam seus serviços sob a justificativa do CEBAS e recebem um financiamento indireto.

No âmbito específico da assistência social, o estabelecimento de regras específicas que fundamentem uma relação efetiva de parceria entre as entidades reconhecidas como de assistência social e a garantia das proteções sob responsabilidade da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é um pressuposto essencial tanto da PNAS quanto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A articulação de ações e instituições, sejam públicas ou privadas, com termo de parceria ou sem, com ou sem CEBAS, através da construção de uma rede socioassistencial, representa a abordagem preconizada pela PNAS para assegurar a integralidade do atendimento dos usuários e usuárias dos serviços socioassistenciais.

Essa perspectiva destaca a importância não apenas da colaboração entre setores público e privado, mas também da implementação de diretrizes evidentes que direcionam a parceria entre as entidades filantrópicas e o sistema público de assistência social. A construção de uma rede socioassistencial eficiente, baseada em princípios colaborativos e na observância das normativas estabelecidas, visa assegurar que os usuários tenham acesso a um atendimento abrangente e de qualidade, alinhado aos objetivos e propósitos da PNAS e do SUAS.

A estratégia de integração dos diversos esforços, sejam eles provenientes de iniciativas públicas ou privadas, demanda não apenas a operação eficaz de sistemas de informação que abranjam as diversas modalidades dos serviços oferecidos pelos municípios, mas também a identificação das lacunas na demanda não atendida em cada território. Além disso, requer o reconhecimento e a adesão a padrões e normas nacionais de oferta e qualidade, a garantia de estabilidade no financiamento público e a implementação de mecanismos eficientes de acompanhamento e fiscalização.

É crucial ressaltar que a consolidação de um nível de adequação dos serviços públicos, capaz de cumprir a promessa de garantir o acesso da população aos direitos sociais no âmbito da assistência social, está intrinsecamente ligada ao fortalecimento dos conselhos de direitos. A afirmação de um sistema participativo robusto, que

valoriza e promove a participação ativa da comunidade por meio desses conselhos, desempenha um papel fundamental na consecução desses objetivos. Portanto, investir no fortalecimento dos conselhos de direitos é um elemento-chave para o sucesso da integração e melhoria contínua dos serviços socioassistenciais gerenciados por OSC's.

Ampliamos nossas reflexões a partir de outras questões que foram apresentadas durante a pesquisa, como o trabalho nas organizações, além de uma incoerência que não foi analisada em sua totalidade, vez que tivemos conhecimento de que, de 1881 organizações inscritas no COMAS, apenas 337 dessas ofertam serviços com termo de parceria. Verificamos, assim, que muitas delas são de grande porte, com muitos funcionários, sendo predominantes em suas regiões e algumas até na cidade, o que possibilita as predileções por uma ou por outra, as facilidades burocráticas e até mesmo as relações políticas, que merecem ser pesquisadas.

Destacamos um ponto importante sobre a questão social e a responsabilidade da seguridade social, incluindo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Há uma tendência de autorresponsabilização por parte dos sujeitos que dependem desses serviços, sejam eles indivíduos ou grupos. Eles buscam respostas para suas necessidades, e as organizações de assistência social desempenham um papel elementar nesse processo.

Contudo, a atuação dessas organizações está gradualmente saindo da esfera da responsabilidade estatal e da ética do direito universal. Isso significa que, em muitos casos, as respostas para as expressões da questão social não estão sendo outorgadas de maneira igualitária para todos, estando cada vez mais ligadas à cotidianidade individual dos sujeitos e à possibilidade da oferta pela sociedade civil.

É importante observar que a dinamicidade da oferta que chega até o território via organizações não se limita apenas à sociedade civil, mas também se estende ao Estado, ao mercado e às instâncias de produção. Cada uma dessas esferas tem sua própria dinâmica de vida cotidiana. No entanto, o projeto neoliberal busca uma sociedade civil dependente, orientada para respostas imediatas e necessidades localizadas, sem necessariamente abordar as questões mais amplas de lutas de classe e direitos universais.

Nossas conclusões apontam para a necessidade de considerar a vida cotidiana da sociedade civil como um espaço de interação social, em que fatores econômicos,

políticos, culturais e ideológicos desempenham um papel relevante. Nesse contexto, o território é uma arena de lutas sociais transformadora, desde que supere o imediatismo e a alienação e busque articular as lutas e contradições de classe em diferentes esferas sociais com o objetivo de defender a ampliação dos direitos, conquistas sociais e laborais para todos os membros da sociedade.

É fundamental reconhecer as limitações das intervenções estatais e, ao mesmo tempo, entender a importância de continuar ofertando os serviços via organizações, vez que não é intenção dos governos estatizar essas ações.

Para promover uma abordagem mais consistente e equitativa, é necessário que a cidade de São Paulo analise profundamente os tipos de organizações e todos os serviços oferecidos na rede do SUAS. Isso inclui identificar quem são os proponentes desses serviços, qual é a natureza da oferta e se eles estão alinhados com os mesmos princípios e objetivos, ou seja, faz-se necessário reconhecê-los por sua identidade nacional e não atualizar portarias substitutas para a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.

É fundamental que os direitos dos cidadãos usuários sejam respeitados e promovidos de maneira uniforme, independentemente de quem forneça diretamente o serviço. Isso significa que a qualidade e a efetividade dos serviços do SUAS devem ser garantidas em toda a rede, para que todos os cidadãos tenham igualdade de acesso e oportunidades de receber o apoio e a assistência de que necessitam. Essa abordagem mais equitativa é essencial para fortalecer o SUAS e garantir que ele cumpra sua missão de promover o bem-estar e a inclusão social de todos os cidadãos.

Recordamos que em 11 de novembro de 2019, celebrou-se uma década desde a implementação da Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), conhecida como a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS). É expressiva a intenção de "estabelecer as bases para a padronização nacional dos serviços e das instalações físicas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)". Isso ressalta a importância da TNSS na criação de diretrizes e critérios unificados para os serviços sociais oferecidos pelo SUAS em todo o país, contribuindo para uma maior eficiência e consistência na assistência social prestada à população.

Constata-se que há diversos movimentos que não reconhecem e não legitimam a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social na cidade de São Paulo a começar pela identidade de sua Secretaria, e os dos serviços

que não utilizam a mesma terminologia nacional, também a falta de recursos financeiros e a falta de trabalhadores. Não é por falta de parâmetro, é falta de ação política republicana.

A transferência de responsabilidade, ainda que pactuada, transmite uma ação realizada de forma individual privada, é comum algumas organizações transitarem com indivíduos com potencial político eleitoral. Mesmo com subvenção financeira estatal, para os cidadãos/ãs usuários/as, quem executa as ações são as organizações privadas. Contudo, não se imagina que qualquer dispensa de pagamento tributário configura um financiamento indireto de orçamento público.

As principais características das políticas públicas são que suas ações, serviços, respostas e, conseqüentemente, suas denominações, devem ser facilmente compreendidas e identificadas pela sociedade, mesmo que a linguagem utilizada seja simples na pronúncia ou adaptada a diferentes sotaques regionais. Nesse contexto, essa abordagem paulistana reflete a necessidade de estabelecer uma conexão próxima e acessível com o direito e suas características distintivas. Isso implica em tornar as políticas públicas mais próximas das pessoas, de forma que todos possam reconhecê-las e compreendê-las, independentemente de sua origem e cultura. Essa aproximação é fundamental para garantir que o SUAS atenda às necessidades da quem dele necessitar de maneira eficaz e inclusiva.

Problematizamos também que, para nominar os serviços socioassistenciais existentes de serviços do SUAS - política pública de seguridade social, dever de Estado e direito de cidadania – deve haver continuidade e permanência; para isso, faz-se necessário superar, na oferta posta, o entendimento de que ela não é somente uma ação emergencial, ocasional, tópica, mas tem planejamento, continuidade, perspectiva e direção social. Essa alteração impacta a estrutura do orçamento público, que deve ter a previsão de continuidade de tais investimentos sociais.

No campo dos serviços sociais, além da transição do caráter ocasional para o de continuidade, enfrentamos outra questão significativa, que é a transferência da responsabilidade da sociedade civil para o âmbito estatal. Esse processo de "transição" de responsabilidades pode ser interpretado sob duas perspectivas principais: em primeiro lugar, considerando a relação entre a proteção social e os direitos universais de cidadania, e em segundo lugar, examinando a relação entre o Estado e a Sociedade Civil por meio das Organizações da Sociedade Civil (OSC), que

são contratadas pelo Estado para fornecer serviços e frequentemente fazem uso do discurso dos direitos, mas nem sempre operam de maneira compatível com a efetivação desses direitos.

As conclusões aqui apresentadas destacam-se pelas diversas facetas que influenciam a prática dos serviços socioassistenciais e que podem distanciá-los dos princípios fundamentais dos direitos sociais. Isso evidencia a complexidade das questões envolvidas na prestação de serviços sociais e destaca a importância de considerar os direitos sociais, a implementação eficaz dos serviços e o impacto real na vida das pessoas.

A forma como as Organizações da Sociedade Civil (OSC) operam os serviços socioassistenciais muitas vezes difere da abordagem de considerar esses serviços como parte de uma rede integrada dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da efetivação do direito de cidadania. Algumas OSC acreditam que enquadrar seus serviços dessa maneira pode reduzir seu compromisso institucional com a dignidade humana, visto temerem que isso os mercantilize de alguma forma.

Essa é uma discussão complexa e sensível em que o árbitro deve ser a garantia dos direitos dos cidadãos. É fundamental lembrar que o propósito principal dos serviços socioassistenciais é promover proteção social e os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, em vez de simplesmente atuar como projetos isolados de organizações.

Entretanto, a efetivação do compromisso com a universalidade na cobertura do SUAS na cidade de São Paulo ainda enfrenta desafios significativos. Isso destaca a necessidade contínua de esforços para alinhar as práticas das OSC com os princípios e objetivos do SUAS, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos serviços necessários para melhorar sua sobrevivência e exercer sua cidadania.

No ensejo, reconhecemos as limitações dessa pesquisa, havendo possibilidade de continuidade dela através do mapeamento dos serviços, da precificação ou do custeio necessário para uma oferta digna a ser pactuada através do orçamento público, de um aprofundamento das relações de trabalho nas organizações, com vistas a causar impacto na vida dos trabalhadores do SUAS e nos serviços ofertados e a garantia da continuidade e permanência dos serviços ofertados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 32, nº 63, 2012.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Traduzido por Dora Flaskman. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário da história de São Paulo**. São Paulo: Governo do Estado, 1980.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **Mães infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (Século XIX)**. 2017. 141 p. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ARROYO, Leonardo. **Igrejas em São Paulo**. São Paulo: Editora José Olympio, 1954.

ATLAS SOCIOASSISTENCIAL DE SÃO PAULO. Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais – São Paulo: SMADS, 2015. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/observatorio\\_social/arquivos/Atlas\\_spagw.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/arquivos/Atlas_spagw.pdf). Acesso em: 19 set 2023.

ATLAS DA GREVE GERAL DE 1917. FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-1917>. Acessado em 12/02/2023.

AZZI, Riolando. **A Igreja e os migrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904)**, v. 1. São Paulo: Paulinas, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Igreja e os migrantes: a fixação da imigração italiana e a implantação da obra escalabriniana no Brasil (1904-1924)**, v. 2. São Paulo: Paulinas, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Igreja e os migrantes: a aculturação dos italianos e a consolidação da obra escalabriniana no Brasil (1924-1951)**, v. 3. São Paulo: Paulinas, 1988.

BATTISTELLA, Graziano. **O Santo dos Migrantes: João Batista Scalabrini**, São Paulo: Paulus, 2023.

BARRO, Máximo; BACELLI, Roney. **Ipiranga**. Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria municipal de cultura. Série: história dos bairros de São Paulo, volume 14 - Ipiranga. São Paulo, 1969.

BEOZZO, José Oscar. **Padre José Marchetti: o contexto de sua vida, trabalhos, sonhos e morte no Brasil 1894-1896**. São Paulo: Pedro e João, 2021.

\_\_\_\_\_, José Oscar. **História da igreja no Brasil** - Segunda época: Ensaio de interpretação a partir do povo - Século XIX. 4ª ed. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

BONDUKI, Nabil. (2004). **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, Nabil.; ROLNIK, Raquel. (1982). **Periferia da Grande São Paulo**: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: Maricato, E. (Ed.). A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. P. 117-154.

BORELLI; ELIZABETH. **Neoliberalismo o ongs na América Latina** In: Aurora Ano II Número 2 - Junho de 2008.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos no poder**. Irmandades leigas e a política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo. **Pesquisa participante**: a partilha do saber. 2ª ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. **Resolução nº 6**, de 13 de abril de 2016. Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-6-de-13-de-abril-de-2016-2/>. Acesso em: 27 ago 2023.

BRASIL (1993). Lei n. 8.742/1993, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm). Acesso em: 18 mar. de 2021

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na décima urbana de 1809. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.13 n.1, jan.-jun., 2005, p. 79.

CAMARGO, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira. **A igreja na história de São Paulo**. 7º Volume. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1953.

CAMPOS, Luiz Augusto. O lugar das ações afirmativas. Desigualdades no mercado de trabalho | artigos analisam as múltiplas desta realidade. **Revista Sesc**, 01/07/2023. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/desigualdades-no-mercado-de-trabalho-artigos-analisam-as-multiplas-desta-realidade/> Acesso em: 13 ago 2023.

CARVALHO, Thyago agosto de. **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**: alterações na rede de serviços socioassistenciais da região do Butantã da cidade de São Paulo - SP. São Paulo: 2021.

CONFERÊNCIA APRESENTADA NO III COLÓQUIO SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO ORGANIZADO PELA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA, Ceará, novembro de 2013).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço**: o que são “famílias acolhedoras” para crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-sao-familias-acolhedoras/>. Acesso em: 19 ago 2023.

CORREIO PAULISTANO. Edição 08497, 1884, p. 3. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972\\_04&pagfis=6120](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pagfis=6120). Acesso em: 24 ago 2023.

DAMPIER, William. **A Voyage To New-Holland, &c. In the Year 1699 - Vol. III.** Disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/seculo17/william-dampier.htm>. Acesso em: 23 set 2023.

DEL PRIORI, Mary. **Religião e Religiosidade no Brasil Colonial.** São Paulo: Ática, 1994.

DEL PRIORI, Mary Del. **Festas e utopias no Brasil Colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIAS, Maria. Odila. Leite. da Silva. Mulheres sem História. **Revista de História**, [S. l.], n. 114, p. 31-45, 1983. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i114p31-45. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058>. Acesso em: 19 set. 2023.

DUARTE, Francisco; NACLE, Isabella. Subsidiariedade: a evolução do princípio constitucional limitador da interferência estatal. **Sequência** (Florianópolis), N. 68, P. 91-107, Jun. 2014. Disponível Em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/FGNxJqjkXvP6FZCz9t4GsZh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov 2020.

FRANCESCHINI, Maria Angelina V. de A *et al.* **Conde José Vicente de Azevedo, sua vida e sua obra.** São Paulo: Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, 1996.

FRANCESCONI, Mário. **Como um relâmpago.** Padre José Marchetti Servo de Deus (1869 - 1896) um amor sem limites. Bélgica: AISSMI, 1999.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil.** 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: O indígena na formação da família brasileira.** 48. ed. Recife: Global, 2003.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **Percursos do ultramontanismo em São Paulo no episcopado de d.Lino deodato rodrigues de carvalho, 1873 - 1894**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. Acesso em: 23 set. 2023.

GRACIA, Juan Antônio Frago. **Boletín de Filología**, Tomo XL (2004-2005): 11-37. Disponível em <http://www.sp-turismo.com/historia/imagens/luis-xeria.pdf>. Acesso em: 14 jul 2022.

GRASSI, E.; HINTZE, S. & NEUFELD, M. R. **Políticas sociais: crisis y ajuste structural**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 1994.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado Em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Tradução e Edição do texto de Dario Canali. Porto Alegre: L&Pm Editores, 1996.

GUIMARÃES, Ruth. **Água funda**. São Paulo: Editora 34, 2018.

HAMADA, Heloise. **Trabalhadores e movimentos da assistência social pedem mais recursos no orçamento de 2023**. Câmara Municipal de São Paulo, 25/11/22. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/trabalhadores-e-movimentos-da-assistencia-social-pedem-mais-recursos-no-orcamento-de-2023/>. Acesso em: 03 set 23.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1989.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 (Coleção Geografia e Adjacências).

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (Brasil) Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. Agência IBGE Notícias. 2022. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>. Acesso em 14 abr 2022.

JACCOUD, Luciana. (autor) **Política pública e oferta privada**: um desafio para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social. In: Carolina Gabas Stuchi, Renato Francisco dos Santos Paula, Rosângela Dias Oliveira da Paz (organizadores). São Paulo: Veras Editora, 2012.

JUNIOR; MAZZALI; VIEGAS. História da educação, **ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, n. 22, p. 170, maio/ago 2007.

KEATING. Vallandro. *In*: Keating; Maranhão, 2008, pp. 148, 128, 48, 50 e 51. Reprodução proibida sem a autorização dos editores.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOGA, Dirce.; DINIZ, Renato. O território do direito social e dos bens coletivos e os territórios do consumo. *In*: **Políticas públicas e direitos sociais no contexto da crise capitalista contemporânea** / organização de Ademir Alves da Silva e Rosângela Dias Oliveira da Paz. São Paulo: Paulinas, 2020.

LOBATO, Lenaura de V. C. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde Debate** | Rio de Janeiro, V. 40, N. Especial, P. 87-97, dez 2016.

LOPES, Idileine Corrêa Lopes. **No alto da colina e na sombra da história**: educação de meninas e meninos no Orfanato Cristóvão Colombo (1895-1953). 266 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2015.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo. *In*: **História da cidade de São Paulo** (Paula Porta, org.), São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 59-99.

\_\_\_\_\_, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. 2014. São Paulo: Edusp. Acesso em: 19 set. 2023.

MACHADO, Franklin. Doutrina social da igreja: história e desafios. cefep – centro nacional dom helder câmara. 15/11/2009. disponível em <https://cefep.org.br/2009/11/15/doutrina-social-da-igreja-historia-e-desafios/> Acesso em 13 mai 2023.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

\_\_\_\_\_. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1999. p. 53-79.

MARTINS, Carlos Estevam. **Da globalização da economia à falência da democracia**. Economia e Sociedade, Campinas, (6): 1-23, jun. 1997.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO, Maria. Berta de Oliveira Mello. **Águas errantes**: uma narrativa sobre o rio Tamanduateí, a cidade e a arte. 144 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - FAUUSP, São Paulo, 2016.

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599 - 1884): Contribuição ao estudo a Assistência Social no Brasil**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Coleção Ciências Humanas). P. 98.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo à teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MVA. Contrato celebrado entre Exmo. Dr. José Vicente de Azevedo e a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora (Salesianas de D.B.). 1933. MVA.A.001.272.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec, 2002.

MULTIRIO. A vila de São Paulo do Piratininga. Obra de José Washt Rodrigues. In: **Atlas Histórico Escolar**, MEC-Fename, 1980. Uso amparado pela Lei 9610/98. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/america-portuguesa/8760-a-vila-de-s%C3%A3o-paulo-de-piratininga>. Acesso em 16 de fev 2023.

NAVARRO, Eduardo Almeida. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, N. 111, p. 413-429, Jul./Set. 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Editora Cortez. São Paulo.

PAZ, SILVA, WANDERLEY, **Fóruns e movimentos sociais na cidade de São Paulo**, Instituto Polis/PUCSP, 2006

PENTEADO, Pedro. A documentação acumulada nas confrarias e misericórdias de Portugal: problemas e soluções, *La documentación para la investigación: homenaje a José Antonio Martín Fuertes*, coord. por María Antônia Morán Suárez, María Del Carmen Rodríguez López, vol. A, 2002, p. 459-478. Disponível em

<https://buleria.unileon.es/bitstream/handle/10612/1777/Pedro.pdf?sequence=1>.  
Acesso em 04 jun 2023.

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASSP 2016-2026. (São Paulo – cidade). **SUAS nos 96 distritos de São Paulo**. São Paulo: SMADS/Prefeitura De São Paulo, 2016, 217 Pp.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. **Irmandades Negras: Outro Espaço De Luta E Resistência** (São Paulo, 1870-1890). São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 2002.

REDE Nossa São Paulo. Mapa das Desigualdades 2021. Disponível em: [https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021\\_Tabelas.pdf](https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf). Acesso em: 13 ago 2023.

REDE SOCIOASSISTENCIAL. Prefeitura de São Paulo 2022. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/rede\\_socioassencial/index.php?p=3200](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/rede_socioassencial/index.php?p=3200). Acesso em: 10 fev 2022.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. Tempo. **Revista do Departamento de História da Universidade Fluminense**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 7-33, 1996.

RESOLUÇÃO COMAS-SP nº1935/2022, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2022. Prefeitura de São Paulo 2022. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/resolucao-secretaria-municipal-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-smads-comas-1935-de-7-de-dezembro-de-2022>. Acesso em: 14 jun de 2023.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZARDO, Redovino. **João Batista Scalabrini**: profeta da Igreja peregrina. Petrópolis: Vozes, 1974.

ROCHA, Emerson Ferreira. Desigualdades no mercado de trabalho | artigos analisam as múltiplas desta realidade. **Revista Sesc**, 01/07/2023. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/desigualdades-no-mercado-de-trabalho-artigos-analisam-as-multiplas-desta-realidade/> Acesso em: 13/08/2023.

SALLES, Fritz Teixeira. **Associações religiosas no ciclo do ouro**. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1963.

SALVADOR. Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SALVADORI, Fausto. **DNA de político**. Portal da Câmara de Vereadores de São Paulo. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/dna-de-politico/>. Acesso em: 27 ago 2023.

SANTOS, Amália. e KOK, Glória. **O Cemitério dos Aflitos e outros territórios negros da cidade de São Paulo.** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/948368/o-cemiterio-dos-aflitos-e-outros-territorios-negros-da-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: 12 de mar 2022.

SANTOS, Milton. (2008). O lugar: encontrando o futuro. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, 4(1). Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113>

Santos, Milton. (1996). **O retorno do território.** In: Santos, M., Souza, M. A. de, Silveira, M. L. (org.) Territórios, Globalização e Fragmentação (pp. 15-21). São Paulo: Editora HUCITEC, ANPUR.

SÃO PAULO. **Guia geográfico do Estado de São Paulo.** Disponível em: <http://www.sp-turismo.com/index.html>. Acesso em: 17 maio 2022.

SÃO PAULO. **Manifestação do CRESS/SP sobre a implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS/ SP.** Disponível em: [http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Manifesta%C3%A7%C3%A3o-MROSC-Prefeitura-de-S%C3%A3o-Paulo-SMADS\\_vf.pdf](http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Manifesta%C3%A7%C3%A3o-MROSC-Prefeitura-de-S%C3%A3o-Paulo-SMADS_vf.pdf). Acesso em: ago 23.

SÃO PAULO (Cidade) SMADS, Cidade de São Paulo, 2023, **Rede Socioassistencial.** Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/rede\\_socioassistencial/index.php?p=3200](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/rede_socioassistencial/index.php?p=3200). Acesso em: 23/08/23.

SÃO PAULO (Cidade). Plano Decenal Municipal da Cidade de São Paulo 2016-2026: **O SUAS nos 96 distritos da cidade de São Paulo.** Prefeitura de São Paulo, 2016.

SÃO PAULO. (Cidade) **SMADS** - Rede Parceirizada. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/parcerias\\_com\\_organizacoes\\_da\\_sociedade\\_civil\\_osc/index.php](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/parcerias_com_organizacoes_da_sociedade_civil_osc/index.php). Acesso em: 31 ago 2023.

SÃO PAULO. (Cidade) **Manifestação do CRESS/SP sobre a implementação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS/ SP.** CRESSSP, 2018. Disponível em: [http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Manifesta%C3%A7%C3%A3o-MROSC-Prefeitura-de-S%C3%A3o-Paulo-SMADS\\_vf.pdf](http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Manifesta%C3%A7%C3%A3o-MROSC-Prefeitura-de-S%C3%A3o-Paulo-SMADS_vf.pdf). Acesso em: 29/08/2023.

SCALABRINI, João Batista. O Socialismo e a Ação do Clero. Turim: [s.n], 1899. In: RIZZARDO, Redovino. **João Batista Scalabrini: profeta da Igreja peregrina.** Petrópolis:Voices, 1979.

SIGNOR, Lize Maria. **João Batista Scalabrini e a imigração italiana: um projeto sócio pastoral.** Porto Alegre: Pallotti, 1986.

SOUSA, Ivo Carneiro de. O Compromisso primitivo das misericórdias portuguesas: 1498-1500, **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, 1996, vol. 2, n. 13, p. 259-306.

SOUZA, JAMERSON. Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. **Serv. Soc. Soc.**, N.101, Pág. 25-39. São Paulo Jan./Mar. 2010.

SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, N. 116, P. 652-674, Out./Dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. **A menina Loas**: um processo de construção da assistência social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. A Gestão da Assistência Social na Cidade de São Paulo (2001-04). **R AP**. Rio de Janeiro 39(3):505-73, Maio/Jun. 2005.

TOMASI, Silvano; ROSOLI, Gianfausto. **Scalabrini e as migrações modernas**: escritos e correspondências. Tradução de Ivo Prati. São Paulo: CSEM, 2010.

TORRES, Abigail. **Convívio, Convivência e Proteção Social**. São Paulo: Veras, 2016.

VARGAS, Maria Ester. **João Ramalho – Bandeirante de Vouzela**. Disponível em: [http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/bv/hemdig\\_txt/040213002a.pdf](http://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/bv/hemdig_txt/040213002a.pdf). Acesso em 29 maio 2022.

VILAS BOAS, Patrícia; TALARICO, Paulo. A Grande São Paulo tem imigrantes em trabalho análogo à escravidão. Reportagem da Agência Mural de Jornalismo das Periferias em 07/05/2021. **Jornal da Unesp**. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/05/06/a-grande-sao-paulo-tem-imigrantes-em-trabalho-analogo-a-escravidao/> Acesso em: 13 ago 2023.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas**: escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

ZIBECHI, R. **Descolonizar El pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias**, Montevideu: Quimantú, 2015.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. está sendo convidado como voluntário a participar da pesquisa: “**As organizações da sociedade civil no território do Ipiranga - São Paulo - SP: lutas e tensões**”, cuja pesquisadora responsável é Paula Silva Leão.

O objeto de estudo dessa pesquisa foi conhecer as organizações da sociedade civil centenárias e católicas prestadoras de serviço sem vínculo SUAS no território do Ipiranga na cidade de São Paulo – SP a partir das relações, disputas e tensões com o SUAS e com a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

A metodologia utilizada busca desvelar o processo de compreensão das Organizações Centenárias que prestam serviços socioassistenciais, para além de sua aparência, identificando por meio dos relatos dos dirigentes, gestores e assistentes sociais as motivações, a vivência do trabalho, os aprendizados, os reais conflitos e o legado.

O Sr. está sendo convidado por exercer o cargo de **dirigente** do Instituto Cristóvão Colombo, em exercício no período de 2023.

O Sr. tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço.

A sua participação não é obrigatória, nem remunerada e consiste na realização de uma **entrevista**, caso o Sr. aceite, que será norteada a partir de questionário semiestruturado sobre o tema, disponibilizado ao Sr. antes do momento da entrevista.

A realização da entrevista será feita de modo presencial e gravada pela pesquisadora.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o Sr. são mínimos e podem ser: desconforto ou possível constrangimento em responder o questionário, possibilidade de quebra de sigilo e divulgação de imagem. Diante disso, garantimos ao Sr. a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e, posteriormente, na divulgação científica. Além disso, será respeitado o direito de não responder qualquer questão presente no questionário, se assim o desejar.

Os materiais coletados serão mantidos sob nossa guarda por um período mínimo de cinco anos após o término da pesquisa, sendo posteriormente descartado tanto o material eletrônico produzido durante a gravação da entrevista (vídeo), bem como, o material redigido com a transcrição do relato.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, a pesquisadora assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

O Sr. pode entrar em contato, a qualquer momento, com o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEP/PUC-SP) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/PUC-SP fica na Rua Ministro Godoi, 969 – sala 63C, Perdizes – São Paulo - SP, Telefone: (11) 3670-8466, E-mail:

[cometica@pucsp.br](mailto:cometica@pucsp.br), e com a pesquisadora através dos contatos que constam junto ao campo da assinatura.

Este documento (TCLE) está elaborado em duas VIAS, que devem rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo Sr. e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um. Este TCLE foi redigido conforme a Resolução do CNS 466/2012.

---

**Paula Silva Leão**

Pesquisadora Responsável

Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP

E-mail: [paulasleao@gmail.com](mailto:paulasleao@gmail.com)

Endereço: Rua Huet Bacelar, 668 – Apto. 33

Ipiranga – São Paulo/SP

Telefone: (11) 930239929

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

---

**Participante da Pesquisa**

Assinatura e nome

**CEP PUC/SP – Comitê de Ética em Pesquisa PUC/SP – *Campus* Monte Alegre**

Rua Ministro Godói, 969 – Sala 63-C (Andar Térreo do E.R.B.M.).

Perdizes - São Paulo/SP - CEP 05015-001

Fone (Fax): (11) 3670-8466 – e-mail: [cometica@pucsp.br](mailto:cometica@pucsp.br)

## APÊNDICE II

### Roteiro de entrevista com dirigentes

1. Conte um breve histórico da Instituição
2. Há quanto tempo está como dirigente da Instituição?
3. Já teve experiência em outras instituições que prestam serviços sociais?
4. Para você, qual a relevância dos serviços para a comunidade?
5. O que mais motivou a instituição prestar serviços até os dias atuais?
6. Há alguma dificuldade na relação com o Estado?
7. A continuidade dos serviços se deve a uma vocação cristã do fundador?

### **APÊNDICE III**

#### **Roteiro de entrevista com coordenadores de serviço**

1. Há quanto tempo está nessa função?
2. Como é sua atuação no serviço?
3. Como os serviços são organizados e ofertados?
4. Os serviços ofertados se relacionam com o SUAS?
5. Qual a fronteira entre o serviço prestado e uma política pública?
6. Vê alguma dificuldade na prestação dos serviços? Qual?
7. É evidente a relação que a Instituição deve manter com o Poder Público?

## APÊNDICE IV

### **Roteiro de Entrevista com trabalhadores - assistentes sociais**

1. Há quanto tempo está nessa função?
2. Como organiza sua atuação no serviço?
3. Como os usuários chegam até o serviço e como são desvinculados?
4. Como se dá a continuidade dos serviços?
5. Há uma aproximação entre o serviço ofertado na Instituição com o SUAS?
6. Há referência ou contrarreferência com o CRAS?
7. O serviço ofertado pela Instituição é entendido como uma política pública pelo usuário?